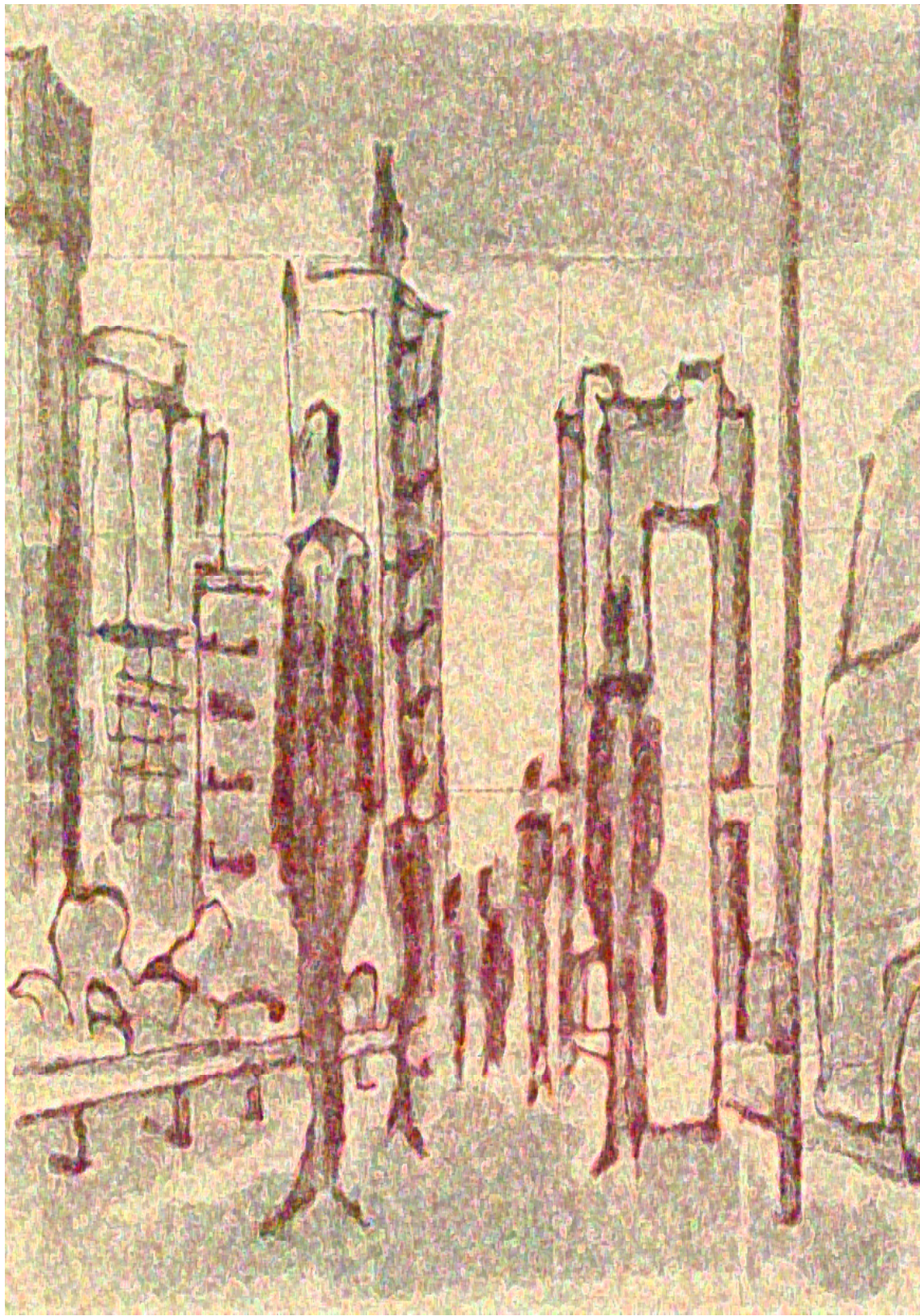


Psiquê na Pólis:

Indivíduo e desenvolvimento político da personalidade



roque tadeu gui
norberto abreu e silva neto
orientador



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Psiquê na Pólis:

Individuação e Desenvolvimento Político da Personalidade

POR

ROQUE TADEU GUI

BRASÍLIA - DF - BRASIL

2005

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Psiquê na Pólis:
Individuação e Desenvolvimento Político da Personalidade**

**POR
ROQUE TADEU GUI**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de Brasília como requisito parcial para
a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Norberto Abreu e Silva Neto

BRASÍLIA - DF - BRASIL

2005

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

**ESTA DISSERTAÇÃO FOI APROVADA PELA SEGUINTE
COMISSÃO EXAMINADORA**

Prof. Dr. Norberto Abreu e Silva Neto, Orientador

Prof^ª. Dr^ª. Laura Villares de Freitas, Membro

Prof. Dr. Odair Furtado, Membro

Prof^ª. Dr^ª. Regina Lúcia Sucupira Pedroza, Suplente

BRASÍLIA - DF - BRASIL - 2005

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Norberto pela confiança em minha capacidade de trabalho, pelos ensinamentos recebidos, pela abertura e liberdade intelectual da qual pude usufruir ao longo da elaboração do meu estudo.

Agradeço aos analistas junguianos Rubens Bragarnich e Acaci de Alcantara, queridos amigos, que me incentivaram a realizar a investigação e foram os primeiros a responder às minhas perguntas; devo a eles a participação de outros psicólogos analíticos na pesquisa.

Ao amigo Luiz Gustavo Lima, jovem psicólogo que me ajudou na crítica dos instrumentos de pesquisa e na condução do grupo focal.

Por fim, porém não menos importante, agradeço a todos os colegas terapeutas que concordaram em participar da pesquisa, demonstrando grande interesse e apreço pelo estudo.



Guernica, 1937
Pablo Picasso
Madrid, Museo del Prado

Madrid de Marzo

Adolfo Montejo Navas

Más abajo de las lágrimas, está la muerte
que nos acostumbra a nada. Más abajo
el terror, el aire que reúne todo,
lo que no tiene nombre todavía,
lo que nuestras palabras mendigan.

Más abajo de los lamentos, los vientos,
más abajo del horror, la respiración
cortada, y el hierro y la fiebre,
y la cordura e la materia de la locura
en su final de azogue. Más abajo,
está la sangre de la tierra, la vieja
residencia herida. Más bajo
de Madrid, está el mundo gritado.

Rio, 12 de marzo, 2004

Publicado no Caderno "Mais", Folha de São Paulo, p. 20, 21 de março de 2004.
Adolfo Montejo Navas é poeta, nasceu em Madri em 1954 e vive no Brasil desde 1992.

Resumo

Este estudo analisa as relações existentes entre individuação - processo de desenvolvimento psicológico proposto pela Psicologia Analítica - e desenvolvimento político da personalidade.

Vinte e quatro terapeutas das cidades de São Paulo e Brasília, de ambos os sexos e diferentes orientações clínicas, responderam a um questionário, e 7 deles participaram de grupo focal sobre o tema "clínica e política".

Os terapeutas compreendem as questões políticas como "pano de fundo" das questões pessoais. Consideram inadequado iniciar conversa sobre temas políticos na sessão, porém não evitam conversas iniciadas pelos próprios pacientes. Questões econômicas, segurança e violência na sociedade, mundo do trabalho, diferenças ou conflitos de gênero, preocupações ambientais, política nacional, preconceitos relacionados à raça/etnia, à velhice feminina e à localidade geográfica de origem do paciente são temas que surgem com frequência.

A maneira de lidar com material político é preferencialmente "simbólica-interpretativa", embora muitas vezes se apresente associada com uma maneira "realista" de considerar o tema, ou com a busca de significado para o paciente.

A maior parte dos terapeutas não recebeu formação terapêutica especializada para o manejo de material político. De maneira geral, apresentam uma história de engajamento político pessoal mais intenso no passado do que no presente e acreditam que o amadurecimento profissional favorece o manejo da temática política.

O desenvolvimento político da pessoa é percebido como decorrente do desenvolvimento psicológico ou, então, sendo favorecido por este, mas não ocorrendo necessariamente. Os terapeutas entendem que engajamentos políticos muitas vezes são sintomas de mal-funcionamento psíquico e não identificam as experiências sociopolíticas como um estímulo ao desenvolvimento psíquico.

O estudo confirma a observação de A. Samuels (1995) de que há uma cisão entre a "face pública" da profissão, que se apresenta apolítica, e a "face privada", representada por profissionais que têm uma história política e que vivem engajamentos.

Sugere-se o aprofundamento dos estudos sobre as relações entre desenvolvimento psicológico e desenvolvimento político da personalidade para subsidiar as diversas abordagens psicoterápicas no manejo de material político que se apresenta na situação terapêutica.

Palavras-chave: individuação, desenvolvimento psicológico da personalidade, desenvolvimento político da personalidade, *self* político, manejo de material político na situação terapêutica.

Abstract

This study analyses the relations between individuation - psychological development process as proposed by Analytical Psychology - and personality political development.

Twenty four therapists from São Paulo and Brasília, from both genders and different clinical orientations, answered a survey and seven of them participated of a focal group about the subject of "clinical practice and politics".

Therapists understand political issues as a background personal issues. They evaluate as inappropriate to initiate a talk about political issues with patients in a therapeutic session, however they don't avoid talking about it when the initiative comes from the patients. Economics issues, security and violence in society, labour world, gender differences or conflicts, ambiental concerns, national politics and race/ethnicity, female old age and regional origin prejudices are frequent subjects.

The way of dealing with political issues is prefferently "symbolic-interpretative", although many times associated with a "realistic" form of considering the subject or with the search of meaning for the patient.

The majority of therapists haven't received any especialized therapeutic formation to deal with political issues. In general, they have had a molre intense personal political participation in the past than in the present and they believe that professional maturity helps dealing with political topics.

The personal political development is understood as consequence of psychological development or then as being supported by it, but it may not occur necessarily. Many times the therapists understand political involvement as malfunctioning of the psyche symptom and don't identify sociopolitical experiences as stimulus to development of the psyche.

The study confirms A. Samuels (1995) conclusion about the split between the profession public aspects, that appear in an apolitic way, and the privated aspects, representated by professionals that have a political history and participation.

Greater deps in the studies about the relations between psychological development and political development that may support the different approaches in dealing with political topics in therapeutic situation is suggested.

Key-Words: individuation, psychological development of personality, political development of personality, political *self*, dealing with political topics in a therapeutic situation.

SUMÁRIO

Introdução	A Alma em Busca da Política	1
	Notícias do Mundo	1
	Inquietações - Contexto e Problema	3
	Endereços na Ágora	5
	Uma Fantasia do Pesquisador	7
	Escopo do Estudo	9
	Ansiedades do Pesquisador	9
	Conceito de Política	10
	Conceito de Alma	12
	Itinerário	13
Capítulo 1	A Alma Social e a Alma Política	16
	No Início dos Tempos... ..	16
	<i>O Socius e o Politicus</i>	18
	A Esfera Pública e o Mundo em Comum	22
	<i>Homo Socialis e Homo Politicus</i>	24
	<i>Homo Transformator</i>	26
Capítulo 2	Um Muro Invisível Entre o Eu e o Mundo	29
	O Indivíduo Só	29
	Ser para Outros e Entre Outros	31
	A Subjetividade Sócio-histórica	33
Capítulo 3	Eu e Minha Circunstância	39
	Consciência do Mundo	39
	Um Arco que Une o Mundo e o Eu... ..	40
	Viver é Encontrar-se num Mundo... ..	42
	Situações-Limites e Atos-Limites	44
	Práxis – Ação e Reflexão sobre o Mundo	46
Capítulo 4	A Subjetividade Sitiada	48
	Sujeito Situado e Sitiado	48
	Um Olhar sobre o Mundo	48
	<i>Homo Mundialis Modernicus</i>	50
	Liberdade Individual e Insegurança Coletiva	52

Capítulo 5	Um Mundo com Alma	61
	<i>Anima Mundi</i>	61
	<i>Gaia</i> , a Terra Viva	65
	Terapia e Mundo	66
	Mundo, o Vale do Fazer a Alma	68
Capítulo 6	Psicologia Política	70
	Origens da Psicologia Política	70
	Psicologia Política: a Disciplina	74
	Metodologia em Psicologia Política	80
	Aplicação da Psicologia Política	81
	Psicologia Política no Brasil	82
	Psicologia e Compromisso Social	83
Capítulo 7	Individuação: O Indivíduo e o Mundo	87
	As Origens do Conceito	87
	Um Conceito Junguiano	89
	Individuação: Adaptação e Singularidade	96
	Individuação para Todos ou para Poucos?	100
	Transformação do Indivíduo ou da Sociedade?	101
Capítulo 8	Individuação e Política	106
	A Socialização Política	106
	O Desenvolvimento Psicológico da Pessoa	109
	O Desenvolvimento Político da Pessoa	113
Capítulo 9	A Terapeuta Política	117
	Psicólogas Brasileiras	117
	Terapeutas e Política	120
	Falando sobre Política na Situação Terapêutica	122
Capítulo 10	A Cidadã Terapeuta	125
	<i>Psiquê</i> na <i>Pólis</i>	125
	Terapia para o Mundo	127
	A Cidadã na <i>Ágora-Therapeía</i> da <i>Pólis</i>	132
Capítulo 11	Um Café Filosófico...	134

Capítulo 12	Conversando com Terapeutas sobre Política	138
	Introdução	138
	Metodologia	139
	Objetos de Pesquisa	139
	Objetivo Geral	140
	Objetivos Específicos	140
	Instrumentos de Pesquisa	142
	Participantes	142
	Tratamento das Informações	145
	Análise das Informações e Resultados	146
Seção 12.1	Conversando com os Pacientes sobre Política	147
Seção 12.2	Identificando Temas Políticos na Situação Terapêutica	149
Seção 12.3	Identificando Diferenças no Material Político em Diferentes Ambientes de Trabalho	153
Seção 12.4	Relacionando Material Político com a Idade do Paciente	155
Seção 12.5	Relacionando Material Político com o Sexo do Paciente	158
Seção 12.6	Lidando com Temas Políticos na Situação Terapêutica	160
Seção 12.7	Mudando a Maneira de Lidar com Material Político	170
Seção 12.8	Recebendo Formação Política	174
Seção 12.9	Recebendo Influências nas Atitudes Políticas	177
Seção 12.10	Atuando Politicamente como Cidadão	180
Seção 12.11	Relacionando Desenvolvimento Psicológico e Desenvolvimento Político da Personalidade	182
Seção 12.12	Avaliação do Encontro pelos Participantes do Grupo Focal	187
Seção 12.13	Considerações Finais sobre a Pesquisa de Campo	189
	<i>Psiquê na Pólis - Reflexões Finais</i>	192
	Referências	197
Apêndice A	Questionário "Clínica e Política"	205
Apêndice B	Planejamento do Grupo Focal	209
Apêndice C	Temas Políticos Identificados na Situação Terapêutica	211
Apêndice D	Maneiras de Lidar com Temas Políticos na Situação Terapêutica - Respostas ..	217

Apêndice E	Atividade Política dos Terapeutas - Respostas	224
Apêndice F	Desenvolvimento Psicológico e Desenvolvimento Político - Respostas	228

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	Desdobramento de Temas a Partir dos Objetos de Pesquisa	140
Tabela 2	Perguntas de Pesquisa x Objetivos Específicos	141
Tabela 3	Dados Demográficos dos Participantes do Grupo "Questionário"	143
Tabela 4	Dados Demográficos dos Participantes do Grupo Focal	144
Tabela 5	Frequência dos Temas na Situação Terapêutica	211
Tabela 6	Temas mais Frequentes na Situação Terapêutica	149
Tabela 7	Temas Trazidos para a Situação Terapêutica - Grupo Focal	150
Tabela 8	Diferenças na Manifestação de Material Político de Acordo com o Ambiente Terapêutico	153
Tabela 9	Maneiras de Lidar com Material Político x Categorias de Compreensão Terapêutica	160
Tabela 10	Mudanças no Modo de Lidar com Material Político na Situação Terapêutica	170
Tabela 11	Formação Política Recebida pelos Terapeutas	174
Tabela 12	Fatores que Influenciaram as Atitudes Políticas dos Terapeutas	177
Tabela 13	Atividade Política dos Terapeutas	224
Tabela 14	Desenvolvimento Psicológico e Desenvolvimento Político da Personalidade - Grupo "Questionário"	228

A Alma em Busca da Política

*Não sei o que me oprime o coração - se é minha alma
que deseja sair para fora, ou a alma do mundo batendo
em meu coração para entrar.*

(Rabindranath Tagore, 1991, poema 168)

Há muita dor e doença política 'lá fora'.

(Samuels, 1995, p. 25)

Notícias do Mundo

Brasil. *ABORTO - Grupo começa a discutir descriminalização do aborto neste mês. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado em dezembro do ano passado, coloca a discussão sobre a descriminalização do aborto como ponto prioritário. O documento prevê que em 2005 seja elaborada uma proposta de revisão da legislação que pune as mulheres em casos de interrupção voluntária da gravidez.* (Folha Online, 08/03/2005 - 07h44)

Mundo. *SÍMBOLOS RELIGIOSOS - França declara lei contra véu muçulmano um sucesso. A inspetora-geral do Ministério da Educação francês, Hanifa Cherifi, declarou na terça-feira a lei que proíbe os véus muçulmanos nas escolas um sucesso, no aniversário de um ano da aprovação da medida. Enquanto isso, um grupo que defende os véus alegou que a proibição fez o que chamou de 806 vítimas até agora.* (Folha Online , 15/03/2005 - 15h22)

Economia. *CUSTO DE VIDA - Aumento nos preços do petróleo e medicamentos, além do impacto da alta de juros nos EUA, forçam o governo a rever a estimativa de inflação. Economistas apostam que o índice ficará acima de 6%.* (Correio Braziliense, 28.03.2005, Caderno de Economia, p. 7).

Cidades. *VIDA URBANA – Para cada espaço nos estacionamentos públicos do Plano Piloto, existem quatro motoristas à espera de um local para parar o carro. Projeto prevê a criação de pavimentos subterrâneos na Esplanada dos Ministérios.* (Correio Braziliense, 28.03.2005, Caderno Cidades, p. 19)

Cidades. *VIOLÊNCIA – Dois sequestros no Plano. Durante o feriadão da Semana Santa, dois jovens são rendidos por bandidos. Um foi abordado na 506 Sul; outra na 105 Norte.* (Correio Braziliense, 28.03.2005, Caderno Cidades, p. 20)

Trabalho. DESEMPREGO - *Trabalhadores desempregados invadem fazenda em cidade satélite de Brasília. Cerca de 100 famílias do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) estão acampadas, desde a madrugada deste sábado, na fazenda Sálvia, em Sobradinho, cidade satélite de Brasília. A área, que fica na BR-020, pertence à União.* (Folha Online, 21/05/2005 - 14h38)

Todos os dias, o mundo bate à nossa porta. Às vezes, pela manhã, outras no transcorrer do dia, ou então à noite, tendo como mensageiros os jornais, as notícias minuto a minuto transmitidas pela internet, o noticiário televisivo noturno. Sem que saíamos de casa, ele vem ao nosso encontro. Antecipa-se. Anuncia-se. Um mundo que se fragmenta, deprime-se, violenta-se, e que busca se recompor...

O indivíduo se apresenta para a terapia, mas o paciente em crise é o próprio mundo. Os sintomas do novo paciente são desemprego, fome, injustiça social, inflação, fragmentação, deterioração socioambiental, hiper-especialização, depressão, desperdício, hiper-consumo, violência.

É possível tratar a alma do indivíduo sem tratar a alma do mundo? As abordagens analíticas não estariam excessivamente centradas na psiquê individual, descuidando das vicissitudes de suas relações com um mundo conflitado por problemas econômicos, sociais e políticos?

Faz pouco tempo, entendíamos que a queixa do indivíduo que se apresentava para terapia refletia a sua dinâmica interior. O problema era *intra-subjetivo*. Complexos, funções, estruturas, recordações precisavam ser examinadas, compreendidas, interpretadas, integradas. Mais recentemente, outro ponto de vista tornou-se hegemônico e passamos a entender as queixas dos pacientes como sintomas de relações interpessoais falhas. O problema passou a ser *intersubjetivo*. Caberia à terapia reajustar as psicodinâmicas interpessoais, restaurando a comunicação nas relações entre cônjuges, amantes, pais e filhos, companheiros de trabalho. O mundo permanecia como fundo, palco, no qual as subjetividades se manifestavam. “Os terapeutas que focalizavam esse ponto [o mundo exterior] eram de uma ordem inferior, mais superficial: assistentes sociais, conselheiros, mentores. O trabalho profundo realizava-se no interior da subjetividade de cada um” (Hillman, 1993, p. 11).

Nesta perspectiva, os determinantes sociais permanecem como fatores externos; eles não são em si psíquicos ou subjetivos: “O exterior provoca sofrimento, mas ele não é em si sofrimento” (Hillman, 1993, p.11). A nossa intimidade é assediada e atormentada por um mundo hostil, por sistemas babélicos e dispositivos técnico-políticos sobre os quais nós,

indivíduos, sentimos não possuir controle algum. E as idéias contemporâneas sobre a vida privada aumentam a confusão. Sennet (1988) nos alerta:

Poucas pessoas afirmariam que suas vidas psíquicas surgem por geração espontânea, independentes de condições sociais e de influências ambientais. Não obstante, a psique é tratada como se tivesse uma vida interior própria. Considera-se esta vida psíquica tão preciosa e tão delicada que fenecerá se for exposta às duras realidades do mundo social e que só poderá florescer na medida em que for protegida e isolada. O eu de cada pessoa tornou-se o seu próprio fardo; conhecer-se a si mesmo tornou-se antes uma finalidade do que um meio através do qual se conhece o mundo. E precisamente porque estamos tão absorvidos em nós mesmos, é-nos extremamente difícil chegar a um princípio privado, dar qualquer explicação clara para nós mesmos ou para os outros daquilo que são nossas personalidades. A razão está em que, quanto mais privatizada é a psique, menos estimulada ela será e tanto mais nos será difícil sentir ou exprimir sentimentos. (p. 16)

Como se situa, então, a clínica psicológica diante da subjetividade sofridora do *homem-mundo* contemporâneo? Quais são as conexões existentes entre o *político*, entendido como aquilo que diz respeito à vida *da* e *na pólis*, e o *peçoal*, dimensões que se imbricam, conscientemente ou não, nas queixas de nossos pacientes? Como os profissionais da psicoterapia - na diversidade e singularidade de suas abordagens - lidam com esta interface?

Talvez a alma do indivíduo contemporâneo ressinta-se de certo alheamento em relação aos assuntos da cidade, exilando-se em sítios distantes da *ágora*¹. Talvez a Psicologia circunscreva excessivamente a psiquê ao âmbito do indivíduo, esquecendo-se do mundo que este indivíduo constrói e anima, no qual vive e sofre.

Contextualização e Problematização

A Psicologia Analítica, campo de estudo teórico e de prática clínica que se reporta ao psiquiatra suíço Carl Gustav Jung (1875-1961) e ao qual me filio, é vista por críticos como uma abordagem psicoterápica do tipo *new age*, despreocupada com questões sociopolíticas e apresentando evidente tendência místico-escapista (Noll, 1996). Sob certa perspectiva, a crítica chega a ser pertinente, mas o é igualmente para outras abordagens psicoterápicas, pelo

¹ *Ágora* - principal praça das antigas cidades gregas; local em que se instalava o mercado e que muitas vezes servia para a realização das assembleias do povo, formando um recinto decorado com pórticos, estátuas, etc., era também um centro religioso. (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa)

menos no que diz respeito à desconsideração, pelo psicólogo, das questões sócio-históricas que envolvem a subjetividade do paciente e o exercício profissional da clínica (Bock, 1999).

Coloco-me dentre aqueles que se preocupam com as conexões entre as diversas dimensões da existência humana que são trazidas para o espaço-tempo psicoterápico, quer no contexto da clínica privada (consultório), quer no da clínica pública (institucional). Meu próprio engajamento profissional, político e cultural com práticas psicológicas exercidas em diversos contextos - clínico, organizacional, educacional e socioambiental - tem acentuado, ao longo dos anos, estas preocupações.

Os profissionais que exercem a prática clínica, em particular aquela desenvolvida em espaços privados, como é o do consultório, vivenciam o caráter *hermético* do seu fazer clínico. Este caráter de *vaso hermético*² ou *têmenos*³, inviolável, continente, tem sido considerado condição indispensável para a realização do trabalho psicoterápico e analítico. Não se trata, portanto, de uma atividade que facilmente se exponha ao exame crítico e à prestação pública de contas, salvo em circunstâncias especiais de supervisão didática ou profissional, ou mediante narrativas dos profissionais em encontros, congressos e seminários entre pares. Diferentemente das práticas institucionais, que se dão em condições de relativa exposição pública, como é o caso, por exemplo, dos atendimentos em grupo em instituições públicas de saúde.

Embora compreenda e concorde com o necessário caráter hermético da situação terapêutica⁴, sempre me inquietou o risco de certo isolamento profissional, rompido ocasionalmente apenas pelos mecanismos de compartilhamento mencionados acima. Não seria o caso de nos perguntarmos se o "santuário" da sessão clínica corre o risco de distanciar o indivíduo (paciente e terapeuta) do seu mundo, das suas circunstâncias?⁵

² Vaso hermético (*vas hermetis*) - imagem alquímica utilizada por analistas junguianos como analogia para o processo psicoterápico; no *vas*, representado por retortas e fornos, ocorriam as misturas das substâncias a serem transformadas, equivalente alquímico para a transformação psíquica; representa, portanto, o recipiente fornecido pela técnica analítica e pelo relacionamento terapeuta-paciente. Jung considerava a análise como um processo interativo no qual o analista e o paciente estão igualmente no tratamento, podendo ambos ser afetados e transformados. A personalidade do analista e seu grau de desenvolvimento são tão importantes quanto a teoria e a técnica. (ver Jung, 1944/1991, OC-XII, § 338, para o simbolismo do vaso hermético)

³ *Têmenos* - palavra grega que significa um lugar sagrado e protegido; psicologicamente, indica tanto um recipiente pessoal quanto o sentimento de privacidade que cerca um relacionamento analítico. (Sharp, D., 1993, p. 153)

⁴ Ao longo deste trabalho, utilizo a expressão "situação terapêutica", sugerida pelo Prof. Dr. Norberto Abreu e Silva Neto, para designar tanto o "encontro analítico" da tradição junguiana (Jacobi, 1987) quanto o "setting" da tradição psicanalítica (Zimmerman, 2001), ou o "enquadre" de outras orientações terapêuticas.

⁵ Ver Guggenbühl-Craig (1979, pp. 131-154) a propósito do "isolamento" e dos riscos sofridos pelo terapeuta em decorrência da maturidade e da experiência profissional adquirida por ele ao longo dos anos, tornando-se, conseqüentemente, menor o desafio do paciente ao processo psíquico do analista. Ver, ainda, as propostas do autor para possíveis soluções que os profissionais podem desenvolver *fora do exercício profissional*.

Talvez possamos responder que isto dependerá do indivíduo em questão (terapeuta e paciente), de suas emergências e urgências, de sua história. Talvez argumentemos que *todas* as vivências de nosso paciente são bem-vindas ao encontro terapêutico e que, portanto, a dimensão política do *self* aí também encontra lugar. Mais inquietante será, contudo, uma resposta que aponte para o terapeuta como um possível agente apartador do indivíduo-paciente em relação ao seu mundo, em decorrência de sua ideologia terapêutica e de suas convicções enquanto cidadão. *Iatrogenia* é um termo corriqueiro para designar a prática médica que, ao buscar a cura, causa danos à saúde do paciente. Não temos na Psicologia um termo apropriado para designar possíveis equívocos clínicos, ou efeitos colaterais, que possam ocasionar danos à subjetividade sofredora de nossos pacientes. E o que dizer sobre possíveis danos decorrentes do esquecimento da dimensão política da personalidade humana?

Inquietações desta natureza me levaram a procurar dentre os autores do campo junguiano, aqueles que procuram resgatar conceitos da tradição filosófica e psicológica de Jung, "retornando a alma ao mundo" (Hillman, 1993) e o "mundo à alma" (Samuels, 1995). Nesta perspectiva, precisaríamos estar atentos não apenas às patologias individuais, mas, igualmente, às patologias do mundo que incidem sobre, e conformam, os indivíduos (Hillman, 1993).

Endereços na Ágora⁶

*Wien-IX, Bergasse 19;
Küsnacht-Zurich, Seestrasse 228;
Lille 5, Paris;
SHLN - 116 - L - 212 - Brasília-DF.
Viena, Paris, Zurich, Brasília. Endereços na cidade.
Espaços de cuidados com a psiquê na ágora das
cidades do mundo. Famosos (e também não tão
famosos) endereços onde se exerce o ofício de acolher a
subjetividade sofredora dos habitantes da cidade.*

Para isso, é necessário situar o consultório na *pólis*, dar-lhe um endereço, para conhecermos o que ali se faz em prol, ou em detrimento, do *self político* de nossos pacientes, moradores desta mesma *pólis*. O que nos trazem estes cidadãos? De que sofrem? Como o mundo os angustia? Qual o sentido de sua angústia? Qual o acolhimento que damos a esse sofrimento? Como tratar a alma de homens e mulheres sem nos esquecermos do sofrimento do mundo em que vivem?

⁶ Ver nota 1 acima.

As abordagens analíticas que buscam compreender o indivíduo em suas relações com o mundo estarão à altura do desafio de reconciliar o que aparentemente é irreconciliável? Caberá, então, aos seres humanos, apenas a resignação alimentada pela constatação da inevitável impotência de homens e mulheres em face do coletivo sociopolítico? Seria este então o papel das psicoterapias? O de aplacar as angústias do indivíduo confrontado com a enormidade das forças do "progresso" e dos perigos e miséria deste mundo?

Uma resposta alternativa talvez exija a retomada do exame acurado das interações entre desenvolvimento pessoal e estrutura social, entre *mundo privado*, intrapsíquico, do indivíduo, e *mundo público*, a *pólis*, local onde homens e mulheres constroem sua existência. Em suma, uma análise das relações entre realidade psíquica e realidade sociopolítica (Samuels, 1995).

A urgência da necessidade de uma revisão de nosso fazer clínico é enfaticamente anunciada (denunciada, melhor seria dizer) por Sennet (1988):

O advento da psicologia moderna e, em especial, da psicanálise, baseava-se na crença de que, ao entender os procedimentos internos desse eu sui generis, desprovido de idéias transcendentais de mal ou de pecado, as pessoas poderiam libertar-se desses horrores e tornar-se disponíveis para participarem, mais completa e racionalmente, de uma vida externa aos limites de seus próprios desejos. Multidões de pessoas estão agora preocupadas, mais do que nunca, apenas com as histórias de suas próprias vidas e com suas emoções particulares; esta preocupação tem demonstrado ser mais uma armadilha do que uma libertação. (p. 17)

Segundo o sociólogo, esta forma "psicológica" de imaginar a vida resulta em conseqüências nefastas para o relacionamento das pessoas com a *pólis*. A expectativa de que as relações com o mundo concedam recompensas psicológicas, ao ser frustrada, decepciona e conduz ao sentimento de vazio e de insignificância do mundo sociopolítico. Não obstante, muito da vida social e política tem significado, embora não passe pela gratificação do eu individual. Para apreender esse significado, porém, é necessário que se compreenda o caráter impessoal do espaço público que não se coloca a serviço específico deste ou daquele indivíduo, mas de uma coletividade.

A "tirania da intimidade" (Sennet, 1988) ocorre em um mundo no qual a preocupação do indivíduo consigo mesmo, paradoxalmente, o impede de enxergar o que reside em sua interioridade. Resulta daí uma confusão entre vida pública e vida privada, íntima, levando as

peessoas a tratarem os assuntos públicos, que deveriam ser tratados adequadamente "por meio de códigos de significação pessoal", em termos de sentimentos pessoais (p. 18).

Mas, evitar a "confusão entre vida pública e vida íntima", como proposto por Sennet, implicará uma cisão radical e definitiva entre as duas dimensões primárias do ser humano: a individual e a coletiva? A prática clínica pode contribuir para elucidar as conexões entre o público e o privado, o político e o pessoal? Uma reavaliação profunda de nossa prática terapêutica talvez nos ajude a questionar

[...] os limites convencionalmente aceitos entre o mundo externo e o mundo interno, entre vida e reflexão, entre extroversão e introversão, entre o fazer e o ser, entre política e psicologia, entre o desenvolvimento público da pessoa e o desenvolvimento psicológico da pessoa, entre as fantasias do mundo político e a política do mundo da fantasia. Subjetividade e intersubjetividade têm raízes políticas; não são tão "internas" quanto parecem. (Samuels, 1995, p. 22)

Assim procedendo, talvez encontremos o "endereço" de nossa clínica no mundo para o qual ela se constrói.

Uma Fantasia do Pesquisador

Sinto-me tomado por uma fantasia que Samuels (1995) chama de "fantasia de fornecer terapia para o mundo". Outros foram igualmente tomados por essa fantasia. Sigmund Freud (1856-1939), certamente, com seu *Mal-estar na civilização* (1929[1930]/1974), embora não nutrisse grandes esperanças em relação ao equilíbrio entre as demandas pulsionais do indivíduo e as exigências da civilização; Carl Gustav Jung (1875-1961), com sua coleção de artigos organizados no vol. X de sua obra - *Psicologia em transição* - e suas preocupações com a absorção do indivíduo pelo coletivo social e inconsciente. Outros, ainda, como Wilhelm Reich (1897-1957) com seu *Escuta Zé Ninguém* (1948), denunciando a miséria sexual humana, e a legião de psicanalistas da escola de Frankfurt, tais como Erich Fromm (1900-1980), com *Psicanálise da Sociedade Contemporânea* (1955), onde o autor discute a responsabilidade do homem moderno na criação e manutenção de uma sociedade cujo principal interesse é a produção econômica e não o aprimoramento do valor do ser humano, assim como Herbert Marcuse (1898-1979), com *Eros e Civilização* (1955), livro que alude ao Mal-Estar na Civilização, de Freud, no qual o autor, com base em Freud e Marx, elabora uma visão de sociedade não-repressiva, antecipando os valores do movimento de contra-cultura dos anos 60. E, entre nós, pensadores tais como Boff (1999, 2001, 2003), que discutem a

necessidade de um *ethos* mundial que enfrente a "crise social, a crise do sistema de trabalho e a crise ecológica, todas de dimensões planetárias" (Boff, 2003).

A fantasia subjacente ao pensamento de todos estes, e de muitos outros, é a de que podemos cuidar do mundo, ajudá-lo a resolver os seus conflitos, a compreender melhor a si mesmo e a transformar-se: terapia para o mundo, enfim! (Samuels, 1995)

A fantasia assume, às vezes, ares de "inflação egóica", de um certo voluntarismo individual, como nos adverte Samuels (1995). Mas também evoca a imaginação, a criatividade, para atender aos reclamos de um mundo que deseja ser tratado, se considerarmos os "sintomas" como pedidos de atenção e desejo de cura.

Afinal, em que mundo queremos viver? Um mundo de egos analisadíssimos, mas com uma agricultura viciada, prédios anoréxicos, tecnologia maníaca e alimentos transgênicos pervertidos? Resgatar a anima mundi é responder esteticamente ao mundo, ou seja, perceber os caracteres fisionômicos dos fatos, como o sabem fazer os poetas, as crianças, os "primitivos", as mulheres e os animais... Afinal não são eles - poetas, crianças, primitivos, mulheres e animais - os habitantes da Sombra, uma grande parte do recalcado de nossa civilização ocidental logocêntrica? (Pereira, 2000)

A fantasia de cuidar do mundo evoca o imaginário de um mundo com alma, idéia herdada de Platão e resgatada por analistas junguianos. Psicólogos, somos treinados para ouvir o sofrimento do outro. E se pensarmos o outro como sendo o mundo, se tentarmos escutar metaforicamente o que ele tem a nos dizer, se procurarmos acolher o seu *pathos*, a sua demanda? Como agiremos, então?

Se contivermos o impulso inflacionário, messiânico, de salvação do mundo, talvez possamos assumir uma atitude de cuidado, uma atitude terapêutica, em relação ao mundo (Samuels, 1995; Boff, 1999).

E isto será, então, tarefa para os "terapeutas do mundo" (Samuels, 1995), que não se restringirão aos psicoterapeutas e analistas, mas incluirão outros homens e mulheres que, mobilizados pela mesma fantasia, desejem cuidar do mundo.

Este trabalho se inspira nessa fantasia. Dirige-se, em particular, aos meus pares que fazem dos cuidados com a subjetividade humana sofredora o seu ofício. Convido-os à reflexão sobre o nosso fazer clínico. Mas, dirige-se, também, a todos esses outros terapeutas,

"cuidadores do ser", ocupados em outras profissões, mas que se sentem inspirados a olhar o mundo com atenção e desvelo.

Escopo do Estudo

Com este trabalho, espero contribuir para o debate científico sobre a prática da psicoterapia, produzindo conhecimento novo sobre o fenômeno 'clínica-política'. Proponho-me, então, analisar a relação existente entre desenvolvimento psicológico e desenvolvimento político da pessoa, a partir das contribuições da Psicologia Analítica e da experiência de psicoterapeutas de diferentes orientações teórico-clínicas.

Dado o pouco conhecimento sistematizado existente sobre o assunto, o estudo reveste-se de caráter exploratório e descritivo. Desta maneira, assume feição ensaística, procurando instigar o questionamento sobre o tema, mais que comprovar relações ubíquas entre variáveis.

O estudo será desenvolvido em duas vertentes. Primeira: revisão da literatura sobre a interface 'clínica e política', articulando conceitos e concepções da Filosofia Política, Psicologia Clínica, Psicologia Política, Psicologia da Cultura e Clínica do Social, com especial atenção para as contribuições de alguns autores da Psicologia Analítica, meu campo de trabalho clínico. Segunda: ida a campo para examinar questões relacionadas com o surgimento de material político na situação terapêutica e as formas de intervenção clínica praticadas por um grupo de psicoterapeutas de São Paulo e Brasília.

A pesquisa de campo inspira-se em estudo similar, de maior amplitude, efetuado por Samuels (1995). Espera-se que o desenho metodológico experimentado neste estudo possa ser utilizado em estudo futuro de maior fôlego.

Ansiedades do Pesquisador

O estudo situa-se na interface da Psicologia Clínica com a Psicologia Política. Se excursionar pelo campo da prática clínica, investigando-o, problematizando-o, representa um desafio não pequeno, imagine-se o que pode representar para o autor dirigir o foco desta problematização para um campo interdisciplinar que se expande para o político! Ao longo do estudo lembrei-me, não poucas vezes, de Ortega y Gasset, filósofo espanhol ao qual me reporto no exame de alguns dos temas abordados neste trabalho.

A verdade é que quando começamos a falar do que não entendemos, sentimos essa inquietação que belisca quem penetra sem permissão terras proibidas: a lei da

propriedade que pisamos queima a palma dos pés e nossos olhos buscam, atrás da cerca, o segurança encarregado de expulsar-nos. (Ortega y Gasset, 1910/2002, p. 21)

O filósofo espanhol referia-se ao fato de sentir-se transgredindo, por meio do seu ensaio *Adão no Paraíso*, os limites de seu ofício ao ingressar na discussão sobre a estética e a obra de arte. Sou acolhido por sentimento semelhante ao pretender iniciar investigação no terreno movediço das relações entre clínica e política. Posso apenas me confortar, ainda com as reflexões do filósofo, quando responde às suas próprias dúvidas: "... não creio que seja errado que uma pessoa faça uma tentativa honrada para se orientar naquilo que não conhece" (Ortega y Gasset, 1910/2002, p. 21).

Assim amparado inicio meu percurso em busca de orientar-me "naquilo que não conheço". Temerário seria aventurar-me em terreno desconhecido sem estar devidamente acompanhado por quem o conheça melhor do que eu e que me ajude a definir um roteiro de excursão. Defini, então, uma trajetória teórica que ao atravessar os diversos temas que compõem meu questionamento se enriquecesse com as contribuições de investigadores diversos. A teorização clínica estará fortemente ancorada na Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung (1875-1961), uma vez que é daí que se origina o suporte à minha prática e indagações clínicas. Além da articulação teórica de idéias oriundas da Psicologia Clínica, Psicologia Social, Psicologia Política, Sociologia, e Filosofia, em busca de maior compreensão das relações entre desenvolvimento psicológico e desenvolvimento político da personalidade, procuro questionar as implicações destas idéias para a prática psicoterápica/analítica. Para isso, conforme expus no título **Escopo deste Estudo**, complemento as elaborações teóricas com estudo empírico, de caráter exploratório, que tem por objetivo levantar questões a serem aprofundadas em estudo futuro.

Contudo, antes de delinear o percurso traçado, convém esclarecer dois conceitos freqüentemente utilizados neste trabalho: *política* e *alma*.

Conceito de "Política"

O termo *política* é entendido pelo senso comum como se referindo às questões relativas à participação do cidadão em organizações político-partidárias, ao exercício de cargos na estrutura formal das instâncias políticas do país, ou, mais simplesmente, ao exercício do voto. Neste estudo, inspiro-me, explicitamente, nas concepções de Arendt (2002b), expostas mais detalhadamente no Capítulo 1 - *A Alma Social e a Alma Política* - que aqui sintetizo:

Se alguém quiser ver e conhecer o mundo tal como ele é "realmente", só poderá fazê-lo se entender o mundo como algo comum a muitos, que está entre eles, separando-os e unindo-os, que se mostra para cada um de maneira diferente e, por conseguinte, só se torna compreensível na medida em que muitos falarem sobre ele e trocarem suas opiniões, suas perspectivas uns com os outros e uns contra os outros. Só na liberdade do falar um com o outro nasce o mundo sobre o qual se fala, em sua objetividade visível de todos os lados. O viver-num-mundo-real e o falar-sobre-ele-com-outros são, no fundo, a mesma e única coisa, e a vida privada parecia "idiota" para os gregos porque os privava dessa complexidade do conversar-sobre-alguma-coisa e, com isso, da experiência sobre como a coisa acontecia, de fato, no mundo. (Arendt, 2002b, p. 60)

Podemos parafrasear a filósofa e dizer: Se desejarmos ver e conhecer o mundo tal como ele é vivenciado por nosso paciente/cliente, precisaremos entender que esse mundo é um mundo compartilhado com outros, mundo este que separa, ao mesmo tempo em que une as pessoas. É necessário, pois, falar sobre ele, ouvir opiniões e perspectivas. Sobretudo, lembrar, que o viver num mundo real (isso vale para pacientes e terapeutas/analistas) e o falar sobre ele com outros (aqui também se incluem os terapeutas e analistas) convergem para a construção da *realidade* do mundo.

Utilizo, pois, o conceito, num sentido amplo que nos remete a todos os temas relacionados com a vida *da* e *na pólis*. As "notícias do mundo", expostas na introdução deste trabalho, exemplificam a matéria de que é feita a *política* no mundo. Entendo que a utilização ampla do termo encontra amparo na literatura especializada, tal como exposta no Capítulo II.

Além do referencial conceitual oferecido por Arendt, lanço mão, ainda, do campo conceitual proposto por Samuels (1995) em trabalho similar ao deste estudo:

Por "política" entendo os arranjos e conflitos combinados no interior de uma instituição, ou numa só sociedade, ou entre os países do mundo para a organização e distribuição de recursos e poder, especialmente poder econômico. A política diz respeito ao modo pelo qual o poder é mantido ou desdobrado pelo Estado, por instituições e por interesses setoriais para manter a sobrevivência, determinar comportamentos, obter controle sobre os outros e, mais positivamente talvez, realçar a qualidade da vida humana. A política implica esforços para mudar ou transformar esses arranjos e esforços para mantê-los. O poder econômico e político incluem controles dos processos de informação e representação para servir aos interesses dos

poderosos bem como o uso de força física e a posse de recursos vitais como terra, alimentos, água ou petróleo.

Num nível mais pessoal, há um segundo tipo de política. Aqui, o poder político reflete conflitos sobre a intervenção, significando a capacidade de escolher livremente agir e que ação tomar numa dada situação. Esta é uma política no nível dos sentimentos. Mas política também se refere a uma interação crucial entre estas duas dimensões, entre as dimensões pública e privada do poder. Há conexões entre poder econômico e poder como expresso sobre um nível íntimo, doméstico. O poder é tanto um processo ou rede como um fator estável. Esta versão do poder político é demonstrada experiencialmente: na organização familiar, relações de gênero e raça e em suposições religiosas e artísticas na medida em que afetam a vida de indivíduos.
(pp. 21-22)

Conceito de Alma

A segunda palavra amplamente utilizada no texto deste estudo é *Alma*. Não faço extensas digressões a respeito do conceito, mas o utilizo fortemente ancorado na perspectiva junguiana. Jung (1921/1991) distingue *Alma* de *Psiquê*⁷: "Por psique entendo a totalidade dos processos psíquicos, tanto conscientes como inconscientes. Por alma, porém, entendo um complexo determinado e limitado de funções que poderíamos caracterizar melhor como 'personalidade' " (§ 752).

E, mais adiante, Jung diferencia *alma* de *persona*, indicando as relações de complementaridade dos conceitos:

Assim como a experiência diária nos autoriza a falar de uma personalidade externa, também nos autoriza a aceitar a existência de uma personalidade interna. Este é o modo como alguém se comporta em relação aos processos psíquicos internos, é a atitude interna, o caráter que apresenta ao inconsciente. Denomino persona a atitude externa, o caráter externo; e a atitude interna denomino anima, alma. ... A mesma autonomia que muitas vezes caracteriza a atitude externa também se aplica à atitude interna, à alma. Mudar a persona, a atitude externa, é uma das artes mais difíceis da educação. Igualmente difícil é mudar a alma, pois sua estrutura costuma ser tão firme quanto à da persona. Assim como a persona é um ser que parece constituir o caráter

⁷ Por preferência pessoal, utilizo ao longo deste estudo a forma redacional "psiquê" (com acento) e não "psique" (sem acento), ambas autorizadas pelo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001). Nas citações, contudo, mantenho a grafia escolhida pelos respectivos autores.

total de uma pessoa e talvez a acompanhe inalterada por toda a vida, também sua alma é uma entidade bem determinada, com caráter às vezes bem autônomo e imutável. (Jung, 1921/1991, OC-VI, § 758)

Como se vê, na perspectiva junguiana *persona* representa uma maneira "negociada" de estar no mundo. A *persona* não representa um disfarce, ou uma máscara falsa, mas antes uma roupagem que busca adequar-se aos desafios apresentados pelo mundo (*externo*, na acepção junguiana). Pode-se dizer que os destinos da *persona* e da *alma* encontram-se indissociáveis.

James Hillman, analista americano que aprofundou e ampliou as idéias junguianas do arquétipo, propõe um significado para alma como sendo a metáfora primária da psicologia. A psicologia tem, portanto, a tarefa de "prover a alma com uma narrativa adequada de si mesma" (Hillman, 1992, p. 40). A segunda tarefa da psicologia é "escutar a psique falando através de todas as coisas do mundo, recuperando assim o mundo como lugar da alma" (p. 40).

A visão de Hillman encontra ressonância na forma pela qual utilizo a palavra alma neste estudo. Uma palavra que não denota uma substância, mas antes uma perspectiva, "um ponto de vista sobre as coisas mais do que a coisa em si" (p. 40). A alma, então, refere-se ao "aprofundamento de eventos em experiências", a "possibilidade imaginativa em nossa natureza, o experimentar através da especulação reflexiva, de sonho, imagem e fantasia - aquele modo que reconhece todas as realidades como primariamente simbólicas ou metafóricas" (p. 41). Ao longo deste trabalho, ficará perceptível esse uso metafórico da palavra *alma*.

Itinerário

Após este interregno, voltemos ao itinerário deste trabalho. O estudo compõem-se de um texto introdutório e 12 capítulos:

A Introdução - *A Alma em Busca da Política* - apresenta as inquietações e fantasias do pesquisador sobre os sofrimentos dos seres humanos e seu mundo. Antecipa a necessidade de encontrar um lugar no mundo para uma clínica que lide com a dupla face da alma - individual e coletiva. Além disso, busca apresentar uma visão de conjunto do corpo teórico e empírico do estudo. Uma tentativa de conferir unidade e identidade ao trabalho.

O Capítulo 1 - *A Alma Social e a Alma Política* - título que explicita o uso metafórico da palavra *alma*, procura distinguir as dimensões social e política do viver humano, reportando-se a conceitos sobre política, mundo privado e mundo público, e o caráter

transformador da ação humana.

O Capítulo 2 - *Eu e Minha Circunstância* - discute a idéia de que somos com o entorno, com o mundo e seus acontecimentos, numa dialética que faz dos seres humanos aquilo que eles fazem do mundo que os faz...

Um Muro Invisível entre o Eu e o Mundo - Capítulo 3 - discute a divisão (e o distanciamento) entre o indivíduo e o mundo, decorrente de certa visão antropossocial, contrastando-a com uma perspectiva sócio-histórica de subjetividade.

A seguir, o Capítulo 4 - *A Subjetividade Sitiada* - apresenta um recorte, certamente limitado, sobre as circunstâncias que envolvem a subjetividade dos homens e mulheres contemporâneos. Mais do que exaurir os componentes do "cerco" sofrido por uma subjetividade que se descobre múltipla e descentrada num mundo caleidoscópico, pretende-se reforçar a idéia central de indissociabilidade dos homens e mulheres com seu mundo.

Um Mundo com Alma - Capítulo 5 - ancora-se na metáfora de um mundo com alma - *anima mundi* - conceito platônico retomado por autores contemporâneos para falar do caráter coletivo de nossas psiquês, da animação do mundo realizada pelos seres humanos, e das conseqüências éticas para o trabalho psicológico.

O Capítulo 6 - *A Psicologia Política* - procura oferecer uma visão geral de um campo de estudos sobre a *alma política*. Campo híbrido, tributário de várias disciplinas antropossociais, que discute o caráter inerentemente político do fazer psicológico. Pretende-se oferecer uma perspectiva crítica da intervenção psicológica sobre a subjetividade humana.

O Capítulo 7 - *Individuação: O Indivíduo e o Mundo* - faz uma digressão sobre o conceito junguiano de individuação, com o intuito de especular sobre as relações entre desenvolvimento psicológico e desenvolvimento político do sujeito, objeto do Capítulo 8 - *Individuação e Política*.

O Capítulo 9 - *A Terapeuta Política* - expõe a visão de psicólogas e psicólogos brasileiros sobre subjetividade e intervenção psicológica, a partir de estudo realizado por Bock; reporta-se, ainda, à pesquisa internacional realizada por Andrew Samuels, analista junguiano, com terapeutas de diferentes abordagens, sobre material político que surge na situação terapêutica, discutindo o papel político dos e das terapeutas.

A Cidadã Terapeuta - Capítulo 10 - especula sobre o papel terapêutico dos habitantes da Cidade, apoiando-se na idéia de que para um mundo que adocece são necessários terapeutas à altura de sua patologia: homens e mulheres cidadãos. Aqui, todos enfrentam os mesmos desafios na *ágora-terapia* da *pólis*.

O Capítulo 11 - *Um Café Filosófico: Filósofos, Psicólogos, Sociólogos e Políticos*

estão convidados! - estabelece relação entre as idéias desenvolvidas ao longo do estudo e a chamada "filosofia clínica", forma de trabalho clínico ancorado na reflexão filosófica.

O Capítulo 12 - *Conversando com Terapeutas sobre Política* - apresenta estudo empírico, complementar aos questionamentos teóricos realizados nos capítulos anteriores, no qual procuro ouvir alguns terapeutas, de diferentes abordagens clínicas, a respeito do tema. Para facilitar o acompanhamento pelo leitor, estruturei o capítulo em uma parte introdutória, com todas as informações relativas ao desenho da pesquisa e 11 seções para a análise, discussão e conclusões das questões investigadas. O trabalho empírico é finalizado com "Avaliação do Encontro pelos Participantes do Grupo Focal" - 12ª seção - e com "Considerações Finais sobre a Pesquisa de Campo" - 13ª seção.

Concluo esta dissertação com "Psiquê na Pólis: Reflexões Finais", avaliando o que aprendi com o estudo em sua totalidade e indicando as questões que acredito serem relevantes para pesquisas futuras.

A Alma Social e a Alma Política

1 Capítulo

O idioma dos romanos, talvez o povo mais político que conhecemos, empregava as expressões 'viver' e 'estar entre os homens' ou 'morrer' e 'cessar de estar entre os homens' como sinônimos.
(Arendt, 2002a)

Se a sua alma pertence a uma outra esfera de valor diferente da política, [a política] não oferece nenhum particular interesse psicológico. [...] as naturezas profunda e genuinamente sociais estarão orientadas em sentido perfeitamente oposto ao da auto-enfatização do homem político. Mas há também aquelas [pessoas] nas quais uma aspiração de poder rudemente desenganada constitui a causa de sua negação do poder.
(Spranger, 1976, p. 245)

- **Na Início dos Tempos...**
- **O Socius e o Politicus**
- **Homo Socialis e Homo Politicus**
- **A Esfera Pública e o Mundo em Comum**
- **Homo Transformator**

No Início dos Tempos...

Quando somente os deuses existiam e não existiam as criaturas mortais, Destino determinou que as criaturas mortais fossem criadas a partir de uma mistura de ferro e fogo, nas entranhas da terra. Prometeu e Epimeteu foram incumbidos de conferir aos seres mortais as qualidades adequadas à sobrevivência de cada um. Epimeteu assumiu a tarefa, cabendo a Prometeu fazer a inspeção final, o controle de qualidade, diríamos hoje...

Epimeteu, diligentemente, realizou o seu trabalho. A alguns animais atribuiu força, porém sem velocidade, esta, em compensação, concedida aos mais fracos. A alguns concedeu garras, para outros diferentes formas de preservação, os que possuíam pequenos corpos passaram a ter asas, ou esconderijos subterrâneos para se esconderem; já os corpulentos encontravam sua proteção em suas próprias dimensões. Enfim, Epimeteu cuidou para que todas as criaturas vivas pudessem ter meios para sobreviver, compensando as eventuais fraquezas com algum recurso estratégico de sobrevivência: pelos abundantes, pele grossa, cascos nos pés, garras, agilidade...

E assim prosseguiu Epimeteu, distribuindo qualidades entre os seres vivos. Ao chegar a vez dos seres humanos, no entanto, já havia esgotado o estoque de capacidades. E assim

permaneceu aturdido até o momento da inspeção de seu irmão Prometeu. Este, ao constatar a imperícia do irmão em relação aos seres humanos, resolveu roubar de Hefesto e de Atena a sabedoria das artes e do fogo. Os homens, assim, passaram a possuir os recursos necessários à luta pela vida.

Os homens, contudo, não possuíam a sabedoria política, privilégio de Zeus. E nesse domínio Prometeu nada podia fazer. Assim sendo, os homens, providos de arte e domínio sobre o fogo, passaram a lutar pela sobrevivência. Mas, ainda assim, encontravam-se em desvantagem em relação a outros animais. Experimentaram, então, constituir cidades, na esperança de, juntos, poderem melhor enfrentar as adversidades. Mas, ao se juntarem, causavam danos recíprocos, pois careciam da arte política. Desentendiam-se e acabavam por se dispersar, tornando-se novamente vulneráveis.

Preocupado com a triste situação dos humanos, Zeus determinou que Hermes levasse aos homens o Pudor e a Justiça, como princípios de ordenação das cidades e laço de aproximação entre os homens. Porém, como esses atributos deveriam ser distribuídos entre os homens?

As artes, roubadas por Prometeu e entregues aos homens, haviam sido distribuídas de maneira parcimoniosa: bastava um homem com conhecimentos de medicina para atender as necessidades de vários outros homens, o mesmo valendo para as outras artes. O Pudor e a Justiça deveriam ser distribuídos segundo este mesmo critério?

Zeus considerou, então, que se tais atributos fossem privilégios de alguns poucos, como acontecia com as demais artes, as cidades correriam perigo e não poderiam subsistir. Decidiu, portanto, que todos deveriam compartilhar desses atributos, passando a valer a seguinte lei: todo homem que fosse incapaz de pudor e de justiça sofreria a pena capital, sendo considerado um fragelo da sociedade...

Assim, Platão (2002, pp. 320d-322-d), em um de seus diálogos – *Protágoras* – escrito quatro séculos antes de Cristo, narra a história do surgimento da política entre os seres humanos. Dádiva dos deuses, salvação da humanidade, condição de sobrevivência da espécie.

O mito enfatiza a condição universal dos seres humanos no compartilhamento da capacidade virtual de viver juntos e, sobretudo, de coordenar suas ações coletivas, administrando suas diferenças. Indica, ainda, o local onde se atualiza permanentemente essa capacidade: a *pólis*.

O Socius e o Politicus

A filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975), em obra póstuma publicada em 1993, nos adverte sobre os cuidados necessários para se falar sobre política. "Devemos - nos orienta a autora - avaliar os preconceitos que todos temos contra a política, visto não sermos políticos profissionais" (Arendt, 2002b, p. 25). Admite que os preconceitos encontravam justificativa na situação política então existente na Europa - Arendt escreve na década de 50 - mas podemos facilmente, a partir de nossas experiências com a realidade política de nosso País, compreender sua advertência!

"Esses preconceitos - continua a autora - indicam que chegamos em uma situação na qual não sabemos - pelo menos *ainda* - nos mover politicamente. *O perigo é a coisa política desaparecer do mundo*" (Arendt, 2002b, p. 25; o itálico da frase é meu). No texto a seguir, procuro rastrear algumas idéias que buscam restituir o lugar da política no mundo.

O termo "Política" deriva-se do adjetivo *politikós*, por sua vez originado de *pólis*, significando tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social (Bobbio, Matteucci & Pasquino, 1991).

Desde sua origem, a palavra sofreu uma transposição de significado: do conjunto de coisas qualificadas pelo adjetivo "político" para o conjunto de conhecimentos sistematizados sobre essas coisas. Foi usada durante muitos séculos para designar obras que se dedicavam ao estudo da esfera de atividades humanas que se referem às coisas do Estado. Na época moderna, o termo passa a designar as atividades que, de alguma maneira, referem-se à *pólis* (Bobbio *et al.*, 1991).

O conceito de Política, entendido como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder. O poder é definido por vezes como uma relação entre dois sujeitos, um dos quais impõe a própria vontade ao outro e lhe determina o comportamento. Assim, o poder político pertence à categoria do poder exercido sobre outro homem, não à do poder do homem sobre a natureza. Contudo, como o domínio sobre os homens não é geralmente um fim em si mesmo, mas um meio para obter determinados fins, como acontece, por exemplo, com o domínio sobre a natureza, pode-se completar a definição de poder como "posse dos meios" (entre os quais se contam como principais o domínio sobre os outros e sobre a natureza) que permitem alcançar justamente uma "vantagem qualquer" ou os "efeitos desejados" (Bobbio *et al.*, 1991, p. 955).

Tradicionalmente, distinguam-se duas esferas de atividades humanas: a social e a política, a primeira referindo-se à vida privada e a segunda à vida pública.

Psiquê na pólis: individuação e desenvolvimento político da personalidade

Arendt (2002a e 2002b) nos mostra que na cultura grega antiga o social referia-se às relações ocorridas no seio da família, enquanto que o político expressava-se nas atividades ocorridas na *pólis*. As relações sociais caracterizavam-se por ocorrer entre desiguais, enquanto que as relações políticas implicavam a participação de iguais, por meio da palavra e da persuasão e nunca pelo uso da força ou violência, esta admissível, contudo, no âmbito da família. A violência era muda, porque não admitia o argumento e, portanto, desprovida da grandeza política. Obrigar alguém a obedecer, ameaçá-lo, era um modo pré-político de agir, não apropriado à vida na *pólis*, e sim à vida em família.

Segundo o pensamento grego, a capacidade dos humanos de organizar-se politicamente opunha-se à associação natural. O *bios politikos* dos seres humanos fora dado com o surgimento da cidade-estado - *pólis*. Na *pólis* experimentava-se a liberdade: num sentido negativo, liberdade de não comandar nem ser comandado, e num sentido positivo, como um espaço produzido por muitos, onde cada um podia se mover entre iguais. Este era o caráter do *ser político, do viver na pólis*.

A liberdade¹, portanto, situa-se exclusivamente na esfera política; as necessidades da vida são um fenômeno pré-político, característico da vida do lar, na qual a força e a violência são justificadas por serem os únicos recursos para vencer a necessidade - por exemplo, a subjugação de escravos - e, assim, alcançar a liberdade. "A violência é o ato pré-político de libertar-se da necessidade da vida para conquistar a liberdade do mundo" (Arendt, 1958/2002a, p. 40).

Para Arendt (2002b), não existe uma substância política original: "o homem é a-político. A política surge no *entre-os-homens*; portanto, totalmente *fora dos homens*" (p. 23). Além disso, a política fundamenta-se na pluralidade dos homens, ela organiza "as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade *relativa* e em contrapartida às diferenças *relativas*" (p. 24).

Somente duas atividades eram consideradas políticas e constituintes do *bios politikos*, tal como definido por Aristóteles: a) a *práxis* (ação) e b) a *lexis* (discurso), de onde se origina a esfera dos negócios humanos, excluindo tudo o que seja apenas necessário ou útil (Arendt, 1958/2002a).

¹ O *demos* que exercia a soberania nas assembléias e tribunais atenienses excluía escravos, mulheres e crianças. Contudo, a grande massa dos homens que compunham o *demos* era formada por trabalhadores, camponeses, artesãos e comerciantes cujos interesses nem sempre eram os mesmos, necessitando, portanto, de um espaço público de mediação. O "povo" ateniense, portanto, estava longe de ser "uma classe privilegiada de ociosos vivendo da renda dos trabalhos de seus escravos" (Mossé, 2004, p. 89).

A política não é necessária, em absoluto - seja no sentido de uma necessidade imperiosa da natureza humana como a fome ou o amor, seja no sentido de uma instituição indispensável do convívio humano. Aliás, ela só começa onde cessa o reino das necessidades materiais e da força física. (Arendt, 2002b, p. 50)

A politicidade, para Aristóteles, é o que distingue os homens dos animais, e não a sociabilidade, pois esta os animais também têm. Mas ao *zoon politikon* é necessário acrescentar o conceito de *zoon logon ekhon* (um ser vivo dotado de fala). Arendt (1958/2002a) nos lembra que

Aristóteles não pretendia definir o homem em geral nem indicar a mais alta capacidade do homem - que para ele não era o logos, isto é, a palavra ou a razão, mas nous, a capacidade de contemplação, cuja principal característica é que o seu conteúdo não pode ser reduzido a palavras. [...] todos os que viviam fora da pólis - escravos e bárbaros - eram aneu logou, destituídos naturalmente, não da faculdade de falar, mas de um modo de vida no qual o discurso e somente o discurso tinha sentido e no qual a preocupação central de todos os cidadãos era discorrer uns com os outros. (p. 36)

Com a ascendência das atividades econômicas à esfera pública, a administração doméstica e as questões a ela associadas, pertinentes à esfera privada da família, se transformaram em interesse coletivo. A tal ponto que, no mundo moderno, as duas esferas de atividade - social e política - frequentemente se superpõem.

Para os antigos, viver uma vida exclusivamente privada, ou seja, não participar da vida pública, significava "privar-se" das capacidades mais elevadas da condição humana. Assim, quem se "privasse" da esfera política não era inteiramente humano. No mundo contemporâneo, não nos damos conta da implicação da noção de privatividade (no sentido da "privação") provavelmente pelo enriquecimento da esfera privada promovida pelo moderno individualismo (Arendt, 1958/2002a): "O fato histórico decisivo é que a privatividade moderna, em sua função mais relevante - proteger aquilo que é íntimo - foi descoberta não como o oposto da esfera política, mas da social, com a qual, portanto, tem laços ainda mais estreitos e mais autênticos" (p. 48). O indivíduo moderno, com seus conflitos, sua incapacidade de sentir-se à vontade na sociedade, ou de viver fora dela, com seus estados emocionais radicalmente subjetivos em constante mutação, nasce desse embate entre o social e o íntimo (privado).

É importante compreender o que Arendt entende por *ação*, categoria exclusiva dos seres humanos:

A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana de pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição - não apenas a conditio sine qua non, mas a conditio per quam - de toda vida política. (Arendt, 1958/2002a, p. 15)

Segundo a autora, a evolução sofrida pela sociedade nos tempos modernos exclui a possibilidade de *ação*, antes exclusiva do lar doméstico. A *ação espontânea ou inusitada* tende a ser abolida, em favor da imposição de regras que levam à normalização dos indivíduos, fazendo com que eles manifestem comportamentos socialmente aceitos. Com o surgimento da sociedade de massas, a esfera do social abrange e controla, com igual intensidade, todos os membros de uma determinada comunidade. A igualdade promovida pela sociedade representa o reconhecimento político e jurídico do fato de que a sociedade conquistou a esfera pública, reservando a distinção e a diferença para as questões privadas do indivíduo.

A igualdade moderna, que se baseia no conformismo e na substituição da *ação* pelo comportamento, como principal forma de relação humana, difere da igualdade preconizada pela vida na *pólis* grega. Na esfera pública cada homem precisava se distinguir dos demais, demonstrando, por meio de feitos ou realizações singulares, que era o melhor de todos - *aien aristuein kai hypeirochon emmenai allon* (ser sempre o melhor e destacar-se entre os outros) (Arendt, 1958/2002a). *Em suma, a esfera pública era o espaço da individualidade, único lugar em que os homens podiam mostrar quem realmente eram.*

A excelência - *arete*, para os gregos, e *virtus*, para os romanos - sempre foi reservada para a esfera pública, onde a pessoa podia se sobressair aos demais, provando o seu valor. Para a excelência era necessária a presença dos outros, dos pares do indivíduo - aqueles que poderiam julgar os seus atos.

Arendt (1958/2002a) constata que apesar de demonstrarmos excelência em muito do que realizamos em público, nossa capacidade de discurso e de *ação* perdeu muito da qualidade pretérita. A preponderância da esfera social banuiu essas capacidades para a esfera do íntimo e do privado. Daí a impressão que se tem de que nossas capacidades humanísticas em geral ficam aquém das nossas capacidades técnicas - por exemplo, as ciências sociais que ainda não

sabem como mudar e controlar a sociedade *versus* as ciências físicas que alteram e controlam a natureza. Espera-se que uma mudança na psicologia dos seres humanos seja capaz de mudar o mundo. Esquece-se da necessidade de mudar o mundo em que esses seres humanos habitam.

Esta interpretação psicológica, para a qual a ausência ou a presença de uma esfera pública é tão irrelevante quanto qualquer realidade tangível e mundana, parece bastante duvidosa em vista do fato de que nenhuma atividade pode tornar-se excelente se o mundo não proporciona espaço para o seu exercício. Nem a educação nem a engenhosidade nem o talento pode substituir os elementos constitutivos da esfera pública, que fazem dela o local adequado para a excelência humana. (Arendt, 1958/2002a, p. 59)

A Esfera Pública e o Mundo em Comum

O termo "público" apresenta dois significados: em primeiro lugar, "tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível" (Arendt, 1958/2002a, p. 59). Temos a tendência de considerar como *real* aquilo que é visto e ouvido por nós mesmos e pelos outros. Decorre disto que os fenômenos íntimos - emoções, sentimentos, percepções, fantasias, imagens - existem numa esfera de existência obscura, até o momento em que são trazidos à luz, sendo desprivatizados e desindividualizados, tornando-se públicos. Exemplos desse processo de transformação podem ser vistos na narração de histórias, prática que perpassa todas as culturas, na transposição artística de experiências individuais e no processo de análise ou psicoterapia. Sempre que falamos de assuntos que só podem ser experimentados na privacidade, ou na intimidade, outorgamos ao tema uma característica de "realidade" que ele antes não apresentava. A *realidade* do mundo - e a prática clínica nos testemunha isso - se nos é assegurada por meio do compartilhamento do ver e do ouvir com os outros aquilo que vemos e ouvimos.

Em segundo lugar, *público* significa o próprio mundo na medida em que "é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele" (Arendt, 1958/2002a, p. 62). Este *mundo* não inclui apenas a terra e a natureza na qual os seres humanos habitam e transitam, mas, também, tudo aquilo que é construído pelos humanos - artefatos, relações e negócios:

Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, [...] como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens. A esfera pública, enquanto

mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros. (Arendt, 1958/2002a, p. 62)

Arendt vê na sociedade de massas a expressão de um mundo que perdeu a força de manter as pessoas juntas, de relacioná-las, ao mesmo tempo em que as separa. Lembra que o mundo comum transcende a duração de nossa vida pessoal "tanto no passado quanto no futuro" (p. 65). O mundo comum existia antes que aqui chegássemos e continuará a existir após a nossa partida. É esta condição que temos em comum com aqueles que nos antecederam, com todos aqueles que vivem conosco e com os que virão depois de nós.

A pólis era para os gregos, como a res publica para os romanos, em primeiro lugar a garantia contra a futilidade da vida individual, o espaço protegido contra essa futilidade e reservado à relativa permanência, senão à imortalidade, dos mortais. (Arendt, 1958/2002a, p. 66)

O mundo manifesta-se em toda a sua "realidade" somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, segundo várias perspectivas, sem que elas (as coisas) mudem de identidade, ou seja, quando todos sabem que "vêm o mesmo na mais completa diversidade" (Arendt, 1958/2002a, p. 67). A *realidade* não é garantida por uma *natureza comum* de todos os seres humanos, mas pelo fato de que, apesar das diferenças de posição e de perspectivas, todos estão interessados no mesmo objeto. *O mundo é, portanto, construído pelo nosso interesse comum em relação a ele.*

A destruição do mundo comum ocorre com a perda de discernimento em relação à sua identidade, que ocorre em situações de isolamento radical - quando ninguém concorda com ninguém - como, por exemplo, nas tiranias, ou nas condições da sociedade de massas - quando todos passam a constituir uma "grande família" desprovida de diversidade e pluralidade. Os seres humanos tornam-se, então, inteiramente *privados*,

[...] privados de ver e ouvir os outros e privados de serem vistos e ouvidos por eles. São todos prisioneiros da subjetividade de sua própria existência singular, que continua a ser singular ainda que a mesma experiência seja multiplicada inúmeras vezes. O mundo comum acaba quando é visto sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva. (Arendt, 1958/2002a, pp. 67-68)

Homo Socialis e Homo Politicus

Para melhor compreendermos as dimensões social e política da vida humana, abordaremos as distinções estabelecidas pelo filósofo e psicólogo alemão Eduard Spranger (1882-1963) em uma das obras maiores produzidas pela cultura ocidental, *Formas de Vida. Psicologia Entendida como Ciência do Espírito e Ética da Personalidade* (1921).

Para Spranger, a Psicologia é uma ciência do sujeito individual. Contudo, considera que este sujeito individual não pode ser visto desligado de suas relações objetivas. Sujeito e objeto mantêm entre si laços indissociáveis, só podem ser pensados um em relação ao outro. Ao acentuarmos o lado objetivo, falamos, com Spranger, de "Ciência do Espírito"; ao acentuarmos o sujeito individual, falamos de "Psicologia". A Ciência do Espírito se ocupa "... 1) das formações transubjetivas e coletivas da vida histórica que, a título de interconexões de resultados históricos supra-individuais, abarcam vários sujeitos individuais; 2) das leis ideais do espírito, das normas, em conformidade com as quais o sujeito individual forma a partir de si próprio ou, através de uma compreensão adequada, acolhe dentro de si um ente espiritual no sentido crítico-objetivo". A Psicologia, em contrapartida, investiga "... 1) as vivências que resultam do entrelaçamento do sujeito com o transubjetivo e coletivo; 2) os atos e vivências que são conformes às leis crítico-objetivas do espírito ou delas se desviam" (Spranger, 1921/1976, p. 25).

Spranger (1921/1976), considera que há seis formas de valores que se encontram objetivamente arraigados na ordem histórica e cultural, cada qual podendo influenciar a vida de uma pessoa, suscitando uma reordenação dos outros valores em função dele. Esses valores determinam seis tipos de personalidade, dominantes na cultura moderna: o teórico, o econômico, o estético, o social, o político e o religioso, centrados respectivamente nos valores da verdade, da utilidade, da beleza, do amor, do poder e na totalidade vital dos valores.

Interessa-nos, aqui, sua análise sobre as diferenças existentes entre a forma de vida *socialmente orientada* e a forma de vida *politicamente dirigida*. Ambas coexistem nos seres humanos, ao lado de outras formas caracterizadas por outros valores, tais como o estético, o econômico, o teórico, o religioso.

A forma política de vida, segundo Spranger (1921/1976), é a reivindicação de poder, ou seja, a aspiração de impor aos demais a própria vontade, enquanto que a forma social de vida caracteriza-se por um sentimento de nivelamento. O *homo socialis* de Spranger não "vive imediatamente por si mesmo, mas, por meio dos demais" (p. 207). A predominância do amor faz coincidir nele o "eu e o tu": "No amor perfeito desaparecem as barreiras da individuação.

Nele coincide perfeitamente o sentimento do eu e o sentimento do tu, ipseidade e auto-alienação, liberdade e renúncia” (p. 207). O *homo socialis* “não quer e não conhece outro exercício de poder senão o poder do amor” (p. 211). Neste modo de vida, impera o anseio da igualdade e do compartilhamento.

O *homo politicus*, em contrapartida, distingue-se pela disposição de ser poderoso, impondo-se aos demais. Todos os demais valores submetem-se à sua vontade de poder. Em suas relações prevalece a preocupação de impor seus motivos e seus valores aos outros. A ele cabe sempre a última palavra. “Todas as manifestações das relações de poder trazem consigo um estilo que se poderia designar no sentido mais amplo como *político*” (Spranger, 1921/1976, p. 225). Contudo,

só no mais extremo isolamento conceptual é que se podem separar os atos espirituais simpatizantes e, nessa medida, igualizadores, dos atos nos quais se baseiam a superordinação e a subordinação sociais. Em toda verdadeira associação humana, as duas coisas se encontram interligadas em gradações difíceis de se apreender. (Spranger, 1921/1976, p. 223)

Podemos deprender, portanto, que para Spranger a relação do homem político com a comunidade apresenta uma duplicidade de aspectos: por um lado, desejo de dominar os homens e, por outro, a de promovê-los por amor a eles. Com isso, o autor conclui que esses dois aspectos são conflitivos e não podem coexistir na alma de um mesmo ser humano. O homem político, então, não está disposto a viver para os outros, sua vontade exige o reconhecimento e o respeito e anseia pela liberdade, enquanto que o amor contém-se sempre em um vínculo. Portanto, para escapar ao exercício individualista do poder, é necessário que o poder seja socialmente fundado, de modo que ao exercê-lo se o faça para trazer felicidade e promoção aos outros. No entrelaçamento dos motivos sociais e políticos, surge a categoria *ética*:

Se [o poder] repousa sobre a superioridade espiritual, sobre a força pessoal e a vontade magnânima de servir governando, temos então o autêntico espírito do chefe, que emprega seu poder apenas no serviço do todo e considera-o como uma obrigação ética perante aqueles que o seguem. (Spranger, 1921/1976, p. 233)

Compreende-se, então, que para Spranger somente com a moderação do impulso de poder - de per si contrário à natureza social - é possível um comportamento político que seja ético, porque voltado para o bem do todo.

Homo Transformator

Para compor o rápido quadro de referência sobre a natureza do fenômeno político e das distinções entre o social e o político, trago algumas considerações feitas pelo filósofo e psicólogo brasileiro, Prof. Antonio Gomes Penna, em sua obra *Introdução à Psicologia Política* (1995).

Para Penna (1995), o "político" é a característica que mais distingue os homens dos animais. O "político" orienta-se para as reformulações estruturais ou institucionais. Os animais não reorganizam os sistemas sociais em que vivem; seu comportamento é regulado por esses sistemas que se revelam como a-históricos. Tais sistemas apresentam um caráter atemporal e permanente. As mudanças ocorrem circunstancialmente e não intencionalmente. Nos animais não observamos condutas reformistas ou, menos ainda, revolucionárias.

Assim, o “comportamento político [pode ser conceituado] como aquele que se orienta para a produção de mudanças – radicais ou não – nas estruturas dominantes” (Penna, 1995, p. 18). Tais mudanças apresentam um caráter histórico, distanciando-se de “imposições instintivas”. Expressam uma intervenção da reflexão crítica sobre a realidade e, não raro, são reprimidas pelo *status quo*.

Penna (1995) identifica uma distinção entre a conduta social e a política exatamente no fato de que a primeira orienta-se para o "outro" enquanto indivíduo; a segunda implica a busca de uma reestruturação ou um re-ordenamento da situação. Neste caso, o "todo" é atingido e não apenas o indivíduo isolado. A conduta política alimenta-se da razão crítica e não da simpatia e do nivelamento.

Embora concordando com a distinção entre o social e o político, tal como enfatizado por Arendt e Spranger, Penna considera que a extensão concedida à dimensão social, quando aplicada tanto ao animal quanto aos seres humanos, merece reparo: enquanto que nos animais os processos de interação social revelam-se geneticamente programados e eventualmente manipulados por condicionamentos comportamentais, nos seres humanos ocorre a participação de processos cognitivos (a consciência) que permite a reflexão sobre a conduta social e, portanto, a sua modificação. O político, então, incide sobre o social.

Concluo este capítulo retornando a Hannah Arendt, defensora emblemática do lugar da política no mundo. Cito-a em extenso excerto, procurando sintetizar o dilema em que nos encontramos, profissionais que se dedicam aos cuidados psicológicos:

Não importa como pode ser feita a pergunta, se é o homem ou o mundo que corre perigo na crise atual, mas uma coisa é certa: a resposta que empurra o homem para o ponto central das preocupações do presente e que acha que deve modificá-lo, remediá-lo, é apolítica em seu sentido mais profundo. Pois, no ponto central da política está sempre a preocupação com o mundo e não com o homem - e, na verdade, a preocupação com um mundo assim ou com um mundo arranjado de outra maneira, sem o qual aqueles que se preocupam e são políticos, julgam que a vida não vale a pena ser vivida. E modifica-se o mundo tão pouco, modificando-se os homens dele - abstraindo-se a impossibilidade prática de tal empreendimento - quanto se muda uma organização ou uma associação, começando-se a influenciar seus membros, de uma maneira ou de outra. Se se quer mudar uma instituição, uma organização ou entidade pública existente no mundo, então só se pode renovar sua constituição, suas leis, seus estatutos e esperar que tudo mais se produza por si mesmo. Isto está relacionado com o fato de que em toda parte em que os homens se agrupam - seja na vida privada, na [vida] social ou na [vida] público-política -, surge um espaço que os reúne e ao mesmo tempo os separa um dos outros. Cada um desses espaços tem sua própria estruturabilidade que se transforma com a mudança dos tempos e que se manifesta na vida privada em costumes; na social, em convenções e na pública em leis, constituições, estatutos e coisas semelhantes. Sempre que os homens se juntam, move-se o mundo entre eles, e nesse interespaço ocorrem e fazem-se todos os assuntos humanos. (Arendt, 2002b, p. 36; os destaques são meus)

A advertência de Arendt atinge a todos nós, profissionais *psi*, de maneira mais enfática ao nos lembrar que os seres humanos agem num mundo real, condicionam o mundo e são por ele condicionados; "... toda catástrofe ocorrida e ocorrente nesse mundo é neles [homens e mulheres] refletida, co-determina-os" (Arendt, 2002b, p. 36). O que de pior nos pode acontecer é o desinteresse absoluto, em relação aos "perigos *externos*, e, por conseguinte, altamente reais, e desviá-los para um âmbito interior que pode no máximo ser refletido, mas não tratado nem modificado" (Arendt, 2002b, p. 37).

Não precisamos necessariamente concordar com a posição extrema - anti-psicológica, por assim dizer - assumida por Arendt ao negar a possibilidade de transformações subjetivas que possam ocorrer sem mudanças prévias no mundo exterior, mas fiquemos com o importante alerta sobre os riscos dos psicologismos, e decorrentes voluntarismos, que nos assediam.

Mas, e quando - temor maior de Arendt - uma barreira se interpõe entre o eu e o mundo, jogando-nos no exílio, acometendo-nos um sentimento de estranheza quando nos deparamos com os *outros* aos quais chamamos de *sociedade*? É necessário analisar as condições que conduzem, neste caso, ao surgimento do *muro invisível que se instaura entre o eu e o mundo*. É o que faremos no próximo capítulo.

Um Muro Invisível Entre o Eu e o Mundo... **2** Capítulo

A subjetividade é um tema ao qual só temos acesso através do sujeito em seus espaços de relação social.
(González Rey, 2004, p. 175)

Na solidão de indivíduo desaprendi a linguagem com que os homens se comunicam.
(Carlos Drummond de Andrade)

- **O Indivíduo Só**
- **Ser Para Outros e Entre Outros**
- **A Subjetividade Sócio-Histórica**

O Indivíduo Só

À margem de um largo rio, ou talvez na encosta íngreme de uma montanha elevada, encontra-se uma fileira de estátuas. Elas não conseguem movimentar seus membros. Mas têm olhos e podem enxergar. Talvez ouvidos, também, capazes de ouvir. E sabem pensar. São dotadas de 'entendimento'. Podemos presumir que não vejam umas às outras, embora saibam perfeitamente que existem outras. Cada uma está isolada. Cada estátua em isolamento percebe que há algo acontecendo do outro lado do rio ou do vale. Cada uma tem idéias do que está acontecendo e medita sobre até que ponto essas idéias simplesmente espelham as ocorrências do lado oposto. Outras pensam que uma grande contribuição vem de seu próprio entendimento; no final, é impossível saber o que está acontecendo por lá. Cada estátua forma sua própria opinião. Tudo o que ela sabe provém de sua própria experiência. Ela sempre foi tal como é agora. Não se modifica. Enxerga. Observa. Há algo acontecendo do outro lado. Ela pensa nisso. Mas continua em aberto a questão de se o que ela pensa corresponde ao que lá está sucedendo. Ela não tem meios de se convencer. É imóvel. E está só. O abismo é profundo demais. O golfo é intransponível. (Elias, 1994, pp. 96-97)

A parábola descrita por Norbert Elias (1897-1990), sociólogo alemão, refere-se ao indivíduo que se sente só, isolado, em oposição ao *mundo externo* das pessoas e das coisas. *Internamente*, percebe-se como algo distinto do que está *lá fora*. É difícil evitar analogias espaciais, muitas das quais com certa tonalidade psicológica, para se falar dessa experiência de separação do indivíduo em relação ao mundo: *vida interior, mundo externo, mundo interno, conhecimento interior*.

Explica Elias (1994) que a vida em sociedade gera um cerceamento e controle relativamente alto sobre o comportamento do indivíduo, em particular nas sociedades Psiquê na pólis: individuação e desenvolvimento político da personalidade

ocidentais. A internalização desse controle, mediante os exemplos, as palavras e os atos, principalmente dos pais e professores, trata de criar uma segunda natureza que conflita com os impulsos espontâneos do indivíduo. Os impulsos controladores, gerados socialmente, e "reificados por palavras como 'compreensão', 'razão' ou 'escrúpulo', geralmente bloqueiam o acesso direto de outros impulsos mais espontâneos, seja do instinto, dos sentimentos ou do pensamento, à descarga motora na ação" (Elias, 1994, p. 99). Os pensamentos e a autopercepção do indivíduo, apresentam-se então encapsulados no seu interior, retirados que foram do mundo externo, das coisas e das pessoas.

Explorando a parábola, Elias ressalta que as estátuas observam o mundo, elaboram hipóteses sobre ele, mas não se movem, não atuam sobre o mundo, não o pegam. Olham de dentro para um mundo que está lá fora, ou de fora para o interior de suas subjetividades. Origina-se aí a sensação de vazio, de separação intransponível entre uma pessoa e outra, entre o eu e o mundo, um verdadeiro muro invisível. Ao se referir às "filosofias metafísicas da atualidade", tais como o existencialismo, bem como aos filósofos clássicos, Elias (1994) diz:

Com pouquíssimas exceções, tanto uns quanto outros se interessaram primordialmente por questões do ser humano, como se a existência de uma pluralidade de pessoas, o problema da coexistência dos seres humanos, fosse algo acrescentado, acidental e extrinsecamente, aos problemas da pessoa individual. [...] O filósofo, quando suas idéias não se perdem em noções nebulosas de uma existência supra-individual, assume sua posição 'no' indivíduo isolado. Pelos olhos dele, fita o mundo 'lá fora' como que através de pequenas janelas; ou então medita, desse mesmo ponto de vista, sobre o que está acontecendo 'do lado de dentro'. (p. 101)

A noção de individualidade como expressão de um núcleo *natural* dentro do indivíduo, ao qual vêm se adicionar traços sociais, liga-se a uma concepção de vida íntima que é historicamente determinada. A tensão entre as funções egóicas e superegóicas, por um lado, e as funções instintivas, de outro, fazem parecer ao indivíduo que ele distingue-se *internamente* daquilo que é *externo*: a sociedade e as outras pessoas. O distanciamento do indivíduo em relação ao *mundo externo* colocou-o diante de uma natureza diferente de si mesmo e diante das demais pessoas como um ser independente que as considera como algo da ordem do estranho. Conclui Elias (1994):

Somente quando o indivíduo pára de tomar a si mesmo como ponto de partida de seu pensamento, pára de fitar o mundo como alguém que olha 'de dentro' de sua casa para a rua 'lá fora', para as casas 'do outro lado', e quando é capaz - por uma nova

revolução copernicana em seus pensamentos e sentimentos - de ver a si e a sua concha como parte da rua, de vê-los em relação a toda a rede humana móvel, só então se desfaz, pouco a pouco, seu sentimento de ser uma coisa isolada e contida 'do lado de dentro', enquanto os outros são algo separado dele por um abismo, são uma 'paisagem', um 'ambiente', uma 'sociedade'. (p. 53)

Para Elias (1994), a *individualidade* consiste na peculiaridade das funções psíquicas de uma pessoa, uma qualidade estrutural da auto-regulação dessa pessoa em relação a outras pessoas e coisas. Refere-se, portanto, à maneira e à medida especiais em que a qualidade estrutural do controle psíquico difere de uma pessoa para outra.

Mas essa diferença específica das estruturas psíquicas das pessoas não seria possível se sua auto-regulação em relação a outras pessoas e coisas fosse determinada por estruturas herdadas, da mesma forma e na mesma medida em que o é a auto-regulação do organismo humano, por exemplo, na reprodução de órgãos e membros. A individualização das pessoas só é possível porque o primeiro controle é mais maleável que o segundo. (p. 54)

É claro que a pessoa que cresce fora do convívio humano não desenvolve a *individualidade*. A progressiva modelagem das maleáveis funções psíquicas, na interação com outras pessoas e com as circunstâncias, confere a configuração singular que distingue esta pessoa das demais e a que chamamos de individualidade humana: "A sociedade não apenas produz o semelhante e o típico, mas também o individual" (Elias, 1994, p. 56). Aquilo que usualmente é concebido como duas substâncias separadas, dois níveis do ser humano - sua *individualidade* e seu *condicionamento social* - constitui, na verdade, duas decorrências das relações recíprocas entre as pessoas, que não existem separadamente, mas juntas, sempre.

Ser Para Outros e Entre Outros

A palavra *indivíduo* desperta, para algumas pessoas, sentimentos negativos relacionados com a idéia de *individualismo*, concebido como a característica de indivíduos cruéis, egoístas, impiedosos. Para outras, a palavra associa-se ao orgulho de ser independente, àquilo que a pessoa isolada é capaz de realizar, independentemente de todas as demais pessoas e, muitas vezes, em competição com elas. Às vezes, o termo transmite a idéia de uma pessoa carismática que impressiona com seus feitos.

A palavra *sociedade*, por outro lado, pode evocar a idéia de algo que iguala a todos, que impede a auto-realização ou o desenvolvimento da personalidade individual; a imagem de uma massa indiferenciada de pessoas que coloca a todos em um nível inferior de humanidade.

Os conceitos, portanto, são vistos freqüentemente como distintos e opostos. As pessoas os concebem assim em função dos seus desejos e temores, ou seja, por associá-los a sentimentos e valores emocionais diferentes e contraditórios, e não em decorrência de uma análise crítica dessas entidades.

A análise crítica deverá propiciar uma visão dos diferentes níveis de realidade expressos pelos dois termos: "São sempre as mesmas as pessoas observadas, mas um ajuste da lente mostra-as como indivíduos, enquanto uma abertura maior ou menor as mostra como unidades sociais - famílias, nações ou talvez empresas, associações profissionais e classes sociais" (Elias, 1994, p. 76).

A idéia de uma existência separada das duas coisas, ou seja, de que existem indivíduos para além da sociedade e de que possa existir sociedade para além dos indivíduos, contribui para o choque entre *individualistas* e *coletivistas* que, segundo Elias (1994), representa um pressuposto tácito, não verificado e não questionado.

A *sociedade* não é algo *externo* aos indivíduos; nem tem o caráter de objeto oposto aos indivíduos. Ela constitui um *nós* que inclui os muitos *eus*. A inserção de cada *eu* neste *nós* explica a conjugação de atos, planos e propósitos de muitos *eus* que origina algo que não foi, muitas vezes, planejado, pretendido ou criado por nenhum indivíduo. Outras vezes, contudo, o entrelaçamento das necessidades e intenções de muitas pessoas, exatamente esse *nós*, produz as transformações impossíveis para cada indivíduo isoladamente.

Segundo Elias (1994), nos faltam modelos conceituais que propiciem uma visão global de como os seres humanos, quer como indivíduos, quer como sociedades, podem harmonizar-se. Como é possível que cada ser humano seja único, diferente de todos os demais, e que sinta, pense e faça o que não é feito por nenhuma outra pessoa? Como é possível que sejamos autônomos e, ao mesmo tempo, seres que existem *para* outros e *entre* outros, compondo sociedades diversas em suas estruturas, com histórias muitas vezes pretendidas, outras não, e sem as quais não poderíamos sobreviver quando crianças, nem aprender a falar, pensar, amar ou comportar-se como seres humanos?

Para Elias (1994), as dificuldades residem nos *modos de pensar que utilizamos para analisar a nós mesmos como objetos de pensamento*. O autor chama atenção para o fato de

que os seres humanos, ao longo da história, têm conseguido conter, gradativamente, as ameaças do mundo exterior, advindas dos fenômenos naturais. Desenvolveram pensamentos e ações voltados para o controle desse mundo natural. A ciência foi um dos instrumentos desse esforço de controle e domínio sobre o mundo.

As ciências humanas e as idéias que as pessoas têm sobre si mesmas como *indivíduos* e *sociedades* são determinadas por situações em que os seres humanos introduzem perigos e temores basicamente incontroláveis na vida uns dos outros. E, em situações de perigo e ameaça, prevalecem concepções que contribuem para constante reprodução desses mesmos perigos e ameaças: o outro, que difere de mim, pertence ao *mundo externo*, me é estranho e me ameaça. Como disse Bateson: "Existe uma ecologia das idéias danosas, assim como existe uma ecologia das ervas daninhas" (Bateson, conforme citado por Gattari, 2000. p. 7).

A Subjetividade Sócio-Histórica

É necessário, pois, buscar a superação da visão dicotômica indivíduo x sociedade e constituir um modelo conceitual que permita responder à suposta contradição entre a autonomia do sujeito e o *ser para outros e entre outros*, conforme questão proposta por Elias (1994) e citada algumas linhas acima. Para isso, recorreremos, nesta seção, à definição sócio-histórica (ou histórico-cultural, como se prefira) de subjetividade proposta por González Rey (1997):

A subjetividade é a constituição do psíquico no sujeito individual, e integra também os processos e estados característicos desse sujeito em cada um de seus momentos sociais, os quais são inseparáveis do sentido subjetivo que tais momentos tenham para ele. Simultaneamente, a subjetividade se expressa no nível social como constituinte da vida social, momento que designamos como subjetividade social, e não se diferencia da subjetividade individual por sua origem, mas sim pelo cenário de sua constituição. (p. 83; traduzido por mim)¹

Antes, porém, de acompanharmos o autor em suas reflexões sobre o conceito de sujeito e de subjetividade, é necessário atentar para o fato de que o termo "subjetivo" foi associado, por muito tempo, com erros e distorções da realidade supostamente produzidas

¹ "La subjetividad es la constitución de la psiquis em el sujeto individual, e integra también los procesos y estados característicos a este sujeto em cada uno de sus momentos de acción social, los cuales son inseparables del sentido subjetivo que dichos momentos tendrán para él. Simultaneamente la subjetividad se expresa a nível social como constituyente de la vida social, momento que hemos designado como subjetividad social, y no se diferencia de la individual por su origen sino por el escenario de su constitución." (p. 83)

pelo sujeito. Devemos esta visão à psicologia positivista que imperou durante a primeira metade do século XX, mas que se mantém preservada, ainda hoje, nas concepções das pessoas comuns: rotular algo de "subjetivo" significa retirar-lhe o caráter de real e verdadeiro. O subjetivo é associado, então, ao interno, mero reflexo, freqüentemente distorcido, do mundo externo, podendo representar um obstáculo à captação de uma realidade objetiva independente.

Era necessário especificar uma nova ordem de processos que caracterizassem o subjetivo, "uma nova definição ontológica do sujeito" como produtor de sentidos (González Rey, 2004, p. 124). O sentido confere uma especificidade à psiquê humana e agrega um caráter subjetivo aos processos sociais. Rompe-se a dicotomia mundo interno-mundo externo: "A subjetividade não é o oposto do objetivo, é uma qualidade da objetividade nos sistemas humanos produzidos culturalmente" (González Rey, 2004, p. 125).

A subjetividade refere-se, assim, a um conceito ontológico de psiquê que configura um sistema integrador do homem e da cultura. O desenvolvimento psíquico é definido, então, como inseparável da cultura.

A subjetividade constitui-se em dois espaços permanentemente relacionados e mutuamente condicionados. Nessa mútua determinação torna-se impossível distinguir os processos sociais nos quais se produz a ação individual, bem como os processos psíquicos individuais que constituem essa ação. A subjetividade individual subjetiva os espaços sociais nos quais atua, ora conformando-se a esses espaços, ora contradizendo-os, ora confrontando-os. O desenvolvimento tanto do indivíduo quanto do espaço social depende precisamente dessa tensão produzida pelo processo de subjetivação.

A subjetividade, então, é um fenômeno que não se reduz nem ao individual, nem ao social em abstrato. Ela é configurada social e historicamente, em cenários sociais e individuais, mas caracteriza-se pela produção de sentidos que não se reporta nem somente a uma instância social, nem apenas a uma individual, mas a ambas simultaneamente. As subjetividades social e individual são, portanto, momentos diferentes de um mesmo sistema.

O sujeito, constituído continuamente ao longo de sua história, *subjetiva* cada uma de suas atividades atuais, criando sentidos que por sua vez possibilitam a subjetivação de outras atividades que retroagem sobre o sujeito, num "processo de integração, organização e mudança que tem de ser captado em seu caráter processual" (González Rey, 2004, p. 127). Só podemos falar de sujeito quando há produção de sentidos; caso contrário, o sujeito reduz-se à pura determinação social, perdendo-se o sentido mesmo de sujeito.

O caráter social do sujeito refere-se à sua gênese e história, mas que não implica uma relação de determinação direta e linear da subjetividade por um social objetivo e externo ao indivíduo. O conceito de subjetividade é exatamente o que possibilita o escape do "beco sem saída" da discussão sobre a precedência de determinação entre indivíduo e meio social. A ação do sujeito é criação de sentido instigada por um evento ou processo social que incide sobre o indivíduo. Neste sentido, o sujeito se especifica mediante a criação de sentido. A subjetividade se configura ao longo de sua história por meio do processo incessante de produção de sentidos, constituindo "peças de sentido" dessa história. "E essas peças, nesse momento concreto, não são sociais, e sim subjetivas, constituídas em um sujeito concreto" (González Rey, 2004, p. 129).

Assim, os sistemas humanos - os seres humanos e seus contextos sociais - produzem sentidos que, uma vez dominantes em dada sociedade, produzem realidades culturais que são governadas por sistemas subjetivos que também têm uma história.

A subjetividade organiza-se por meio de processos e configurações que se interpenetram e que estão em constante desenvolvimento e vinculados à inserção simultânea do sujeito na sociedade, sistema igualmente complexo. A subjetividade se desenvolverá no confronto com sistemas diversos que não se organizam necessariamente de acordo com as necessidades atuais de organização e desenvolvimento da subjetividade individual.

A subjetividade constitui um sistema aberto permanentemente envolvido com os vários contextos em que o homem vive. O sujeito representa o indivíduo subjetivado, produtor de sentidos através das configurações subjetivas que caracterizam sua personalidade, imerso de forma permanente em contextos nos quais atua e se expressa. Esses processos ocorrem na relação contraditória entre as várias necessidades do sujeito, que se definem por configurações subjetivas que entram em jogo em cada um dos espaços de sua ação; e também pelas novas necessidades derivadas do contexto em que atua. (González Rey, 2004, pp. 157-158)

Decorre desta visão que o sujeito terá que encontrar formas de relação e ação que sejam compatíveis com a organização e desenvolvimento de sua subjetividade individual e que permitam sua inserção nos diferentes sistemas de relações sociais nos quais ele se constitui. Neste processo, a subjetividade passa por um processo contínuo de reconfigurações que são sempre mediatas no tempo, definindo assim o seu caráter histórico.

A constituição da subjetividade individual, então, é um processo histórico e singular, que se define não de fora, mas na unidade dialética complexa entre o sujeito e seu meio atual:

Psiquê na pólis: individuação e desenvolvimento político da personalidade

"A constituição subjetiva do real e sua construção são processos simultâneos que se inter-relacionam, porém não por meio da intenção do sujeito, que não é mais do que um momento deste processo complexo" (González Rey, 1997, p. 84, traduzido por mim)².

A subjetividade desenvolve suas próprias necessidades ao longo de sua história. Uma vez constituída em suas formas primárias, se converte, para cada sujeito concreto, no próprio cenário de seu desenvolvimento, sobre a qual o externo intervém só como momento constituído do sistema, com o que, de fato, deixa de ser externo. As necessidades do sujeito relacionam-se com o processo de auto-organização de sua subjetividade, bem como com as exigências do cenário social dentro do qual esse sujeito se expressa. As necessidades constituídas neste processo se estruturam na história subjetiva de cada sujeito concreto, em sua condição social, e se diferenciam essencialmente das necessidades biológicas não só por seu conteúdo, mas também por sua própria natureza dinâmica.

González Rey (1997) nos explica que os objetos, fenômenos e fatos da realidade social não afetam o desenvolvimento subjetivo a partir de sua condição externa, mas pela sua expressão em termos subjetivos. Isto não significa que o real tenha um papel passivo, mas que é ativo somente em termos do sistema em que se constitui. A subjetividade é afetada por aqueles eventos cujos efeitos são traduzíveis em suas formas constitutivas. A influência do externo nunca se definirá por sua condição supostamente independente do sujeito, mas por um processo de relação onde o externo se faz compatível com o subjetivo. A compatibilidade não quer dizer coincidência, mas a possibilidade de tomar valor nas formas qualitativas que caracterizam a organização subjetiva.

A consideração da dimensão subjetiva dos fenômenos humanos elimina a dicotomia "externo-interno", uma vez que todo fato social que adquire uma significação para a constituição subjetiva da personalidade se define por seu sentido subjetivo, deixando de ser um fato externo e aparecendo como um novo momento do sistema subjetivo no qual se expressa. O sentido subjetivo do fato social se constitui a partir da união indissolúvel de sua especificidade e a história singular da própria personalidade individual. Além disso, as decisões do sujeito em face dos eventos sociais representam aspecto essencial na definição do sentido subjetivo desses eventos, configurando sua experiência social. González Rey (2004) acredita que:

² "La constitución subjetiva de lo real y su construcción son procesos simultáneos que se interrelacionan entre sí, pero no através de la intención del sujeto, la cual no es más que um momento de este complejo proceso" (González Rey, 1997, p. 84).

A partir dessa representação da subjetividade social, torna-se imprescindível para a psicologia social começar a trabalhar com espaços que até o momento, diante da hegemonia de uma visão fragmentada de objeto, foram totalmente desprezados como a saúde, a escola, as prisões, enfim, as mais diversas instituições de uma sociedade concreta. Todos os espaços de produção social são cenários para o estudo da subjetividade social. (p. 147)

O sujeito representa a possibilidade de particularização dentro dos processos normativos de toda a sociedade e, nesse sentido, está associado ao caráter processual e à tensão que caracterizam a vida social, marcando um processo suscetível de mudanças permanentes e inesperadas, e não um sistema submetido a leis supra-individuais que decidem o destino da história. "O sujeito se exerce na legitimidade de seu pensamento, de sua reflexão e das decisões por ele tomadas. Por elas, ele entra na dinâmica complexa da vida social" (González Rey, 2004, p. 149).

Assim, negar o pensar e o agir do sujeito diante do estabelecido representa a negação mesma desse sujeito. O sujeito individual representa sempre uma possibilidade de mudança, por meio de sua ação particular que pode engendrar novos processos de subjetivação no nível da subjetividade social, como a história nos demonstra frequentemente.

Conclui-se que a categoria *sujeito* é inseparável da categoria *subjetividade*. O sujeito caracteriza-se pela produção de sentidos e a subjetividade por ser um sistema de configurações de sentido ao longo da história do sujeito. Neste sistema de configurações de sentido organizam-se os espaços de subjetividade social e individual. O sujeito está a qualquer momento, no curso de suas atividades, gerando contradições produtoras de sentido que buscam se resolver e que se integram ao processo de seu desenvolvimento.

González Rey (2004) completa, ressaltando a categoria *sujeito* como articuladora dos conceitos *indivíduo* e *sociedade*:

A categoria sujeito abre um espaço... para a compreensão tanto da sociedade quanto da subjetividade humana. Uma teoria da subjetividade sem sujeito seria uma teoria encapsulada no indivíduo, que não teria como transformar-se em uma teoria que integrasse indivíduo, sociedade, cultura e história, que é o que se pretende com essa abordagem histórico-cultural ao tema da subjetividade. (pp. 174-175)

Esta é uma forma de pensar que talvez ajude a transpor o "golfo intransponível" mencionado por Elias (1994), estabelecendo o elo entre o sujeito, o mundo e suas circunstâncias.

Eu e Minha Circunstância **3** Capítulo

*Eu sou eu e minha circunstância, e se não salvo a ela
não me salvo a mim¹.*

(Ortega y Gasset, 1914/1967, p. 52)

Salvemo-nos no mundo - salvemo-nos nas coisas.

(Ortega y Gasset, 1958/1971, p. 161)

- **Consciência do Mundo**
- **Um Arco que Une o Mundo e o Eu...**
- **Viver é Encontrar-se num Mundo...**
- **Práxis - Ação e Reflexão sobre o Mundo**

Consciência do Mundo

Paulo Freire (1921-1997) foi um dos mais expressivos educadores brasileiros, certamente conhecido em boa parte do mundo por seus trabalhos relacionados à educação libertadora. Suas idéias sobre educação como ação cultural voltada à transformação sociopolítica, seu método de conscientização e de alfabetização, são hoje largamente divulgados e estudados². Interessa-nos aqui, particularmente, suas idéias sobre as relações ontológicas entre ser humano e mundo.

Para Freire (1980) homens e mulheres são seres *inconclusos*, capazes de terem a si mesmos como objeto de sua consciência, o que os distingue dos animais, incapazes que são de distinguir-se de sua atividade, sobre a qual não podem exercer um ato reflexivo. Isto significa que o animal não consegue imprimir um significado que vá além de si mesmo para as transformações que ocorrem no mundo.

O animal, então, não se separa de sua atividade, por ser incapaz de distanciar-se dela por um ato de perspectiva e, portanto, o *ponto de decisão* desta atividade encontra-se fora dele, ou seja, localiza-se na espécie da qual faz parte. Os mecanismos instintivos, herdados da espécie, asseguram aos animais suas atividades de sobrevivência. Nas palavras de Freire (1980): "Pelo fato de que sua atividade seja ele e ele seja sua atividade, não podendo dela separar-se, enquanto seu ponto de decisão se acha em sua espécie e não nele, o animal se constitui, fundamentalmente, como um 'ser fechado em si mesmo' " (p. 104).

1 Expressão-síntese da doutrina orteguiana, formulada pela primeira vez em 1914, nas *Meditaciones del Quijote* [nota de rodapé do tradutor em Ortega y Gasset (1958/1971, p. 154)].

2 Para conhecer a vida e obra deste importante educador e filósofo brasileiro, consultar o *site* do Instituto Paulo Freire (disponível em <http://www.paulofreire.org>)

O animal é a-histórico, vive imerso no *mundo*, não lhe atribuindo um sentido e vivendo num eterno presente, um *presente absoluto*, pois lhe falta a perspectiva de futuro. A rigor, o animal não habita um *mundo*, pois "o mundo não se constitui em um 'não-eu' para ele, que seja capaz de constituí-lo como eu" (p. 104). E, ainda,

O mundo humano, que é histórico, se faz, para o "ser fechado em si mesmo" mero suporte. Seu contorno não lhe é problemático, mas estimulante. Sua vida não é um correr riscos, uma vez que não os sabe correndo. ... O animal, por isso mesmo, não pode comprometer-se. Sua condição de a-histórico não lhe permite assumir a vida, e, porque não a assume, não pode construí-la. E, se não a constrói, não pode transformar o seu contorno. ... Esta é a razão pela qual o animal não animaliza seu contorno para animalizar-se, nem tampouco se desanimaliza. No bosque, como no zoológico, continua um "ser fechado em si mesmo" - tão animal aqui, como lá. (Freire, 1980, p. 105)

Homens e mulheres, pelo contrário, constroem um mundo, ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão. Atuam em função das finalidades que propõem e se propõem e localizam o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com o mundo, e com os outros. Conclui Freire (1980):

Ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizam nele, na medida em que dele podem separar-se e, separando-se, podem com ele ficar, os homens, ao contrário do animal, não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica (p. 105).

Um Arco que Une o Mundo e o Eu...

Para prosseguirmos na reflexão sobre as relações homem-mundo, consideremos algumas das idéias de José Ortega y Gasset (1883-1955), filósofo espanhol, cuja obra, segundo Rohmann (2000), se compara à dos existencialistas franceses e alemães e à dos fenomenólogos, embora seja menos divulgada e conhecida no Brasil.

O filósofo defendia a noção de *razão vital*, a razão como o bem mais valioso da vida, meio pelo qual *negociamos* continuamente com o mundo novos sentidos, novas possibilidades.

A expressão máxima de sua filosofia - "Eu sou eu e minha circunstância" -, que tomei emprestada para dar nome a este capítulo, é uma síntese cristalina de um corpo de idéias que

remete à ligação ontológica, inextricável, entre os seres humanos e o mundo, tal qual a visão de Paulo Freire exposta na abertura deste capítulo. Razão pela qual, seu pensamento nos interessa.

Ortega y Gasset (1958/1971) afirma, como outros filósofos antes e depois dele, que a realidade externa do mundo é apenas presumida, ou seja, que uma realidade *em si*, independente do sujeito, representa um problema para a filosofia que, portanto, não pode aceitá-la. Isto significa que o mundo exterior não está separado de minha autopercepção, que "o mundo exterior não existe no mundo exterior, mas em meu constatar-me" (p. 150). O mundo exterior localiza-se no interior desta minha autopercepção.

O autor refuta a tese do idealismo que vê a questão como um dilema: ou os objetos têm realidade absoluta no sujeito ou a têm no sujeito; a tese assegura que para *ser* o objeto tem que *estar* em algum lugar e não há dúvida de que o objeto é alguma coisa. Prossegue, então, em seu argumento: se não posso assegurar que o objeto esteja fora, já que não posso sair de mim para ir fora de mim e captá-lo em sua realidade absoluta, então tenho que reconhecê-lo como conteúdo mental em mim.

Desta maneira, o autor aponta o que considera um "erro" do idealismo - ter-se convertido em subjetivismo - ao sublinhar que as coisas dependem, para existir, de que as pense, esquecendo-se de que minha subjetividade depende também da existência dos objetos. "O erro foi fazer que o eu sorvesse o mundo, ao invés de deixá-los ambos inseparáveis, imediatos e juntos, e, por isso mesmo, distintos" (p. 152). Ora, "eu sou para o mundo e o mundo é para mim. Se não há coisas que ver, pensar e imaginar, eu não veria, pensaria ou imaginaria - isto é, eu não seria" (p. 153).

Ortega y Gasset (1958/1971) parte de um "fato primário", como ele mesmo diz, que se assegura a si mesmo:

Este fato é a existência conjunta de um eu ou subjetividade e seu mundo. Não há um sem o outro. Eu não me dou conta de mim senão como dando-me conta de objetos do contorno. Eu não penso se não penso coisas - portanto, ao achar-me a mim acho sempre diante de mim um mundo. Eu, enquanto subjetividade e pensamento, me encontro como parte de um fato dual cuja outra parte é o mundo. Portanto, o dado fundamental e insofismável não é minha existência, não é 'eu existo' - porquanto é minha coexistência com o mundo. (p. 153; destaques são meus)

O filósofo nega, portanto, que a consciência exista apenas e fundamentalmente com o pensar e com o eu.

A verdade é que existo eu com meu mundo e em meu mundo - e eu consisto em ocupar-me com esse meu mundo, em vê-lo, imaginá-lo, pensá-lo, amá-lo, odiá-lo, estar triste ou alegre nele e por ele, mover-me nele, transformá-lo e sofrê-lo. Nada disto poderia sê-lo eu se o mundo não coexistisse comigo, diante de mim, ao meu redor, apertando-me, manifestando-se, entusiasmando-me, afligindo-me. (Ortega y Gasset, 1958/1971, p. 154)

A este fato fundamental - o de alguém que vê, ama, odeia, deseja um mundo, move-se nele, sofre por ele e esforça-se nele - a este fato Ortega y Gasset denomina "minha vida" (p. 154), conceito que será desdobrado a seguir.

Viver é Encontrar-se num Mundo...

Para Ortega y Gasset (1958/1971), "existir é primordialmente coexistir - é ver eu alguma coisa que não sou eu, amar eu a outro ser, sofrer eu das coisas" (p. 159). O idealismo erra, portanto, ao acreditar na dependência unilateral das coisas em relação ao sujeito, esquecendo-se da contrapartida, qual seja, a de que também o sujeito depende delas, do próprio mundo. "Trata-se, pois, de uma interdependência, de uma correlação, em suma, de coexistência" (Ortega Y Gasset, 1958/1971, p.160).

Assim, o único ser indubitável que encontramos é a *interpendência do eu e das coisas*: "as coisas são o que são para mim, e eu sou o que sofre das coisas - portanto, que o ser indubitável é, como se vê, não o suficiente, mas o 'ser indigente'. Ser é necessitar um do outro" (Ortega y Gasset, 1958/1971, p. 160).

A essa realidade que consiste em que "um eu veja um mundo, o pense, o toque, o ame ou deteste, lhe entusiasme ou lhe aflija, o transforme e tolere e sofra, é o que desde sempre se chama 'viver', 'minha vida', 'nossa vida', a de cada qual" (p. 161). Viver consiste em compreender que se é, descobrir-se e ao mundo em torno. "Viver é encontrar-se num mundo" (p. 166).

Mundo é aquilo que nos diz respeito. E viver implica cada qual achar-se a si mesmo em face de temas, de assuntos que lhe dizem respeito. Assim, "a vida se encontra a si mesma ao mesmo tempo em que descobre o mundo. [...] Todo viver é ocupar-se com o outro que não

é ele mesmo, todo viver é conviver com uma circunstância" (Ortega y Gasset, 1958/1971, p. 167).

Nossa vida, de acordo com isso, não é só nossa pessoa, porquanto dela forma parte nosso mundo: ela - nossa vida - consiste em que a pessoa se ocupa das coisas ou com elas, e evidentemente o que nossa vida seja depende tanto do que seja nossa pessoa como do que seja nosso mundo. [Por isso podemos representar "nossa vida" como um arco que une o mundo e eu; mas não é primeiro eu e depois o mundo, senão ambos ao mesmo tempo]. Nem nos é mais próximo um que o outro termo: não nos damos conta primeiro de nós e depois do contorno, porquanto viver é, evidentemente, em sua própria raiz, achar-se diante do mundo, com o mundo, dentro do mundo, submerso em seu tráfego, em seus problemas, em sua trama irrequieta. Mas também vice-versa: este mundo, ao compor-se apenas do que nos diz respeito a cada qual, é inseparável de nós. (Ortega y Gasset, 1958/1971, p. 167)

Vivemos nossa condição humana, lançados em um mundo que não escolhemos pela nossa própria vontade. Viver, portanto, implica decidir constantemente o que seremos. Somos chamados a ser aquilo que ainda não somos! Somos projeto, consistimos em ser o que ainda seremos. Nesta perspectiva,

não é o presente ou o passado o primeiro que vivemos, não; a vida é uma atividade que se executa para a frente, e o presente ou o passado se descobrem depois, em relação com esse futuro. A vida é futurização, é o que ainda não é. (Ortega y Gasset, 1958/1971, p. 171).

Sou sempre eu e meu mundo; quando me encontro acho também o meu mundo. Ele existe para mim e atua sobre mim. Este "mundo vital" não representa mistério para mim, porque "consiste exclusivamente no que percebo, tal e como o percebo. Em minha vida não intervém senão aquilo que nela se faz presente. O mundo, em suma, é o vivido como tal" (Ortega y Gasset, 1958/1971, p. 177).

O mundo vital é composto por possibilidades, a cada instante; *posso* fazer isto ou aquilo, não tenho apenas que fazer por força isto e apenas isto. Essas possibilidades não são ilimitadas, mas se abrem como um campo de opções em minha vida. Se fossem ilimitadas, habitaríamos um mundo em que tudo seria igualmente possível, e não poderíamos nos decidir por nada! "Para que haja decisão tem que haver ao mesmo tempo limitação e largueza, determinação relativa" (Ortega y Gasset, 1958/1971, p. 184).

A essa "limitação e largueza, determinação relativa" Ortega y Gasset (1958/1971) denomina "circunstâncias". A vida ocorre em torno - *circum* - das coisas e das demais pessoas. O mundo vital é constitutivamente circunstância, é este mundo, aqui, agora.

Circunstância [é] alguma coisa determinada, fechada, mas ao mesmo tempo aberta e com largueza interior, com vão ou concavidade onde se mover, onde se decidir: a circunstância é um álveo³ que a vida se vai fazendo dentro de um rio inexorável. Viver é viver aqui, agora - o aqui e agora são rígidos, impermutáveis, mas amplos. Toda vida se decide a si mesma constantemente entre vários possíveis". (p. 184)

Ortega y Gasset retoma aqui a sua frase-síntese das relações homem-mundo: "Eu sou eu e minha circunstância". Eu sou diante das coisas, circum-ambulando as coisas e as pessoas, determinando-as e sendo por elas determinado. O mundo não me é estranho, porque somos feitos da mesma substância! Tenho a ver com ele tanto quanto ele tem a ver comigo.

As *circunstâncias*, ou simplesmente *circunstância*⁴, no singular, como preferia Ortega y Gasset, constituída por e constituinte do ser humano, muitas vezes inibidora do *ser mais* humano, assume na práxis transformadora de Paulo Freire o papel das *situações-limites* com as quais homens e mulheres se deparam em seu viver.

Situações-Limites e Atos-Limites

Segundo Freire (1980), os seres humanos "ao se separarem do mundo que objetivam, ao separarem sua atividade de si mesmos, ao terem o ponto de decisão de sua atividade em si, em suas relações com o mundo e com os outros", ultrapassam as chamadas "situações-limites", que não devem ser tomadas como barreiras insuperáveis (p. 106).

No momento em que os seres humanos apreendem estas "situações-limites" como obstáculos à sua libertação, elas se transformam em "percebidos destacados" em sua visão de mundo. Revelam-se, assim, como realmente são: dimensões desafiadoras sobre as quais os seres humanos atuam por meio de ações que Álvaro Vieira Pinto⁵ (1909-1987) chama de

³ *Álveo* - leito de rio ou qualquer outro curso de água (conforme Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa).

⁴ Para uma discussão mais completa do conceito de circunstância em Ortega y Gasset, ver os comentários de Julián Marías *in* *Meditações do Quixote* (Ortega y Gasset, J., 1914/1967, pp. 202-207).

⁵ Álvaro Vieira Pinto (1909-1987), médico, violinista, poliglota, matemático e filósofo brasileiro, exerceu importante influência sobre o pensamento de Paulo Freire. É dele a idéia de "atos-limites" explorada por Freire (1980, p. 106, nota de rodapé): "Para Vieira Pinto, as "situações-limites" não são 'o contorno infranqueável onde terminam as possibilidades, mas a margem real onde começam todas as possibilidades'; não são 'a fronteira entre o ser e o nada, mas a fronteira entre o ser e o ser mais' (mais ser). Álvaro Vieira Pinto, *Consciência e Realidade Nacional*, ISEB - Rio, 1960, vol. II, p. 284".

atos-limites, atos que se "dirigem à superação e à negação do dado, em lugar de implicarem na sua aceitação dócil e passiva" (Freire, 1980, p. 106). É próprio dos seres humanos estar em relação de enfrentamento com sua realidade na qual, historicamente, se dão as *situações-limites*.

No *mundo* do animal que, em virtude de seu caráter a-histórico, rigorosamente não é *mundo*, mas apenas suporte de sobrevivência, não há *situações-limites*. Da mesma forma, pelo fato de o animal não ser um *ser para si*, falta-lhe o poder de empreender *atos-limites*, que implicam uma "postura decisória frente ao mundo, do qual o ser se 'separa', e, objetivando-o, o transforma com sua ação. Preso organicamente a seu suporte, o animal não se distingue dele" (Freire, 1980, p. 107).

O animal é, portanto, limitado não pelas *situações-limites*, que são históricas, mas pelo próprio suporte. É próprio do animal estar adaptado ao seu suporte e não estar em relação com ele, porque, então, o suporte seria *mundo*. A atividade produtora do animal está submetida à satisfação de uma necessidade física que é puramente estimulante e não desafiadora, o que é característica das *situações-limites*. Os produtos da atividade animal pertencem diretamente a seus corpos físicos, enquanto o homem é livre frente a seu produto. "Somente na medida em que os produtos que resultam da atividade do ser 'não pertençam a seus corpos físicos', ainda que recebam o seu selo, darão surgimento à dimensão significativa do contexto que, assim, se faz mundo" (Freire, 1980, pp. 107-108).

A diferença entre os animais e os seres humanos está em que somente estes últimos são seres da *práxis*. Isto porque somente os *atos-limites* representam uma produção para além de si e uma atuação sobre o mundo, criando o domínio da cultura e da história. A *práxis*, sendo reflexão e ação transformadora da realidade, é fonte de conhecimento reflexivo e criação, o que não ocorre com a atividade animal. "Através de sua permanente ação transformadora da realidade objetiva, os homens, simultaneamente, criam a história e se fazem seres histórico-sociais" (Freire, 1980, p. 108).

Práxis - Ação e Reflexão Sobre o Mundo

Falamos de "unidade epocal" para caracterizar o

... conjunto de idéias, de concepções, de esperanças, dúvidas, valores, desafios, em interação dialética com seus contrários, buscando plenitude. A representação concreta de muitas destas idéias, destes valores, destas concepções e esperanças,

como também os obstáculos ao ser mais dos homens, constituem os temas da época (Freire, 1980, p. 109).

Os temas históricos não se apresentam isolados e desconectados, mas em relação dialética com outros temas, seus opostos, e se encontram nas relações seres humanos-mundo. O conjunto dos temas em interação constitui o *universo temático* da época e indicam tarefas a serem realizadas e cumpridas. De um lado, os temas se encontram envolvidos e, por outro, envolvendo as *situações-limites*. As tarefas implicadas pelos temas, quando cumpridas, constituem os *atos-limites*, sobre os quais falamos acima. Os temas se encontram encobertos pelas *situações-limites* que se apresentam aos homens como se fossem determinantes históricas, esmagadoras, em face das quais não lhes cabe outra alternativa, senão adaptar-se. Desta forma, os homens não chegam a transcender as *situações-limites* e a descobrir ou a divisar, mais além delas e em relação com elas, o *inédito viável*.

Em síntese, as "situações-limites" implicam a existência daqueles a quem direta ou indiretamente "servem" e daqueles a quem "negam" e "freiam". No momento em que estes as percebem não mais como uma "fronteira entre o ser e o nada, mas como uma fronteira entre o ser e o mais ser", se fazem cada vez mais críticos na sua ação, ligada àquela percepção. Percepção em que está implícito o inédito viável como algo definido, a cuja concretização se dirigirá sua ação. (Freire, 1980, p. 110)

Para Freire (1980), a meta da humanização só é alcançada com a superação das *situações-limites* nas quais os homens se acham quase coisificados.

A questão fundamental... está em que, faltando aos homens uma compreensão crítica da totalidade em que estão, captando-a em pedaços nos quais não reconhecem a interação constituinte da mesma totalidade, não podem conhecê-la. E não o podem porque, para conhecê-la, seria necessário partir do ponto inverso. Isto é, lhe seria indispensável ter antes a visão totalizada do contexto para, em seguida, separarem ou isolarem os elementos ou as parcialidades do contexto, através de cuja cisão voltariam com mais clareza à totalidade analisada.

Este é um esforço que cabe realizar, não apenas na metodologia da investigação temática que advogamos, mas, também, na educação problematizadora que defendemos. O esforço de propor aos indivíduos dimensões significativas de sua realidade, cuja análise crítica lhes possibilite reconhecer a interação de suas partes. (p. 113)

A investigação do *tema gerador*, outro conceito freireano, que se encontra contido no universo dos diversos temas geradores em interação, realizada por meio de uma metodologia conscientizadora, possibilita não apenas a apreensão do tema, mas também a inserção dos seres humanos numa forma crítica de pensarem seu mundo. O *tema gerador* só pode ser compreendido nas relações tecidas entre os seres humanos e o mundo; não se encontra nos seres humanos isolados da realidade e, muito menos ainda, na realidade separada dos indivíduos: "Investigar o 'tema gerador' é investigar, repetimos, o pensar dos homens referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis" (Freire, 1980, p. 115).

Isto significa que os temas têm sua realidade subsidiária às relações mantidas pelos seres humanos com seu mundo e referidas a fatos concretos. "Um mesmo fato objetivo pode provocar, numa subunidade epocal, um conjunto de 'temas geradores', e, noutra, não os mesmos, necessariamente. Há, pois, uma relação entre o fato objetivo, a percepção que dele tenham os homens e os 'temas geradores' " (Freire, 1980, p. 110).

Os seres humanos, portanto, se enraizam em condições históricas, de tempo e lugar, que os marcam e que são marcadas por eles. São desafiados por sua própria situacionalidade para refletir e atuar sobre ela. Assim, são seres fundamentalmente situados mas vocacionados ontologicamente para a liberdade e para a transformação: "Os homens são porque estão em situação. E serão tanto mais quanto não só pensem criticamente sobre sua forma de estar, mas criticamente atuem sobre a situação em que estão" (Freire, 1980, p. 119).

O pensar crítico possibilita aos seres humanos emergirem dos condicionamentos históricos, capacitando-os para a inserção na realidade que se desvela. A inserção representa um estado mais avançado do que a imersão, resultado que é da conscientização da situação. Nas palavras de Freire (1980): "A inserção é a própria consciência histórica" (p. 119).

Neste capítulo ressaltei o caráter *circunstancial* da existência humana, ou seja, a ligação radical existente entre o mundo humano, com suas situações, e a subjetividade de homens e mulheres. Para isto, lancei mão das idéias de dois grandes pensadores da situação humana: Ortega y Gasset e Paulo Freire. Ambos profundamente convencidos de que o mundo só se faz mundo pela presença e práxis humanas, mas que também não se pode falar de vida humana sem que se fale deste mesmo mundo. No próximo capítulo, lançaremos um olhar, seguramente panorâmico e não exaustivo, sobre a situacionalidade contemporânea de homens e mulheres, compondo um quadro que resolvi intitular de "a subjetividade sitiada".

A Subjetividade Sitiada **4** Capítulo

A cidade produz o destino da humanidade: suas promoções, assim como suas segregações, a formação de suas elites, o futuro da inovação social, da criação em todos os domínios. Constata-se muito freqüentemente um desconhecimento desse aspecto global das problemáticas urbanas como meio de produção da subjetividade.

(Guattari, 1992, p. 173)

- **O Sujeito Situado e Sitiado**
- **Um Olhar Sobre o Mundo**
- *Homo Mundialis Modernicus*
- **Liberdade Individual e Insegurança Coletiva**

O Sujeito Situado e Sitiado

Situado e sitiado, palavras derivadas de *sítio* ("lugar ocupado por um corpo qualquer", mas também, "terreno próprio para quaisquer construções" e, ainda, "ato ou efeito de sitiar; assédio, cerco", conforme o Dicionário Houaiss, 2001), denotam duas situações (ato ou efeito de situar-se, localizar-se, e de assediar) distintas, embora imbricadas. Aplicadas à subjetividade, como proposto no título deste texto, remetem à localização, posicionamento, inserção construtiva do sujeito na realidade - daí seu caráter existencial e político - mas também ao cerceamento, constrição e isolamento deste mesmo sujeito - de onde o seu caráter sofredor e assediado.

Este duplo aspecto da situação dos seres humanos origina-se do caráter recursivo da existência e destino do ser humano no mundo: homens e mulheres constroem-se, ao mesmo tempo em que constroem o mundo e são por ele construídos; *situam-se e sitiam-se*.

A subjetividade, no mundo contemporâneo, assemelha-se a uma fortaleza sitiada. Buscamos nos fortalecer na eminência de um ataque final oriundo do mundo exterior, diante de inimigos obscuros e incertos que cultivamos fora das muralhas de nosso *eu interior*. Atentemos, então, para as legiões que nos assediam.

Um Olhar Sobre o Mundo

Leonardo Boff, filósofo e teólogo brasileiro, oriundo da Igreja Católica, e um dos criadores da Teologia da Libertação, assinala três problemas que suscitam a necessidade de

uma ética mundial, a saber: a crise social, a crise do sistema de trabalho e a crise ecológica. Essas crises são de caráter planetário e condicionam a subjetividade de homens e mulheres contemporâneos (Boff, 2003).

A crise social é notória. A produção mundial de riquezas é crescente, porém sem uma equitativa e justa distribuição. A distância entre países ricos e pobres se acentua. O atual nível de solidariedade entre as nações é insuficiente para superar os níveis extremos de pobreza, fome e doença.

Boff (2003) antevê tragicamente uma bifurcação da espécie humana. De um lado, a humanidade que habita os países centrais, controladores do processo técnico-científico, do poder econômico e político mundial, ou que, mesmo habitando em países periféricos, constitui um grupo privilegiado que consegue usufruir as benesses econômicas e sociais. De outro lado, a grande massa de humanos que vivem em condições de pobreza, marginalizados e excluídos das conquistas da humanidade opulenta. Os primeiros têm expectativa de viverem até os 90 anos e, logo mais, até os 120 anos, graças aos avanços tecnocientíficos na área da saúde. Os segundos lutam para sobreviver até aos 60 ou 70 anos, ápice de suas expectativas de vida.

Em segundo lugar, a crise do trabalho. Novas formas de produção instituídas por avanços tecnológicos substituem o trabalho humano. Ao lado da destruição dos postos de trabalho, na medida que se tornam descartáveis, aumenta o número de homens e mulheres excluídos em todas as sociedades. Se admitirmos a possibilidade da substituição da força de trabalho humano pela força das máquinas, teremos que assegurar a subsistência de todos. O ideal do *ócio criativo*, proposto por De Masi (2000), está muito distante da realidade de milhões de habitantes do planeta.

Em terceiro lugar, enfrentamos a crise ecológica. A capacidade de destruição do meio-ambiente expandiu-se assustadoramente. Nos tempos da guerra fria, a ameaça do holocausto nuclear representava a catástrofe maior que poderia acometer a humanidade. Hoje são os nossos aerossóis, a devastação das matas, a poluição dos rios e oceanos, o esgotamento dos recursos naturais. A morte anunciada da biosfera. "A sustentabilidade do planeta, urdida em bilhões de anos de trabalho cósmico, poderá desfazer-se. A Terra buscará um novo equilíbrio que, seguramente, acarretará uma devastação fantástica de vidas" (Boff, 2003, p. 13).

Boff (2003) adverte: "Se queremos continuar a aventura terrenal e cósmica, temos de tomar decisões coletivas que se ordenam à salvaguarda do criado e à manutenção das condições gerais que permitam à evolução seguir seu curso ainda aberto" (p. 13).

Para resolver estes problemas globais será necessária uma revolução igualmente global. Boff descarta a viabilidade de uma revolução realizada nos moldes tradicionais. Propõe, então, uma revolução de natureza ética, fundamentada não na razão intelectual, mas

... no pathos, vale dizer, na sensibilidade humanitária e na inteligência emocional expressas pelo cuidado, pela responsabilidade social e ecológica, pela solidariedade generacional e pela compaixão, atitudes essas capazes de comover as pessoas e de movê-las para uma nova prática histórico-social libertadora. (Boff, 2003, p. 16)

Boff convida, então, homens e mulheres a se posicionarem, a se situarem politicamente diante do assédio representado pelas três crises globais: a social, a do trabalho e a ecológica.

Homo Mundialis Modernicus

Olhemos agora para o lado de dentro da *fortaleza subjetiva* daqueles que não ultrapassaram (ainda) o limiar descensional em direção às condições sub-humanas de vida.

A estes, a modernidade oferece produtos e serviços em profusão, causando vertigem naqueles que podem usufruir seus supostos ou reais benefícios e fragilizando ainda mais aqueles que são desprovidos de bens. Acentuam-se as frustrações. Alimentos em hipermercados, remédios cada vez mais sofisticados, elixires caros da longa vida, sorteios e promoções, oportunidades de ganho, promessas de prêmios que recompensam o consumo. As crianças, futuros consumidores, são educadas na profusão de brinquedos, jogos, programas de TV. Toda esta "abundância" agressiva conduz à banalização, à desvalorização e ao desvanecimento do sentido e dos motivos.

Tudo em excesso, configurando a *hipermodernidade* que, segundo Gilles Lipovetsky, filósofo francês e pensador da contemporaneidade, representa uma cultura paradoxal que combina o excesso com a moderação:

Excesso, porque a lógica hipermoderna não tem mais inimigos e tudo é mais rápido - não basta ser moderno, é preciso ser mais moderno que o moderno, é preciso ser mais jovem que o jovem, é preciso estar mais na moda que a própria moda... Tudo se torna "hiper": hipermercado, hiperclasse, hipercapitalismo, hiperpotência, hiperterrorismo, hipertexto... (Lipovetsky, 2004, p. 5)

Mas, também, hiperativo, hipertenso, hiperácido, hiperestésico, hiperfágico, hiperglicêmico, hiperplásico, hipertrófico, hipertiróidico. Hipérboles que nos ameaçam, nos amedrontam e nos agridem...

Ao mesmo tempo, segundo Lipovetsky (2004), esta sociedade hipermoderna valoriza a saúde, a prevenção, o equilíbrio, a moral. Os extremos, gerados por normas contraditórias, coexistem na mesma sociedade, criando um estado de "caos organizador", uma "desordem organizada" que, segundo a visão do autor, confere um caráter não completamente negativo à situação contemporânea.

O grande problema da hipermodernidade não é tanto a disfuncionalidade, mas a fragilização dos indivíduos - suicídio, ansiedade, depressão, medo dos desastres ecológicos, medo dos pais, medo da Aids, medo de envelhecer, medo do desemprego. A modernidade tinha confiança no futuro, havia a idéia de progresso incessante; agora temos a dúvida, não confiamos mais no progresso automático em direção ao melhor. (Lipovetsky, 2004, p. 6)

Jean Chesneaux, historiador francês que se interessa pelas mutações das sociedades contemporâneas, refere-se ao *homo mundialis modernicus* que se desvanece em sua "plasticidade, sua maleabilidade, sua ductibilidade assustadoras. Ele se adapta - ou parece adaptar-se" (Chesneaux, 1996, p. 46).

Maleável, este *homo* conforma-se às pressões do mercado que se conjugam à ética consumista. Ele *deve* assistir TV, manter-se informado sobre tudo, *deve* ter conta em banco (*bancarizar-se*, conceito contemporâneo, mesmo que não possua recursos financeiros pessoais em quantidade suficiente para isto), *deve* comprar um telefone celular, *deve* estar sempre acessível e acessável. Ele não pode evitar tudo isto. Faz parte de seu modo de viver, habitante que é da *pólis* contemporânea.

O conforto propiciado pelo progresso tecnológico exige a contrapartida da *obediência*. Obediência aos manuais da parafernália eletrônica, aos procedimentos e rituais do convívio social e da vida do trabalho. E exige dinheiro. O talão de cheque e o cartão de crédito precisam estar à mão. Para satisfazer suas necessidades de eliminação da frustração sexual, do medo, da solidão, da insegurança, da angústia, é necessário pagar. Os que têm como pagar vivem a ameaça da possível perda futura de poder aquisitivo; os que não têm afundam-se em sentimentos de penúria.

O *homo mundialis modernicus* cultiva a ilusão de fuga dessa situação de sofrimento. Chesnaux (1996) aponta algumas dessas rotas de fuga. A evasão para o irracional, busca de

soluções místico-escapistas (consulta aos horóscopos, participação em rituais de magia, a espera da era auspiciosa de Aquário); o narcisismo (o exagero nos cuidados consigo mesmo, a busca de terapias de re-equilíbrio psicológico e energético); a procura de lugares de trânsito impessoal (lugares pelos quais só se passa, aeroportos, galerias de lojas, shoppings, lojas de conveniência, verdadeiros "não-lugares", conforme Marc Augé (2001); fuga para o espaço ilusório (a televisão, o cinema); a ludomania (jogos de todos os tipos que afastam o indivíduo de suas preocupações); a inquietude ("trocar de ares", mexer-se, viajar, migrar, abandonar sua terra); a violência primitiva e gratuita (crimes sexuais contra crianças, *skinheads*, ataques a mendigos, índios, negros, judeus, árabes); o escape pelas drogas (escape da realidade social, da escravidão do tempo); a fusão identitária com grupos perigosos (fanatismos marginais, seitas, comunidades fundamentalistas, grupos extremistas de esquerda ou de direita).

Chesneaux (1996) vê na violência que ocorre freqüentemente nos estádios de futebol um exemplo urbano dessas estratégias defensivas. Diferente do retorno aos impulsos bárbaros e primitivos, a violência tem um caráter *moderno*, é oriunda da "frustração, da solidão, do vazio social aos quais está reduzido o *homo mundialis modernicus*" (p. 44).

Para ele a derrota da modernidade é na verdade uma derrota da lógica técnico-econômica de globalização de curto prazo e que ignora as realidades sociais e econômicas locais, contrapondo-se muitas vezes aos interesses gerais, de longo prazo, do planeta e seus habitantes. Como possível solução, o autor aponta o reingresso do mundo na história, ou seja, a necessidade de considerar que o mundo no qual vivemos representa um momento singular da história, exigindo ser visto com certa distância e perspectiva, moral e intelectual: "Somente uma leitura re-historizada (*réhistorisée*) de nosso mundo pode fazer-nos redescobrir o futuro como pluralidade de possibilidades e realização das potencialidades a que nossa sociedade é incapaz de chegar" (Chesneaux, 1996, p. 183). O autor, a seu modo, convida homens e mulheres a se situarem no chão de sua história, reapropriando-se de seu mundo para construir o futuro.

Liberdade Individual e Incerteza Coletiva

Zygmunt Bauman, sociólogo polonês, autor de diversos trabalhos sobre os impactos da modernidade, e da chamada pós-modernidade, sobre a subjetividade humana, nos alerta:

[...] o aumento da liberdade individual pode coincidir com o aumento da impotência coletiva na medida que as pontes entre a vida pública e privada são destruídas ou, para começar, nem foram construídas; ou, colocando de outra forma, uma vez que

não há uma maneira óbvia e fácil de traduzir preocupações pessoais em questões públicas e, inversamente, de discernir e apontar o que é público nos problemas privados". (Bauman, 2000, p. 10)

A afirmação toca de perto a nós psicólogos, lembrando-nos da difícil tarefa de construir, com nossos clientes ou pacientes, a tradução recíproca desses dois universos: o pessoal e o público. Senão, vejamos.

Diante da incerteza coletiva, o conceito de liberdade individual se altera. Segundo Bauman (2000), a liberdade individual é produto do trabalho coletivo, ou seja, só pode ser assegurada coletivamente. No mundo contemporâneo, os meios de garantir a liberdade individual privatizam-se, ou seja, passam a ser um problema do indivíduo e não mais de um coletivo de pessoas. "Resolve-se" a questão no plano individual, mas acirra-se o problema na coletividade. Da mesma forma, ocorre a privatização das utopias que passam a ser utopias personalistas, desvinculadas da utopia social, da busca por uma boa sociedade. "A arte de reinventar os problemas pessoais sob a forma de questões de ordem pública tende a se definir de modo que torna excessivamente difícil 'agrupá-los' e condensá-los numa força política" (Bauman, 2000, p. 15). E, ainda:

Tendemos a nos orgulhar do que talvez devesse nos envergonhar: de viver numa época "pós-ideológica" ou "pós-utópica", de não nos preocuparmos com uma visão coerente de boa sociedade e de ter trocado a preocupação com o bem público pela liberdade de buscar satisfação pessoal. (p. 16)

A possibilidade de mudar a atual situação do mundo depende da revitalização da *ágora*:

Espaço nem privado nem público, porém mais precisamente público e privado ao mesmo tempo. Espaço onde os problemas particulares se encontram de modo significativo - isto é, não apenas para extrair prazeres narcisísticos ou buscar alguma terapia através da exibição pública, mas para procurar coletivamente alavancas controladas e poderosas o bastante pra tirar os indivíduos da miséria sofrida em particular, espaço em que as idéias podem nascer e tomar forma como "bem público", "sociedade justa" ou "valores partilhados". (p. 11)

O autor denuncia ferozmente a apatia política dos cidadãos que contribui para que os espaços públicos de discussão e decisão sobre os destinos da *pólis* se reduzam progressivamente: "As velhas ágoras foram ocupadas por empreiteiras e recicladas como

parques temáticos, enquanto poderosas forças conspiram com a apatia política para recusar alvarás de construção para novos espaços" (Bauman, 2000, pp.11-12).

A política, encarada como práxis democrática, ao mesmo tempo em que promove a liberdade dos sujeitos cidadãos também conduz à autolimitação do sujeito, libertando-os, novamente, para que tracem os seus próprios limites individuais e coletivos.

Bauman (2000) nos apresenta o mundo contemporâneo marcado pela incerteza, insegurança e falta de garantia - experiências que se fundem no termo alemão *die Unsicherheit* (o autor refere-se à palavra *die Sicherheit* utilizada por Freud em *O Mal-estar na Civilização* [Freud, 1930/1974], comumente traduzida por "insegurança").

Esclarece, então, o sentido de *Sicherheit* utilizado por Freud:

Segurança. O que quer que tenhamos ganhado e conquistado continuará em nosso poder; o que foi alcançado manterá o seu valor como fonte de orgulho e respeito; o mundo é estável, confiável e, assim, os seus padrões do que é adequado, os hábitos adquiridos para a ação eficaz e as atitudes aprendidas para enfrentar os desafios da vida.

Certeza. Saber a diferença entre o que é razoável ou tolo, digno de confiança ou traiçoeiro, útil ou inútil, próprio ou impróprio, lucrativo ou arriscado e todas as demais distinções que guiam as nossas opções diárias e nos ajudam a tomar decisões das quais - esperamos - não vamos nos arrepender; e conhecer os sintomas, presságios e sinais de alerta que nos permitem saber o que esperar e como distinguir um bom lance de um lance ruim.

Garantia. Contanto que se aja da maneira correta, nenhum perigo mortal - nenhum perigo que não se possa enfrentar - ameaçará o corpo e as suas extensões - isto é, a propriedade, o lar e a vizinhança - nem o espaço em que se inscrevem todos esses elementos do 'eu maior': a terra natal e o seu ambiente. (Bauman, 2000, p. 25)

A capacidade de enfrentar os desafios fundamenta-se na crença de que a ação eficaz é possível e que a ação correta afastará os perigos que assediam a subjetividade. Resulta daí a autoconfiança necessária para o pensar e agir racionais. "A perda da autoconfiança conduz a uma *corrosiva desesperança existencial*" (Bauman, 2000, p. 25).

Exatamente esta perda de autoconfiança impede as pessoas de buscar soluções coletivas, pois quem se sente inseguro, incerto em relação ao futuro e sem proteção não se arrisca numa ação coletiva.

Desta maneira, os componentes da *Sicherheit* - segurança, certeza e garantia - apresentam-se cada vez mais ameaçados; as incertezas do mundo contemporâneo e a falta de orientação existencial tornam-se um estilo de vida.

Os cânones deste novo estilo de vida incluem a valorização da flexibilidade e da versatilidade; nega-se valor ao cumprimento de regras, é necessário estar pronto para responder aos novos estímulos, às situações inusitadas. Inclui, ainda, a maleabilidade, a capacidade de adaptar-se, de se movimentar em meio a um mundo mutante, assumindo compromissos que se transformam continuamente, atendendo às expectativas, aproveitando as oportunidades que se não aproveitadas nos escapam; correndo contra o tempo que nos foge.

"O mais profundo impacto sociopsicológico da flexibilidade consiste em tornar precária a posição daqueles que são afetados e mantê-la precária" (Bauman, 2000, p. 36). A substituição de empregos baseados em contratos permanentes por outros temporários que *facilitem* o processo de demissão - a chamada *flexibilização das relações de trabalho* - conduz a situações de incerteza permanente que, por sua vez, produzem o estresse, o medo e a ansiedade.

Richard Sennett, sociólogo americano, faz coro com Bauman e ressalta que o impacto mais profundo da chamada flexibilidade das relações de trabalho incide sobre o caráter pessoal. O autor, em seu livro *A Corrosão do Caráter* (1999), denuncia o efeito deletério das relações de trabalho do capitalismo neo-liberal sobre o caráter humano. Reporta-se aos escritores antigos, ressaltando o significado atribuído ao *caráter*:

O valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros. Horácio escreve que o caráter de alguém depende de suas ligações com o mundo. Neste sentido, "caráter" é um termo mais abrangente que seu rebento mais moderno "personalidade", pois este se refere a desejos e sentimentos que podem apostemar por dentro, sem que ninguém veja. (Sennet, 1999, p. 10; os destaques são meus)

O autor continua, lembrando que o caráter se constitui na experiência emocional de longo prazo. Expressa-se pela lealdade e compromisso mútuo; pressupõe a busca de metas de longo prazo, suportando o adiamento de satisfação em favor de um objetivo futuro. "Caráter são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem" (Sennet, 1999, p. 10). E conclui:

Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se podem buscar metas de longo prazo

numa economia dedicada ao curto prazo? Como se podem manter lealdades e compromissos mútuos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo continuamente re-projetadas? Estas as questões sobre o caráter impostas pelo novo capitalismo flexível. (Sennet, 1999, pp. 10-11)

A tese de Gergen (1992), psicólogo americano contemporâneo, autor do *The Saturated Self. Dilemmas of Identity in Contemporary Life (1992)*, é a de que as novas tecnologias permitem manter relações, diretas ou indiretas, com um círculo cada vez maior de indivíduos, levando a um estado que o autor denomina de *saturação social*. Esse processo, por sua vez, estaria produzindo uma profunda mudança na maneira de compreender o *eu*. A *saturação social* proporciona uma multiplicidade de linguagens do *eu* incoerentes e desvinculadas entre si. Essa fragmentação das concepções do *eu* é consequência da multiplicidade de relações sociais que nos impelem em múltiplas direções, incitando-nos ao desempenho de distintos papéis que o conceito de um *eu autêntico* se desvanece. "El yo plenamente saturado deja de ser un yo" (Gergen, 1992, p. 26).

Gergen (1992) utiliza relutantemente o conceito de pós-modernidade. Considera que a definição procura caracterizar algo que seria posterior a outra coisa, sem especificar em que consiste a sua essência; o autor procura, não obstante, exatamente descrever essa condição *pós-moderna* como um produto colateral das tecnologias de *saturação social* que surgiram no século XX. Assim, no mundo *pós-moderno* existe uma pluralidade de vozes que se rivalizam e competem por serem aceitas como expressão do que é verdadeiro e bom. Nessa situação, adquirimos crescente consciência de que os objetos *não estão no mundo*, mas que, antes, *são produzidos* por nossas perspectivas particulares. Da mesma maneira, as pessoas estão em permanente processo de construção e reconstrução em um mundo onde os significados são continuamente negociados. Cada realidade do *eu* passa por um processo reflexivo de questionamento e é, eventualmente, substituída por uma mais nova versão.

O ideal de autenticidade desgasta-se nas beiradas; a sinceridade vai perdendo significado lentamente e escorrega para a indefinição. ... A personalidade pastiche é um camaleão social que continuamente toma emprestado pedaços de identidade de qualquer origem e os adequa a uma situação determinada. (Gergen, 1992, p. 196, traduzido por mim)¹

¹ "El ideal de la autenticidad se deshilacha en los bordes, la sinceridad va perdiendo significado lentamente y se hunde en la indeterminación. ... La personalidad "pastiche" es un camaleón social que toma en préstamo continuamente fragmentos de identidad de cualquier origen y los adecua a una situación determinada". (Gergen, 1992, p. 196)

As palavras de Gergen encontram ressonância nas de Sennett (1999):

O mercado prospera na incerteza (chamada alternativamente de competitividade, desregulamentação, flexibilidade etc.) e a reproduz em quantidade crescente como seu principal alimento. Longe de ser um veto à racionalidade do mercado, a incerteza é sua condição indispensável e seu inevitável produto. A única igualdade que o mercado promove é a provação igual ou quase igual da incerteza existencial, partilhada igualmente por vencedores (sempre, por definição, vencedores "até segunda ordem") e vencidos. (p. 38)

Bauman (2000), por sua vez, ressalta que tornando-se privatizada a tarefa de lidar com a insegurança existencial, ou seja, na medida que passa a ser de interesse exclusivamente pessoal, os medos que cada um sente só podem ser narrados, mas não partilhados e transformados em motivo para uma ação conjunta de enfrentamento: "Quando as coletividades deixam de construir e conservar os muros e fossos de proteção da cidade, cada um dos habitantes tem que freqüentar cursos de caratê" (p. 57).

O medo do que se passa *lá fora* nos leva ao isolamento, à reclusão e a transformar nossas moradias em esconderijos. Protegemo-nos com trincos, fechaduras, câmaras de vigilância, alarmes. As muralhas eletrônicas, apitos, gás lacrimogêneo, *sprays* são algumas das armas de que lançamos mão para a sobrevivência individual.

Estudiosos da cidade nos advertem de como os habitantes das cidades globais e das megalópoles, em particular as elites, adotam a exclusão e o encerramento como estratégia defensiva, a ponto de correr o risco de criar padrões de segregação espacial de suas cidades (Caldeira, 2000; Mori Cruz, 2003). As autoras evidenciam como o medo da violência e o desrespeito à cidadania associam-se às transformações urbanas, produzindo a segregação espacial e social em cidades brasileiras.

Os serviços privados de segurança e os enclaves fortificados - verdadeiras fortalezas constituídas por shoppings, condomínios e áreas de segurança - produzem uma nova maneira de se organizarem as diferenças sociais: "A fala do medo naturaliza preconceitos e marginaliza alguns grupos sociais como perigosos: pobres, negros e imigrantes nordestinos são os alvos mais comuns deste discurso discriminatório que muitas vezes é repetido pelos próprios alvos da discriminação" (Mori Cruz, 2003, p. 74). A subjetividade, sitiada, já não se reconhece no outro.

Antigamente, nos tempos em que a vida se dava em pequenas comunidades, as ameaças e perigos eram coletivos: os habitantes da pequena vila eram solidários diante das
Psiquê na pólis: individuação e desenvolvimento político da personalidade

agressões oriundas de estrangeiros, animais ou da própria natureza. Partilhavam o mesmo destino, e se uniam contra as adversidades. Agora, as ameaças e perigos são vividos na individualidade, cada vítima é atingida solitariamente e condenada a "se virar" sozinha. "As misérias pessoais de hoje não são sincronizadas, a catástrofe bate seletivamente à porta de cada um, em dias e horas variados" (Bauman, 2000, p. 60). O inimigo é difuso, difícil de ser identificado, usa roupagens e nomes curiosos e desconcertantes, tais como, globalização, sistema financeiro internacional, risco Brasil, recessão econômica, desemprego estrutural.

Que utilidade podem ter os amigos quando se perde o emprego numa fase de "enxugamento" empresarial, quando percebemos a futilidade das habilidades arduamente conquistadas, da vizinhança, da família e da parceria que subitamente desmoronam? (Bauman, 2000, p. 61)

E o autor expõe, ainda mais dramaticamente, a dimensão do desespero, em face da ausência de dispositivos que permitam dar uma forma resolutiva ao sofrimento isolado de muitos:

Não que tenhamos perdido a humanidade, o encanto e o calor que era fácil de ser alcançado por nossos ancestrais; antes, é que nossas dificuldades são de um tipo que só em raras ocasiões podem ser curadas ou aliviadas pela partilha de sentimentos mesmo os mais calorosos. Os sofrimentos que costumamos experimentar a maioria das vezes não se somam e, portanto, não unem suas vítimas. Nossos sofrimentos dividem e isolam, nossas misérias nos separam, rasgando o delicado tecido das solidariedades humanas. (p. 61)

Bauman nos explica que o conceito de individualidade se firmou diante da supervisão impositiva e onipotente da comunidade sobre o indivíduo, de modo a assegurar a adaptação e conformação ao grupo, sufocando assim a expressão individual. Contudo, a seguir, vimos esse mesmo indivíduo abandonado à própria sorte diante dos novos ataques à sua segurança. A individualização se tornou patológica. O mundo contemporâneo está repleto de medo e frustração e as pessoas buscam desesperadamente uma possibilidade de expressar suas angústias e compartilhar seu sofrimento.

A vida pessoal é supersaturada de sombrias apreensões e sinistras premonições, todas sofridas em solidão e tanto mais assustadoras por isso e também por serem evasivas e o mais das vezes indefinidas. Como no caso de outras soluções supersaturadas, basta uma pitada de pó para desencadear uma violenta condensação. (Bauman, 2000, p. 62)

Esta é a trágica situação de homens e mulheres que não encontram os termos adequados para uma tradução de problemas pessoais em questões de ordem pública que permita a solidariedade no sofrimento e na busca de soluções.

Concluo esta breve crônica da subjetividade sitiada, com algumas reflexões sobre autonomia, solidão e escolha. Norbert Elias, sociólogo alemão já referido no Capítulo 2, em sua obra *A Sociedade dos Indivíduos (1987)*, lembra-nos que nas sociedades industrializadas e urbanizadas, com intensa concentração populacional (quando nos referimos a *sociedade*, geralmente é esta a imagem à qual nos referimos), o indivíduo é solicitado a escolher por si próprio, por sua própria conta e risco. Ele necessita desenvolver um aprimorado autocontrole, e isto é valorizado socialmente. Este indivíduo, contemporâneo de si mesmo, tem o orgulho das pessoas altamente individualizadas e usufrui a liberdade de agir por conta própria. Contudo, está mais isolado, percebe-se cada vez mais com um *eu interior* inacessível aos outros, sente que não vive a própria vida. Não por acaso, ele é o cliente potencial dos serviços de terapia psicológica.

Ambas as percepções - de liberdade autônoma e de solidão - fazem parte do mesmo padrão de estrutura de personalidade. Por assumirem valoração oposta - apreciamos a liberdade, mas detestamos a solidão - tendemos a vê-las como coisas independentes, sem ligação entre si, quando, na verdade, constituem um par fenomenológico em que cada qual condiciona o outro.

E, se por um lado, a autonomia aumenta nossa margem de movimentação, de possibilidade de experimentar novas formas de viver, por outro, vivemos a angústia das coisas não vividas, daquilo que abrimos mão em decorrência da inevitabilidade da escolha.

A profusão de oportunidades perdidas equipara-se à quantidade de experiências efetivamente vividas. Nossa vida poderia ter assumido direções totalmente diferentes das que assumiu. A cada momento estamos decidindo, optando, e abrindo mão de possibilidades:

É próprio das sociedades que exigem de seus membros um grau muito elevado de especialização que grande número de alternativas não utilizadas - vidas que o indivíduo não viveu, papéis que não desempenhou, experiências que não teve, oportunidades que perdeu - sejam deixadas à beira do caminho (Elias, 1994, pp. 109-110).

Realizaremos apenas parte de nossas possibilidades; esta é nossa sina, habitantes da cidade. O caldeirão de possibilidades oferecidas pela *pólis* (talvez menor em pequenos povoados, pequenas cidades; porém, certamente maior em grandes cidades, em megalópoles ou em cidades globais) produz um novo sujeito: aquele que, consciente ou intuitivamente, se reconhece como portador de múltiplas possibilidades de ser, muitas das quais não vingarão ao longo de sua existência humana.

No próximo capítulo, faremos um contraponto às idéias aqui expostas, explorando o potencial imagético de uma visão que confere alma ao mundo, para, em seguida, discutirmos a face política do fazer psicológico.

Um Mundo com Alma **5** Capítulo

Falar, pedir para se ter ouvintes hoje no mundo, requer que falemos ao mundo, pois o mundo está na audiência; ele também está escutando o que dizemos. Portanto, estas palavras são endereçadas ao mundo, seus problemas, seus sofrimentos de alma, pois falo como um psicólogo, um filho da alma falando para a psique.

(Hillman, 1993, p. 9)

- **Anima Mundi**
- **Gaia, a Terra Viva**
- **Terapia e Mundo**
- **Mundo, o Vale do Fazer a Alma**

Anima Mundi

Como nos ensina Mora (1979, pp. 113-114) em seu *Diccionario de filosofia*, a expressão *alma do mundo* foi utilizada na filosofia grega antiga para designar a totalidade do universo concebido como organismo. A totalidade convertida em unidade, ou seja, a idéia de que tudo está entrelaçado, fez com que alguns pensadores concebessem a idéia de uma *alma do mundo*. A *alma do mundo*, segundo a explicação platônica, é produzida pelo demiurgo como "uma mescla harmônica das idéias e da matéria, da essência do Mesmo e do Outro" (Mora, 1979). Para alguns, o corpo do mundo está envolto por sua alma; porém, por sua vez, a alma do universo se encontra em cada uma das coisas do mundo, não parcial e fragmentariamente, mas de um modo total e completo. Em outros termos, a *alma do mundo* é aquela realidade que faz com que todo microcosmo seja também um macrocosmo.

Mora (1979) nos informa que os debates ocorridos nas escolas filosóficas antigas e que, sob distintas formas, se reproduzem em todos os momentos da história do pensamento, se centraram particularmente nos estóicos e nos neoplatônicos. De maneira geral, nesses embates, como os que se deram no Renascimento e no Romantismo, o orgânico *desloca* o mecânico. Alguns concebiam, de fato, a *alma do mundo* de um modo muito próximo ao material; o corporalismo dos estóicos não podia deixar de influir sobre a idéia que faziam da alma cósmica. Com efeito, se o mundo é um ser vivente, racional, animado e inteligente, é vivente no sentido de uma substância animada e dotada de sensação. Outros identificavam a *alma do mundo* com a razão ou faziam dela, como os neoplatônicos, uma das hipóstases da

unidade suprema. A *alma do mundo* ficava então desligada desta unidade; ainda que estritamente subordinada a ela, e não podia tampouco se confundir com a unidade primeira.

Ainda segundo Mora (1979), a coincidência da alma do universo com o primeiro princípio é própria das tendências que poderiam qualificar-se de *panteísmo organológico*. Desde o momento em que se nega, consciente ou inconscientemente, a transcendência do primeiro princípio, aparece a *alma do mundo* como aquilo que religa a totalidade do universo e que expressa esta mesma totalidade, ou como a própria totalidade enquanto única realidade existente. O autor nos apresenta uma distinção fundamental entre duas noções da alma cósmica: a que a converte em mera expressão de um organismo que é o universo inteiro, subordinado a um primeiro princípio, e a que a identifica com este mesmo princípio, quer dizer, a que converte em Deus a *alma do mundo*. Distinção que quase nunca ocorre, pelo menos explicitamente, nos sistemas da filosofia, nos quais os conceitos são intercambiáveis.

Assim ocorre - nos esclarece Mora (1994) - com a especulação sobre a *alma do mundo* nos pensadores do Renascimento (Agrippa, Paracelso, alguns místicos, sobretudo Bruno) e nos românticos como Schelling. Bruno tem consciência desta oposição e em ocasiões a declara; porém, com o fim de contornar a questão do panteísmo, funde às vezes as duas noções em um só conceito de *alma do mundo*, que é por sua vez a divindade e o princípio orgânico do universo. Analogamente, Schelling, que procura evitar as acusações de panteísmo assinalando que entende Deus como pessoa e como indistinção de opostos, indica que a *alma do mundo* é o que religa, em uma unidade orgânica, elementos do universo que, vistos de fora e fragmentariamente, pertencem ao reino do mecânico e inorgânico, porém assinala também que é a última expressão e realidade última do universo.

E, para concluir esta digressão histórica, observemos com o autor que a *alma do mundo* se converte em um conceito que tende a unificar o personalismo e a impessoalidade na idéia do divino, que procura estender uma ponte entre o teísmo religioso e o panteísmo filosófico, e por isso a *alma do mundo* pode ser simultaneamente - não obstante a freqüente distinção que se estabelece entre ela e a pessoa divina - princípio, sentido e finalidade de um universo que é concebido sempre como um organismo.

A intuição de uma *alma do mundo* é retomada na modernidade por autores psicológicos, herdeiros da tradição romântica, tais como James Hillman e Robert J. Sardello, analistas americanos da escola junguiana arquetípica.

Hillman (1993) propõe uma retomada do conceito de *anima mundi*, o mundo animado, em substituição ao conceito de um mundo-objeto, sem alma. Ressalta que essa visão é

predominante em muitas culturas chamadas de “animistas”. O conceito, platônico, foi reavivado com Marsilio Ficino, em Florença.

Imaginemos a anima mundi como aquele lampejo de alma especial, aquela imagem seminal que se apresenta por meio de cada coisa em sua forma visível. Então, a anima mundi aponta as possibilidades animadas oferecidas em cada evento como ele é, sua apresentação sensorial como um rosto revelando sua imagem interior - em resumo, sua disponibilidade para a imaginação, sua presença como uma realidade psíquica. Não apenas animais e plantas almadados (sic) como na visão romântica, mas a alma que é dada em cada coisa, as coisas da natureza dadas por Deus e as coisas da rua feitas pelo homem. (Hillman, 1993, p. 14)

É conveniente que se tenha em mente o conceito de *alma* utilizado por Hillman (1992): "Por alma entendo, antes de tudo, uma perspectiva mais do que uma substância, um ponto de vista sobre as coisas mais do que a coisa em si" (p. 40). A alma refere-se ao aprofundamento da experiência psicológica dos eventos, à possibilidade imaginativa de experimentar por meio da especulação reflexiva, do sonho e da fantasia, ou seja, ao reconhecimento do caráter simbólico ou metafórico de todas as realidades.

Para o psicólogo analítico, "nosso reconhecimento imaginativo, o ato infantil de imaginar o mundo, anima o mundo e o devolve à alma" (Hillman, 1993, p. 15). O que a psicologia chama de *projeção* torna-se, então, *animação*, à medida que as coisas ganham vida, chamam nossa atenção e nos atraem: "A alma do objeto corresponde ou une-se à nossa" (p. 15). Segundo Hillman, a estranheza que expressamos diante destas idéias deve-se ao hábito epistemológico exercido por séculos, que nos leva a identificar *interioridade* com *experiência reflexiva*. Porque os objetos não sentem, acreditamos que não possuem subjetividade, interioridade, profundidade. Assim, a psicologia pode ir apenas até o *intra* e o *inter*, na busca da interioridade da alma.

Assim, quando igualamos *realidade psíquica* com *experiência psíquica* o ego se torna necessário, torna-se testemunha interior. Contudo, ressalta o autor, os objetos do mundo também prestam "testemunho" de si:

Um objeto presta testemunho de si mesmo na imagem que oferece, e sua profundidade está nas complexidades dessa imagem. Sua intencionalidade é substantiva, dada com sua realidade psíquica, reclamando, mas não exigindo testemunho. Cada evento particular, incluindo os seres humanos com seus pensamentos, sentimentos e intenções invisíveis, revela uma alma em seu aspecto imaginativo. Nossa

subjetividade humana também aparece em nosso aspecto. A subjetividade aqui está livre da literalização da experiência reflexiva e de seu sujeito fictício, o ego. Em vez disso, cada objeto é um sujeito, e sua auto-reflexão é sua auto-exibição, seu brilho. Interioridade, subjetividade, profundidade psíquica – tudo ali e, portanto, também a psicopatologia. (Hillman, 1993, pp. 15-16)

É necessário, portanto, para se compreender o sentido de um conceito como o de *anima mundi*, introduzir uma "epistemologia do imaginal" (Pereira, 2000). Esta epistemologia será adequada para lidar com eventos de "ordem ambivalente, metafórica, imaginal; eventos da psique imaginativa" (Pereira, 2000, § 6).

Pereira (2000) nos auxilia a compreender a visão de Hillman sobre a *anima mundi*. Segundo seu entendimento, a alma do mundo concebida por Hillman apresenta-se fenomenologicamente na "particularidade de cada evento, na singularidade de cada coisa. A alma de uma coisa ou evento se exhibe como a sua fisionomia estética" (§ 3). A forma expressiva, ou qualidade fisionômica, das coisas, coloca-se disponível para nossa imaginação. O imaginar subjetivo - a fantasia - e a imagem do objeto enlaçam-se de maneira inextrincável, na experiência estética.

Pereira (2000) aponta que tais idéias encontram ressonância nas noções de "caráter fisionômico na psicologia da Gestalt de Koffka e Köhler". E resume:

As propriedades fisionômicas de um objeto exibidas em sua imagem são o que Hillman entende como sendo a sua alma. Essas propriedades, enquanto forças, atuam na psique individual sugerindo caminhos imaginativos, apontando possibilidades de interpretação e alimentando a fantasia. A imagem do objeto... é isomorficamente percebida pelo indivíduo, o que significa que algo do objeto se preserva, algo da ordem de sua fisionomia estética, de sua expressão, que tanto pode ter um caráter assustador, alegre, triste, bizarro etc. Isso que permanece, entretanto, não pode ser jamais definido com segurança uma vez que sofre transformação na psique do observador: esse algo é absorvido na imaginação subjetiva, tornando-se metáfora, diria Hillman. Quer dizer, se por um lado projetamos nossos conteúdos psíquicos, nossos valores, juízos, afetos, nas coisas, por outro, as coisas projetam sua alma, sua imagem estética no observador. (Pereira, 2000, § 12)

Dessa maneira, as coisas do mundo e o indivíduo unem-se por um *meio imaginal*, conceito introduzido por Pereira (2000) para mediar os conceitos, propostos por Koffka, de *meio geográfico* (meio físico) e *meio comportamental* (meio físico tal como percebido pelo

sujeito) e a idéia de *imaginal*, utilizada por Hillman para designar a realidade psíquica. As propriedades formais dos objetos portam uma expressão intrínseca, isto é, independente das atribuições subjetivas, mas sobre ela incide a atividade autônoma do psiquismo, a imaginação ou fantasia subjetiva.

Gaia, a Terra Viva

A idéia sobre uma *alma do mundo* encontra ressonância em obras de autores contemporâneos, tais como James Lovelock, biólogo inglês, e Leonardo Boff, filósofo e teólogo brasileiro. O primeiro, cientista da NASA, propõe uma concepção de planeta Terra como um super-organismo vivo, com elevadíssima organização, complexo equilíbrio, frágil e ao mesmo tempo capaz de auto-regulação. Resgatou uma denominação mitológica para designar esta concepção: Gaia, a Terra Viva. Boff (1999) também recupera algumas das imagens tradicionais do planeta Terra, apontando seus diferentes nomes: Gaia/Tellus, Deméter/Ceres, Héstia/Vesta, em suas versões grega e romana respectivamente. O universo, segundo essas tradições, era uma *Mater Mundi*: geradora de todos os elementos, "... os céus, os deuses, os seres humanos e todos os demais entes da natureza. A cabeça deste organismo vivo era figurado pelo céu estrelado; o busto, pela terra onde se encontra a vida humana; e embaixo, pelo *anus mundi* (o ânus do mundo), o lugar do inferno" (Boff, 1999, p. 62). Boff acredita que esta concepção tenha coexistido com uma suposta era matriarcal. Num estágio posterior, já sob a tutela do patriarcado (cerca de 10 mil anos atrás), a Terra não é mais percebida como uma realidade total. Compartilha a totalidade com uma outra realidade: o céu. A Terra ainda é a Grande Mãe (*Magna Mater, Bona Mater*), esposa do Grande Pai. A Terra é o princípio feminino, gera, nutre, defende a vida. Compõe-se e contrapõe-se à outra parte da totalidade, o Pai; do casamento entre ambos surgem todas as coisas.

Gaia ou Tellus (também Géia) representa o planeta vivo e produtor de vida. Deméter ou Ceres representa a terra cultivada (daí a palavra *cereal*). Héstia ou Vesta simboliza a parte da terra que utilizamos para construir o lar humano. O fogo, permanentemente aceso em toda casa romana, indicava a presença de Héstia, deusa do aconchego e da acolhida.

Estas referências gregas e romanas indicam a maneira como nossos antepassados concebiam a ecologia, o relacionamento com o meio-ambiente, e que encontra ressonância na mente de muitos de nós.

Tudo era carregado de respeito e veneração, pois viam as coisas não como simples seres inertes, mas cheios de irradiação e de significado. A Terra, nas várias

expressões de Grande Mãe, de terra cultivada e de lar, era sentida como um organismo vivo. Ele não pode ser violado e depredado. Caso contrário, se vingava através de tempestades, raios, secas, incêndios, terremotos e vulcões. (Boff, 1999, p. 64)

Terapia e Mundo

A consciência crescente das realidades subjetivas, essa sofisticação da alma resultante de cem anos de psicanálise, tornou-se incomensurável em relação ao estado retardado da realidade exterior, que se deslocou durante os mesmos cem anos a uma uniformidade brutal e à degradação da qualidade. (Hillman, 1993, p. 10)

Hillman avalia que o advento da Psicanálise e suas derivações, com a decorrente "sofisticação" de nossa compreensão sobre os mecanismos psíquicos, contrasta enormemente com a nossa capacidade de lidar com a realidade do mundo. As queixas dos pacientes são reais e correspondem às "queixas" do mundo exterior. Distorções de comunicação, sentimento de alienação e preocupação, privação da intimidade com o meio ambiente próximo, sentimento de falsos valores e de falta de valor interior... "Depois de cem anos de solidão da psicanálise, tenho mais consciência do que eu projeto no mundo do que daquilo que é projetado sobre mim pela inconsciência do mundo" (Hillman, 1993, p. 13).

Não se pode mais distinguir entre patologia do *eu* e patologia do *mundo*. Isso implica que "minhas teorias sobre neurose e categorias da psicopatologia devem ser radicalmente ampliadas – do contrário, continuarão promovendo as próprias patologias que meu trabalho busca melhorar" (Hillman, 1993, p. 10).

A visão *exterior e não-subjetiva* do mundo precisa agora ser re-elaborada. Segundo Hillman (1993) torna-se necessário discutir a noção de *realidade*, endossada pelas psicologias profundas. Esta seria de dois tipos: a realidade do mundo exterior e a realidade psíquica. A primeira seria pública, objetiva, social, física, espacial e temporal. A segunda consistiria na experiência particular, interior, desejosa, imaginativa. Cabe à psicologia articular essas duas realidades. A realidade psíquica não foi concebida para ser pública e a realidade exterior foi concebida destituída de alma, de interioridade. Segundo essa visão, "assim como a alma existe sem mundo, o mundo também existe sem alma" (Hillman, 1993, p. 11)

Contudo, a doença não está mais apenas *aqui dentro*, está também *lá fora*. É necessário rever a noção da própria subjetividade. Convém lembrar que palavras como *colapso, desordem funcional, estagnação, baixa produtividade, depressão*, são válidas tanto

para seres humanos como para situações exteriores... Passa a ser tarefa da psicoterapia e de seus profissionais o exame da cultura com um olhar da psicopatologia. Convém lembrar Freud:

Existe uma questão que dificilmente posso evitar. Se o desenvolvimento da civilização possui uma semelhança de tão grande alcance com o desenvolvimento do indivíduo... não temos nós justificativa em diagnosticar que, sob a influência de premências culturais, algumas civilizações ou algumas épocas da civilização - possivelmente a totalidade da humanidade - se tornaram 'neuróticas' ? Uma dissecação analítica de tais neuroses poderia levar a recomendações terapêuticas passíveis de reivindicarem um grande interesse prático. (Freud, 1930[1929]/1974, p. 107)

Introduzir tais questões no cenário analítico pode trazer efeitos imediatos. O paciente pode, então, analisar as influências sociais, as condições ambientais, as projeções das coisas sobre ele, tornando-se *terapeuta do mundo*.

Com o deslocamento da ênfase da mudança do indivíduo para a transformação do mundo, pode parecer que Hillman (1993) esteja substituindo a terapia da psiquê pela terapia do mundo, da psicoterapia para o ativismo político. Mas, na verdade, a ênfase do autor consiste em assinalar que ao perceber a possibilidade de atuar sobre o mundo, transformando-o, algo se transforma também no indivíduo.

Leonardo Boff, autor já mencionado, também reflete sobre a subjetividade da natureza. Segundo ele, todas as coisas "têm história, complexidade e interioridade. São sujeitos de direitos que devem ser respeitados. Existe pois uma ampliação da personalidade jurídica às plantas, aos animais, aos rios, aos ecossistemas, às paisagens" (Boff, 2003, p. 89). O tema do direito dos animais, plantas e da própria Terra é tema de discussão contemporânea. Para Boff, o conceito de democracia precisa ser ampliado, integrando na sociabilidade humana os elementos do ecossistema planetário e universal.

A Carta Mundial da Natureza, criada pela ONU em 1982 e a Carta da Terra, firmada no Rio de Janeiro em 1992, propõem o conceito de *subjetividade da natureza* e torna os seres humanos "os representantes jurídicos (guardiões) de todos os demais concidadãos e concidadãos da comunidade biótica e terrenal" (Boff, 2003, p. 90). As questões concretas que afetam a toda a humanidade - alteração do clima, poluição da atmosfera, buracos na camada de ozônio, efeito estufa, escassez de água potável, epidemias letais, seguridade alimentar, uso da terra, alimentos transgênicos - precisam de uma atenção comum e solidária de todos os seres humanos.

Mundo, o Vale do Fazer a Alma

Hillman aprecia uma expressão de Keats: "Se quiser, chame o mundo de 'Vale do Fazer a Alma'. Só assim compreenderá para o que serve" (Hillman & Ventura, 1995, p. 53). Ou seja, a alma se faz vivendo a vida no mundo e não se afastando dele para o *trabalho interior*. Confessa o autor:

Livre-me do habitual programa de antes me recolher a um profundo trabalho interior para depois retornar ao mundo. Em vez disso, passei a valorizar qualquer engajamento constante pelo bem da alma. Não importa de onde venham o estímulo e a distração, se são grandiosos ou corriqueiros, apenas os sinto e penso neles como sendo da alma. (Hillman & Ventura, 1995, pp. 53-54)

Até mesmo a frase de Keats, para Hillman, contém um erro: negligencia o mundo, pois o coloca como um *palco*, com seus "obstáculos, as ciladas e os monstros a serem enfrentados para que cada um faça a sua [jornada]" (p. 54). E pergunta:

E a anima mundi, quem a faz? A situação angustiante do mundo, o sofrimento de seus oceanos e rios, de seus climas e suas florestas, as cidades feias e a terra esgotada, certamente nos fazem sentir que não podemos passar por ele apenas em proveito próprio, pois acabamos destruindo nossa alma como quem pretende salvá-la. (Hillman & Ventura, 1995, p. 54)

Hillman acredita que é necessário resgatar concepções antigas ("psicologias animistas tribais") que se preocupam com a alma das coisas e com as ações necessárias à manutenção do mundo em seu curso. Hoje, essa preocupação denomina-se *compromisso com o meio-ambiente; ecologia profunda; cuidados com Gaia, o planeta Terra vivo*.

A conclusão do autor é a de que o termo *individuação*¹ deve ser estendido à ... *individuação de cada momento da vida, de cada ação, de cada relacionamento e de cada objeto. A individuação dos objetos. Não se trata apenas da minha individuação, dessa que acredita num self interior, afasta minha atenção do mundo e desloca-a para o meu "processo", a minha "jornada". (Hillman & Ventura, 1995, p. 55)*

Da mesma forma como os seres humanos apresentam suas indicações de singularidade em suas patologias, as patologias do objeto indicam sua essência específica. "A alça de alumínio que abre a lata indica que ali está para facilitar o acesso ao conteúdo, mas corta o nosso dedo" (Hillman & Ventura, 1995, p. 56).

¹ O conceito de individuação será amplamente discutido no Capítulo 8 - Individuação e Política.

Faz algum tempo assisti reportagem em um dos jornais televisivos sobre o *enterro* de um velho barco rebocador que "prestou serviço" em um porto brasileiro por mais de 20 anos. Foi decidido que o barco "ancião" seria afundado em alto mar. Um nobre fim para "alguém" que viveu toda sua vida no mar. Injusto seria transformá-lo em uma carcaça de ferro-velho...

As imagens mostraram-no sendo rebocado (o mesmo trabalho que ele realizou tantas vezes ao longo dos anos) para longe da praia. Sucessivos impactos produzidos por outro "jovem" rebocador acabaram por colocá-lo a pique. Os telespectadores puderam vê-lo submergindo. Um repórter armado com uma câmera sub-aquática documentou *in loco* o seu mergulho rumo ao repouso definitivo. Um marinheiro declarou que a decisão de afundar o velho barco seguiu-se à outra de transformá-lo em um recife artificial: o *ancião* tornar-se-á um viveiro para inúmeras espécies de peixes que vivem no local. Além disso, amantes do mar, turistas que mergulham na região, poderão visitá-lo. A última imagem filmada pelo repórter mostra o velho barco envolvido por um cardume de peixes. Foi difícil evitar a impressão de que os peixes estavam ali para recebê-lo e homenageá-lo em sua metamorfose...

Por que esta história me atraiu? Talvez porque nestes dias tenho me concentrado nas reflexões sobre um mundo com alma e sobre nossas relações com ele. É convincente. Mas por que o assunto foi considerado digno de ser levado ao ar em um jornal televisivo? Talvez porque se tenha admitido que os telespectadores, em um laivo de intuição (identificação projetiva?), reconheceriam nostalgicamente a alma de um velho barco rebocador...

A Psicologia Política **6** Capítulo

Ya sea que se manifieste o no en desórdenes individuales, el deterioro (por la Guerra) de la interacción social es en sí mismo un serio disturbio social, una erosión de nuestra capacidad colectiva de trabajar y amar, de afirmar nuestra identidad y de contar nuestra historia personal y comunal en la historia de los pueblos. Por esta razón, el desafío no está limitado a combatir la destrucción y desórdenes causados por la guerra. El desafío es construir una persona nueva en una sociedad nueva.

(Ignacio Martín-Baró)

- **Origens da Psicologia Política**
- **Psicologia Política: a Disciplina**
- **Metodologia em Psicologia Política**
- **Aplicação da Psicologia Política**
- **Psicologia Política no Brasil**
- **Psicologia e Compromisso Social**

Origens da Psicologia Política

As origens da psicologia política remontam aos filósofos gregos, tais como Platão (427-347 a.C.) e Aristóteles (382-322 a.C), com suas obras *A República* e *Política*, respectivamente. No Renascimento, um dos filósofos que analisou as relações entre os fenômenos psicológicos e políticos foi Nicolau Maquiavel (1469-1527), teórico político, diplomata, historiador e escritor italiano. Maquiavel foi o autor de inúmeras máximas e reflexões voltadas para a ação política e que, até hoje, são referências nos estudos políticos e até mesmo no linguajar popular ("os fins justificam os meios"). Sua obra máxima - *O Príncipe* - contém ensinamentos sobre o que o governante pode fazer para manter o poder. Nos interessa, contudo, os desenvolvimentos mais recentes do pensamento psicológico-político.

Dávilla, Fouce, Gutiérrez, Lillo & Martín (1998), em artigo publicado na *Revista Psicología Política*, do Colegio Oficial de Psicólogos de Madrid, localizam os antecedentes imediatos da Psicologia Política no início do século XX, com pesquisas que se desenvolveram ao longo do século, principalmente no âmbito da Psicologia Social. Segundo Deutsch (1984), a psicologia política moderna nasceu como disciplina acadêmica no período entre a primeira e segunda guerra mundial.

Um dos antecedentes da Psicologia Política foram as reflexões do médico francês Gustav Le Bon (1841-1931) sobre a psicologia das revoluções, a psicologia das massas e a psicologia política no contexto do fim do século XIX. Mas também as conceituações de Sigmund Freud (1856-1939), no *Mal-Estar na Civilização* (1930) e as idéias de Theodore M. Newcomb (1903-1983), em 1942, sobre as atitudes políticas.

A conexão entre psicologia e ciência política ocorre nos Estados Unidos na Universidade de Chicago, com o cientista político Charles E. Merriam (1874-1953) que propôs uma ciência política que recorresse à psicologia. Harold Dwight Lasswell (1902-1978), discípulo de Merriam, converteu-se em fundador da psicologia política acadêmica norte-americana (Deutsch, 1984).

Lasswell escreveu vários livros inaugurais na psicologia política: *Psychopatology and politics* (1930), *World politics and personal insecurity* (1935), *Politics: who gets what, when, and how* (1936) e *Power and personality* (1948). A perspectiva introduzida por Lasswell levou a uma psicologia política centrada

... nos processos psicológicos individuais e sociais - tais como motivação, conflito, percepção, cognição, aprendizagem, socialização, gênese das atitudes e dinâmica de grupos - e na personalidade e psicopatologia do indivíduo como fatores causais que influenciam o comportamento político. (Deutsch, 1984, pp. 239-240; traduzido por mim)¹

Tinoco (2001), em texto de apresentação e justificativa da Área de Investigação "Psicología Política e Identidades", do Departamento de Sociologia da División de Ciencias Sociales y Humanidades, Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, México, nos faz breve relato sobre a constituição da Psicologia Política como disciplina científica distinta da Psicologia Social, informando-nos sobre as origens e o contexto de desenvolvimento dessa área de estudos. O texto que segue resume seus informes.

Diante dos problemas suscitados pela Guerra Fria, tais como o desafio de coexistência pacífica, o impacto dos meios de comunicação, a massificação da produção e do consumo, as altas concentrações urbanas, os problemas étnicos e raciais, a Psicologia Social intensificou

¹ "... en los procesos psicológicos individuales y sociales – tales como motivación, conflicto, percepción, cognición, aprendizaje, socialización, génesis de las aptitudes y dinámica de grupos – y en la personalidad y psicopatología del individuo como factores causales que influyen en el comportamiento político". (Deutsch, 1984, pp. 239-240)

suas investigações, com destaque para os significados, os valores e as representações sociais, aspectos que contribuíam para a compreensão do comportamento politicamente ativo.

A Psicologia Social passou então a estudar as formas que assumem as relações sociais em função dos processos subjetivos e da produção de significados. A disciplina buscou novos espaços de investigação, tais como a comunicação social, os fenômenos do rumor, as rebeliões, os julgamentos sociais e morais, a propaganda, as representações coletivas.

Na década de 60, a necessidade de solucionar questões concretas da vida coletiva e individual criou diversas demandas nas sociedades. Os conflitos sociais, o desenvolvimento complexo das cidades, os impactos da tecnologia na vida cotidiana, a distribuição desigual da riqueza, pautaram algumas das preocupações do trabalho das disciplinas sociais.

Diante destas mudanças urgentes, indivíduos, grupos e organizações civis se politizaram, manifestando-se nas ruas, fábricas e escolas, com o propósito de oferecer soluções para os problemas concretos que o Estado era incapaz de resolver. O que havia de novo era a necessidade de se examinar mais atentamente os determinantes históricos do comportamento, buscando-se uma explicação mais completa.

A compreensão deste tipo de fenômeno requereu da Psicologia Social o estabelecimento de vínculos com outras disciplinas, teorias e metodologias. Isto determinou novas formas e perspectivas de estudo que permitiu o desenvolvimento da disciplina, não somente em relação à conceituação das problemáticas propostas, mas também em relação à explicação contextualizada.

A Psicologia Social deu lugar às reflexões sobre a vida das nações. Os estudos sobre o caráter da personalidade autoritária durante o nazismo, as atitudes políticas em face dos processos eleitorais, o comportamento de voto, a desobediência civil, as imagens das personalidades públicas, são exemplos de temas que passaram a constituir um campo de estudo particular. Estes estudos se converteram em articulações teóricas que viriam a constituir a disciplina hoje conhecida como Psicologia Política. Destaca-se o trabalho do filósofo e psicólogo alemão Theodor W. Adorno (1903-1969), em 1950, sobre a personalidade autoritária. Outras contribuições igualmente importantes são as do cientista político americano Gabriel Abraham Almond e seu colega Sidney Verba, com o livro *The Civic Culture*, publicado em 1963, sobre a cultura cívica.

O aumento das pesquisas sobre temas políticos, das publicações, revistas e associações acadêmicas sobre o assunto, o aumento da quantidade de trabalhos de Psicologia Política em congressos de Psicologia e Psicologia Social e, particularmente, a publicação do primeiro

Handbook of Political Psychology, em 1973, autoria dos professores David O. Sears, da UCLA, Leonie Huddy, da Stony Brook University e Robert Jervis, da Columbia University, estimularam ainda mais as investigações. Com a criação da Sociedade Internacional de Psicologia Política, em 1978, forma-se uma comunidade identificada como psicólogos políticos. Em 1987 ocorre o primeiro congresso da disciplina na Espanha e em 1990 é criada a revista espanhola de Psicologia Política.

Podemos concluir, então, que a Psicologia Política vem se constituindo como disciplina desde a década de 70. Seu discurso científico é muito recente, embora os seus antecedentes não o sejam. O estudo do político, da política e dos atores políticos segundo a ótica do subjetivo tem ocupado um lugar na Psicologia Social, ainda que sem o matiz do contexto sócio-histórico. Assim, sua especificidade apresenta-se como um discurso de articulação interdisciplinar e pretende ser metodologicamente inovador.

Seus antecedentes localizam-se na confluência de diversas disciplinas sociais, dentre as quais a Filosofia Política, a Sociologia Política e a História, configurando-se, portanto, como um campo multidisciplinar e situando-se na fronteira com as disciplinas de origem. Sua preocupação principal está nos processos subjetivos que influenciam e se convertem em forças sociais e políticas e imprimem uma direção particular às dinâmicas sociais e, reciprocamente, nos processos sociopolíticos que influenciam as formas de subjetivação dos seres humanos. Veremos a seguir, o desenvolvimento da psicologia política como disciplina científica.

Psicologia Política: a Disciplina

Em 1984, Ashis Nandy, psicólogo político e sociólogo da ciência, hindu, publica artigo no qual questiona o poder político da psicologia moderna que, ao não reconhecer sua base etnocêntrica, nega o direito à existência de outras etnopsicologias, como se ela própria fosse a versão acabada de uma ciência que tivesse atingido o seu apogeu. Reafirmando a idéia de uma continuidade entre o observador e o observado como unidade básica de análise na psicologia, Nandy (1984) parte de dois pressupostos. O primeiro que consiste em conceber a psicologia política não como uma subdisciplina ou um campo de conhecimento composto pela convergência do saber político e psicológico, mas, sim, em compreender que "toda psicología es política y cada teoría psicológica es una declaración política". O segundo pressuposto é o de que existem muitas psicologias e a prática da psicologia dominante,

moderna, é hostil à concepção de um saber psicológico inerentemente político (Nandy, 1984, p. 356).

A idéia de uma psicologia política em sua essência coincide com a concepção de Harold Lasswell, segundo a qual a política reflete uma qualidade ou forma de relação social; toda ciência reflete não apenas um conjunto de normas científicas, mas também uma série de preferências políticas. Decorre que o máximo de "neutralidade política" possível para a psicologia é o reconhecimento de seus compromissos com certa visão de sociedade, de cultura e de ser humano.

Nandy (1984) afirma:

Ainda que a maioria dos psicólogos reconheçam o fato de que a ciência se insere num contexto social, na prática consideram que grande parte de seu texto disciplinar funciona de maneira autônoma. Assim, certamente demonstram ter pouca consciência de que muitos dos problemas éticos de sua ciência são de natureza política e de que um dos principais desafios que têm de enfrentar atualmente é o de elaborar uma nova política da psicologia. (p. 357; traduzido por mim)²

O segundo pressuposto afirmado por Nandy implica que a chamada psicologia moderna é, de fato, uma etnopsicologia, colocando-se, neste sentido, ao lado de outras psicologias tradicionais, locais ou de origem popular. Sua hegemonia decorreria do fato de estar suportada por uma nova teoria de progresso, exatamente aquela proposta por uma pequena parte do mundo que detém o poder econômico, cultural e político.

Nandy pondera que uma das vantagens de considerar a psicologia como uma "confederação de psicologias étnicas" é a de poder ver cada fenômeno ou processo psicológico como uma experiência interpretável em termos de um encontro da etnopsicologia do sujeito e a etnopsicologia do intérprete. E este encontro pode ser visto como criador de seu próprio sistema de conceitos e como um modelo ideográfico, passível ou não de ser utilizado em outras ocasiões (Nandy, 1984). Segundo o autor, a admissão da especificidade étnica da psicologia favorece uma atitude crítica e de diálogo entre modelos psicológicos oriundos de diferentes contextos.

² "Aunque la mayor parte de los psicólogos reconocen el hecho de que la ciencia se inserta em um contexto social, em la práctica consideran que gran parte de su texto disciplinario funciona de manera autónoma. Demuestran así, por cierto, tener escasa consciencia de que muchos de los problemas éticos de su ciencia son de naturaleza política y de que uno de los principales desafíos que han de enfrentar hoy día es el elaborar una nueva política de la psicología". (Nandy, 1984, p. 357)

Esta atitude leva a considerar que nenhum modelo psicológico pode ser considerado como ponto final de um processo científico evolutivo, mas sim que toda psicologia coloca em ação um conjunto de processos voltados para compreender e estudar o espírito humano em um clima de tolerância e crítica mútua. Conforme diz Nandy (1984): "A força da ciência consiste em que cada geração de psicólogos tem que descobrir o alcance e os limites de sua ciência no contexto das utopias explícitas e implícitas de sua época" (p. 367; traduzido por mim)³.

Este estado de espírito, enfatizado por Nandy, se é válido para a Psicologia enquanto campo de saber científico, o é, mais ainda, para a Psicologia Política.

Segundo Penna (1995), a perspectiva positivista, endossada por Eysenck (1964); Deutsch (1984) e Sears, em 1968, segundo a qual a Psicologia Política é "o estudo da interação dos processos políticos e dos processos psicológicos, comportando, pois, uma interação bidirecional", é insatisfatória porque trata ambos os processos (psicológico e político) como se fossem categorias estranhas entre si (p. 21).

Eysenck ilustra perfeitamente esta concepção. Em seu trabalho *The Psychology of Politics*, de 1960, define a psicologia política como o estudo dos fatores psicológicos que concorrem para a produção dos fatos políticos. Para ele as ações políticas são ações realizadas por seres humanos e a psicologia estuda as causas diretas dessas ações. O político é essencialmente um evento psicológico e, portanto, as variáveis psicológicas afetam diretamente as ações políticas. Eysenck faz questão de enfatizar que seu propósito é o de "compreender e explicar, não de convencer e condenar", procurando realizar em estudo "puramente positivo e objetivo" (Eysenck, 1964, p. 13). Em obra anterior - *Usos e Abusos da Psicologia* - publicada em 1953, Eysenck já ressaltara a importância das investigações psicológicas para a compreensão da conduta política.

Os partidos políticos, na medida em que não são meros ajuntamentos predatórios, cuja razão de ser é a partilha dos despojos do serviço público, tendem a ter certos princípios e crenças fundamentais que alicerçam sua política. Acham-se, esses princípios e crenças, associados a uma determinada concepção da natureza humana, dos princípios da motivação humana, da extensão em que seja aquele modificável e dos métodos por meios dos quais podem os seres humanos ser guiados e controlados. Esses pontos de vista se acham muitas vezes implícitos e não explicitamente

³ "La fuerza de la ciencia estriba en que cada generación de psicólogos tiene que descubrir el alcance y los límites de su ciencia en el contexto de las utopías explícitas e implícitas de su época" (p. 367).

declarados; parecem, para a pessoa que os defendem, muito evidentes para que mereçam ser discutidos, chegando a vê-los como axiomas tais que dissentir deles é colocar-se o opositor além das raízes da razão. (Eysenck, 1964, p. 247)

Para o autor, examinar imparcialmente tais axiomas à luz da ciência psicológica faz com que os políticos de todos os matizes olhem a psicologia com suspeita, não porque ela se posicione a favor ou contra este ou aquele credo político, mas exatamente por que ela substitui os estereótipos pelo raciocínio científico.

Deutsch (1984) chama atenção para o fato de que a ênfase dada pela psicologia política norte-americana aos processos psicológicos como determinantes dos processos políticos levou a um relativo abandono do estudo das influências dos processos políticos sobre os processos psicológicos. Enquanto isso, na Europa, outros estudiosos desenvolveram uma consciência mais clara do papel dos processos políticos sobre a personalidade humana. Max Horkheimer (1895-1973), Theodor W. Adorno (1903-1969), Herbert Marcuse (1898-1979), Erich Fromm (1900-1980), Jürgen Habermas, contribuíram para a integração das concepções político-econômicas marxistas com a teoria freudiana (Fromm, 1971; Deutsch, 1984).

Para Deutsch (1984):

A psicologia política tem por objetivo o estudo da interação dos processos políticos e psicológicos, ou seja, que comporta uma interação bidirecional. Assim como as atitudes cognitivas limitam e afetam a natureza do processo de tomada de decisões políticas, assim também a estrutura e o processo de tomada de decisões políticas afetam as atitudes cognitivas. (p. 240; traduzido por mim)⁴

O âmbito das análises que definem a perspectiva da Psicologia Política apresenta diversos níveis, a saber: o indivíduo, as relações interpessoais, as relações intergrupais e as relações que permitem a estruturação do comportamento político da sociedade em seu conjunto, por meio das crenças, desejos e interesses.

Compreender a lógica das relações sociais do ponto de vista dos processos psicológicos e subjetivos da sociedade contemporânea, dando ênfase aos problemas políticos atuais, e estabelecer a relação entre os fatores históricos e coletivos que permitem a definição e o significado dos comportamentos na sociedade, representam uma exigência teórica da

⁴ "La psicología política tiene por objeto el estudio de la *interacción* de los procesos políticos y psicológicos, o sea que comporta una interacción bidireccional. Así como las aptitudes cognitivas limitan y afectan la naturaleza del proceso de toma de decisiones políticas, así también la estructura y el proceso de la toma de decisiones políticas afectan las aptitudes cognitivas". (Deutsch, 1984, p. 240)

Psicologia Política. Assume-se que as sociedades contemporâneas e a nova ordem social e política que está se construindo no mundo, requerem um discurso explicativo que tenha por objetivo a compreensão das dinâmicas sociais em diferentes níveis.

A Psicologia Política requer integração disciplinar profunda, atualização e conhecimento de disciplinas afins que permitam uma reflexão e confrontação permanente de si mesma em um contexto definido. A sociedade, seus problemas e as formas de abordá-los são o que define o seu objeto de trabalho.

Dávilla *et al.* (1998) definem Psicologia Política como em conjunto de conhecimentos científicos, desenvolvidos e transmitidos por uma comunidade autodenominada "psicólogos e psicólogos políticos", reconhecidos socialmente como tais, e que têm em comum o objetivo de descrever e explicar o comportamento político humano.

Os autores advertem que o campo da Psicologia Política é composto por conhecimentos muito diversificados e não se apresenta unificado pelas razões que seguem: a) as diferentes abordagens do fenômeno psicológico, propostas pelas diversas escolas, explicam o comportamento humano segundo marcos teóricos diferentes: fisiológico, emocional, cognitivo, comportamental e social; b) a falta de uma definição explícita, concreta e compartilhada de comportamento político.

Considerando que esta indefinição dificulta o desenvolvimento da disciplina, Dávilla *et al.* (1998) buscam explicitar uma definição do "político" e do "comportamento político" que permita objetivar a definição da Psicologia Política. Segundo os autores, a *política* refere-se a uma atividade social, ou seja, ela se dá na convivência humana ou se refere a essa convivência; compreende ações polêmicas para chegar a um acordo ou a uma decisão unitária (luta, oposição, desunião, o "amigo" e o "inimigo", a guerra); é livre, ou seja, não sujeita a normas jurídicas, ou a regularidades estabelecidas, requer decisão; cria, desenvolve e exerce poder (como energia que se projeta sobre a vida social e que faz com que a vontade de quem o exerce influencie na conduta de outros, poder que é um fato natural e necessário, sempre presente, fundado no consentimento e que é um poder coativo, benfeitor e agente do bem público) em uma comunidade, regulando e configurando as condutas dentro da mesma; e, por fim, uma atividade que existe ao serviço do bem público.

O "político" apresenta, então, algumas características, relacionadas com: a) assuntos que influam em um coletivo amplo de pessoas, assuntos de interesse público ou coletivo, ações que afetam a ordem social; b) ordenação, regulação ou proibição de algo vinculado a toda sociedade, seja no terreno do social, do econômico, do ideológico, do cultural ou de

qualquer outra esfera; trata-se do normativo, do regrado; c) distribuição, mobilização ou extração de recursos, ou produção de bens e serviços gerais; e d) existência de distintas posições, opções ou propostas sobre o que se deve optar.

Tomando por definição de *comportamento* as ações que uma pessoa realiza e que são compostas por fenômenos fisiológicos, emocionais, cognitivos e por condutas, que se produzem simultaneamente aos fenômenos sociais e ambientais externos ao indivíduo, os autores conceituam *comportamento político* como sendo aquelas ações que apresentam as características descritas acima e que ocorrem associadas a fenômenos sociais e ambientais externos ao indivíduo.

Dávilla *et al.* (1998) consideram que é importante conhecer o funcionamento do indivíduo enquanto tal e deste como integrante de um grupo. Justificam-se, então, os estudos sobre as minorias, os fenômenos de massa, os fatores que influenciam as intenções de voto, formas de promover a participação política, a liderança, a opinião pública, as variáveis e as dinâmicas que dificultam ou facilitam o funcionamento da política (estudos sobre autoritarismo, discurso político, conduta política, processos de negociação e mediação).

Segundo Lhullier (*in* Strey *et al.*, 1998), a política consiste em uma atividade composta pelo encadeamento de ações de diversos indivíduos, direcionada para a satisfação de uma necessidade comum. Esta atividade ocorreria no âmbito das disputas pelo poder entre grupos organizados. No caso da política, as ações encadeadas reúnem, por um lado, os indivíduos que buscam transformar uma dada realidade e, por outro, os que buscam manter o *status quo*.

Esta concepção reconhece, portanto, que o fazer humano está sempre comprometido com valores voltados para a manutenção ou para a transformação das relações de poder na sociedade. A ciência, na condição de fazer humano, não é neutra nem isenta de valores. Decorre, então, a necessidade de explicitação dos compromissos do fazer científico com um quadro de valores e com uma ideologia, observando-se seus determinantes históricos e sociais.

Assim, a política é uma atividade humana que ocorre no âmbito das disputas pelo poder entre grupos organizados. Esta luta orienta-se para a transformação ou manutenção de certo *status quo*, contemplando inclusive a omissão e o “apoliticismo”, ou seja, a ausência de participação política ou da negação da política, uma vez que tais posicionamentos corroboram a manutenção de uma dada situação.

Lhullier (*in* Strey *et al.*, 1998) esclarece, contudo, que embora a atividade política se dê no âmbito das disputas pelo poder entre grupos organizados não significa que o comportamento do indivíduo tenha que necessariamente estar inserido num grupo organizado, ou articulado com o comportamento de outras pessoas. "Significa, isto sim, que o seu comportamento tem a intenção de contribuir ou contribui de alguma forma para a manutenção ou para a transformação de uma determinada relação de poder político, ou ordem sociopolítica" (p. 209). Para os propósitos deste estudo, destaco principalmente o caráter muitas vezes inconsciente da ação do terapeuta/analista para a manutenção do *status quo*, ao descuidar das questões políticas que emergem na situação terapêutica.

Seguindo esta linha de raciocínio, Sabucedo (1996) define a Psicologia Política:

A Psicologia Política consiste no estudo das crenças, representações ou senso comum que os cidadãos têm sobre a política e os comportamentos destes que, por ação ou omissão, incidam sobre ou contribuam para a manutenção ou mudança de uma determinada ordem sociopolítica. (p. 22)

Ainda nesta perspectiva, Penna (1995) afirma que a Psicologia Política tem por objeto de estudo as "estruturas sociais visando ao seu aprimoramento através das modificações progressivas, ou à sua reformulação radical, sempre se objetivando o bem-estar coletivo" (p. 21). Segundo o autor, incluir-se-ia aí a busca da justiça social que implicaria na equitativa distribuição dos recursos abundantes ou escassos. O próprio autor admite a aderência de sua concepção às idéias da Escola de Frankfurt.

A posição de Penna encontra ressonância na perspectiva da Psicologia Social Crítica, tradição da qual faz parte a Associação Brasileira de Psicologia (ABRAPSO). A Psicologia é definida como "a disciplina que estuda o sujeito em sua relação com o mundo. Nessa relação com o mundo esse sujeito se constitui, ao mesmo tempo, como produto e como produtor da sua história e da história da sociedade em que vive" (Lhullier *in* Strey *et al.*, 1998, p. 207).

Segundo esta concepção, o sujeito só existe porque age no mundo. A relação sujeito-mundo é o foco da análise psicológica porque é aí que o sujeito se constitui e somente aí pode tornar-se objeto de conhecimento. E nesta relação o sujeito, por sua vez, constrói o mundo. Segundo Lhullier (*in* Strey *et al.*, 1998) trata-se do mundo "para si", tal como existe para o sujeito, e também "em si", pois "os efeitos da ação humana transcendem as existências particulares" (p. 207). Ou seja:

O efeito transformador da ação dos sujeitos vai além dos limites da existência do indivíduo, do grupo, tanto em termos de tempo quanto de espaço. Ao agir no mundo

imprimimos marcas, desencadeamos movimentos cujos múltiplos efeitos freqüentemente não conseguimos antever. (p. 208)

Como pudemos observar, diferentes abordagens da Psicologia Política desenvolvem diversas concepções sobre o Ser Humano e a Sociedade, e sobre as relações entre ambos. A impossibilidade de definir critérios que permitam avaliar a validade científica de cada abordagem decorre do fato de que a Psicologia, assim como as demais ciências humanas, faz parte do campo no qual se desenvolvem as lutas ideológicas, sociais e políticas.

Metodologia em Psicologia Política

O enfoque científico das ciências naturais reflete um interesse cognitivo técnico e orienta-se para a ação instrumental que busca objetivos e metas definidas. A assimilação desse modelo pelas ciências sociais, incluída a psicologia, pode levar ao esquecimento de que a ação humana para ser entendida requer uma compreensão sobre o seu significado para as pessoas. A ação humana emerge de contextos intersubjetivos de comunicação, em práticas e formas de vida intersubjetivas, com origens históricas definidas. Assim, destaca-se a importância de uma metodologia intersubjetiva para o estudo científico da psicologia política (Deutsch, 1984).

Segundo Deutsch (1984), muitos psicólogos políticos praticam o chamado “oportunismo metodológico”, ou seja, lançam mão de modelos e procedimentos oriundos de diversas disciplinas sociais, adaptando-os ao objeto em estudo (por exemplo, análise de conteúdo, entrevista sistemática, questionários, experimentos com grupos reduzidos).

Boa parte dos trabalhos é de caráter exploratório, orientado para estimular a intuição e desenvolver hipóteses, mais do que para comprovar relações e influências.

Temas que têm sido objeto de estudo pela psicologia política, segundo estudo realizado por Deutsch (1984): o indivíduo como ator político, movimentos políticos, o político e o líder, coalizões e estruturas políticas, relações entre grupos políticos, os processos políticos, estudos monográficos sobre pessoas e episódios historicamente importantes, o desenvolvimento humano e a economia política.

Os métodos de investigação também se diversificam, abrangendo a investigação fenomenológica, correlacional e/ou experimental, cada qual dando maior ou menor ênfase ao meio social e físico na explicação do comportamento. A dificuldade de definição do que é comportamento político relaciona-se com a dificuldade de definição da própria política (conforme Capítulo 1 desta dissertação, "A Alma Social e a Alma Política").

Aplicação da Psicologia Política

Na opinião de Dávilla *et al.* (1998), as pessoas seriam beneficiadas por um conhecimento mais amplo das questões políticas segundo a ótica da Psicologia Política, o que possibilitaria o aperfeiçoamento da sua atuação política. Acreditam que a Psicologia Política deveria ocupar lugar legítimo no assessoramento, por um lado, dos cidadãos para um exercício político mais eficaz e, por outro, dos partidos políticos, no sentido de facilitar a sua aproximação dos cidadãos, melhorar o seu funcionamento interno e suas relações com outras forças políticas.

Dávilla *et al.* (1998) defendem, então,

... a utilização da Psicologia Política para a melhoria do bem-estar das comunidades humanas, para que os cidadãos possam intervir nos assuntos políticos e possam eleger bons governantes e legisladores. Uma Psicologia Política que sirva para que os responsáveis políticos defendam os interesses e o bem-estar de suas comunidades, para que governem e legislem melhor, e para que ajude na resolução pacífica dos conflitos nas comunidades e entre as comunidades. (pp. 21-43; traduzido por mim)⁵

Então, espera-se que os psicólogos políticos, ao tempo em que sejam rigorosos no estudo do comportamento político, não sejam impassíveis quanto à utilização desse conhecimento e quanto aos processos políticos de suas próprias comunidades. Afinal, a pretensão de que os psicólogos não exerçam um papel político em suas comunidades seria negar o caráter político do ser humano.

De fato, a psicologia política, segundo diferentes autores, se interessa por ser socialmente aplicável ao aperfeiçoamento dos processos políticos e da condição humana (Deutsch, 1984). Para produzir recomendações aplicáveis, é necessário, muitas vezes, um salto especulativo ousado. A contribuição maior, contudo, é a de oferecer referências e conceitos sistematizados que possam auxiliar as pessoas comprometidas com atividades políticas “a pensar acerca de lo que hacen de modo más global, más analítico, y com mayor interés por la solidez empírica de sus hipótesis de trabajo” (Deutsch, 1984, p. 243). Neste sentido, a psicologia política teria um importante papel no questionamento do pensamento

⁵ “... la utilización de la Psicología Política para la mejora del bienestar de las comunidades humanas, para que los ciudadanos puedan intervenir em los asuntos políticos y puedan elegir buenos gobernantes y legisladores. Una Psicología Política que sirva para que los responsables políticos defiendan los intereses y el bienestar de sus comunidades, para que gobiernen y legislen mejor, y para que ayude a la resolución pacífica de los conflictos em las comunidades y entre comunidades.” (Dávilla *et al.*, 1998)

político estereotipado, no que diz respeito aos pressupostos e crenças relativas à natureza humana.

Psicologia Política no Brasil

No Brasil, nos anos 80, trabalhos e seminários conduzidos pelo Prof. Leôncio Camino, da Universidade Federal da Paraíba, e pelo Prof. Salvador Antonio Mireles Sandoval, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com o apoio da ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social, abrem caminho para a organização de um espaço de estudo e pesquisa sobre as relações entre Psicologia e Política. A Sociedade Brasileira de Psicologia Política (SBPP) é fundada em 2001, criando a seguir a Revista de Psicologia Política. Antes, em maio de 2000, ocorrera o I Seminário Nacional de Psicologia Política, realizado na PUC-SP.

Segundo o texto de apresentação da Sociedade no primeiro número da *Revista Psicologia Política* (Camino, 2001, pp. 4-6), é necessário distinguir entre Psicologia Política e Psicologia da Política. Na primeira expressão indica-se que a Psicologia contém, implícita ou explicitamente, pressupostos ideológicos. Na segunda expressão, ambos os termos - Psicologia e Política - são independentes e implicam uma disciplina que gera conhecimentos psicológicos aplicáveis ao estudo dos fenômenos políticos.

Esta distinção aponta para dois riscos: de um lado, o perigo de "politizar a psicologia", transformando-a em "puro instrumento da luta política"; de outro, "psicologizar a política", substituindo-se "dimensões políticas por conceitos e variáveis psicológicas consideradas como universais e totalmente descontextualizadas das circunstâncias históricas e políticas" (Camino, 2001, p. 4).

No Brasil, psicólogos pesquisadores vêm estudando os aspectos subjetivos dos fenômenos políticos, assumindo o pressuposto de que os conceitos relativos a esse saber constituem-se no espaço político mais amplo da sociedade.

Levantamento realizado nos números da Revista Psicologia Política, editada pela Sociedade Brasileira de Psicologia Política a partir de 2001, revela alguns dos temas abordados por nossos pesquisadores: análise psicossociológica do racismo, preconceito, violência institucional, direitos humanos, crise do trabalho, criminalidade, medidas sócio-educativas para adolescentes em conflito com a lei, participação e movimento social, vítimas de linchamento, desigualdade, psicanálise e política, análise de discursos e ideologias, de universos simbólicos e de práticas institucionais.

Psicologia e Compromisso Social

Furtado (2000) acredita não ser necessária a criação da denominação *Psicologia Política*, para designar um campo específico de pesquisa e atuação em Psicologia. Mas sua recusa em concordar com esta nomenclatura não se deve a uma suposta separação entre *psicologia*, que estuda o indivíduo e *política*, que estuda o coletivo. Não acredita na separação entre o *social* e o *individual*, classificando o individualismo como uma ficção criada pelo campo da sociabilidade capitalista. Acredita que a Psicologia é desde sempre *política*, na medida que é um saber inscrito no campo da linguagem e, portanto, permeado por conteúdos ideológicos. A Psicologia necessita, contudo, *comprometer-se* politicamente.

Furtado (2000) refere-se às teorias desenvolvidas por Ignácio Martín-Baró e Silvia Lane no âmbito da Psicologia Social que expressam compromisso com a transformação da realidade social. Concorda com Crochik (1995) ao considerar que a adoção da denominação *Psicologia Política* induz à

... ilusão liberal de que o indivíduo é responsável pela situação política existente. Assim, se o educarmos adequadamente, poderá ter uma consciência política capaz de alterar as condições sociais atuais. Contudo, essa ilusão não só debita os fracassos individuais e sociais ao indivíduo, fortalecendo a ideologia oficial, como também, ao aproximar a consciência individual da consciência política, oculta a mediação social.... o termo Psicologia Política não abriga a mesma tensão que o termo Psicologia Social, pois recai numa dupla ilusão: a ilusão do indivíduo livre e a ilusão da atuação conseqüente através da política. (pp. 52-53).

Segundo Furtado (2000), dois autores destacam-se na história da Psicologia Latino-Americana: Um foi Ignácio Martín-Baró, padre jesuíta, teólogo e psicólogo, assassinado em 1989 em El Salvador. Defensor dos princípios da Teologia da Libertação, assumiu a perspectiva da maioria pobre oprimida, analisando a relação entre exploradores e explorados. Criticou teorias e pesquisas psicológicas que colocam o observador como sujeito neutro diante do processo de pesquisa ou de intervenção psicológica. Argumenta que ao assumir uma suposta posição de neutralidade, o psicólogo reproduz os valores do contexto sociopolítico e acaba por defender os interesses das classes dominantes. O arsenal de categorias e diagnósticos psicológicos, desvinculados de uma análise das circunstâncias sociopolíticas, patologizam as classes trabalhadoras. Martín-Baró propõe, então, uma psicologia libertadora que considere as necessidades, experiências e objetivos dos oprimidos. Adota posição teórica e pragmático-política coincidente com a de Paulo Freire, educador brasileiro, já referido no

Capítulo 3 (Eu e Minha Circunstância), defendendo a necessidade de reconstituir a identidade social do trabalhador explorado e alienado. O psicólogo tem aqui o seu papel, de apoiar a transformação da realidade política e social. A psicologia, portanto, tem um caráter histórico que implica a contextualização social e política dos sujeitos. A Psicologia de Martín-Baró é conhecida como Psicologia da Libertação, numa explícita referência à Teologia da Libertação.

Outra autora referenciada por Furtado (2000) é a psicóloga Silvia T. M. Lane, não por acaso introdutora de Martín-Baró no Brasil e precursora da Psicologia Social Comunitária na década de 70, campo de intervenção fundamentado nos estudos da Psicologia Sócio-Histórica. Furtado reconhece o compromisso político de ambas as experiências, considerando desnecessário denominá-las como Psicologia Política.

Como exemplo de engajamento sociopolítico do psicólogo, Furtado (2000) cita uma experiência de qualificação profissional desenvolvida pela CNM/CUT, o Projeto Integrar, voltado para metalúrgicos desempregados, com idade de 25 a 45 anos. Trata-se de um curso com 10 meses de duração (700 horas), equivalente ao primeiro grau (certificado pela Escola Técnica Federal de São Paulo). Iniciado em agosto de 1996, concluiu sua primeira turma em outubro de 1997. O curso tem como objetivo oferecer

... uma formação de caráter geral, que amplie o horizonte cultural do aluno e lhe dê condições de ampliar sua participação social ao mesmo tempo em que discute as condições sociais e históricas que geram o desemprego do trabalhador no Brasil de hoje. (Furtado, 2000, p. 226)

A opção pedagógica da formação se fundamentou na noção de cidadania e de inclusão: "... uma alternativa à concepção de formação voltada para o treino de habilidades (que de resto está incluída na lógica do sistema fordista de produção)" (p. 227). O sistema de módulos centrou-se em um eixo que é o módulo de reestruturação produtiva. O operário metalúrgico aprendia a conviver com a crise de desemprego, mas também a exercer a crítica sobre as condições objetivas que conduzem ao desemprego.

O trabalhador, em situação de desemprego, assume-se como incompetente, desatualizado e descartável, sendo levado ao adoecimento, decorrente da falta de compreensão do processo vivido. O adoecimento se apresenta geralmente na forma de quadro depressivo, que leva o trabalhador à paralisia (a vergonha de sair de casa, a vergonha da pecha de vagabundo). O uso da bebida alcoólica é um dos recursos usuais para lidar com o sofrimento. O Programa Integrar, conclui Furtado (2000), representa uma alternativa porque "leva esse trabalhador a re-configurar tais representações, a enxergar a realidade com outros

olhos e permite que o trabalhador escape do processo autodestrutivo resgatando o seu papel de sujeito da história" (p. 227).

Furtado, por meio deste exemplo, procura expressar a possibilidade do compromisso político do pesquisador e do profissional *psi*, no âmbito de sua atuação, sem a necessidade de caracterizá-la como uma *Psicologia Política*. Adverte que não se trata de construir uma "psicologia classista, voltada exclusivamente para os trabalhadores, para as classes populares" (p. 228), mas de romper com outra forma de psicologia classista que se dirige para parte da sociedade que pode pagar pelos serviços psicológicos, o que resulta na privatização destes serviços. O autor conclui:

Abre-se aqui uma discussão sobre que psicologia é essa que teria um caráter geral que atendesse a toda a população. Não sei a resposta. Ela está para ser construída a partir das próprias condições materiais em que o fenômeno psicológico é construído. Por isso temos discutido a necessidade da construção de uma psicologia latino-americana. Uma psicologia que responda concretamente ao campo de nossa subjetividade". (Furtado, 2000, p. 228)

Nesta linha de pensamento, concluo este capítulo com destaque às idéias de Freire (2002) sobre o compromisso do profissional com a sociedade. O autor analisa o significado do ato de comprometer-se:

Somente um ser que é capaz de sair de seu contexto, de "distanciar-se" dele para ficar com ele; capaz de admirá-lo para, objetivando-o, transformá-lo e, transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isto, de comprometer-se. (p. 17)

Contudo, a ação e reflexão humanas não são absolutas, apresentam-se condicionadas pela realidade em que os seres humanos se encontram. "Assim, como não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem-realidade" (Freire, 2002, p. 17).

A relação seres humanos-realidade implica a transformação do mundo e o produto desta transformação recursivamente transforma a ação e reflexão dos humanos. É na experiência com esta relação que homens e mulheres desenvolvem sua capacidade de ação e reflexão, assim como podem tê-la atrofiada. A depender da qualidade dessa relação, o ser humano poderá ou não ter condições objetivas para o pleno exercício da maneira humana de existir.

Se forem impedidos de atuar, de refletir, os humanos "encontram-se profundamente feridos em si mesmos, como seres do compromisso. Compromisso com o mundo, que deve ser humanizado para a humanização dos homens, responsabilidade com estes, com a história" (Freire, 2002, p. 18).

Para Freire, se o profissional assume uma neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, estará refletindo apenas o medo que tem de revelar o compromisso que, por fim, assume de fato. Mas, qual compromisso? Quase sempre um "compromisso' contra os homens, contra sua humanização, por parte dos que se dizem neutros. Estão 'comprometidos' consigo mesmos, com seus interesses ou com os interesses dos grupos aos quais pertencem. E como este não é um compromisso verdadeiro, assumem a neutralidade impossível" (Freire, 2002, p. 19).

O autor conclui com um alerta válido para todos os profissionais de ajuda:

Não devo julgar-me, como profissional, "habitante" de um mundo estranho; mundo de técnicos e especialistas salvadores dos demais, donos da verdade, proprietários do saber, que devem ser doados aos "ignorantes e incapazes". Habitantes de um gueto, de onde saio messianicamente para salvar os "perdidos", que estão fora. Se procedo assim, não me comprometo verdadeiramente como profissional nem como homem. Simplesmente me alieno. (Freire, 2002, pp. 20-21)

A seguir, discutiremos o conceito de *individuação*, tema central da Psicologia Analítica, que representa a idéia de desenvolvimento psicológico tal como proposto por Carl Gustav Jung. Com o texto pretendo estabelecer as bases conceituais para o capítulo seguinte - *Individuação e Política* - que tratará das relações entre desenvolvimento psicológico e desenvolvimento político da personalidade, inserindo os questionamentos da psicologia analítica junguiana no contexto das idéias da psicologia política e do compromisso social do profissional *psi* analisadas neste capítulo.

Individuação: O Indivíduo e o Mundo

7

Capítulo

*Como pode o homem
sentir-se a si mesmo,
quando o mundo some?*

*Como vai o homem
junto de outro homem,
sem perder o nome?*

(Drumond de Andrade, C., 1988)

- **As Origens do Conceito**
- **Um Conceito Junguiano**
- **Individuação: Adaptação e Singularidade**
- **Individuação para Todos ou para Poucos?**
- **Transformação do Indivíduo ou da Sociedade?**

As Origens do Conceito

O conceito (*principium individuationis*) tem longa história na Filosofia. Pode-se encontrá-lo na filosofia de Aristóteles, Plotino, Santo Tomás de Aquino, Leibniz e Schopenhauer (Clarke, 1993). De maneira resumida, o conceito se refere à diferenciação de entidades individuais a partir de uma substância geral, universal. O termo foi utilizado para designar a constituição da individualidade a partir de uma substância comum; a *individuação* atribui um caráter privilegiado à substância que a antecederia e que teria existência para além dos próprios indivíduos.

Segundo Pieri (2002, verbete *individuação*), a filosofia apresenta três respostas para a questão de como uma substância genérica, comum, se torna *esta* substância específica: a) a individuação dependeria da matéria das coisas; para santo Tomás, o princípio da individuação seria representado pela matéria comum quando ela fosse marcada, isto é, considerada, como ele diz, *sob determinadas dimensões*, isto é, um homem é *este homem* enquanto unido a um corpo que o determina no espaço e no tempo; Schopenhauer irá considerar a *vontade* como substância que seria comum a todos os homens; b) a individuação dependeria da forma; São Boaventura, expoente máximo da escola filosófica franciscana, considerava a forma como "essência que restringe e define a matéria a determinado ser". O Princípio da Individuação residiria na comunicação que deve subsistir entre forma e matéria; o indivíduo seria *este algo* – *este* remete à matéria e *algo* à forma; c) a individuação dependeria da matéria, da forma e da sua composição. Duns Scoto, filósofo e teólogo inglês (conforme citado por Pieri, 2002), afirmava que

Entre indivíduos da mesma espécie intercorrem ligações que se exprimem na sua natureza comum composta por matéria e forma, e justamente a partir destas é possível chegar à singularidade (e, portanto, a este algo), mas através de um incremento de tipo formal por que ele denominou "essidade" ou "estidade" Essa realidade última é a "entidade positiva", determinação última e positiva tanto da matéria quanto da forma, quanto da composição de ambas.

Para Scoto, portanto, o *indivíduo* se caracteriza, pela complexidade e pela riqueza das suas determinações e não pela sua simplicidade.

Em Schopenhauer, o conceito ganha ênfase: para ele o mundo é a expressão de uma força cega, que se desenvolve e se materializa por meio de elementos cada vez mais individualizados, desde a matéria e as forças da natureza, passando pelas plantas e animais e culminando na humanidade - grau máximo de manifestação individuada da *vontade*. No ser humano, a *vontade universal* se expressa com ânsia insaciável, gera o egoísmo autodestrutivo que conduz inevitavelmente ao sofrimento e à morte. Schopenhauer resume a situação trágica do mundo e dos homens: "Pois o mundo constitui o inferno, e os homens dividem-se em dois grupos: de um lado ficam os atormentados, e do outro, os demônios" (Schopenhauer, 1851/2001, p. 122).

De acordo com Clarke (1993), Nietzsche endossava em grande parte as idéias de Schopenhauer, seu contemporâneo, no que se referia à condição humana e à inexistência de qualquer finalidade transcendental para o esforço humano. Contudo, rejeitava as conclusões pessimistas do colega filósofo. Para ele, o objetivo da vida residia na afirmação da vontade humana e no caminho da auto-superação. Para Nietzsche o homem é o grande artífice do universo, criador de propósitos e de significados para o cosmo. A grande maioria dos homens dispõe-se a levar uma vida fútil, evitando a consciência de sua própria inutilidade e a da própria vida.

No entanto, alguns indivíduos realizam um destino maior, ousando desafiar os cânones coletivos, enfrentando os próprios temores e construindo novas possibilidades; eis o *super-homem*, capaz de rejeitar a mediocridade, comprometendo-se visceralmente com a vida, no que ela tem de dor e de prazer, de alegria e tristeza, e dizendo *sim* à vida, com tudo o que ela tem de melhor e de pior.

Pode-se ouvir um eco antecipatório das idéias junguianas sobre o processo de individuação. Jung via nas idéias de Nietzsche o prenúncio do conceito de realização do *Si-*

*mesmo*¹, quintessência do ser individual. Se para Schopenhauer, a individuação é um fardo decorrente do processo de existência, para Jung, acompanhando Nietzsche, trata-se de uma oportunidade para o ser humano descobrir (ou melhor, criar) um sentido para a vida. Não se trata, para Jung, de uma promessa de felicidade, de bem-estar contínuo, mas um caminho de cura e completude ("não sejamos perfeitos, porém o mais completos possível", dizia Jung).

Jung rejeitará a idéia de realização como busca da perfeição, admitindo-a como meta, jamais alcançável. Reconhecerá que

Os grandes problemas da vida nunca são resolvidos de maneira definitiva e total. E mesmo que aparentemente o tenham sido, tal fato acarreta sempre uma perda. Parece-me que a significação e a finalidade de um problema não estão na sua solução, mas no fato de trabalharmos incessantemente sobre ele. É somente isto que nos preservará da estupidificação e da petrificação. (Jung, 1930/1991, OC-VIII, § 771)

Já nos encontramos, agora, às portas do conceito junguiano de individuação.

Um Conceito Junguiano

A individuação (ingl. *Individuation*; al. *Individuation*; fr. *Individuation*; it. *Individuazione*) é o "conceito central da psicologia analítica com o qual se entende genericamente o devir da personalidade, e em particular o processo de transformação contínua de uma individualidade que vem psicicamente a constituir-se em referência a uma substância comum ou coletiva" (Pieri, 2002, verbete *individuação*).

O conceito foi publicado pela primeira vez em 1921, no livro "Tipos Psicológicos", que vinha sendo elaborado desde 1913 (Samuels, Short & Plauer, 1988). Jung o descreve em um parágrafo deste livro que, junto com a "Interpretação dos Sonhos" de Freud (1900), tem sido considerado como uma das principais obras psicológicas do século XX:

A individuação, em geral, é o processo de formação e particularização do ser individual e, em especial, é o desenvolvimento do indivíduo psicológico como ser distinto do conjunto, da psicologia coletiva. É portanto um processo de diferenciação

¹ "O Si-mesmo, como conceito empírico, designa o âmbito de todos os fenômenos psíquicos no homem. Expressa a unidade e totalidade da personalidade global. ... o conceito de si-mesmo é, na verdade, potencialmente empírico em parte e, por isso, um *postulado*, na mesma proporção. ... Uma vez que, na prática, existem fenômenos da consciência e do inconsciente, o si-mesmo, como totalidade psíquica tem aspecto consciente e inconsciente. ... Empiricamente, pois, o si-mesmo aparece como um jogo de luz e sombra, ainda que seja entendido como totalidade e, por isso, como unidade em que se unem os opostos". (Jung, 1921/1991, OC-VI, § 902)

que objetiva o desenvolvimento da personalidade individual. É uma necessidade natural; e uma coibição dela por meio de regulamentos, preponderante ou até exclusivamente de ordem coletiva, traria prejuízos para a atividade vital do indivíduo. A individualidade já é dada física e fisiologicamente e daí decorre sua manifestação psicológica correspondente. Colocar-lhes sérios obstáculos significa uma deformação artificial. É óbvio que um grupo social constituído de indivíduos deformados não pode ser uma instituição saudável e capaz de sobreviver por muito tempo, pois só a sociedade que consegue preservar sua coesão interna e seus valores coletivos, num máximo de liberdade do indivíduo, tem direito à vitalidade duradoura. Uma vez que o indivíduo não é um ser único mas pressupõe também um relacionamento coletivo para sua existência, também o processo de individuação não leva ao isolamento, mas a um relacionamento coletivo mais intenso e mais abrangente. (Jung, 1921/1991, OC-VI, § 853)

Neste texto em que inaugura o conceito, Jung destaca alguns de seus elementos constitutivos: diferenciação do indivíduo em relação aos coletivos social e psíquico (de um lado as normas culturais e de outro os determinantes arquetípicos da personalidade); o caráter imperativo do processo (que se não atendido leva ao colapso vital); correlação entre saúde da sociedade e nível de desenvolvimento dos indivíduos que a constituem.

Em outra obra, alguns anos depois, Jung enfatizará o caráter de singularização do indivíduo no processo de individuação, apontando para a realização plena do seu potencial:

Individuação significa tornar-se um ser único, na medida em que por "individualidade" entendermos nossa singularidade mais íntima, última e incomparável, significando também que nos tornamos o nosso próprio si-mesmo. Podemos, pois, traduzir "individuação" como "tornar-se si-mesmo" (Verselbstung) ou "o realizar-se do si-mesmo" (Selbstverwirklichung). (Jung, 1928/1981, OC-VII, § 266)

Em outro volume de suas Obras Completas, Jung insiste na associação das idéias de individualidade e originalidade, diferenciadas do coletivo.

Entendo por individualidade a originalidade e peculiaridade do indivíduo sob todo e qualquer aspecto psicológico. Individual é tudo que não é coletivo, o que, portanto, só pertence a um e não a um grupo maior de indivíduos. Dificilmente poderíamos falar dos elementos psíquicos da individualidade, mas só de seu grupamento e combinação próprios e específicos. (Jung, 1921/1991, OC-VI, § 857)

O processo de individuação surge, então, como a dinâmica complexa de separação do indivíduo em relação aos todos indiferenciados: a família, a sociedade, o mundo, o inconsciente coletivo.

*Indivíduo é um ser por si só. Caracteriza-se o indivíduo psicológico por sua psicologia peculiar e, em certo aspecto, única. A peculiaridade da psique individual aparece menos em seus elementos do que em suas formações complexas. O indivíduo (psicológico) ou a individualidade psicológica existem inconscientemente **a priori**, mas conscientemente só enquanto houver uma consciência de sua natureza peculiar, isto é, enquanto houver uma distinção consciente em relação a outros indivíduos. A individualidade psíquica é dada correlatamente com a individualidade física, mas, como dissemos, de forma inconsciente. Necessário se faz um processo de diferenciação, de **individuação**, para tornar consciente a individualidade, isto é, extrai-la da identidade com o objeto. A identidade da individualidade com o objeto é sinônimo de sua inconsciência. Sendo inconsciente a individualidade, não há indivíduo psicológico, mas apenas psicologia coletiva da consciência. Neste caso, a individualidade inconsciente se manifesta como idêntica ao objeto e projetada sobre ele. Por isso, o objeto tem valor exagerado e sua influência determinante é poderosa demais. (Jung, 1921/1991, OC-VI, § 858)*

Segundo Nagy (2003), o conceito de individuação implica a idéia de

... uma psiquê inconsciente que, de certa forma, contém um conhecimento do futuro, assim como contém um conhecimento da personalidade como um todo. O que devemos fazer é seguir o fluxo natural da energia vital de modo a realizar os objetivos já existentes como 'potenciais prospectivos', em forma a priori, porém nascente. (p. 227)

Daí as metáforas utilizadas para designar o processo de individuação: realização de potencial, consciência do *mito pessoal*, acerto de contas consigo próprio.

O processo de individuação implica um duplo relacionamento: por um lado, um movimento introspectivo, uma conversa do ego-consciência com as figuras do inconsciente; de outro, uma conversa do ego-consciência com as imagens² do mundo.

Não é fácil descrever a fenomenologia das transformações que ocorrem com o indivíduo no processo de individuação. Este, tal como outros conceitos relativos à Psicologia

² Por “imagens do mundo” refiro-me às representações pessoais e particulares que cada um de nós constrói sobre o mundo.

Profunda, faz parte de um conjunto de abstrações incomensuráveis. Uma das formas de descrever o processo de individuação é por meio da imagem de um eixo que une duas instâncias psíquicas. Em um pólo, o ego-consciência e no outro o *Self*³, arquétipo⁴ central da psiquê (Edinger, 1989).

Jung utiliza o termo *Self* em duas acepções: primeira, como totalidade da psiquê que abarca o consciente e o inconsciente, uma dimensão estrutural, portanto; segunda, como fator dinâmico nuclear da personalidade total, ou seja, o fator central que organiza e estabelece o campo psíquico coletivo (Jung, 1921/1991, OC-VI, § 902).

A relação ego-*Self* mantém-se tensionada ao longo da vida do ser humano: o excessivo distanciamento dos *interlocutores* impede a recepção pelo ego das energias criativas oriundas do inconsciente⁵; a excessiva aproximação implica na identificação do ego com o *Self*, sendo aquele tomado pelas imagens míticas do inconsciente, o que equivale a uma psicose.

A transformação da consciência se dá, portanto, em duas direções: primeiro, no sentido de um deslocamento do complexo do eu de sua pretensa centralidade absoluta na psiquê para o papel de um observador que, embora ativo, não reivindica o poder de impor sua vontade custe o que custar; segundo, no sentido da subordinação da vontade egóica ao eixo ego-*Self*, ocupando o ego posição receptiva ao sentido e significado oriundo do *Self*. A idéia corrente de que a psicologia junguiana tem como propósito a identificação final do ego com uma instância psíquica ou metafísica transcendente não corresponde às proposições de Jung.

A proposta junguiana, pelo contrário, enfatiza que a separação entre *Self* (Si-mesmo) e ego é fundamental para a dinâmica psíquica. Manter-se em relação é o aspecto fundamental dessa dinâmica. O que constitui o campo da experiência psíquica são as reações cambiantes entre as duas grandezas. Na reflexão junguiana, não é o sábio, fora do mundo que interessa, mas o homem fincado na terra e relacionando-se com o outro por meio da palavra (Maroni, 1998, p. 54).

³ *Self* ou Si-mesmo, expressões intercambiáveis na teoria junguiana. Ver nota 1.

⁴ Os arquétipos são sistemas de prontidão que são ao mesmo tempo imagens e emoções. São hereditários como a estrutura do cérebro. Na verdade são o aspecto psíquico do cérebro. Constituem, por um lado, um preconceito instintivo muito forte e, por outro lado, são os mais eficientes auxiliares das adaptações instintivas. Propriamente falando, são a parte *ctônica* da psique - se assim podemos falar - aquela parte através da qual a psique está vinculada à natureza, ou pelo menos em que seus vínculos com a terra e o mundo aparecem claramente. É nestes arquétipos ou imagens primordiais que a influência da terra e de suas leis sobre a psique se manifesta com maior nitidez. (Jung, 1927/1993, OC-X, § 53).

⁵ Não é demasiado lembrar que o conceito de inconsciente para Jung não se relaciona apenas ao material psíquico reprimido ou recalçado, mas comporta uma dimensão criativa, decorrente da dinâmica combinatória energética dos elementos psíquicos individuais e coletivos inconscientes. Ver, por exemplo, o conceito de inconsciente dinâmico em Jung (1912/1981, OC-VII, §§ 196-197).

O *conhecer-se* ocorre em três níveis (Maroni, 1998). Antes de Freud, conhecer-se significava conhecer o ego e suas funções. Com Freud, ampliou-se o autoconhecimento para o conhecimento da vida pessoal passada, esquecida ou reprimida. Com Jung, conhecer-se atinge um novo nível: o do arquétipo. Este novo nível remete às representações psíquicas de culturas, histórias e contextos geográficos diversos, que extrapolam a identidade pessoal, familiar e social. O mundo arquetípico aponta para as possibilidades múltiplas do ser e do vir-a-ser. Com seu conceito de inconsciente coletivo e suas estruturas - os arquétipos - Jung radicaliza a asserção psicanalítica da relatividade do eu.

Maroni (1998) considera que o campo do inconsciente arquetípico (coletivo, portanto) é policêntrico: núcleos de poder imaginativo que constituem uma rede energética no inconsciente. Conhecer esse mundo imaginário significa abrir-se para um *diálogo* com figuras inconscientes (complexos ou sub-personalidades). A expressão *diálogo* envolve o reconhecimento do caráter igualitário existente entre as duas instâncias da psiquê - a consciência e o inconsciente. Aqui o inconsciente não é um subproduto da consciência, mas sua contrapartida, seu necessário complemento.

Ao propor o diálogo com as figuras da imaginação (complexos inconscientes que emergem na consciência, por meio da fantasia, do sonho, das patologias, dos impulsos criativos), como instrumento do processo de individuação, Jung trata-as como seres reais, objetivos. Ao levá-las a sério, o eu diferencia-se delas e absorve parte de sua energia, despotencializando-as e evitando a influência possessiva sobre o ego-consciência.

A relação dialógica estabelecida entre consciência e inconsciente implica responsabilidade ética e intelectual. Os conteúdos do inconsciente reclamam direito à existência na vida psíquica do indivíduo. Assim, a atitude de diálogo deve ser permanente, possibilitando a emergência e consideração das figuras imaginárias. O diálogo ocorre por meio da animação dessas imagens, dando-lhes fala, sentimento e pensamento. É necessário ouvir o que a *outra metade de mim* tem a me dizer.

Contudo, dois perigos rondam o processo de individuação: o primeiro é o risco de assimilação do eu pelo si-mesmo; isto significa a submissão do eu ao controle de qualquer fator inconsciente, o que acarretará uma falha no processo de adaptação. O risco inverso, a assimilação do si-mesmo ao eu, decorre da ênfase atribuída ao eu consciente e ao mundo da consciência, levando à redução dos fatores inconscientes ao eu. Jung procura estabelecer o caminho do meio entre a supremacia do eu e a supremacia do inconsciente. Sua conclusão:

Na primeira hipótese [assimilação do eu ao si-mesmo], recomenda-se o emprego de todas as espécies possíveis de virtude. Na segunda eventualidade [assimilação do si-mesmo ao eu], a presunção do eu só pode ser sufocada por uma derrota moral. Isto se faz necessário, pois de outro modo nunca se alcançaria aquele grau mediano de modéstia que é preciso para manter uma situação de equilíbrio. (Jung, 1948/1988, OC- IX-2, § 47)

As conseqüências da inflação egóica, ou seja, da assimilação do si-mesmo ao eu, incidem sobre o relacionamento do indivíduo com o mundo. Paradoxalmente, ao supervalorizar a ampliação da consciência, o indivíduo torna-se inconsciente das limitações da própria consciência. Isto nos lembra o tom, um tanto arrogante, quando nos referimos às pessoas *analizadas* ou *individuadas*, como se fosse possível realizar isto de forma cabal. Jung nos lembra que para cada foco de luz projetada há sempre o surgimento de uma nova área de sombra, e arremata:

Uma consciência inflacionada é sempre egocêntrica e só tem consciência de sua própria presença. É incapaz de aprender com o passado, de compreender o que acontece no presente e de tirar conclusões válidas para o futuro. Ela hipnotiza a si mesma e, portanto, não é aberta ao diálogo. Conseqüentemente está exposta a calamidades que até podem ser fatais. Paradoxalmente, a inflação é um tornar-se inconsciente da consciência. Isto ocorre quando a consciência se atribui conteúdos do inconsciente, perdendo o poder de discriminação, condição sine qua non de toda consciência. (Jung, 1944/1991, OC- XII, § 563)

O caráter processual da individuação é ressaltado por Samuels (1989). Sua essência consiste na realização de "uma mescla pessoal entre o coletivo e o universal, por um lado, e, por outro, o único e individual. É um **processo**, não um estado; a não ser pela possibilidade de se considerar a morte como um objetivo final, a individuação jamais é completa, e permanece como um conceito ideal" (p. 127).

É importante fazer a distinção entre o processo de individuação e a construção de uma identidade de ego individual, equivalente à busca de um bom funcionamento egóico. Estes são necessários para a individuação, porém não representam sua meta.

Nos estágios iniciais da vida, ao longo da juventude e de parte da vida adulta, a tarefa do ego é libertar-se do poder psíquico do complexo parental e conquistar a independência. Alguns aspectos da personalidade certamente serão exacerbados em seu desenvolvimento, para lidar com os desafios que se impõem.

Por volta da meia-idade (algo que na Suíça de Jung ocorria aos 35-40 anos e que em nossa sociedade talvez possa ser situado, sem muita precisão, em torno dos 40-45 e os 50-55 anos), a unilateralidade do desenvolvimento psíquico induz processo compensatório que pode assumir a forma de reavaliação introspectiva da própria vida. Eventualmente, um quadro depressivo se estabelece, afastando o indivíduo dos relacionamentos sociais. Nos casos em que o processo de reavaliação evolui favoravelmente, a consciência se expande e clarifica.

Na segunda metade da vida, a tarefa é ir além da diferenciação do ego e da identidade pessoal para uma concentração sobre o sentido e sobre valores suprapessoais; a estabilidade do ego preparou o terreno para isso ocorrer. ... A individuação pode ser vista como um movimento em direção à totalidade através de uma integração de partes conscientes e inconscientes da personalidade. Isso envolve um conflito pessoal e emocional, resultando na diferenciação de atitudes conscientes gerais e do inconsciente coletivo. (Samuels, 1989, p.127)

Para Jung, o processo psicológico da individuação vincula-se à chamada *função transcendente*. Esta função psíquica conecta os opostos, consciente e inconsciente, gerando o símbolo, facilitando a transição de uma atitude ou condição psicológica para outra (Samuels, Shorter & Plaut, 1988). Nas palavras de Jung: "*O processo psicológico da individuação está intimamente vinculado à assim chamada **função transcendente**, porque ela traça as linhas de desenvolvimento individual que não poderiam ser adquiridas pelos caminhos prescritos pelas normas coletivas*" (Jung, 1921/1991, OC-VI, § 854).

A função transcendente atua, segundo Jung, com objetivo e propósito, estimulando a ampliação da consciência. Fornece uma perspectiva diferente daquela assumida pela consciência pessoal (Samuels, Shorter & Plaut, 1988).

Jung situa o processo de individuação para além do processo educacional, adaptativo à vida cultural e em sociedade. A inserção do indivíduo no corpus social é vista como um requisito para o processo.

Em hipótese alguma, pode a individuação ser o único objetivo da educação psicológica. Antes de tomá-la como objetivo, é preciso que tenha sido alcançada a finalidade educativa de adaptação ao mínimo necessário às normas coletivas: a planta que deve atingir o máximo desenvolvimento de sua natureza específica deve, em primeiro lugar, poder crescer no chão em que foi plantada. (Jung, 1921/1991, OC-VI, § 855)

Jung observa que é necessário distinguir o *tornar-se consciente* e o *realizar-se a si mesmo* e que a individuação não representa um processo de isolamento e autocentração, mas que pressupõe e inclui a participação no mundo.

Cada vez mais se confunde o processo de individuação com o processo de tornar-se consciente em que o eu é, conseqüentemente, identificado com o Si-mesmo, o que naturalmente acarreta uma irremediável confusão entre os conceitos, pois com isto a individuação se transforma em mero egocentrismo e auto-erotismo. Ora, o Si-mesmo compreende infinitamente muito mais do que apenas o eu, como no-lo mostra o simbolismo desde épocas imemoriais: significa tanto o si-mesmo dos outros, ou os próprios outros, quanto o eu. A individuação não exclui o mundo; pelo contrário, o engloba. (Jung, 1946/1991, OC-VIII, § 432; os destaques são meus)

Nesta passagem, Jung enfatiza que o processo de tornar-se consciente é sempre limitado, permanecendo o *Si-mesmo* sempre transcendente, como possibilidade de algo mais inclusivo do que o *eu pessoal*. O *Si-mesmo* supra-pessoal abarca então os outros e o próprio mundo. Jung procura precaver-se de possíveis interpretações que atribuam ao processo de individuação um caráter de afastamento, escapismo e não-comprometimento com o mundo.

Neste sentido, e com a mesma preocupação de Jung, Maroni (2001) contextualiza o papel da introversão no processo de individuação. A vivência do processo é que assim o exige. A energia psíquica busca reorganizar-se para que ocorra uma nova adaptação interna. A partir daí, o indivíduo poderá retornar ao social, renovado psiquicamente, portando novos valores para oferecer ao coletivo, compensando a ausência forçada pelo processo de individuação. O retorno ocorrerá, desta feita, sem culpa, re-inserindo-se o indivíduo na "corrente libidinal da cultura" (Maroni, 2001, p. 171). O objetivo da individuação, portanto, não é o isolamento, mas uma re-inserção na cultura trazendo um novo valor que só o indivíduo pode produzir.

Individuação: Adaptação e Singularidade

Jung problematiza o pressuposto de que a individualidade é dada a partir dos elementos comuns. Ele considera "a natureza psíquica individual e a comum ou coletiva em uma relação de mútua inclusão e de recíproca remitência, e para designar tudo isso utiliza a expressão "processo de individuação" entendido como a articulação de dois subprodutos complementares que são chamados *diferenciação* e *integração* (Pieri, 2002).

A *diferenciação* indica a distinção de uma parte psíquica em relação às demais e a um todo com o qual estava inconscientemente identificada. Mas indica, também, o desenvolvimento da parte, ou melhor, "a ulterior diferenciação das diferenças que tinham sido obtidas no próprio ato distintivo" (Pieri, 2002). A *integração* indica a conexão das partes psíquicas entre si e com o todo, porém um todo não-sintético, ou seja, um todo que esteja consciente de ser constituído de partes diferentes e que permitiram a sua composição.

A *diferenciação* remete à *integração* e vice-versa. E isto ocorre porque duas coisas podem diferir entre si e ao mesmo tempo se referirem a uma terceira que as transcende, as associa e as integra.

No que se refere à adaptação psicológica, Jung distingue dois processos: adaptação às condições externas (ao mundo, portanto) e adaptação às condições internas (à psiquê, ou seja, à totalidade dos processos psíquicos, conscientes e inconscientes). Por condições externas, convém lembrar, Jung designa não apenas as condições do meio ambiente, mas também os juízos conscientes, representações do indivíduo sobre o mundo objetivo.

Na neurose, temos sempre um transtorno no processo de adaptação, quer seja interno, quer seja externo. A adaptação ao mundo exterior pode ser prejudicada pela busca excessiva de adaptação apenas ao exterior; o indivíduo se esquece de suas necessidades internas, decorrendo daí um desequilíbrio do ato adaptativo. De maneira inversa, o distúrbio pode se originar de uma excessiva ênfase no mundo interior, desconectando-se o indivíduo das demandas exteriores. O mesmo mecanismo ocorre nas dificuldades relativas à adaptação ao mundo interior: por adaptação exclusiva ao exterior ou por negligência do exterior em prol da adaptação interior (Jung, 1916/2000, OC-XVIII-2, §§ 1087-1089).

Jung desenha, portanto, o processo de adaptação numa área intermediária entre mundo interno e mundo externo, zona na qual se conjugam dinamicamente as exigências dos dois mundos, gerando a tensão necessária ao processo vital.

Se o processo de individuação, como já vimos, implica a recusa à conformidade coletiva, um preço, contudo, deverá ser pago: a obrigatoriedade de gerar novos valores, motor das transformações culturais.

A individuação retira a pessoa da conformidade pessoal e, com isso, da coletividade. Esta é a culpa que o individualizado deixa para o mundo e que precisa tentar resgatar. Em lugar de si mesmo precisa pagar um resgate, isto é, precisa apresentar valores que sejam um equivalente de sua ausência na esfera coletiva e pessoal. Sem esta produção de valores a individuação definitiva é imoral e, mais do que isso, é

suicida. Quem não souber produzir valores deveria sacrificar-se conscientemente ao espírito da conformidade coletiva. Para isso, faculta-se-lhe a possibilidade de escolher a coletividade à qual se quer sacrificar. Só na medida em que alguém produz valores objetivos pode ele individualizar-se. Todo passo para a individuação gera nova culpa que precisa de nova expiação. Por isso a individuação só é possível enquanto são produzidos valores substitutos. A individuação é exclusivamente adaptação à realidade interna e, por isso, um processo "místico". A expiação é adaptação ao mundo externo. Ela deve ser oferecida ao meio ambiente, com o pedido de que a aceite. (Jung, 1916/2000, OC-XVIII-2, § 1095)

Assim, Jung ressalta a dinâmica do processo *diferenciação-integração*, inerente ao princípio da individuação. O ser humano pode perfeitamente viver segundo os padrões da sua coletividade, sacrificando, contudo, possibilidades de autodesenvolvimento psíquico. Paga um preço por isso: provavelmente o de tornar-se uma *subjetividade serializada*, para usar um termo de Guattari (2000), subjetividade que abdica de sua contínua singularização e se conforma aos padrões sociopolíticos estabelecidos. Porém, o distanciamento do indivíduo das normas sociais de sua coletividade, sem o necessário retorno para o solo psíquico comum, resultará em auto-alienação – é “imoral e suicida”, nas palavras de Jung. Imoral porque trai os fundamentos da humanidade comum e suicida porque já não se reconhece como humano. Jung insiste:

A individuação continua sendo uma pose enquanto não forem criados valores positivos. Quem não for criativo o suficiente precisa estabelecer a conformidade coletiva com um grupo de sua livre escolha, caso contrário fica sendo uma pessoa perniciosa e vazia e um pedante. Quem produz valores não reconhecidos pertence aos desprezados; e a culpa é exclusivamente sua, pois a sociedade tem direito a valores utilizáveis. A sociedade atual é sempre o ponto de transição absolutamente importante do desenvolvimento do mundo e que exige a maior colaboração do indivíduo. (Jung, 1916/2000, OC-XVIII-2, § 1098)

"A sociedade tem direito a valores utilizáveis" é a forma que Jung utiliza para dizer que homens e mulheres têm um compromisso com o mundo neste exato momento e lugar. Não possuem a prerrogativa de se omitir, o mundo necessita de sua colaboração. Como já vimos, Jung distancia seu conceito de individuação das interpretações que o associam à busca de uma suposta iluminação interior, alheia ao mundo e mais real do que este mundo.

Conhecemos, na experiência clínica, os conflitos vividos por aqueles pacientes que buscam um caminho próprio, que em momentos verdadeiramente críticos precisam fazer uma escolha, tomar uma decisão que contradiz princípios e valores de família, de comunidade, de organização de trabalho, de grupo profissional ou religioso. A ansiedade é inevitável e, às vezes, insuperável:

A exigência da sociedade é a imitação ou a identificação consciente, isto é, um trilhar de caminhos aceitos e autorizados. Só está livre disso quem produz um equivalente. Há muitas pessoas incapazes de produzir esse equivalente. Por isso estão presas ao caminho traçado. Se dele forem expulsas, são tomadas de ansiedade incurável e só um outro caminho prescrito pode livrá-las. Tais pessoas só podem chegar à autonomia após longa imitação de um modelo por elas escolhido. (Jung, 1916/2000, OC-XVIII-2, § 1099)

A adaptação externa do indivíduo exige que os objetos do mundo sejam energizados psiquicamente de modo contínuo. A regressão e a introversão da energia psíquica somente se dá à revelia da vontade egóica que se vê obrigada a abandonar seus investimentos libidinais. A ameaça da perda da adaptação externa e interna faz com que o eu rejeite a introversão do fluxo libidinal. As vivências correspondentes a esse recuo da energia psíquica em relação ao mundo externo são angustiantes: "De repente, deixamos de ser, já não somos, e não sabemos se voltaremos a ser" (Maroni, 2001, p. 171).

O resultado é um forte sentimento de culpa por sentir-se socialmente disfuncional, pela ausência de vitalidade nos papéis sociais até então desempenhados, pela constatação de que o que sobra é apenas uma *máscara* social - a *persona*.

Convém lembrar que a sociedade para Jung, seguindo a inspiração nitzscheniana, é uma fina camada sobreposta aos instintos inconscientes. A *persona*, simulacro de um *Self* autêntico, e necessária enquanto função adaptativa do indivíduo, pode nos fixar num papel social, se nos identificarmos excessivamente com ela:

Como seu nome revela, ela [a persona] é uma simples máscara da psiquê coletiva, máscara que "aparenta uma individualidade", procurando convencer aos outros e a si mesma que é uma individualidade, quando, na realidade, não passa de um papel, no qual fala a psiquê coletiva. (Jung, 1928/1981, OC-VII, § 245)

A constituição da *persona* representa um desenvolvimento necessário e não-patológico do indivíduo, possibilitando ao indivíduo assumir papéis na vida social. Contudo, pode tornar-se patológica se, na idade adulta, nos identificarmos rigidamente com ela.

Individuação para Todos ou para Poucos?

Alguns autores (por exemplo, Samuels, 1989; Clarke, 1993) apontam a existência de controvérsia sobre a questão de ser a individuação um processo *natural*, pelo qual passam todas as pessoas, ou um processo *especial* passível de ser vivido por algumas poucas pessoas. Jung enfatizou o processo de individuação ocorrendo na segunda metade da vida, de maneira deliberada, com a utilização da análise dos sonhos e a prática da imaginação ativa⁶. Poder-se-ia entender, então, que se trata de um processo artificialmente induzido pela análise.

Por um lado, Jung dá a entender que o processo de individuação é uma tendência natural, que pode ser "simples ou complicada", mas inevitável, dado o impulso a ser o que se é desde o início: "O processo de individuação é um fato biológico - simples ou complicado, dependendo das circunstâncias - mediante o qual todo ser vivo torna-se aquilo que está destinado a ser desde o começo". (Jung, 1952/1988, OC-XI, § 460)

Nagy (2003) reforça esta idéia:

Se o conceito de Jung sobre o arquétipo forma a base estrutural de sua psicologia, todo o sistema foi, mesmo assim, construído para justificar o conceito de individuação. A individuação, para Jung, significa um processo de toda a vida para alcançar uma união com o próprio ser - um esforço consciente (e muitas vezes também inconsciente) de levar à realização uma característica, desde o início, misteriosamente incorporada no si-mesmo, como um potencial. (p. 223, os destaques são meus)

Segundo Samuels (1989), podemos conceber o processo de individuação de três maneiras: primeira, a individuação seria um processo natural que ocorre ao longo da vida; segunda, a individuação é um processo natural que ocorre na segunda metade da vida; terceira, a individuação é um processo trabalhado e conscientizado por meio da análise. Não há necessariamente contradição entre estas maneiras de se conceber a dinâmica da individuação: tendência inerente à constituição humana, que pode ser apoiada por um esforço intencional, não necessariamente restrito a um contexto analítico/psicoterápico, mas suscetível de emergir como demanda existencial em certos momentos críticos da vida, como é o caso da fenomenologia que caracteriza a segunda metade da vida (meia idade e etapas posteriores de envelhecimento).

⁶ Método de assimilação dos conteúdos inconscientes por meio de alguma forma de auto-expressão (Sharp, 1993, p. 83).

Samuels (1989) lamenta que a idéia de individuação, muitas vezes, seja associada, na imaginação das pessoas, com "o simbolismo alquímico, religioso, místico e outros esoterismos" (p. 138). Além disso, embora os pós-junguianos falem em processo de individuação, aqui e acolá é usada a expressão *individuo*, o que remete a um estado, ao modo como falamos de um indivíduo *analisado*. Segundo Jung: "A meta só importa enquanto idéia; o essencial, porém, é o *opus* (a obra) que conduz à meta: ele dá sentido à vida enquanto esta dura" (Jung, 1946/1988, OC-XVI, § 400).

Individuação: Transformação do Indivíduo ou da Sociedade?

Jacob Burckhardt (1818-1897), historiador suíço, exerceu grande influência sobre Jung. Para aquele pensador, o indivíduo moderno emerge da Idade Média, agindo e reagindo a partir de suas próprias reflexões, isolado, egoísta, individualista. Destaca-se da tribo, do clã, da família, iluminando o mundo com sua consciência. Esta conquista, contudo, se vê ameaçada pela emergência da sociedade de massas que sufoca e serializa o indivíduo. Jung verá no conceito de individuação a possibilidade de um "projeto radical de resgatar e aprofundar a noção de indivíduo" (Maroni, 1998, p. 50). Contudo, não se trata de resgatar o indivíduo proposto pelo liberalismo econômico, mas de enaltecer a diferenciação do indivíduo em relação à sociedade, projeto que inaugura a modernidade, mas que é imediatamente sufocado, em face da subordinação crescente do indivíduo às organizações impessoais e ao estado.

O conceito de individuação, segundo a perspectiva de Jung, representa uma maneira original de enfrentar essa crise. Não se trata apenas de uma estratégia psicoterapêutica, isolada do contexto social, mas de um projeto cultural e, poderíamos acrescentar, político, voltado para o grande problema da modernidade que segundo Jung era a anulação do indivíduo em face do coletivo. Segundo Clarke (1993), a preocupação de Jung com a situação do homem chamado moderno, principalmente no período de maturidade do seu pensamento, corrige a percepção daqueles que vêem Jung exclusivamente preocupado com questões espirituais, alquímicas e esotéricas.

Contudo, a ênfase de Jung no indivíduo choca-se com uma visão sociopolítica que defende o tratamento dos problemas coletivos no nível estrutural da sociedade. Segundo ele, a sociedade ou o Estado é resultado da qualidade mental dos indivíduos que a compõem. Jung expõe claramente seu ponto de vista:

Os grandes acontecimentos da história mundial são, no fundo, os de menor importância. Essencial mesmo é apenas a vida subjetiva do indivíduo. Só ela faz história, somente nela acontecem em primeiro lugar as grandes transformações; todo o futuro e toda a história mundial brotam qual gigantesca soma dessas fontes ocultas do indivíduo. Em nossa vida mais privada e mais subjetiva somos não apenas os objetos passivos, mas os fatores de uma época. Nossa época somos nós! (Jung, 1939/1993, OC-X, § 315, os destaques são meus)

Jung explica sua tese, enfatizando que a individuação opõe-se, em maior ou menor grau, às normas coletivas. A separação e a diferenciação do geral para constituir o particular se fundamentam na disposição *a priori* do sujeito. Contudo, a oposição é aparente, pois, o individual não se orienta necessariamente contra o coletivo. Para se opor ao coletivo seria necessário que o individual fosse também uma norma e Jung insiste que o "caminho individual jamais é uma norma" (Jung, 1921/1991, OC-VI, § 856). Argumenta Jung que a norma é resultado da totalidade dos caminhos individuais e só tem validade se houver pessoas que desejem se orientar por ela. Assim, a norma torna-se inútil se for revestida de valor absoluto. O conflito entre o indivíduo e a norma coletiva somente ocorre quando o caminho individual eleva-se à condição de norma, tornando-se, então, um individualismo extremo, patológico e contrário à vida. Arremata o autor:

Conseqüentemente, nada tem a ver com individuação que, sem dúvida, toma seu próprio caminho lateral, mas que, por isso mesmo, precisa da norma para sua orientação perante a sociedade e para estabelecer o necessário relacionamento dos indivíduos na sociedade. A individuação leva, pois, a uma valorização natural das normas coletivas; mas se a orientação vital for exclusivamente coletiva, a norma é supérflua, acabando-se a própria moralidade. Quanto maior a regulamentação coletiva do homem, maior sua imoralidade individual. A individuação coincide com o desenvolvimento da consciência que sai de um estado primitivo de identidade. Significa um alargamento da esfera da consciência e da vida psicológica consciente. (Jung, 1921/1991, OC-VI, § 856, destaques do próprio Jung)

Assim, Jung aponta os seguintes atributos da individuação: a) o objetivo do processo é o desenvolvimento da personalidade; b) pressupõe e inclui relacionamentos coletivos, ou seja, não ocorre em estado de isolamento; c) a individuação implica um grau de oposição a normas sociais que não têm validade absoluta. Esforça-se para definir uma relação dialética entre normas coletivas e expressão da individualidade singular. A diferenciação é uma tendência da

psiquê humana, necessária à saúde psicológica, porém que se dá vis-à-vis às necessidades culturais e sociais. O indivíduo terá que se haver com os conflitos decorrentes dessa diferenciação psicológica em face dos determinantes coletivos.

A conclusão assumida por Clarke (1993), e controvertida do ponto de vista dos anseios de transformação social e política - devemos admitir - é a de que:

O remédio para os problemas da sociedade de massa, por conseguinte, não reside principalmente em ação política ou social, mas sim em uma volta às necessidades espirituais do indivíduo, a uma redescoberta do Si-mesmo. A individuação é, portanto, o único remédio fundamental, a longo prazo, para as tribulações do homem moderno.
(p. 200)

Esta tarefa interior não é menos difícil de ser realizada do que a mudança das condições concretas e objetivas pretendidas pelos revolucionários sociotransformadores: "Trata-se de dizer sim a si mesmo, de se tomar como a mais séria das tarefas, tornando-se consciente daquilo que se faz e especialmente não fechando os olhos à própria dubiedade, tarefa que de fato faz tremer" (Jung, 1929/2003, OC-XIII, § 24).

Individuar-se, então, significa tornar-se uma individualidade separada, um indivíduo, em relação a dois conjuntos coletivos: a sociedade e o inconsciente coletivo. Tornar-se independente significa aqui não se identificar com os elementos oriundos do inconsciente nem com os padrões oriundos do mundo social. Advoga-se, portanto, uma posição intermediária, privilegiada, da consciência entre esses dois mundos.

Quanto mais a pessoa se individua, mais distinta e criticamente se posiciona em relação a normas, padrões, preceitos, costumes e valores coletivos. Embora o indivíduo compartilhe do coletivo como um membro da sociedade e de uma cultura em particular, ele representa uma combinação única dos potenciais existentes na totalidade do coletivo. Por conter as inúmeras possibilidades psíquicas, o coletivo é uma "força gigantesca capaz de fomentar delírios grandiosos e psicoses de massa" (Samuels *et al.*, 1988, p. 47).

Jung confere um caráter heróico à luta do indivíduo em busca da sua diferenciação em relação ao coletivo social (determinantes culturais e políticos) e arquetípico (tendências estruturantes inatas do psiquismo). Preocupa-se, então, em distinguir individuação de individualismo:

A renúncia do si-mesmo em favor do coletivo corresponde a um ideal social; passa até mesmo por dever social e virtude, embora possa significar às vezes um abuso egoísta.

O egoísta ("selbstisch") nada tem a ver com o conceito de si-mesmo, tal como aqui o usamos. Por outro lado, a realização do si-mesmo parece ser o contrário do despojamento do si-mesmo. Este mal-entendido é geral, uma vez que não se distingue corretamente individualismo de individuação. Individualismo significa acentuar e dar ênfase deliberada a supostas peculiaridades, em oposição a considerações e obrigações coletivas. A individuação, no entanto, significa precisamente a realização melhor e mais completa das qualidades coletivas do ser humano; é a consideração adequada e não o esquecimento das peculiaridades individuais, o fator determinante de um melhor rendimento social. A singularidade de um indivíduo não deve ser compreendida como uma estranheza de sua substância ou de seus componentes, mas sim como uma combinação única, ou como uma diferenciação gradual de funções que em si mesmas são universais. Cada rosto humano tem um nariz, dois olhos, etc., mas tais fatores universais são variáveis e é esta variabilidade que possibilita as peculiaridades individuais. A individuação, portanto, só pode significar um processo de desenvolvimento psicológico que faculte a realização das qualidades individuais dadas; em outras palavras, é um processo mediante o qual um homem se torna o ser único que de fato é. Com isto, não se torna "egoísta", no sentido usual da palavra, mas procura realizar a peculiaridade do seu ser e isto, como dissemos, é totalmente diferente do egoísmo ou do individualismo. (Jung, 1928/1981, OC-VII, § 267; os destaques são meus)

A atitude individualista é, portanto, considerada por Jung como um desvio do funcionamento sintônico do ser humano, uma verdadeira contradição. O oposto da individualidade é a identificação com o ideal coletivo, que leva à inflação egóica. A ameaça da absorção do ego pelo coletivo é sempre fortemente denunciada:

Acho importante que... os indivíduos comecem a perceber a existência de conteúdos que não pertencem à personalidade do eu, devendo ser atribuídos a um não-ego psíquico. ... É bem mais fácil anunciar a panacéia universal às multidões, porque assim não somos obrigados a aplicá-la a nós mesmos. É sabido que todo sofrimento desaparece quando muitos se encontram na mesma situação. O rebanho não conhece a dúvida; quanto maior a massa, melhor sua verdade - mas também são maiores as suas catástrofes. (Jung, 1944/1991, OC-XII, § 563)

Apesar destas conclusões, Jung faz um contraponto, ressaltando a importância do enraizamento do eu no mundo da consciência e o fortalecimento da consciência por meio de

uma adaptação adequada. O processo de individuação necessita da ampla cooperação do ego consciente, que deverá assumir, inclusive, certas atitudes de caráter moral: "Neste sentido, determinadas virtudes como a atenção, a conscienciosidade, a paciência, sob o ponto de vista moral, e a exata consideração dos sintomas do inconsciente e a autocrítica objetiva, do ponto de vista intelectual, são também sumamente importantes" (Jung, 1948/1988, OC-IX-2, § 46).

Neste capítulo, discutimos o conceito de individuação, noção central da psicologia analítica. Visitamos suas origens filosóficas e seus desdobramentos peculiares na doutrina junguiana. Examinamos a relação crítica existente entre os processos de adaptação do indivíduo ao mundo e as demandas da individuação pessoal, argumentando que embora a individuação seja uma tendência inerente à condição humana, trata-se de um processo sem fim - daí exatamente o conceito de tendência - e pode ser cultivado e direcionado pelo empenho pessoal, com a adoção de estratégias de desenvolvimento, tal como a psicoterapia e análise. Concluímos esta parte discutindo as relações - estas também críticas e complexas - entre o *opus* transformador do indivíduo e o da sociedade, observando que embora Jung tenha valorizado sobremaneira a importância do desenvolvimento do indivíduo, preocupou-se, igualmente, com enfatizar a responsabilidade do indivíduo na criação de valores necessários para o avanço da sociedade. No próximo capítulo, discutiremos o processo de socialização política, bem como as relações entre desenvolvimento psicológico e desenvolvimento político da pessoa, na perspectiva e ampliação das idéias exploradas na última parte deste capítulo.

Individuação e Política **8** Capítulo

*A cidade é o lugar que o homem inventou para
invertar-se homem, e onde ele sem cessar se reinventa.*
(Gullar, Ferreira, 2004)

- **A Socialização Política**
- **Desenvolvimento Psicológico da Pessoa: Individuação**
- **Desenvolvimento Político da Pessoa: Conscientização**

A Socialização Política

Protágoras para Sócrates:

Todos os homens condenam e castigam os que eles consideram criminosos, os atenienses, teus concidadãos, tão bem como os demais. Assim, do que disseste se infere que os próprios atenienses são de parecer que a virtude pode ser adquirida e ensinada. Têm razão os teus concidadãos em admitir que ferreiros e sapateiros participem de suas reuniões para deliberarem sobre matéria política, e que considerem que a virtude pode ser adquirida e ensinada... (Platão, IV séc. a.C/2002, § 324-c, p. 69)

Protágoras argumenta com Sócrates sobre a importância do compartilhamento da virtude política - constituída pela justiça, temperança, santidade - por todos os homens e mulheres, para que a cidade possa subsistir. Resumidamente: se a política é uma qualidade que todos devem possuir para que possam viver na cidade, fazendo o que quer que seja, e se "quem não a possui, seja criança, homem ou mulher, terá de ser castigado para que, com o castigo, se torne melhor, sendo expulso, por incurável, da cidade, ou condenado à morte o que resiste aos ensinamentos e ao castigo", fica claro que esta qualidade pode e deve ser ensinada com o maior empenho (Platão, séc. IV a.C/2002, § 325-a-b, pp. 69-70). Assim, Platão, justifica a necessidade do que, 24 séculos depois, viria a ser chamado de aprendizagem ou *socialização política*.

Segundo Bobbio, Matteucci & Pasquino (1991), **socialização política** resulta de:

... um conjunto de experiências que, no decorrer do processo de formação da identidade social do indivíduo, contribuem para plasmar a imagem que ele tem de si mesmo em confronto com o sistema político e em relação às instituições. Tendências, emoções, atitudes perante os vários objetos da política, aptidões cognitivas e expressivas necessárias ao agir político, tudo isto é, portanto, considerado como

resultado de um processo de formação-aprendizagem social que, embora se estenda por todo o decurso da vida, tanto quanto qualquer outro processo similar, passa, todavia, por etapas especialmente significativas, influências particulares, momentos de aceleração e momentos de afrouxamento. (p. 1202)

Himmelweit (1984) refere-se a três enfoques utilizados para a investigação do processo de socialização política. O primeiro enfoque, originado do trabalho com crianças, desde as muito precoces até as adolescentes, estabelece uma relação entre a ampliação da capacidade de compreensão política e o desenvolvimento intelectual e moral do indivíduo. O segundo, originado de uma visão psicanalítica freudiana que busca compreender como alguns tipos de atitudes políticas se originam do processo de educação infantil. E o terceiro, que nos interessa para os propósitos deste estudo, considera as influências exercidas pelas diferentes experiências socializadoras, tais como o pertencimento a grupos, o clima geral da sociedade em relação, por exemplo, às questões econômicas, políticas e sociais, bem como as mudanças nos esquemas cognitivos dos indivíduos sobre o seu papel na sociedade e seu comportamento político.

Para Himmelweit (1984), a socialização é um processo contínuo, que "inicia-se ao nascer e afeta até mesmo nossa maneira de morrer" (p. 257; traduzido por mim)¹. O termo é empregado frequentemente com referência a jovens dando a entender que as experiências na vida adulta teriam menor influência sobre o comportamento político da pessoa. Himmelweit (1984) advoga haver poucas provas de que o processo de socialização política se dê assim. Toda experiência nova, voluntária ou imposta, é fonte potencial de influência. Assim, socialização política refere-se tanto às influências sofridas pelo indivíduo na infância, oriundas da família, da escola, dos companheiros, quanto às que ocorrem na vida adulta, por meio da continuidade do processo educacional, da capacitação profissional, do casamento, do trabalho, da afiliação política e da participação em organizações profissionais.

Examinemos, de maneira sucinta, o processo de aprendizagem política, tal como descrito por Bobbio *et. al.* (1991, pp. 1202-1206).

Segundo os autores, o cerne da aprendizagem política, no qual se apoiam os conteúdos cognitivos e avaliativos que formarão progressivamente a identidade política do indivíduo, é a *orientação para a comunidade*. Essa aprendizagem situa-se na infância, no período que vai dos cinco ou seis anos aos onze ou doze e caracteriza-se pela presença de forte emotividade e de grandes identificações afetivas. Estas identificações constituirão o quadro no qual se encaixarão

os futuros elementos cognitivos de orientação e referência. Nessa faixa etária, as crianças identificam-se com seu país, apegam-se aos símbolos sociais e políticos mais elementares; em algumas sociedades passam a considerar-se como parte de uma comunidade religiosa e, eventualmente, se reconhecem ligados afetivamente a um partido ou "família política".

A segunda fase da aprendizagem política, transcorre da infância até a adolescência. Neste período, em decorrência do desenvolvimento cognitivo e afetivo, surge a necessidade de integrar os conhecimentos e juízos de valor num todo coerente e racional. O jovem começa a conhecer os mecanismos institucionais do sistema político e suas justificativas ideológicas. Desenvolve-se a capacidade de *avaliar a credibilidade do sistema político e de fazer a sua crítica*. O desenvolvimento das capacidades psicológicas permitirão que o jovem se torne um sujeito político.

É na adolescência que surgirão os sentimentos que conduzirão à aceitação ou rejeição do sistema político; o cinismo ou a confiança política se formam. A evolução e influência da adolescência determinarão se a política será algo importante ou não na vida da pessoa. Os fundamentos da atitude política - participação, renúncia ou rejeição da dimensão política da existência - se formam nesse período.

Da adolescência para o início da vida adulta ocorre um incremento de informações de caráter político, um aumento da elaboração dos conhecimentos já adquiridos e as primeiras experiências diretas com instituições políticas. Aqui se estabelecem os posicionamentos do indivíduo em relação aos diversos aspectos da vida política; forma-se a crítica, favorável ou não, aos representantes políticos e à qualidade de suas decisões. O modo como o jovem adulto manifesta-se em relação aos tópicos políticos resultará, então, dos estádios prévios de aprendizagem, ocorridos ao longo dos 18 ou 20 primeiros anos de sua vida, e que formaram sua personalidade.

Os estudiosos da socialização política (Bobbio *et al.*, 1991) acreditam que a identidade política assim formada tem um caráter quase que definitivo, eventualmente alterável se ocorrerem acontecimentos sociais e políticos de importância excepcional - guerras, transformações econômicas radicais, revoluções - que exijam do indivíduo novas atitudes e comportamentos. Excetuando-se estas situações extraordinárias, a pessoa tenderá a interpretar e julgar as situações segundo as orientações fundamentais interiorizadas no decurso do processo de socialização da infância e adolescência.

¹ "empieza al nacer y afecta incluso nuestra manera de morir" (p. 257).

Os principais agentes de socialização política têm sido considerados a família, a escola e o grupo de coetâneos (grupos de amigos e colegas de escola). A família é vista como a instituição mais influente no que diz respeito à imagem que os indivíduos têm da sociedade e ao modo pelo qual eles se colocam em relação com as instituições políticas. A instituição escolar, por seu turno, ganha importância na medida que as crianças e adolescentes passam grande parte do dia nesse ambiente, no qual ocorrem inúmeras experiências de interação. E aumenta a importância do grupo de coetâneos, tendo em vista o prolongamento desse período de vida e a ampliação da rede de influências oferecidas pelos meios de comunicação.

As pesquisas sobre socialização de adultos têm se tornado mais frequentes. Embora não se duvide da importância da infância e da adolescência para a formação política dos indivíduos, é possível demonstrar que certas inclinações políticas se estruturam na idade adulta, em consequência de fatores sociais e políticos, de experiências profissionais, de experiências relacionadas com o exercício do poder no trabalho e dos acontecimentos políticos diários, profusamente difundidos pela mídia.

Tendo em vista a perspectiva do desenvolvimento da pessoa adulta e suas implicações para a clínica, procurarei, a seguir, estabelecer as relações entre o desenvolvimento psicológico, tal como descrito pela escola desenvolvimentista junguiana, e o desenvolvimento político da pessoa.

O Desenvolvimento Psicológico da Pessoa: Individuação

No capítulo anterior, admitimos que o processo de individuação implica a expansão da consciência de si mesmo (quem sou, onde me situo, como me relaciono com o mundo, com os outros, com o Outro em mim?). Consciência também daquilo que me transcende enquanto indivíduo.

Segundo os psicólogos analíticos da escola desenvolvimentista, o processo de individuação ocorre ao longo da vida, através de três estágios (Alschuler, 2002):

O primeiro estágio consiste na emergência da consciência do ego a partir da matriz do inconsciente. Nos primórdios do desenvolvimento individual, o ego - futuro ego, melhor seria dizer - encontra-se fusionado com o Si-mesmo². A este estado de fusão primordial, Edinger

² O "Si-mesmo" (*Self*) é o "centro regulador da psique; poder transpessoal que transcende o ego" (Sharp, 1993, p. 142). Ver, ainda, a nota 1 do capítulo anterior. Para uma definição concisa do próprio Jung, ver Jung (1921/1991, OC-VI, § 902) e para um estudo mais alentado, ver Jung (1948/1988, OC-IX-2, §§ 43 e ss., pp. 21 a 33).

(1989) denomina "inflação". Nascemos, portanto, em estado de inflação, com o ego ainda não-diferenciado. Segundo Edinger (1989): "O Si-mesmo nasce, o ego é construído; e, no princípio, tudo é Si-mesmo" (p. 27). O sentimento de onipotência do bebê advém desta realidade fusionada.

Isto se reflete nas relações com o mundo exterior: inicial identificação com os objetos e pessoas, correspondente ao conceito de *participation mystique*³, adotado por Jung, ou, em linguagem mais atual, *identificação projetiva*.

O processo de emergência da consciência se dá paralelamente à dissociação da psiquê original indiferenciada, em complexos que irão constituir a estrutura da psiquê inconsciente individual. O ego estrutura sua identidade: busca harmonizar-se com os valores aprovados pelo meio social e exclui da esfera consciente os conteúdos psíquicos em desacordo com esses valores, reprimindo-os.

O impulso da individuação estabelece a tensão inicial entre os opostos (a unidade primária, identificação do ego com o Si-mesmo, por um lado, e, por outro, a separação do ego e do Si-mesmo).

As resistências do mundo aos desejos do bebê, as frustrações que ofenderão sua onipotência, as demandas de adaptação, causarão o estranhamento entre o ego e o Si-mesmo. A dissolução gradual da identificação ego-Si-mesmo ampliará a consciência e a distinção entre o ego e o mundo, constituindo-se o complexo egóico que se torna o centro da identidade pessoal.

O ego emergirá gradativamente da matriz do inconsciente coletivo⁴, durante a primeira infância. Contudo, a estabilidade e integridade do ego dependerão, em todos os estágios de desenvolvimento do indivíduo, da conexão entre o ego e o Si-mesmo, mesmo que de uma forma sutil e não plenamente consciente (Edinger, 1989).

O segundo estágio consolida a identidade egóica fundamentada na construção de uma *persona* e, conseqüentemente, da *sombra*. A cisão e formação dos complexos são aspectos necessários do processo de individuação. A diferenciação ego-mundo chega ao auge. O conceito de unilateralidade da consciência, mencionado freqüentemente por Jung, refere-se a essa separação extrema.

³ *Participation mystique* "consiste em que o sujeito não consegue distinguir-se claramente do objeto, mas com ele está ligado por relação direta que poderíamos chamar de identificação parcial. Esta identidade se baseia numa unicidade apriorística de objeto e sujeito.... Não atinge o todo da relação sujeito-objeto, mas apenas certos casos em que se manifesta o fenômeno dessa relação peculiar". (Jung, 1921/1991, OC-VI, § 871)

O processo de alienação do ego em relação ao Si-mesmo é inevitável para o desenvolvimento ótimo da personalidade. A diferenciação contínua do ego, com o desenvolvimento crescente de suas capacidades possibilitará o trato com o mundo. Em determinado ponto do desenvolvimento psicológico, coincidindo com a etapa que Jung denomina de meia-idade, o eixo ego-Si-mesmo emerge na consciência, exigindo atenção. Lembremos que o Si-mesmo pode ser entendido tanto como uma tendência arquetípica⁵ em direção à integração das partes conscientes e inconscientes da psiquê quanto como a imagem arquetípica dessa mesma totalidade. O eixo ego-Si-mesmo é o conceito utilizado para descrever a comunicação em duas vias entre o ego e o Si-mesmo, essencial para a integração da personalidade (Edinger, 1989; Neumann, 1990).

A partir deste momento, não claramente definido em termos de faixa etária do ciclo vital, mas aproximadamente por volta dos 40, 50 anos, como já vimos, surge a necessidade de transformação. A crise é vivida como falta de sentido, desespero, vazio, desesperança. Para os junguianos, são sintomas do distanciamento e da incomunicabilidade ego-Si-mesmo.

O ego geralmente suporta sua alienação num ciclo de inflação e depressão, produzindo incrementos de consciência. Na fase inflada, o ego sente poder, responsabilidade, elevada auto-estima e superioridade, todos os quais permitem ao ego em amadurecimento realizar as tarefas da primeira metade da vida. Na fase depressiva, o ego sente culpa, pouca auto-estima e inferioridade, todos os quais contrabalançam a inflação e preparam o ego para uma maior percepção do Si-mesmo. (Alschuler, 2002, pp. 265-266)

No terceiro estágio, ocorre uma mudança qualitativa na consciência, ou seja, ocorre uma maior percepção da conexão ego-Si-mesmo. O ego passa a integrar muitos dos complexos inconscientes. Enquanto que nos dois primeiros estágios ocorre a formação de complexos e, conseqüentemente, das projeções, segundo a regra de que tudo aquilo que não é reconhecido pela consciência tende a ser projetado sobre os objetos do mundo externo (sejam pessoas ou

⁴ Inconsciente Coletivo é uma "camada estrutural da psique humana, que contém elementos herdados, distintos do inconsciente pessoal" (Sharp, 1993, p. 89). Para mais detalhes, ver Jung (Jung, 1928/1991, OC-VIII, §§ 325-342).

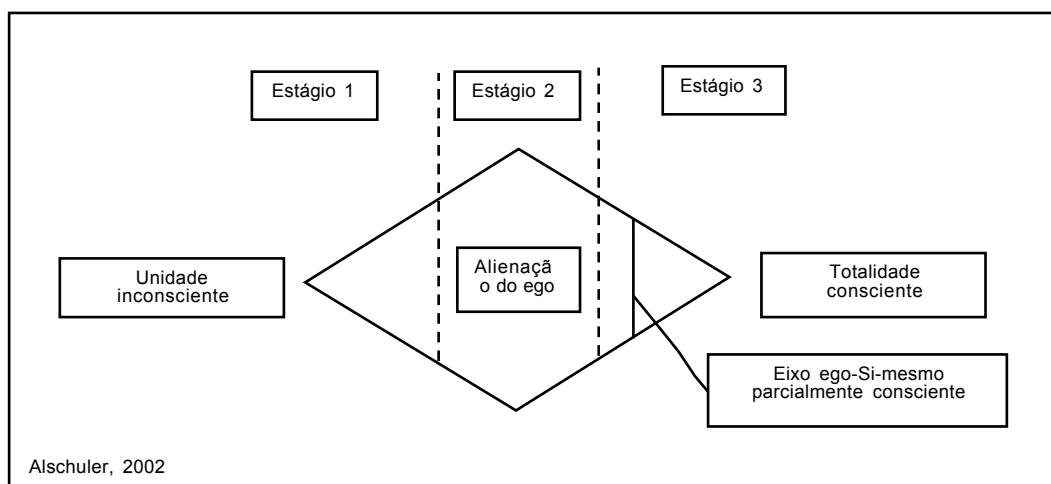
⁵ Os arquétipos são sistemas de prontidão que são ao mesmo tempo imagens e emoções. São hereditários como a estrutura do cérebro. Na verdade são o aspecto psíquico do cérebro. Constituem, por um lado, um preconceito instintivo muito forte e, por outro lado, são os mais eficientes auxiliares das adaptações instintivas. Propriamente falando, são a parte ctônica da psique... aquela parte através da qual a psique está vinculada à natureza, ou pelo menos em que seus vínculos com a terra e o mundo aparecem claramente. É nestes arquétipos ou imagens primordiais que a influência da terra e de suas leis sobre a psique se manifesta com maior nitidez. (Jung, 1927/1993, OC-X, § 53)

coisas), no terceiro estágio a tarefa de desenvolvimento consiste na retirada das projeções e conseqüente integração dos complexos.

A ampliação da consciência, que incorpora aspectos da personalidade até então inconscientes, permite uma percepção mais crítica dos relacionamentos e do mundo em geral.

Uma segunda mudança qualitativa na consciência é o que os junguianos chamam de *atitude religiosa*. É necessário explicar. Não se trata de uma conversão espiritual e adesão a algum tipo de confissão religiosa. Antes, trata-se da percepção sobre a existência de um centro psíquico autônomo que abarca e dirige a personalidade. O ego percebe-se limitado, mas em relação com uma fonte de energia psíquica que excede as suas próprias capacidades. Podemos chamar a esse estado de relativização do ego. A ocorrência de tal percepção após um longo período de depressão não raro é vivida como uma experiência religiosa, de iluminação e esclarecimento.

Para alguns analistas junguianos, é aqui no terceiro estágio que ocorre verdadeiramente o processo de individuação. O ego mantém uma relação com o Si-mesmo sem, contudo, identificar-se com ele. Segundo Edinger (1989), ocorre a cura de uma dupla cisão: a do consciente e inconsciente, que possibilitou a emergência da consciência, e a divisão do sujeito e objeto: "A dicotomia entre a realidade externa e interna é substituída por um sentimento de realidade unitária" (p. 143). As imagens e os atributos do Si-mesmo são experienciados como algo distinto do ego e, em certo sentido, situados acima dele. Desta forma de ver o processo de individuação, em seus estágios mais avançados, é que advém a idéia do processo de individuação como um processo *místico*. Contudo, é necessário entender que se trata de uma alteração na qualidade da experiência consciente, caracterizada por um sentimento de fazer parte de algo maior que transcende ao próprio ego. Alschuler (2002), resume esquematicamente o processo de individuação na imagem de um losango:



A seguir, consideraremos as relações entre o processo de individuação e o desenvolvimento político da pessoa.

O Desenvolvimento Político da Pessoa: Conscientização

Alschuler (2002) compara o processo de "desenvolvimento psicológico da pessoa", entendido como processo de individuação, e o "desenvolvimento político da pessoa", tal como descrito por Samuels (1993).

Mas, qual é a relação entre os dois fenômenos? O autor evoca o conceito de *conscientização* proposto pelo educador brasileiro Paulo Freire, cujas idéias exploramos nos capítulos 4 e 7. Para Freire (2002), o primeiro estado da consciência é a intransitividade. Neste estado, a consciência estabelece um "quase" compromisso com a realidade, ou seja, ainda se distancia da captação da realidade, aproximando-se de uma percepção mágica ou supersticiosa. A consciência crítica não se dá espontaneamente. Exige, sim, um processo educativo de conscientização: "Na consciência ingênua há uma busca de compromisso; na crítica há um compromisso e, na fanática, uma entrega irracional" (Freire, 2002, p. 39).

Freire (1980) propõe a emancipação política das populações oprimidas pelas condições de pobreza, repressão, exploração econômica e de injustiça social. O processo de *conscientização* - transição da consciência intransitiva para um estado de compromisso com a realidade - desenvolve-se em três estágios, caracterizados pela forma como uma pessoa (1) nomeia o problema, (2) reflete sobre as causas dos problemas e (3) age para resolver os problemas de opressão. A esses estágios denomina: estágio da consciência mágica, estágio da consciência ingênua e estágio da consciência crítica.

No estágio de "consciência mágica", as pessoas se sentem impotentes para alterar a realidade. Esta é produto de forças superiores às capacidades do indivíduo: trata-se de uma situação já posta cabendo ao indivíduo apenas a resignação. As condições adversas (pobreza, falta de saúde, fome), têm um caráter "natural" e não constituem propriamente problemas. As causas se encontram em algum fator além do controle dos indivíduos (o destino, Deus).

Alschuler vê um paralelo entre o estágio de "consciência mágica" e o "estágio de emergência do ego". A identidade ego-Si-mesmo produz a "indistinção entre interior e exterior, entre vontade e causação" (Alschuler, 2002, p. 267). A identidade ego-Si-mesmo produz, ainda, projeções arquetípicas (ou seja, "onipotentes") sobre pessoas e eventos. A natureza emocional autônoma dessas projeções evoca medo e fatalismo, pois elas dominam o ego.

"Figuras de autoridade, incluindo líderes políticos e religiosos, como portadores destas projeções, terão uma aura de poder sobrenatural" (Alschuler, 2002, p. 267).

No estágio de consciência "ingênua", as pessoas conseguem nomear os problemas, mas apenas em termos de indivíduos mal-adaptados ou desviantes. Freire (2002) identifica as seguintes características da consciência ingênua: não se aprofunda na causalidade do próprio fato; teme o futuro, tendendo a considerar que o passado foi melhor; tende a aceitar formas gregárias ou massificadoras de comportamento; subestima as pessoas simples; satisfaz-se com as experiências, sendo impermeável à investigação; tem um caráter passional, argumentando com base em emocionalidades mais do que em criticidades; apresenta compreensões mágicas e tende a perceber a realidade de forma estática e não mutável.

Para a consciência ingênua, portanto, a compreensão das causas é fragmentada, não se conseguindo discernir as relações existentes entre as ações dos opressores individuais, os problemas dos oprimidos e o funcionamento de um sistema social injusto e opressivo. A pessoa ora se culpa, ora responsabiliza algum agressor em particular, perdendo de vista as razões sistêmicas que geram a vítima e o opressor. Aqui, a forma de nomear faz a diferença. Se o indivíduo se culpa, talvez a maneira de se corrigir seja identificando-se com o opressor, internalizando a ideologia dos que oprimem, acreditando em sua própria inferioridade, assumindo uma posição opressiva em relação aos seus pares. Se o indivíduo culpa o outro, identifica-o como o "causador" das dificuldades e trata de readaptá-lo às normas ou simplesmente de eliminá-lo.

Alschuler (2002) estabelece o paralelo entre este estágio da consciência política e o estágio de *alienação do ego*, segunda etapa do processo de individuação, no qual nenhuma força parece ser superior à força do ego. Significa a atribuição de um poder soberano ao indivíduo, próprio das posições liberais: "No estágio ingênuo de conscientização, na ausência de compreensão sistêmica, os problemas parecem originar-se da vontade dos indivíduos" (Alschuler, 2002, p. 268). O oprimido constrói uma persona que corresponde aos padrões da ideologia opressora, conduzindo à sombra aquelas características e capacidades que poderiam reverter a situação opressiva. Trata-se de um exemplo interessante de potencialidades adaptativas superiores do indivíduo que são reprimidas no inconsciente.

O terceiro estágio do desenvolvimento da consciência política refere-se à "compreensão integrada do sistema sociopolítico" (Alschuler, 2002, p. 268). Freire (2002) enumera as características da consciência crítica: anseio de profundidade na análise de problemas, não se satisfazendo com as aparências; reconhecimento do caráter mutável da realidade, busca de

princípios autênticos de causalidade, verificação das descobertas; busca de libertação em relação aos preconceitos; recusa de posições quietistas, procurando indagar, investigar, chocar; recusa de transferência de responsabilidade e de autoridade; anseio pelo diálogo; "não repele o velho por ser velho, nem aceita o novo por ser novo, mas aceita-os na medida em que são válidos" (p. 41).

No estado de consciência crítica, a pessoa compreende que os casos de opressão são suportados por um sistema social injusto. O fracasso em se opor à injustiça e à opressão não é do indivíduo, mas de toda uma coletividade. O problema, portanto, é coletivo, necessitando de intervenções de caráter igualmente coletivo. Não se trata de problemas pessoais em primeira instância, mas sociopolíticos. As regras, os relacionamentos, as instituições é que requerem reforma, e não os indivíduos. O indivíduo compreende que a sua participação no mecanismo de opressão e perpetuação da injustiça social consiste em acreditar na ideologia dos opressores e na sua aquiescência em relação à agressão imposta a outros oprimidos. A culpa individual dá lugar à perspectiva de transformação, abandonando-se as atitudes de autocomiseração que são substituídas pela empatia, solidariedade e auto-estima coletiva.

Ao comparar o estágio da consciência política crítica e o terceiro estágio do processo de individuação, qual seja, o da *relativização do ego*, Alschuler (2002) aponta para o fato de que o despertar político para as possibilidades de transformação assume o caráter de aquisição de uma consciência revolucionária. O paralelo aqui consiste na desmistificação do ego que ocorre em ambos os processos. A tarefa, no terceiro estágio da individuação, consiste na retirada das projeções, resultando na integração da sombra. No estágio de consciência crítica, a pessoa deve conscientizar-se da ideologia dos opressores, mediante a qual o oprimido internalizou sua própria inferioridade e a superioridade dos opressores. A mistificação ideológica se reduz à medida que se desenvolve a consciência crítica. Como resultado temos um acréscimo da auto-estima e da confiança dos indivíduos e dos grupos, necessárias para a ação política.

Como conclusão de seu interessante estudo, Alschuler (2002) adverte:

Nenhum dos processos [individuação e conscientização] pode ser reduzido ao outro, pois eles descrevem dois mundos distintos, porém relacionados: o desenvolvimento político da pessoa relaciona-se essencialmente com o mundo "externo", enquanto o desenvolvimento psicológico da pessoa relaciona-se com o mundo "interno". O relacionamento entre estes dois mundos é um tópico de pesquisa futura, o qual gostaria de abordar perguntando quais seriam as implicações da individuação para a democracia. (p. 270)

Ao avaliar as posições políticas de Jung, o autor aponta que o psicólogo suíço não teria ido além da "consciência ingênua" nas questões relacionadas à ação política:

Jung focaliza o papel do indivíduo, seja o indivíduo nos movimentos de massa ou o líder político individual. Isso é característico da "consciência ingênua". Jung "nomeia" os problemas políticos em termos de líderes políticos carismáticos que impõem ditaduras, "reflete" sobre as causas em termos de suas perturbações psicológicas, e "age" em termos de oposição verbal a estes líderes. Quando Jung se volta para o indivíduo nos movimentos de massa, ele "nomeia" o problema como a vulnerabilidade deste indivíduo à infecção psíquica e sua submersão no movimento de massa. Jung "reflete" sobre as causas em termos de unilateralidade e perda de individualismo, e "age" em termos de promoção de uma atitude religiosa no indivíduo como proteção contra infecção psíquica. Em outras palavras, como é típico do estágio ingênuo de consciência, Jung enfatiza o indivíduo, quer o opressor, quer o oprimido. (Alschuler, 2002, p. 271)

Segundo Alschuler (2002), parafraseando Jung em sua célebre frase de que o paciente não pode progredir mais do que o analista o tenha feito em seu próprio desenvolvimento psicológico, aqueles que pretendem fazer análises psicopolíticas junguianas deveriam se afastar do pensamento político do próprio Jung e "aproximar-se da riqueza da teoria psicológica junguiana" (p. 271).

Discutimos, neste capítulo, o processo pelo qual se dá a aprendizagem política, a integração de experiências que, no decorrer do processo de formação da identidade social do indivíduo, contribuem para constituir a imagem que ele tem de si mesmo em confronto com o sistema político e suas instituições. Vimos, ainda, em linhas gerais, a concepção da escola desenvolvimentista junguiana sobre o processo de individuação, com o objetivo de relacioná-lo com a perspectiva do processo de conscientização política proposta por Paulo Freire, educador brasileiro, tal como entendida pelo psicólogo analítico Lawrence R. Alschuler. Alschuler, lançando mão de crítica que faz em relação às idéias de Jung, nos acautela sobre posições ingênuas que podem ser adotadas pelos psicólogos - não só analíticos - razão pela qual o próximo capítulo foi escrito.

A Terapeuta Política **9** Capítulo

Nenhuma sociedade que esquece a arte de questionar ou deixa que essa arte caia em desuso pode esperar encontrar respostas para os problemas que a afligem - certamente não antes que seja tarde demais e quando as respostas, ainda que corretas, já se tornaram irrelevantes.

(Bauman, 2000, p. 14)

- **Psicólogas Brasileiras**
- **Terapeutas e Política**
- **Falando sobre Política na Situação Terapêutica**

Psicólogas Brasileiras

Estudo realizado por Bock (1999) demonstra que a categoria das psicólogas brasileiras¹, por meio de suas entidades representativas, tem reformulado significativamente o conceito de fenômeno psicológico. Aspectos sociais da constituição do psiquismo têm sido incorporados e a prática psicológica busca reformular-se, levando em consideração a realidade social brasileira.

A atuação psicológica transita, então, de um modelo médico centrado na doença - tendo como referência o indivíduo isolado, desvinculado de sua realidade social - para um modelo crítico centrado na saúde e voltado para um indivíduo que está imerso na realidade social que o influencia. Bock (1999) aponta que se pode encontrar na fala das profissionais, eventualmente, referências à idéia de indivíduo constituído por fatores sociais e históricos.

Essas mudanças explicam-se, segundo Bock (1999), pelo avanço da organização da sociedade civil na luta pela melhoria das condições de vida e de saúde da população, principalmente a partir da década de 80. A influência dos movimentos sociais sobre as psicólogas, em especial aquelas que assumem um engajamento político, resulta em alterações

¹ Segundo pesquisa realizada em 2001 pelo Instituto de Pesquisa de Opinião e Mercado – WHO, para o CFP Conselho Federal de Psicologia, a categoria dos psicólogos é formada por 92,2% de mulheres e tão somente por 7,8% de homens; ou seja, a profissão se caracteriza como sendo essencialmente “feminina”, razão pela qual o tratamento mais adequado talvez seja o de “psicólogas brasileiras” para o coletivo da categoria. Optei, então, por utilizar ao longo deste capítulo, e no próximo, a flexão feminina de gênero para designar ambos os sexos. Esta opção visa, por um lado, lembrar ao leitor a preponderância de mulheres na categoria, além de criar uma perspectiva crítica em relação ao hábito sexista de designar homens e mulheres pelo gênero masculino. (ver http://www.pol.org.br/resposta_pesquisa.cfm?id_area=300, para dados completos da pesquisa).

na forma de conceber o fenômeno psicológico e, conseqüentemente, a prática profissional. Trata-se de um trânsito de uma visão liberal para uma visão sócio-histórica de ser humano.

Na visão liberal, o ser humano é pensado deslocado de seu contexto, como uma mônada responsável por seu desenvolvimento e por sua saúde psicológica. Ele é capaz de se salvar relativamente só - talvez necessite de algum auxílio profissional, mas possui em si mesmo a capacidade de autotransformação -, sobrepondo-se às circunstâncias. A sociedade é vista apenas como um lugar para o desenvolvimento do ser humano; ela pode contribuir ou impedir o desabrochamento das capacidades naturais do homem e da mulher. O ser humano possui as forças que, devidamente apoiadas, quem sabe se por um profissional *psi* habilitado, pode superar os obstáculos e dificuldades impostas pelo ambiente social.

Já na visão sócio-histórica, nos explica Bock (1999), o ser humano é ele próprio "constituído pelas relações e atividades sociais. Não se insinua aqui que o homem está ligado ao mundo social, mas que está constituído e criado por este mundo" (p. 183). Esta concepção de ser humano implica um psiquismo formado a partir de determinadas condições sociais, não se dando de forma pré-determinada, natural, mas histórica. "As noções que se tornam importantes são: atividades, trabalho, relações sociais, produção histórica do psiquismo, realidade concreta" (p. 184).

A existência da individualidade é reconhecida no modelo sócio-histórico, a partir de um corpo biológico e de uma forma singular de organização das determinações sociais. A singularidade do ser humano é dada pela complexidade e totalidade da estrutura resultante dessa conexão.

Embora a mudança de concepção sobre fenômeno psíquico e sujeito psicológico esteja em curso, a autora critica:

As concepções dominantes em nossa categoria [psicólogas] são ainda concepções abstratas, carregadas da noção de natureza humana; o homem colocado de forma apriorística e o trabalho do psicólogo, que busca resgatar esse homem natural, perdido em construções psíquicas que o escondem, construções estas forjadas pelo contato inadequado com a realidade social. O homem, no entanto [como complemento à idéia anterior], é dotado da capacidade de superar esses aspectos e "descobrir seu verdadeiro eu"; para isso pode contar com a ajuda dos profissionais psicólogos... (Bock, 1999, p. 184)

A autora denuncia, ainda, a tendência da Psicologia, em suas concepções liberais, de "transformar" problemas sociais em problemas individuais. Assim, as desigualdades sociais e

econômicas são facilmente transformadas em diferenças individuais. Ao ignorar a realidade política e social das desigualdades, a Psicologia enxerga apenas as desigualdades dos indivíduos, isolados e solitários. O ocultamento da realidade social reafirma a realidade única do indivíduo. "A psicologia do indivíduo passa a ser vista como a única que pode nos ajudar a compreender a realidade social, pois a verdadeira realidade é a do homem (natureza humana)" (Bock, 1999, p. 186). A moral da história é que melhorando o ser humano, estaremos, concomitantemente, melhorando o mundo. Homens e mulheres necessitam de tratamento, antes que o mundo.

Em face desta perspectiva, podemos entender o porquê do modelo de atuação clínica ser identificado ao atendimento face a face com o cliente e a atuação em consultório ser a forma mais reconhecida e valorizada pelas psicólogas. A psicoterapia é, então, a modalidade privilegiada de atendimento clínico. Pesquisa realizada em 2001 pelo Conselho Federal de Psicologia, por intermédio do Instituto de Pesquisa de Opinião e Mercado - WHO² - demonstra que 54,9% das psicólogas praticam a clínica em consultório, enquanto 12,6% trabalham em psicologia da saúde. Quando se considera o local de exercício da principal atividade exercida pela psicóloga, temos 45,4% das profissionais engajadas na prática em consultório particular e 11,8% na prática em hospitais, ambulatórios, postos e centros de saúde. A condição prevalente de exercício profissional, considerando-se a principal área de atuação da psicóloga, permanece sendo a de profissional liberal (57%).

Em seu estudo, Bock (1999) refere-se à pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia, em 1988, com o título "Quem é o psicólogo brasileiro?", na qual as pesquisadas respondem sobre os motivos que as levaram à escolha da profissão: interesse pela Psicologia (35,4%), desejo de conhecer o ser humano (29,4%) e desejo de ajudar o ser humano (22,6%). A autora conclui, então, que os motivos assinalados pelas respondentes apontam para uma preocupação com o indivíduo isolado e com o sofrimento de cada um:

Uma tônica individualista, um tanto voltada para o patológico, que seria resultante do modelo clínico (caráter assistencial da profissão); uma preocupação em transformar-se; a crença na possibilidade de transformação do homem; e a supervalorização do poder da Psicologia. (Bock, 1999, p. 188)

A Psicologia, ao assumir uma concepção liberal do ser humano, separa o sofrimento do indivíduo do sofrimento do mundo no qual vive e que ao mesmo tempo o constitui. A busca por um "verdadeiro eu" permitiria, segundo esta visão, o fortalecimento do indivíduo

² Ver endereço virtual mencionado na nota 1.

para enfrentar a realidade. a psicóloga aí estaria, pronta para prestar o seu apoio profissional, para ajudá-lo a superar as dificuldades. O conceito de ser humano *trabalhado, analisado, individuado* (como gostamos de dizer, nós analistas) impõe-se. Este ser humano, ao conhecer-se, coloca-se acima das vicissitudes de seu mundo, expressa seu verdadeiro ser e realiza-se como tal.

Em resumo:

Há pelo menos dois homens dentro de cada um de nós. Um que é o "eu mesmo" e outro que é o estranho. Claro que esse homem estranho vem de fora. O outro é tomado como autêntico. Dois homens dentro do homem; um não conhece o outro; um impede o outro; um deve ser abolido para que o outro possa finalmente surgir e propiciar a felicidade. (Bock, 1999, p. 190)

Segundo a autora, a ênfase no individualismo, decorrente da visão liberal sobre o ser humano, leva à impossibilidade de nos compreendermos. A compreensão de nós mesmos somente é possível quando apreendida na conexão entre o *eu-nós* e o mundo. Um conceito de desenvolvimento da personalidade que pretenda superar a visão liberal de ser humano terá que necessariamente levar em conta a práxis resultante dessa conexão *eu-nós-mundo*³. Porque, de outra forma:

Falamos da psiquê e depois precisamos adendar (sic) que tudo acontece num meio social, onde estão os outros. Não há conceitos que já tragam consigo esta vinculação. A Psicologia a tem ocultado em seus conceitos e teorias. ... Compreender-se é compreender o mundo que está à nossa volta, pois é ele que nos dá sentido. (Bock, 1999, p. 194)

Terapeutas e Política

Por que nunca indagamos nossos pacientes sobre sua vida política: qual o seu partido, se é que pertence a algum; qual é o seu engajamento na política da comunidade; como se posiciona em relação aos temas cotidianos; é de esquerda, de direita? Envolve-se com causas sociais, políticas, a política faz parte dos conflitos familiares, qual é a história política da família, como a paciente se tornou e se vê como cidadã?

³ Devo ao Prof. Dr. Norberto Abreu e Silva Neto, orientador desta dissertação, o comentário de que a noção mesma de desenvolvimento da personalidade do indivíduo é o complemento necessário ao liberalismo. Resulta daí um desafio para a re-definição de desenvolvimento psicológico em bases subjetivas e sócio-históricas, tarefa que foi esboçada no Capítulo 8 - Individuação e Política.

Consideramos "normal" perguntar sobre o trabalho, as origens étnicas, as emoções, os desejos e aspirações, os sonhos, as recordações, as fantasias sexuais; para alguns terapeutas é admissível até mesmo saber sobre preferências quanto a filmes, literatura, hobbies, artes. Até mesmo sobre religião. Mas sobre política não. Por que?

Hillman (1993) arrisca uma avaliação:

A omissão, qualquer que seja sua razão, é uma lacuna na consciência que indica uma repressão... Ou, colocando de forma mais enfática: essa lacuna indica a presença da negação, um mecanismo de defesa contra a política, mantendo a psicoterapia analítica imune à infecção causada pelo organismo político..." (p. 109)

A política talvez represente mais uma das intrusões indesejáveis na relação terapêutica. Trata-se, quem sabe, de uma defesa imunológica. Consideramos boa prática não atender nossos amigos e parentes, nem maridos e esposas, namorados e namoradas de nossos clientes. Muitos de nós, analistas e terapeutas, não consideram aceitável, participarmos de seminários, encontros, com nossos pacientes; muitos de nós evitamos situações sociais nas quais possamos encontrar com nossos pacientes. Estendemos nosso cuidado terapêutico/analítico para além de nosso consultório, *temenos* inviolável, protegendo-o dessas invasões. Invasões da vida ordinária. Talvez a política seja vista como uma dessas indesejáveis invasões.

Hillman (1993) aponta alguns dos preconceitos antropológicos e ontológicos sobre a natureza do ser humano ocultos por detrás da excessiva cautela em relação a essas "ameaças": a) o ser humano pode ser seccionado em partes, dimensões de sua existência; b) a vontade consciente pode manter essas divisões sem infiltrações; c) a segmentação do ser humano favorece a consciência psicológica; d) o psicológico e o político podem ser concebidos como dois discursos distintos; e) o político não é psicológico e o psicológico não é político.

A *fantasia* da terapia analítica seria então a de permanecer no território da *vida interior*. Nossa missão seria, então, a de investigar e compreender a singularidade do ser individual, a que damos o nome de *subjetividade*. Hillman (1993) se pergunta se isto é terapia da alma, se "torna consciente o inconsciente, como Freud descreveu nossa tarefa" (p. 110). Mas, onde se encontra o inconsciente, hoje? Provocativamente, o autor responde:

Com certeza, não está na infância, na família, na sexualidade, nas anomalias sintomáticas, nos sentimentos, nas relações, nos símbolos arcanos - isso tudo é conversa fiada, presente em qualquer manual do tipo 'faça-você-mesmo'. O que uma vez já foi 'o inconsciente', manifestando-se como um ato falho, agora está na boca do

povo. Onde somos mais incapazes, aquilo que mais sofremos e pelo que mais nos anestesiemos, isto é, reprimimos - com protetores de ouvido, trancas nas portas, álcool, aparelhos eletrônicos de alta-fidelidade, café e consumismo -, é o mundo exterior, a polis. Retiramos a psique de lá e ficamos inconscientes no que diz respeito a ela; a polis é o inconsciente. Tornamo-nos pacientes e analistas superconscientes, indivíduos muito atentos e extremamente interiorizados, e cidadãos muito inconscientes. (Hillman, 1993, p. 110)

Nosso modelo de psiquê a localiza com facilidade dentro do ser humano - o *intrapsíquico* - bem como nas relações interpessoais - o *interpsíquico*. Relutamos em admitir um conceito de alma que esteja no mundo das coisas - árvores, pedras, casas, carros - e muito menos nos sistemas sociotécnicos e sociopolíticos - empresas, educação, finanças, partidos políticos, economia. Mesmo quando descrevemos tais sistemas como *doentes* acabamos por nos referir à psicopatologia dos indivíduos. Conforme Hillman (1993):

A psicoterapia analítica continua a argumentar que, se a natureza ou a cultura apresentam doenças, isso se dá por causa das ações humanas: nós somos a sua causa. Portanto, em primeiro lugar deve vir a cura do ser humano; todos para a análise - arquitetos, políticos, empresários, professores -, e então o mundo melhorará. (p. 111)

Falando sobre Política na Situação Terapêutica

*A pessoa faz e é feita pelo mundo numa luta generativa incessante.
(Samuels, 1995, p. 234)*

Samuels (1995) notou, a partir de sua prática clínica, que a frequência de introdução de temas políticos na sessão terapêutica tem aumentado. Atribui o fenômeno às rápidas mudanças políticas ocorridas no mundo a partir da década de 80. Embora o fato fosse confirmado por alguns de seus colegas, não havia segurança quanto à maneira de se lidar com esse material (Samuels, 1995). A forma analítica clássica de se lidar com o material, qual seja, alguma forma de entendimento simbólico, ou uma forma de comunicação no nível da transferência-contratransferência, já não parecia ser a única possível ou indicada.

O autor realizou, então, pesquisa internacional, envolvendo 600 analistas e psicoterapeutas de 14 organizações profissionais em 7 países. Fizeram parte do estudo: psicanalistas, junguianos, psicoterapeutas e humanistas britânicos; psicanalistas, junguianos americanos; junguianos italianos, alemães, israelenses, russos e, por fim, brasileiros (Samuels, 1995).

Diversos aspectos concernentes ao surgimento e tratamento de material político foram pesquisados: tipo de temas introduzidos nas sessões analíticas/psicoterapêuticas, frequência de surgimento, influência do ambiente de trabalho (se particular ou institucional) na introdução de material político, relação entre idade e sexo do(a) paciente e os temas introduzidos, relação entre sexo e idade do paciente com a idade e sexo do(a) terapeuta, modos de reação do(a) terapeuta em relação ao material apresentado, discussão de questões políticas no *setting*, mudanças percebidas pela profissional no seu modo de lidar com material político ao longo da vida profissional, abordagem do assunto no processo de formação da terapeuta.

O autor questionou, ainda, a autopercepção dos(as) profissionais em relação às suas próprias atitudes políticas, as influências e contextos (étnico, racial, parental, socioeconômico, moral, religioso, etc.) que teriam influenciado a formação dessas atitudes, bem como a história de ativismo político dos(as) respondentes (Samuels, 1995).

As conclusões do autor são interessantes: constata, por um lado, uma certa confusão a respeito de política no contexto terapêutico. Embora, o procedimento tradicional seja o de utilizar o material político emergente para sustentar a interpretação psicológica - a maioria dos(as) terapeutas foram treinados para isso - o autor verifica que é cada vez mais difícil generalizar a prática, mesmo quando se considera uma mesma organização profissional de terapeutas/analistas. O autor critica, então, o uso excessivo de uma atitude simbólica, interpretativa, a partir de fatores intrapsíquicos, em detrimento da compreensão da influência exercida pelo mundo externo sobre o tipo de material político trazido para a terapia. Descobre, também, que os praticantes da psicoterapia estão cada vez mais relutantes em interpretar material político em termos do mundo interior e envolvem-se eventualmente em "discussões" referentes à política.

Constata o autor que, na formação do(a) profissional, o tratamento dado à forma de se lidar com material político é bastante diversificado: “Ao examinar as afirmações sobre atitudes e influência políticas, sente-se que realmente existe uma ‘história política da pessoa’, um ‘desenvolvimento político’ e um ‘aqui-agora político da pessoa’” (Samuels, 1995, p. 300).

Considera, então, duas cisões na profissão da análise e da psicoterapia. Uma delas se refere à cisão entre aqueles que afirmam a realidade do político e aqueles que enfatizam o material como parte do mundo interior. A outra cisão, que o autor considera ao mesmo tempo potencialmente positiva e destrutiva refere-se a:

... uma cisão entre a face pública apolítica hiper-clínica da profissão - algo que tem sido com justiça criticado - e a face privada da profissão - profissionais com plena consciência de que eles próprios têm histórias políticas, lutando para encontrar um equilíbrio entre as posturas voltadas para dentro e voltadas para fora que seus pacientes lhes trazem. A cisão é entre a persona da profissão e sua própria realidade interna (Samuels, 1995, p. 300).

A despreocupação clínica com os aspectos objetivos da realidade política leva a uma atitude de que *isso não tem a ver comigo*; não se trata de clínica, de terapia ou análise, trata-se de política que deve ficar reservada a outros profissionais! Em contrapartida, a compreensão de que isso tem sim a ver comigo, terapeuta, clínico e clínica, analista - porque, ao final de contas, fazemos e somos feitos pelo mundo numa luta contínua e criativa - pode abrir novas perspectivas para uma clínica comprometida com a transformação do ser humano-mundo.

Para concluir, devemos nos perguntar se a cisão entre cidadania e clínica, nos termos colocados no texto acima, não se alimenta da existência de teorias psicológicas que rejeitam, em sua íntima estrutura, a dimensão política da personalidade humana. Bock (1999), na perspectiva psicológica sócio-histórica e Samuels (1989, 1992, 1995, 2002), na perspectiva psicológica analítica, parecem concordar quanto aos efeitos nocivos desta rejeição para a prática da psicoterapia.

Retornaremos ao assunto no Capítulo 12 - Conversando com Terapeutas sobre Política - apresentando pesquisa empírica, inspirada no estudo de Samuels (1995) e realizada com terapeutas brasileiros. Enquanto isso, olhemos para a cidadã, esta que se apresenta para tratamento e a quem cabe, por sua vez, o tratamento deste outro paciente - o mundo.

A Cidadã Terapeuta¹ **10** Capítulo

A cidade é o instrumento da vida impessoal, o molde em que diversidade e complexidade de pessoas, interesses e gostos tornam-se disponíveis enquanto experiência social.
(Sennet, 1988, p. 414)

- **Psiquê na Pólis**
- **Terapia para o Mundo**
- **A Cidadã na Ágora-Therapeia da Pólis**

Psiquê na Pólis

Cidade e Alma é o título de um livro curiosamente não-escrito por James Hillman, analista norte-americano, de orientação junguiana, criador da expressão "psicologia arquetípica", utilizada pela primeira vez em 1970, com o intuito de denotar um aprofundamento das idéias originadas na Psicologia Analítica, a partir do trabalho pioneiro de Carl Gustav Jung (1875-1961). Livro *não-escrito* porque se trata de um livro resultante da organização de vários escritos de Hillman, em torno de um mesmo tema: a reflexão psicológica para além dos limites do consultório dos analistas, trazendo o mundo para a situação analítica e analisando seus sintomas. "Diferentemente das épocas de Freud e Jung, hoje, não só a alma do homem, mas principalmente a alma do mundo está doente, e são seus sintomas que mais nos atingem, afligem e agridem, que mais falam conosco" (Barcellos *in* Hillman, 1993, p. 7).

Segundo Hillman (1993), o trabalho psicoterápico é reservado, circunscrito a uma sala de consultório, sem interrupções. Trata-se do caráter *hermético* da prática, tal como mencionei no capítulo introdutório deste trabalho. Contudo, a rua adentra a sala de terapia, o contexto terapêutico: as pessoas e seus problemas relativos à vida na cidade. Afinal, é por isso que os analistas são encontrados nas grandes cidades! Os fundadores do campo de trabalho analítico tiveram suas escolas nomeadas a partir das cidades em que trabalhavam (Paris, Nancy, Viena, Zurich): "... o trabalho com a alma pertence à cultura da cidade" (Hillman, 1993, p. 37).

Costumamos dizer que a alma adoece com a tensão urbana. Gostamos de pensar que a vida próxima à natureza é melhor do que a vida vivida na cidade e que a alma precisa reduzir

¹ Neste capítulo, tal como fiz no anterior, adotei a flexão feminina de gênero ao me referir ao cidadão e à cidadã terapeuta, com o intuito de lembrar ao leitor que a cidadania é algo que se discute, em nossa sociedade, também com o viés de gênero.

o seu ritmo para encontrar o da natureza. Na cidade, a alma se torna sofisticada e corrompida...

Hillman (1993) não aceita esta perspectiva anti-cidade pois ela coloca alma e cidade em campos opostos, resultando em "cidades sem alma e almas sem cidades, almas não civilizadas, simples, animais romancizados, bárbaros que abandonam a civilização pela cela de um eremita ou a clareira de um hippie na floresta" (p. 38).

E para reafirmar a ligação da alma com a cidade, o autor mostra como e onde a alma existe na cidade, retomando algumas de suas imagens tradicionais: reflexão, profundidade, memória emotiva, animação (imaginação) e a idéia das relações humanas.

A alma está associada a uma parte nossa reflexiva. A cidade expressa essa imagem por meio dos lagos, fontes, galerias, sombras, vidros e espelhos. A alma associa-se, também, à idéia de profundidade. Precisamos de níveis. Projetamos esses níveis na iluminação, matizes de luz que dão a impressão de profundidade e nivelamento. As ruelas da cidade transmitem profundidade, representam o mistério, a parte obscura da cidade, o coração. Aprofundamento e interiorização. A alma corre perigo quando enfatizamos apenas o ir para cima, as vistas panorâmicas, arranha-céus, perdendo a visão da profundidade.

A memória emotiva é preservada na cidade por meio dos parques, monumentos, memoriais: "A cidade é uma história que se conta para nós à medida que caminhamos por ela" (Hillman, 1993, p. 39).

A alma tende a animar, a imaginar, a criar imagens: "A alma precisa de imagens e, quando não as encontra, elabora substitutos; cartazes de rua e grafites, por exemplo" (Hillman, 1993, p. 40).

E, por fim, a alma necessita de relações humanas. A cidade necessita de lugares onde as pessoas possam se comunicar na horizontalidade do nível do olhar, em contraste com a verticalização do olhar exigida pelos arranha-céus. A cidade precisa de lugares para a pausa e para o encontro, lugares para o corpo, para a intimidade que é crucial para a alma.

Conclui o autor sua elegia às relações entre cidade e alma com uma advertência: "Uma cidade que negligencia o bem-estar da alma faz com que a alma busque seu bem-estar de forma degradante e concreta, nas sombras desses mesmos reluzentes arranha-céus" (Hillman, 1993, p. 42). E ainda:

A alma que não for cuidada - quer seja na vida pessoal, quer na vida da comunidade - torna-se uma criança raivosa. Ela assalta a cidade que a despersonalizou com uma

raiva despersonalizada, uma violência contra os próprios objetos que representam a falta uniformizada de alma: vitrines de lojas, monumentos nos parques, edifícios públicos. ...

Os bárbaros que atacaram a civilização já vieram, em outros tempos, de fora das muralhas. Hoje em dia, eles brotam de nossos próprios colos, criados em nossos próprios lares. O bárbaro é aquela parte em nós com a qual a cidade não fala, aquela alma em nós que não encontrou um lar em seu meio. (Hillman, 1993, p. 42)

Terapia para o Mundo



The Pont Neuf Wrapped
Paris, 1975-85
Christo & Jeanne-Claude
Photo: Wolfgang Volz
©1985 Christo

O que se opõe ao descuido e ao descaso é o cuidado. Cuidar é mais que um "ato"; é uma "atitude". Portanto, abrange mais que um "momento" de atenção, de zelo e de desvelo. Representa uma "atitude" de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro.

(Boff, 1999, p. 33)

A “fantasia de fornecer terapia para o mundo”² (Samuels, 1995), conforme referi no capítulo introdutório deste trabalho, requer atenção e cuidado. Os que a compartilham poderão ser acusados de megalomaniacos da era de aquário. Poderão se juntar à legião dos “alternativos” que buscam a solução dos problemas do mundo numa era de ouro anunciada pelas tradições.

Resgatemos, inicialmente, um pouco da origem da palavra *therapeutes* que remonta à época de Fílon de Alexandria, judeu nascido por volta de 20 e 10 a.C (Leloup , 1998), criador de uma comunidade de "terapeutas" nos arredores de Alexandria. Aponta-nos o autor que a palavra *therapeutes* apresentava dois sentidos originais: "servir, cuidar, render culto" e "tratar, sarar" (Leloup, 1998, p. 24). No tempo de Fílon, o terapeuta

² Devo ao Prof. Dr. Norberto Abreu e Silva Neto, orientador desta dissertação, a observação sobre o uso das palavras "patologia", "terapia", para referir questões relacionados aos cuidados com o mundo. Lembra o professor que "dizer que se trata de 'patologias' remete ao discurso médico, o mesmo acontecendo com 'terapia'. A família de palavras, o vocabulário específico, a teoria, a ideologia e a mitologia vêm todas junto com uma palavra. É o campo lógico da palavra" (comunicação pessoal). O risco do uso metafórico de palavras com forte acento médico seria a de levar para a esfera dos cuidados com a pólis um viés de "normalização". Como a estrutura metafórica do texto ancora-se fortemente na retórica do *pathos* e da *therapeia* dos autores que escolhi, resolvi, como forma de honrar as considerações oportunas do professor, resgatar algo das origens da *therapeia*.

... é um tecelão, um cozinheiro; ele cuida do corpo, cuida também das imagens que habitam sua alma, cuidam dos deuses e dos logoi (palavras) que os deuses dizem à sua alma, é um psicólogo. O terapeuta cuida também de sua ética, isto é, que vigie sobre seu desejo a fim de se ajustar ao fim que fixou para si; este cuidado "ético" pode fazer dele um ser feliz, "são" e simples (não dois, não dividido em si mesmo), isto é, um sábio". (Leloup, 1998, p. 25)

Não é difícil identificar, nas palavras acima, alguns paralelos com o processo terapêutico/analítico, tal como o concebemos atualmente. O terapeuta alexandrino tinha, contudo, por missão "cuidar do ser" em sua integridade, em sua inteireza. Estávamos em um tempo em que religião, medicina e psicologia interpenetravam-se. Não conhecíamos, ainda, a especialização e a fragmentação científica do "ser", da qual medicina e psicologia acabariam por se tornar exemplos ("soma" e "psiquê").

Leloup (1998) continua a nos explicar que o terapeuta é também aquele que "sabe orar" pela saúde do outro, invocando a presença e a energia do "Vivente", pois somente ele é o verdadeiro curador. O terapeuta não cura, mas somente "cuida" para que as condições sejam propícias à atuação do "Vivente" (pp. 25-26). Aqui também as idéias ressoam em concepções terapêuticas, psicológicas e psicossomáticas, da atualidade.

Desta digressão, desejo reter a idéia de "cuidado" consigo mesmo, com o outro e com o mundo, um "ser-no-mundo" que significa uma forma de "co-existir", uma "forma de estar presente e de relacionar-se com todas as realidades circundantes. Neste jogo de inter-retro-relações, o ser humano vai construindo sua própria identidade junto com outros que compartilham do mesmo ser-no-mundo" (Boff, 2001, p. 14).

O analista junguiano Robert Sardello diz que a alma do mundo mostra-se de forma imediata pela presença das coisas no dia-a-dia: "As coisas, em vez de matéria inanimada e sem vida, são locais de reunião da alma, as quais quando olhadas, têm o objetivo de criar um mundo no qual acontece a vida" (Sardello, 1997, p. 97). Christo³, ao "embrulhar" a Pont Neuf, e tantas outras construções humanas, chama a atenção para coisas e objetos que nossa sensibilidade condicionada acaba relegando a um "pano de fundo" invisível, condenando a uma verdadeira morte os objetos do mundo. À sua maneira, Christo efetua uma *terapia do mundo*...

³ Christo e Jean-Claude, ambos nascidos em 1935, ele na Bulgária e ela no Marrocos, são artistas plásticos, famosos por seus trabalhos de "embrulhar" objetos, monumentos, construções e acidentes geográficos.

Como utilizar esta fantasia para impulsionar os processos de transformação cultural, social e política sem incorrer na "inflação egóica" de que nos alerta Samuels (1995)? O problema colocado para a cidadã que se preocupa com os destinos do mundo é o mesmo que se coloca para a terapeuta diante dos e das pacientes de sua clínica. Como nos aproximamos do sofrimento da pessoa e do mundo, buscando conhecer e ao mesmo tempo mantendo a atitude de não-saber necessária à prevenção da *hybris*⁴ terapêutica? Como fazer para nos tornarmos - psicoterapeutas, analistas e demais cidadãos - "terapeutas do mundo" ?

A atitude terapêutica em relação ao mundo é mais apropriada quando chegamos à política porque a política é a dimensão da realidade social que contém a patologia social do mundo: injustiças palpáveis, tais como uma distribuição injusta da riqueza, relações assimétricas de gênero, racismo, pobreza, doença e uma ecologia danificada. O que vincula psicologia profunda e política é uma preocupação com terapia. (Samuels, 1995, p. 49)

A atitude política em relação ao mundo parece, então, possuir um certo componente imagético de terapia e cuidado com o mundo. Terapeutas do mundo são, portanto, não apenas aquelas psicoterapeutas e analistas que se dão conta dessa fantasia subjacente aos seus esforços de mudança sobre os indivíduos e sobre a sociedade, mas também todas aquelas que atentam para as fragilidades do mundo: ambientalistas, arquitetas, urbanistas, engenheiras de tráfego, artistas plásticas, músicas, além das assistentes sociais, educadoras, religiosas, e tantas outras cidadãs animadas pela mesma fantasia de cura, cuidado e restauração.

Contudo, o mundo que necessita e clama por terapia, por meio de seus anúncios midiáticos espetaculares, também se mantém ambivalente sobre o *fazer terapia*. Talvez as compreensões excessivamente focalizadas nos aspectos psicológicos estejam provocando uma recusa do "paciente" a ingressar ou permanecer em terapia: "Se a psicologia profunda quer tratar o mundo, ela então o faria melhor como parte de um projeto multidisciplinar" (Samuels, 1995, p. 50).

Mas, então, há algo que nós, profissionais *psi*, possamos fazer para além do eventual efeito de mudança sobre o indivíduo que se apresenta para a terapia? Segundo Samuels (1995) a resposta é afirmativa:

⁴ *Hybris* - termo utilizado pelos gregos antigos para indicar, genericamente, "uma violação qualquer da regra de medida nas suas diferentes relações, por exemplo, com os outros homens, com a ordem das coisas, com aquilo que é sagrado ou justo" (Pieri, 2002). Na psicologia analítica é utilizado com referência à atitude de todo poder, de total domínio sobre a realidade e de desconhecimento e irreverência do ego em relação ao inconsciente.

Podem ser métodos analíticos e psicoterapêuticos - modos e técnicas de terapia - que deveríamos estar explorando como os meios para levar a fantasia de tratamento do mundo para o nível de um envolvimento político concreto e prático. Particularmente, aqueles aspectos da prática clínica agrupados em torno do conceito de contratransferência podem ser os mais limítrofes com a política - isto é, estar no limiar entre a psicologia profunda e a política. (p. 50)

Reconhecer o valor da contratransferência na análise política implica, para o terapeuta, estar às voltas com os seus próprios preconceitos políticos não resolvidos.

Samuels faz interessante paralelo entre a análise clínica e o envolvimento psicológico profundo com um problema político, o que ele chama de "análise política" (Samuels, 1995, p. 50). Nessa comparação, supõe que o analista político, tal como o analista clínico, abre-se ao fenômeno da transferência e contratransferência. Reconhece que a contratransferência pode lhe trazer importantes informações, seja sobre suas próprias dificuldades políticas (pressupostos, preconceitos) não-elaboradas, seja sobre o estado do problema analisado. O analista poderá, então, tentar compreender o problema político em termos de seus antecedentes, incluídas aí as fantasias e os mitos coletivos associados ao problema.

Tal como o analista clínico faz na análise do indivíduo, o analista político buscará, então, elevar o nível de consciência do problema. Utilizará em parte, para isso, a interpretação, tal como ocorre na análise clínica. E, à semelhança dos indivíduos, os problemas políticos responderão diferentemente à terapia.

Ao utilizar o modelo da contratransferência para a análise dos problemas políticos, Samuels re-introduz a dimensão afetiva, subjetiva, na análise política. Aproxima, assim, as dimensões pessoal e política. A resposta íntima, emocional, da analista é considerada em sua avaliação e intervenção sobre o fato político. A analista admite que suas experiências subjetivas incorporam, ou refletem, de maneira relevante, aspectos da experiência do *mundo-paciente*. Segundo Samuels (1995): "A relevância é baseada na imersão conjunta do analista político e do problema político num mundo compartilhado que transcende as fronteiras do privado e do público, do subjetivo e do objetivo" (p. 51).

Tivemos, recentemente, um enfático exemplo de explicitação afetiva na análise de questões sociopolíticas. Nos primeiros meses de 2003, pudemos ouvir e ver o presidente Lula, então recém eleito, permear suas análises políticas com depoimentos carregados de emoção e ancorados na sua experiência como um cidadão comum. A reação generalizada das pessoas, assim como daqueles que se dedicam profissionalmente ao acompanhamento da vida política,

foi de certa tolerância em nome da "simplicidade" e das "origens humildes" do primeiro mandatário. Ou seja, não se espera manifestações "sentimentais" de políticos, que correm o risco de serem considerados populistas. Talvez manifestações "duras" - como raiva, indignação - sejam mais toleráveis por coincidirem com certo estereótipo de força e poder de mando.

Curiosamente, evento ocorrido mais recentemente, ainda com o Presidente Lula, ilustra a manifestação de emoções "duras". A reportagem realizada pelo jornalista americano Larry Rohter, atribuindo a ocorrência de equívocos diplomáticos do primeiro mandatário ao hábito de ingerir bebidas alcoólicas, resultou em manifestação de indignação do Presidente que decidiu pela não-renovação do visto de permanência do jornalista no País. A opinião da imprensa nacional e internacional, bem como dos analistas políticos de plantão, e até mesmo de muitos outros cidadãos, foi contrária à decisão de Lula, vista como um posicionamento individual e voluntarista, politicamente não-estratégico. Ainda assim, movido pela indignação, o Presidente entendeu o gesto do jornalista como ofensivo à sua pessoa e ao povo brasileiro, e manteve sua decisão.

O que desejo ressaltar aqui, independentemente da avaliação que se possa fazer sobre a adequação ou justeza do ato presidencial, é que o sentimento da indignação foi colocado em primeiro plano no cenário político nacional daqueles dias, gerando divergências de interpretação o suficiente para refletirmos sobre o papel das reações subjetivas no contexto político. Já conhecemos o papel restaurador do pedido de desculpas, movido desta vez pelo sentimento de vergonha, no caso da confessa "relação imprópria" mantida por Bill Clinton e Mônica Lewinski. Alguns políticos "se salvam" pela expressão de arrependimento e contrição...

A questão nos remete ao exame da chamada "análise política objetiva". Samuels observa que a qualidade dita "masculina" da "objetividade" pode ter raízes na necessidade de independência psicológica da criança em relação aos pais. Algumas pessoas adotam uma postura rígida em relação ao mundo, enfatizando a distância e precisão no julgamento. "Isto aparece como 'objetividade' política, e é experimentado como incontestavelmente objetivo, mesmo quando sua objetividade é desmascarada por outros como sendo uma subjetividade disfarçada" (Samuels, 1995, pp. 54-55).

Retornemos, então, ao conceito de "contratransferência" utilizado por Samuels (1995) para designar o uso das reações subjetivas pela cidadã em relação a um problema político. Esta utilização coloca a cidadã na posição de analista, reveste-a de poder e de legitimidade

diante do problema. Samuels sabe o que intenta ao fazer este movimento: a cidadã, na posição de analista, e não de paciente, não é vista como realizando uma transferência com a sociedade: "Se o cidadão deve participar da transformação social, isto deve ter como base a posição de analista, não de paciente. A maior parte das abordagens psicanalíticas em relação à política lançam a cidadã apenas no papel de paciente (ou bebê) com uma transferência em relação à sociedade" (p. 52).

Como poderiam as pessoas fazer uso político de suas reações pessoais (corpóreas, imaginativas, afetivas) aos eventos públicos? Poderiam as pessoas aprender a lidar com seu mal-estar subjetivo, diante dos problemas da *pólis*, à semelhança dos clínicos diante dos problemas da subjetividade sofredora de seus pacientes? Poderiam as pessoas utilizar suas reações contratransferenciais como instrumento de transformação sociopolítica?

A Cidadã na *Ágora-Therapeia da Pólis*⁵

É lugar comum, hoje, nos meios analíticos, entender a experiência de contratransferência como comunicações do cliente/paciente para o terapeuta. O profissional esmera-se na utilização dessas informações, a despeito da cuidadosa atenção dedicada ao exame de seus próprios complexos psíquicos e das dificuldades decorrentes.

A ampla gama de experiência com a contratransferência, vivida pelos terapeutas, pode ser resumida em três tópicos (Samuels, 2002): 1) reações corporais e de comportamento, por exemplo, sono, excitação sexual, acidentes; 2) reações de sentimento, por exemplo, raiva, desapontamento, depressão; 3) reações de fantasia, tais como, o "paciente vai me abandonar", "a terapia não está levando a lugar algum", "sou um charlatão". De maneira geral, ainda que conectadas com dificuldades pessoais do terapeuta, estas experiências são consideradas como portadoras de importantes informações sobre o estado psíquico do paciente/cliente.

Lidar com o mundo como se fosse um paciente, que nos procura pedindo ajuda, pode representar algo além de uma metáfora salvacionista apenas. Talvez signifique que pessoas, cidadãs, habitantes e sofredoras da vida na *pólis*, podem assumir o papel de terapeutas, fazendo frente aos problemas da cidade a partir de suas reações subjetivas.

Para que isso ocorra é necessário assumir que os problemas políticos *querem* se comunicar conosco, da mesma forma como os sintomas *querem* se comunicar conosco na sessão analítica/psicoterapêutica. Ou, nas palavras de Samuels (2002):

⁵ Cunhei a expressão *àgora-therapeia* para designar a idéia de um espaço público, assumido por homens e mulheres cidadãs, como espaço de atenção e cuidado para com a vida da Cidade.

Os problemas falam conosco, a rua fala conosco, a crise de domicílios, o problema do desemprego, a luta civil - todos falam conosco. Como qualquer terapeuta e cliente, ambos os lados do relacionamento - cidadão e problema político - habitam o mesmo mundo. Em vez de considerarmos o cidadão como cliente, o que em geral ocorre quando os terapeutas discutem política, damos o passo para mudar a cena e consideramos o cidadã como terapeuta. (p. 182)

As reações espontâneas da cidadã diante dos fatos políticos - todos aqueles acontecimentos que afetam a vida da Cidade - indicam a existência nas pessoas de uma percepção e inteligência tácitas sobre a sociedade e o mundo em que vivem: "Encerrada nas narrativas das pessoas sobre experiências no mundo, encontra-se uma crítica desse mundo". (Samuels, 2002, p. 182). E, afinal, nossas reações subjetivas são recursos que sempre estão à mão, mesmo quando nos faltam outros meios mais instrumentais.

As pessoas despossuídas de poder certamente necessitam das transfusões econômicas e financeiras que só a política do tipo oficial pode, hoje, oferecer. Mas elas podem também originar uma forma de poder político ao usarem os sentimentos, as fantasias, os comportamentos e as personificações que são proibidos e marginalizados no mundo moderno dos últimos tempos. Em todos, existe um potencial para ser um terapeuta do mundo. (Samuels, 2002, p. 183)

Assim, assumindo o papel de terapeutas do mundo, utilizando nossas reações subjetivas aos problemas da *pólis*, de maneira a melhor compreendermos esses problemas para melhor agirmos, reduziríamos as atitudes de que "não tem jeito mesmo, nada vale a pena, a política é uma ilusão e os políticos uns enganadores", para aceitar o pedido de ajuda da própria política, mensageira do mundo.

Da mesma maneira como, na clínica, partimos de nossa subjetividade de terapeutas para a compreensão da realidade psíquica do paciente, na *pólis*, partimos da subjetividade da cidadã para a compreensão da realidade social e política. E, neste movimento de entender os problemas da *pólis* a partir de nossa subjetividade, talvez descobramos que muito do que nos ocorre subjetivamente, como experiência privada, decorre de nossa vivência política, mesmo que não nominada, ainda que inconsciente. E, talvez, possamos concordar com Bauman (2000) de que é necessário lutar para tornar possível a arte de traduzir os problemas pessoais (e, diríamos também, os sentimentos e fantasias pessoais) em questões de ordem pública.

Um Café Filosófico... **11** Capítulo

Quando se ouve alguém falar de um problema cultural ou de um problema humano, nunca se deve esquecer de perguntar quem está falando. [...] o próprio fato de um problema geral envolver e assumir a personalidade inteira é garantia de que quem fala dele também o tenha vivenciado ou experimentado pessoalmente.

(Jung, 1928/1993, OC-X, § 157)

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, amigos me alertaram sobre o risco de estar me afastando da clínica e enveredando temerariamente para algo que poderia ser a Filosofia, a Sociologia, a Ciência Política, outra coisa, enfim, que não a clínica! A simples pergunta sobre se o terapeuta conversa com seus clientes sobre questões políticas soa, para muitos, como um distanciamento indevido dos objetivos legítimos de uma análise ou psicoterapia.

Na tarefa de levantar referências sobre a abordagem e tratamento de material político no *setting* terapêutico - no sentido ampliado adotado neste estudo - pouco consegui. Trabalhos de psicologia política, sobre temas oriundos de diversos contextos sociais e políticos sim, conforme descrevi no Capítulo 6 - **Psicologia Política**. Mas, sobre temas originados do contexto clínico, não. O trabalho do psicólogo analítico Andrew Samuels, mencionado diversas vezes ao longo deste estudo, foi para mim fonte inspiradora que neutralizou meus temores e os conselhos de cautela bem intencionados oferecidos por colegas psicólogos, terapeutas e analistas...

Já em estágio avançado de elaboração das idéias, deparei-me com o livro de Marc Sautet, *Um café para Sócrates*, publicado em 1997, no qual o autor discute o papel da filosofia, e dos filósofos, no tratamento dos dramas do mundo contemporâneo. Ao tempo em que reconheço calorosamente o valor das reflexões de Sautet sobre a importância da reflexão filosófica nos tempos que correm e, em particular, sobre a importância da formação filosófica para os profissionais *psi* de todos os matizes, aproveito-me de seus questionamentos para problematizar um pouco mais o escopo de nossa atuação como terapeutas. Sautet (1997) abre a discussão, à maneira de um provocativo diálogo socrático:

Quando procuramos saber o que não funciona bem na Cidade, o que destrói a democracia, o que compromete a justiça, a liberdade, a igualdade, em suma, as relações entre os cidadãos, aquilo que impele os homens a se odiarem e a se matarem

uns aos outros, quando estendemos esse exame ao conjunto das nações, a ponto de considerar o destino da humanidade inteira, que é que estamos fazendo? Na verdade, teremos algum dia tido tantas razões para filosofar? (Sautet, 1997, pp. 10-11)

O autor considera que o interesse pelo uso espontâneo da filosofia em público, tal como ocorre em alguns cafés na França - e agora, também, no Brasil - encontra correspondente na situação de crise da democracia ateniense, vivida pela Grécia, há dois mil e quinhentos anos. Crise como a que vivemos nós, homens e mulheres do século XXI, confrontados com um mundo que nos apresenta, tal como uma esfinge pós-moderna, as questões descritas por Sautet.

Sautet questiona se o espaço do consultório de psicoterapia é o melhor lugar para expressar e refletir sobre as questões do mundo que nos atormentam. Questiona, ainda, se o psicoterapeuta ou analista seriam os profissionais adequados para conduzir esse processo. E, continuando na lógica de uma visão de psicoterapia que cinde o ser humano em foro íntimo e foro público, pergunta:

Se o mal-estar do paciente tem origem em seu psiquismo, nada mais normal do que consultar um terapeuta. Mas, e quando não é esse o caso? Ainda quando são seus parentes, seu meio familiar que estão em questão, vá lá. Mas, e quando não é o sujeito que está em causa e sim a cidade, ou a nação, ou o Estado, ou os Estados ou nações, unidos ou desunidos, ou a espécie humana em seu conjunto? Pergunto: qual é a legitimidade da intervenção do terapeuta quando o mal-estar da pessoa que vai consultá-lo provém de uma situação geral defeituosa? Se alguém deve intervir, não será, antes... o filósofo? (Sautet, 1997, p. 12)

E mais adiante, insiste:

Pensando bem, os terapeutas ultrapassam em muito seu campo de competência quando avançam pelo terreno da aventura humana compreendida em sua totalidade, em sua história, seu desenvolvimento, vicissitudes, regressões, promessas, esperanças desfeitas, perspectivas e o impacto desse conjunto de dados na pessoa que vai procurá-los. (p. 12)

Examinemos os argumentos de Sautet, como se estivéssemos em um de seus agradáveis cafés filosóficos. Primeiro, o autor expõe a demanda de seres humanos, habitantes da Cidade, por lidar com os problemas de um mundo conturbado, os desafios da vida coletiva com suas angústias e opressões. Reconhece a dimensão *mundana* do self humano. Concorda

com a necessidade e legitimidade da demanda, mas advoga que isso seja feito pelo filósofo, e não pelo psicoterapeuta.

Poderíamos concordar com Sautet caso pensássemos em certas formas de lidar com o psiquismo, como se este fosse uma mônada isolada do mundo, conforme procurei discutir ao longo deste trabalho. É verdade, o psicólogo precisa voltar às aulas de filosofia para melhor compreender as circunstâncias em que vive o ser humano, como gostaria Ortega y Gasset. Contudo, de que psiquismo fala Sautet? Exatamente daquela concepção que secciona o íntimo do fora, como se não fossem duas instâncias siamesas que, ao serem separadas, levam ao desaparecimento de uma e de outra. Talvez Sautet se refira a um certo tipo de prática psicoterápica, à qual caberia a acusação...

Ao se referir à extrapolação dos limites do campo de competência, quando o psicólogo "avança pelo terreno da aventura humana compreendida em sua totalidade...", Sautet acusa o profissional *psi* exatamente de tentar recuperar a integralidade do ser humano que se apresenta à psicoterapia e a solidariedade do sofrimento do homem e do mundo!

Em outro ponto de seu livro, Sautet refere-se à perspectiva que fundamenta o seu trabalho no que diz respeito às responsabilidades do indivíduo que se apresenta para a consulta filosófica:

Logo de saída, a pessoa que vai consultar-me é re-situada num todo que a ultrapassa em larga medida, o que, a priori, é pelo menos tão justo quanto polarizar todo o destino do indivíduo em seu passado pessoal e em sua dificuldade de assumi-lo" (p. 13).

Ponto para o filósofo! É possível concordar com ele, e para deixar claro que a crítica do autor é cabível para certo tipo de prática *psi* e, por outro lado, rejeitar a acusação de usurpação do espaço profissional do filósofo, relembro as palavras de Jung (1946/1988), no prefácio à sua obra *Ensaio sobre a História Contemporânea*, referindo-se às exigências que incidem sobre o praticante da psicoterapia:

[O analista] Precisa descer à arena dos acontecimentos do mundo e participar da luta das paixões e opiniões, pois do contrário só conseguirá perceber as inquietações do seu tempo de modo distante e impreciso, tornando-se incapaz de compreender ou mesmo de ouvir o sofrimento de seus pacientes. Ele não saberá qual a linguagem mais adequada para lidar com o paciente e retirá-lo do isolamento em que se encontra, já que a sua incompreensão reforçará ainda mais esse estado. Por essa razão, o terapeuta não pode prescindir de uma discussão com o seu tempo... O que aqui

ressaltamos não são os seus deveres de cidadão que exigem algo semelhante, mas, essencialmente, os seus deveres como médico, que lhe impõem uma obrigação ainda mais elevada, o compromisso com o homem (OC-X, pp. 169-170).

E, completando, Jung (1942/1988) diz em sua obra *Psicoterapia e Visão de Mundo*:

A filosofia de vida do homem (Weltanschauung), como a mais complexa das estruturas psíquicas, forma o pólo oposto da psique fisiologicamente condicionada e, enquanto suprema dominante psíquica, é ela que decide do destino da psique. É a sua visão de mundo que orienta a vida do terapeuta e anima o espírito de sua terapia. Como ela é precipuamente uma estrutura subjetiva, por mais rigorosa que seja sua objetividade, é possível que desmorone muitas vezes ao contato com a verdade do paciente, para depois se levantar de novo, rejuvenescida por este contato (OC-XVI, § 180). [...] Nós, os psicoterapeutas, deveríamos ser filósofos, ou médicos-filósofos - não consigo deixar de pensar assim. (§ 181)

Acredito que Sautet não negará a legitimidade dessas considerações de Jung. E para aqueles que julgam uma extrapolação de competências o acolhimento de questões *políticas* (lembrando sempre o amplo sentido atribuído a este conceito no contexto do presente estudo) no *setting* terapêutico, convém lembrar que o caráter multidisciplinar da psicologia, exige um pensamento na verdade transdisciplinar, ou seja, um pensamento que circule, que afete e seja afetado por outros saberes. Os mestres inaugurais da psicologia profunda, tais como Freud, Jung, Adler, Reich, sabiam disto. O texto de Jung mencionado acima explicita um ponto de vista comum entre os fundadores. Ao atravessar e ser atravessada por outros saberes, nosso fazer profissional coloca-se constitutivamente transgressor dos limites de sua própria disciplina, sem que isto implique necessariamente a usurpação do espaço de outras profissões.

Conversando com Terapeutas sobre Política

12

Capítulo

Nenhuma sociedade que esquece a arte de questionar ou deixa que essa arte caia em desuso pode esperar encontrar respostas para os problemas que a afligem - certamente não antes que seja tarde demais e quando as respostas, ainda que corretas, já se tornaram irrelevantes.

(Bauman, 2000, p. 14)

- **Introdução**
- **Metodologia**
- **Objeto de Pesquisa**
- **Objetivo Geral de Pesquisa**
- **Desagregação de Temas a partir do Objeto de Pesquisa**
- **Objetivos Específicos**
- **Instrumentos de Pesquisa**
- **Participantes**
- **Tratamento das Informações**
- **Análise das Informações e Resultados**

Introdução

Conforme anunciado na Introdução deste trabalho, decidi por complementar o estudo teórico desenvolvido ao longo dos capítulos anteriores com um pequeno estudo empírico elaborado a partir das falas de um grupo de psicólogos e psicólogas terapeutas. A pesquisa inspirou-se em estudo similar realizado por Samuels (1995), este mais abrangente e de caráter internacional, conforme descrito sucintamente no Capítulo 9 - A Terapeuta Política. O estudo de Samuels contou, contudo, com a participação de apenas 7 psicólogos brasileiros, todos de orientação analítica junguiana, razão pela qual considerei oportuna esta incursão a campo, envolvendo psicólogos de outras orientações teórico-clínicas. Trata-se, portanto, de um estudo de caráter exploratório cujo escopo é o de agregar um sopro de *vida vivida* nos elementos teóricos articulados no restante do trabalho e, não menos importante, o de levantar questões que estimulem novas pesquisas sobre o tema. Em suma, neste estágio de estudo, pretendo mais formular perguntas - espero que boas perguntas! - do que respondê-las.

Metodologia

O estudo, portanto, tem feição exploratória e descritiva. Embora inspirado no estudo de Samuels (1995), foram feitas adaptações no que diz respeito aos participantes e à metodologia utilizada. Espera-se, contudo, que se possa fazer *comparações contextualizadas* entre os dois estudos (Vasconcelos, 2002).

No que se refere à relação entre o tempo de realização da pesquisa e o tempo de ocorrência do fenômeno (Vasconcelos, 2002), a pesquisa será do tipo *ex post*, ou seja, o foco principal está em fenômenos ocorridos no passado (basicamente, a experiência dos participantes da pesquisa com a manipulação de material político no setting terapêutico, bem como as relações estabelecidas pelos terapeutas entre desenvolvimento pessoal e desenvolvimento político da pessoa).

Quanto ao tipo de corte no tempo (Vasconcelos, 2002), o estudo se caracteriza mais adequadamente pelo corte longitudinal, uma vez que desejamos conhecer a experiência dos terapeutas com material político emergente na situação terapêutica, ao longo de sua vida profissional e a partir do seu relato feito no presente.

Objetos da Pesquisa

Material político que se apresenta na situação terapêutica; estratégias clínicas utilizadas por psicólogos e psicólogas terapeutas das cidades de São Paulo e Brasília, de diferentes orientações teóricas - psicologia analítica, psicanálise, psicodrama, gestalt terapia, terapia reichiana, psicoterapia breve e orientação múltipla - para lidar com material político; "desenvolvimento psicológico" e "desenvolvimento político" da pessoa.

Objetivo Geral

Analisar a relação existente entre desenvolvimento psicológico e desenvolvimento político da pessoa, a partir das contribuições da Psicologia Analítica e da experiência de psicoterapeutas de diferentes orientações teórico-clínicas.

Na Tabela 1, os objetos de pesquisa são desdobrados em temas, conforme sugere Vasconcelos (2002).

Tabela 1

Desdobramento de Temas a Partir dos Objetos de Pesquisa

Objetos de Pesquisa	Temas Derivados
Material político na situação terapêutica	Características do material político Freqüência de surgimento do material Diferenças entre o material político que surge na prática privada e aquele que surge na prática em instituição pública Relação do tipo de material político com o sexo e idade dos clientes
Estratégias para lidar com material político	Estratégias de trabalho utilizadas para lidar com material político Diferenças de abordagem do material político entre as escolas de psicoterapia Influência da experiência profissional na forma de lidar com material político Influência da formação profissional na maneira de abordar o material político Envolvimento dos terapeutas com questões políticas Influências de fatores sociais, econômicos, políticos, familiares, morais, religiosos nas atitudes políticas dos terapeutas Relação entre atuação política do terapeuta como cidadão e forma de lidar com material político que surge no contexto terapêutico
Desenvolvimento psicológico e desenvolvimento político da pessoa	Relação entre desenvolvimento psicológico e desenvolvimento política da personalidade

Objetivos Específicos

Na Tabela 2, os objetivos específicos são derivados das perguntas de pesquisa, originadas, por sua vez, do desdobramento de temas.

Tabela 2

Perguntas de Pesquisa x Objetivos Específicos

Perguntas de Pesquisa	Objetivos Específicos
Que tipo de material político surge no contexto terapêutico?	Descrever e categorizar o material político que surge no contexto terapêutico.
Que tipo de material é mais freqüente?	Avaliar a freqüência do tipo de material político que surge no contexto terapêutico.
No que concerne a temas políticos, há diferença entre o material que surge em ambiente terapêutico particular (consultório ou clínica privada) e aquele que surge em ambiente terapêutico público (serviços públicos de assistência psicológica) ou instituição privada?	Analisar a influência do ambiente (consultório, instituição pública ou privada) em que se estrutura o contexto terapêutico sobre o tipo de material político que é apresentado.
Na percepção dos terapeutas, os temas que surgem no contexto terapêutico têm relação com o sexo e idade dos clientes?	Relacionar sexo e idade dos clientes com os temas que são apresentados no contexto terapêutico.
Como os terapeutas reagem à exposição do material político? (discutem, interpretam, exploram o significado?)	Descrever e categorizar as diferentes formas de lidar com o material político utilizadas pelos terapeutas.
A forma de lidar com o material político alterou-se ao longo da história profissional dos terapeutas?	Analisar eventuais alterações na forma de lidar com material político ao longo da história profissional dos terapeutas.
Há diferenças na abordagem do material político por diferentes escolas terapêuticas?	Identificar diferenças na forma de lidar com material político por parte de diferentes escolas terapêuticas.
A formação profissional dos psicoterapeutas contemplou a discussão ou a forma de tratamento de questões políticas?	Analisar a influência da formação acadêmica e profissional na forma de lidar com material político que surge no contexto terapêutico.
Que fatores influenciaram as atitudes políticas dos terapeutas (contexto étnico/racial, atitudes dos pais, contexto socioeconômico, valores morais, religiosos, eventos específicos)?	Identificar as influências de fatores sociais, econômicos, políticos, familiares, morais, religiosos nas atitudes políticas dos terapeutas.
Qual a atuação política dos terapeutas como cidadãos (no passado e no presente)?	Descrever o tipo de envolvimento dos terapeutas, como cidadãos, com questões políticas.
Qual a relação entre a atuação política dos terapeutas, como cidadãos, e a forma de lidar com material político no contexto terapêutico?	Analisar a relação existente entre atuação política dos terapeutas, enquanto cidadãos, e forma de lidar com material político que surge no contexto terapêutico.
Qual a relação entre desenvolvimento psicológico e desenvolvimento político da pessoa?	Analisar a relação existente entre desenvolvimento psicológico e desenvolvimento político?

Instrumentos de Pesquisa

A pesquisa foi conduzida com a utilização de dois instrumentos:

Questionário - adaptado de questionário utilizado por Samuels (1995), conforme Apêndice 1. A utilização do questionário objetivou:

- a) levantar informações para responder às perguntas de pesquisa;
- b) identificar questões que apresentassem interesse para uma exploração qualitativa mais aprofundada em grupo focal.

Grupo Focal - metodologia de investigação de processos e representações sociais e culturais de grupos sociais específicos, referentes a temas, valores, atitudes e hábitos, formação de opiniões (Vasconcelos, 2002; Gui, 2003). Tendo em vista a limitação de recursos disponíveis, foi realizado um único encontro de grupo focal, não cumprindo com o quesito metodológico de realização de tantos encontros quantos forem necessários para se atingir o ponto de saturação informacional (Gui, 2003). Contudo, para os propósitos do presente estudo, qual seja, o de gerar questões exploratórias que possam suscitar novas pesquisas, considerei a estratégia satisfatória. Procurei, contudo, equilibrar a composição do grupo no que diz respeito ao sexo e orientação terapêutica dos participantes. O planejamento com os procedimentos e as questões que orientaram a discussão do grupo focal encontram-se no Apêndice 2.

Participantes

Responderam ao questionário 24 psicoterapeutas, sendo 18 mulheres e 6 homens, 10 oriundos de São Paulo e 14 de Brasília, faixa etária de 30 a 60 anos, com 8 a 30 anos de profissão, praticantes de 7 orientações clínicas diferentes. Todos com experiência em consultório particular, 4 com experiência em instituição pública e 1 em instituição privada (Tabela 3).

A quantidade de terapeutas junguianos, superior à das demais orientações, deveu-se à oportunidade de contactá-los por agenciamento de amigos analistas da cidade de São Paulo. Embora não esperasse um número tão expressivo (45,4% dos participantes), resolvi não descartar nenhum dos questionários respondidos. Procurei lidar com esse desequilíbrio organizando as informações por sexo e orientação terapêutica dos participantes. Os psicólogos que integraram o grupo focal também responderam ao questionário e suas respostas foram consideradas no tratamento das informações.

Tabela 3

Dados Demográficos dos Participantes do Grupo "Questionário"

Orientação Terapêutica	N	Sexo	n	Idade	Tempo de Profissão	Filiação	n	Ambiente de Trabalho		
								P	P-Pb	P-Pv
Psicologia Analítica	11	F	7	30-55	8-21	AJB	5	6	1	-
		M	4	50-66	10-30	AJB	2	4		
Psicanálise	4	F	4	41-55	5-20	SBP	3	4	-	-
						CEPB	1			
Psicodrama	3	F	3	41-53	8-28	ABP	2	1	1	1
						Febrap	1			
Psicoterapia Breve	2	F	2	? - 53	13-20	AMHPDF	1	1	1	-
						-	1			
Psicoterapia Reichiana	1	M	1	45	20	ERB	1	-	1	-
Psicoterapia Gestáltica	2	F	2	41-49	17-20	Cegest	2	2	-	-
Orientação Múltipla	1	M	1	60	10	-	-	1	-	-
Totais	24	F	18	30-55	8-28		15	14	3	1
		M	6	45-60	10-30		3	5	1	-

Legenda:

ABP Associação Brasileira de Psicodrama

SPB Sociedade Psicanalítica de Brasília

AJB Associação Junguiana do Brasil

AMHPDF

CEPB Centro de Estudos Psicanalíticos de Brasília

Febrap Federação Brasileira de Psicodrama

ERB Espaço Reichiano de Brasília

Cegest - Centro de Estudos de Gestalt Terapia de Brasília

P - consultório particular

Pb - instituição pública

Pv - Instituição privada

Para o grupo focal foram convidados 4 psicoterapeutas mulheres e 3 psicoterapeutas homens, que trabalham em Brasília, na faixa etária de 41 a 60 anos e com 8 a 20 anos de

profissão, de 6 orientações clínicas diferentes. Todos com prática em consultório particular, 2 deles com experiência em instituição pública e outro com experiência em instituição privada (Tabela 4). Todos responderam previamente ao questionário. As informações colhidas durante o encontro foram gravadas em fitas-cassete, posteriormente degravadas e impressas para tratamento e análise das informações.

Tabela 4

Dados Demográficos dos Participantes do Grupo Focal

Orientação Terapêutica	N	Sexo	Idade	Tempo de Profissão	Filiação	n	Ambiente de Trabalho		
							P	P-Pb	P-Pv
Psicologia Analítica	1	M	51	10	-	-	1	-	-
Psicanálise	1	F	55	12	CEPB	1	1	-	-
Psicodrama	2	F	41-53	8-17	ABP Febrap	1 1	1	-	1
Psicoterapia Breve	1	F	-	20	-	-	-	1	-
Psicoterapia Reichiana	1	M	45	20	ERB	1	-	1	-
Orientação Múltipla	1	M	60	10	-	-	1	-	-
	7	F	30-55	8-28		3	2	1	1
		M	45-60	10-30		1	2	1	-

Legenda:

ABP Associação Brasileira de Psicodrama

CEPB Centro de Estudos Psicanalíticos de Brasília

Febrap Federação Brasileira de Psicodrama

ERB Espaço Reichiano de Brasília

P - consultório particular

Pb - instituição pública

Pv - Instituição privada

Tratamento das Informações

As respostas oriundas dos questionários foram agrupadas por orientação terapêutica e sexo dos respondedores e categorizadas nos seguintes conjuntos, na mesma seqüência das perguntas formuladas. A utilização do gerúndio, no título das categorias, enfatiza o trabalho construtivo dos participantes no levantamento das informações e na geração de hipóteses futuras de trabalho.

1. Conversando com os Pacientes sobre Política
2. Identificando Temas Políticos na Situação Terapêutica
3. Identificando Diferenças no Material Político em Diferentes Ambientes de Trabalho
4. Relacionando Material Político com a Idade do Paciente
5. Relacionando Material Político com o Sexo do Paciente
6. Lidando com Temas Políticos na Situação Terapêutica
7. Mudando a Maneira de Lidar com Material Político
8. Recebendo Formação Política
9. Recebendo Influências sobre Atitudes Políticas
10. Atuando Politicamente como Cidadão
11. Relacionando Desenvolvimento Psicológico e Desenvolvimento Político da Personalidade

As informações oriundas do grupo focal foram analisadas nas categorias 2, 6 e 11, vis-à-vis as informações dos questionário, com o intuito de aprofundar a investigação qualitativa-exploratória das respectivas questões.

O trabalho sobre cada uma das categorias foi estruturado da seguinte maneira: consolidado das falas dos participantes do grupo "questionário", seguido pelo resumo das falas dos participantes do grupo focal (no caso das categorias 2, 6 e 11), finalizando com a discussão e as conclusões. Onde o volume de informações tornou-se pesado, apresentando risco de comprometer o interesse do leitor, optei por lançar mão de apêndices para transcrição e resumo de falas, mantendo nas seções a discussão e as conclusões sobre o tema. Nas referências às falas dos participantes do grupo focal, optei pelo uso de pseudônimos para identificar os terapeutas a fim de preservar no texto algo da personalidade dos participantes, já

que parte da expressividade pessoal se perde inevitavelmente nos processos de degravação e transcrição de fitas.

O conjunto de análises das categorias foi finalizado com a "Avaliação do Encontro pelos Participantes do Grupo Focal", seguida pelas "Considerações Finais sobre a Pesquisa de Campo" do autor.

Análise das Informações e Resultados

A análise das informações foi realizada a partir do referencial teórico elaborado nos capítulos anteriores deste trabalho e, sempre que possível, estabelecendo-se comparações com o estudo de Samuels (1995). Dado o caráter exploratório do estudo, optei por estratégia de análise qualitativa que conservasse o mais possível a forma literal das informações. Procurei ater-me às nuances de sentido identificadas nas, e entre as, falas dos participantes, buscando abertura para possíveis e novas questões. Para maior clareza, estruturei as análises e conclusões em seções individuais para cada uma das categorias estudadas.

Conversando com os Pacientes sobre Política

12.1

Seção

Futebol, religião e política não se discute...

(Dito popular)

(Você discute questões políticas com seus pacientes/clientes? Por iniciativa de quem? Por que não?)

Resumo das Falas dos Participantes do Grupo "Questionário"

Psicólogas Analíticas - todas declararam que conversam, sempre por iniciativa do paciente. Uma das analistas ressaltou que são raros os pacientes que trazem questões de caráter político, mesmo depois de acontecimentos mundiais importantes (como 11 de setembro). *"Confesso que achei isso muito estranho na época ..."*

Psicólogos Analíticos - dois deles afirmaram que conversam, por iniciativa do paciente. Um outro disse que não conversa porque *"política é questão ideológica e de crença, de índole totalmente pessoal"*. Analisa as projeções que o paciente faz sobre o tema.

Psicólogas Psicanalíticas - todas disseram que conversam, sempre por iniciativa do paciente.

Psicodramatistas - todas afirmaram que conversam, por iniciativa do paciente. Uma delas explicitou que não considera papel do analista introduzir temas.

Psicoterapeuta Breve - declarou que conversa, por iniciativa do paciente.

Psicoterapeuta Reichiano - afirmou que conversa, por iniciativa do paciente. *"Abstenho-me de emitir opinião sobre essas questões. Por questões teóricas e técnicas: para não interferir em aspectos transferenciais; para evitar a interrupção do fluxo associativo; por questões éticas: para não influenciar ou sugestionar o paciente"*.

Psicoterapeuta de Orientação Múltipla - afirmou que conversa, sempre por iniciativa do paciente. *"Não, se isto implica expressar meu próprio posicionamento"*.

Psicoterapeutas Gestálticas - declararam que conversam, sempre que demandadas pelos pacientes.

Discussão e Conclusões

Todos os terapeutas informaram que conversam sobre temas políticos com seus pacientes/clientes. Nenhum admitiu iniciar a conversa (na verdade, apenas uma terapeuta gestáltica admitiu que inicia uma conversa, mas muito raramente), talvez porque seja um cânone terapêutico aguardar que o paciente assuma a iniciativa pelo tema a ser introduzido na sessão. Um dos terapeutas fez questão de ressaltar que não manifesta opinião sobre temas políticos trazidos pelo paciente, alegando razões teórico-clínicas e éticas: preocupação com aspectos transferenciais e sugestionamento do paciente. Outro terapeuta, por acreditar que política tem caráter ideológico e de crença, cada qual tendo a sua.

Os terapeutas não evocaram qualquer possibilidade de introdução de temas pelo terapeuta, em particular de temas políticos. Talvez a fala do terapeuta que mencionou o "caráter ideológico e de crença" seja uma pista: em nossa cultura convencionou-se dizer que "futebol, religião e política" não se discute, tendo cada qual a sua. Conversar ou discutir temas políticos parece sugerir confronto de opiniões e eventuais desacordos, o que seria um elemento perturbador na aliança terapêutica. Nessa perspectiva, a eleição desses temas pelas pessoas seria algo de natureza eminentemente pessoal e indiscutível. Talvez o tema "futebol", por seu caráter lúdico, atenda a esse requisito mas, certamente, não parece ser o caso de "religião" e de "política", por seu forte sentido de inserção existencial do indivíduo na cultura e na sociedade. No entanto, parece que as restrições a conversar sobre política na situação terapêutica tem expressão em outras culturas: os achados de Samuels (1995) mostram que 56% dos respondentes de sua pesquisa responderam afirmativamente, para 44% que responderam não discutir questões políticas. A principal alegação dos respondentes, identificada por Samuels, foi a de que discutir política não era o trabalho do terapeuta. É importante ressaltar que Samuels utilizou em seu questionário a expressão "discutir" e muitos de seus respondentes reagiram ao termo, talvez porque "discutir" sugira algum tipo de confronto de idéias. Em meu questionário, utilizei a expressão "conversar" o que parece ter amenizado as reações; um dos respondentes de minha pesquisa, aliás, deixa clara a ressalva: *"Não (converso), se isto implica expressar meu próprio posicionamento"*.

Identificando Temas Políticos na Situação Terapêutica **12.2** Seção

*...andando de carro blindado e ninguém sem dizer nada!
(Igor, terapeuta reichiano)*

("Ao rever sua prática como um todo, e considerando os assinalamentos feitos na questão anterior, indique os três temas que surgem mais freqüentemente, em ordem de freqüência")

Resumo das Falas dos Participantes do Grupo "Questionário"

As respostas à primeira pergunta do questionário ("Se e quando os seus pacientes/clientes trazem material político para as sessões, quais dos temas abaixo eles trazem?") indicaram a grande variedade de temas que surgem no setting. Considerei que a questão 2 (em destaque) ofereceu uma discriminação mais acurada dos temas que surgem com maior freqüência e, por isso, optei por trabalhar com ela. A Tabela 5 - Freqüência dos Temas na Situação Terapêutica, incluída no Apêndice C - Temas Políticos Identificados na Situação Terapêutica - contém a aferição da freqüência de surgimento dos temas. A Tabela 6 abaixo resume os resultados. Os números entre parênteses indicam os pontos recebidos pelos temas segundo os critérios: a) quantidade de vezes que o tema aparece entre os 3 mais freqüentes e b) quantidade de vezes que o tema aparece entre os 3 mais freqüentes multiplicada pela ordem em que o tema aparece.

Tabela 6

Temas mais Freqüentes na Situação Terapêutica

Temas	Número de Indicações (a)	Ordem de Freqüência (b)
Questões econômicas	1º (16)	1º (35)
Segurança e violência na sociedade	2º (15)	2º (30)
Relações de poder no trabalho	3º (9)	3º (20)
Diferenças ou conflitos de gênero	4º (7)	4º (14)
Preocupações ambientais	5º (6)	6º (10)
Política nacional	6º (5)	5º (12)

"Questões econômicas" (aí incluídos os itens distribuição de renda, pobreza, fome, inflação, desemprego, precarização do trabalho e do emprego, desenvolvimento econômico do país, exclusão econômica e social) e "segurança e violência na sociedade" foram os temas mais indicados dentre os três temas que mais aparecem no setting (16 e 15 indicações para cada um deles, respectivamente), seguido por "relações de poder no trabalho" (com 9 indicações). Seguem-se "questões sobre diferenças ou conflitos de gênero" (7 indicações), "preocupações ambientais" (6 indicações) e "política nacional" (5 indicações). Quando se pondera a ordem de aparecimento, ocorrem pequenas alterações: "questões econômicas" (35 pontos), "segurança e violência na sociedade" (30 pontos), "relações de poder no trabalho" (20 pontos), "questões sobre diferenças ou conflitos de gênero" (14 pontos)", "política nacional" (12 pontos) e "preocupações ambientais" (10 pontos).

Resumo das Falas dos Participantes do Grupo Focal

A Tabela 7 apresenta, resumidamente, os temas que foram mencionados pelo grupo focal, categorizados em "trabalho", "preconceitos" e "outros". Um resumo mais detalhado da interação do grupo focal pode ser visto no Apêndice C - Temas Políticos Identificados no Setting.

Tabela 7

Temas Trazidos para a Situação Terapêutica, Segundo o Grupo Focal

Tipo	Temas
Trabalho	desemprego, falta de reconhecimento do profissional de saúde pelo poder público, desvalorização profissional, desvalorização profissional de trabalhadores terceirizados, desvalorização profissional com viés de gênero, falta de recursos para aprimoramento de profissional de saúde (auxiliares de enfermagem), pobreza dos profissionais de saúde (auxiliares de enfermagem) e dos pacientes, desumanização das relações de trabalho e do atendimento hospitalar, falta de qualidade de vida decorrente de tercerização com redução de salários e status, sobrecarga de trabalho e pressões, baixos salários, medo de perder o emprego, falta de identidade profissional, procura de emprego público em busca de segurança e renda previsível, falta de projeto relacionado com o trabalho propriamente dito, perda de papel social para os homens desempregados, falta de perspectiva para os jovens, relações de poder no trabalho, carreirismo, ansiedade por sentir-se boicotado, "puxadas de tapete", cuidados excessivos para se manifestar publicamente.
Preconceitos	preconceito racial, preconceito de origem, preconceito de gênero, preconceito de idade (velhice) para as mulheres.
Outros	saneamento básico, fome, falta de recursos financeiros, violência, precariedade do morar, insegurança, questões políticas relacionadas com a sua inserção na estrutura de poder, família, educação, injustiça, sobrecarga de impostos, crises de pânico, depressão, papel do homem e da mulher na sociedade, desestrutura familiar e novos tipos de relações familiares, a questão da internet, para os jovens, os vínculos virtuais, para os jovens, o risco dos encontros originados da internet, individualismo, falta de projetos de vida ou de futuro na cidade.

Discussão e Conclusões

Os temas que surgem com mais frequência no setting terapêutico, segundo os psicólogos que responderam ao questionário, são: questões econômicas, segurança e violência na sociedade, relações de poder no trabalho, diferenças ou conflitos de gênero, política nacional, e preocupações ambientais. O grupo focal confirmou, no geral, as informações oriundas dos questionários, desdobrando-as em diversas outras questões. A dimensão trabalho (que corresponde, no questionário, às categorias "questões econômicas" e "relações de poder no trabalho") foi bastante enfatizada, apresentando desde as dificuldades existentes para se encontrar trabalho, passando por sua precarização, sua desqualificação social, muitas vezes a partir do próprio poder público, a falta de sentido no trabalho, chegando até o aviltamento salarial associado frequentemente com a tercerização - muito em voga em nosso país - e à falta de recursos para capacitação e aprimoramento profissional. Agregaram-se a isso os sofrimentos oriundos das relações de trabalho, o assédio moral, as pressões, a sobrecarga de trabalho.

Outra dimensão que chama a atenção, a partir das informações do grupo focal, é a que denominei de "preconceitos" (no questionário, a categoria mais próxima é a de "diferenças e conflitos de gênero"). Os terapeutas mencionaram os preconceitos já de conhecimento usual, como o racial, o de gênero, mas mencionaram também alguns menos visíveis, ou menos falados, como o preconceito de origem (referência às migrações internas, no País) e o preconceito em relação à velhice, associado à mulher.

Um terceiro conjunto de informações ("outros") referiu-se aos problemas de falta de urbanização, falta de moradia, fome, falta de recursos financeiros, falta de educação, injustiça, crise de papéis associada a gênero, crise de estrutura familiar, novos modos de sociabilidade entre jovens, individualismo e falta de projeto de vida na cidade.

Em futuras utilizações do questionário é recomendável um desdobramento da categoria "questões econômicas" que permita uma discriminação mais acurada das questões ali incluídas; parece-me, também, que será interessante desdobrar "relações de poder no trabalho" em questões relacionadas às várias perspectivas apontadas pelo grupo focal (falta de reconhecimento profissional, precarização, aviltamento salarial, assédio moral, etc.)

Quando questioneei sobre os temas trazidos para o setting terapêutico, seja no questionário, seja no grupo focal, impressionou-me a quantidade e variedade de questões relacionadas à vida das pessoas na cidade. Esta profusão de aspectos mencionados pelos participantes contrasta com certa reticência dos terapeutas em relação à sua percepção da atitude dos pacientes.

Como disse Dalva, terapeuta de orientação psicanalítica, "meus pacientes até agora nunca trouxeram uma queixa da cidade. Eles estão realmente mergulhados dentro de um drama pessoal". A terapeuta fez uma distinção entre "drama pessoal" e questões da cidade. É como se fosse esperado que as questões da cidade aparecessem em si mesmas, desvinculadas da vida pessoal: aí, sim, seria mais fácil identificar os sofrimentos da cidade. Pois é certo que o "drama pessoal" repousa sobre questões de caráter coletivo, relacionadas à forma de viver dessas pessoas na cidade. Parece que, aqui, estamos em face da dificuldade de "traduzir" as questões individuais em questões públicas, compartilhadas por um coletivo de pessoas, como diria Baumann (2000), ou então as traduzimos de maneira muito precária.

Ou, como disse o colega Ítalo, psicólogo analítico: "... tentei imaginar essa cidade e tem tudo a ver com Brasília. O meu paciente tem quarenta e poucos anos, na crise da meia idade. Não tem queixas, demandas por acesso a bens, aos serviços; é um funcionário público muito bem remunerado, as questões políticas inseridas no drama pessoal e se expressando, principalmente, em tentar entender o jogo de poder no qual ele está inserido e não uma situação política no sentido de avanço do coletivo ... Paciente com discurso ecológico, com discurso político, sem ação política, sem ação ecológica, sem ação coletiva".

A expressão "drama pessoal" evoca a atuação da pessoa em um cenário que parece ter pouco a ver com o drama em si. Podemos questionar se a modalidade de atendimento terapêutico tem a ver com essa "insensibilidade" ao "pano de fundo" das questões sociopolíticas? Como transformar esse "pano de fundo", a "paisagem", em tema do trabalho psicológico, incorporando-a ao "drama"? Será que o atendimento individual de alguma forma autoriza o paciente a ser "individualista", como especula um dos terapeutas ao longo da discussão? A modalidade de atendimento grupal, em suas diversas formas, seriam facilitadoras da emergência e tratamento da dimensão sociopolítica das queixas de nossos pacientes? O aprofundamento do trabalho terapêutico conduzirá necessariamente a uma maior abertura para as questões coletivas, não implicadas diretamente na queixa do paciente?

Para ficar na metáfora criada como estímulo à discussão - a "Cidade-paciente" - podemos concluir que nossa "paciente" sofre de todos esses males. Dando-lhe voz, através da pessoa que nos procura, que aqui se encontra face-a-face conosco, podemos ouvi-la dizer: "Sofro, também, pela indiferença de meus habitantes, pela sua excessiva preocupação consigo mesmos, com suas famílias, esposas, maridos, filhos, seus amores e desamores, esquecendo-se do "pano de fundo" constituído pelos males que me afligem!

Identificando Diferenças no Material Político em Diferentes Ambientes de Trabalho

12.3

Seção

(Caso você trabalhe em ambiente de consultório e também em ambiente institucional, você percebe diferença na manifestação do material político?)

Falas dos Participantes do Grupo "Questionário"

Dos 24 respondedores do questionário, apenas cinco têm experiência com atendimento em ambiente institucional, seja público, seja privado. A Tabela 8 apresenta as diferenças na manifestação do material político, de acordo com o ambiente em que se realiza o trabalho terapêutico, tais como percebidas pelos terapeutas. Novamente, optei por separar as informações por sub-grupo de orientação terapêutica e sexo dos terapeutas.

Tabela 8

Diferenças na Manifestação de Material Político de Acordo com o Ambiente Terapêutico

Terapeutas	Diferenças
Psicólogas Analíticas	Só trabalho em consultório, portanto acho que há diferença porque a população que procura o consultório e o serviço público é diferente. Tenho colegas que trabalham nos dois ambientes e já falaram sobre isso. Não há diferença.
Psicólogas Psicanalistas	Quando trabalhei no CAEP e Policlínica os temas ditos políticos apareciam também, mas ligados à própria vida da paciente, como no consultório, como a violência, por exemplo: marido que espanca, violenta, ameaça...; filho preso na Papuda por ter cometido alguma irregularidade (drogas, roubo).
Psicólogas Psicodramatistas	As questões trazidas pelos clientes de instituição e pelos particulares são relativamente iguais, mudando a forma, mas não o conteúdo. Talvez isto se explique pela consideração de que as questões em psicoterapia tenham antes de tudo um caráter psíquico. Melhor dizendo intrapsíquico.
Psicólogas de Psicoterapia Breve	Muitas vezes inverte-se a ordem do conflito, o sujeito, a intensidade. Mas os temas se mantêm.
Psicólogo Reichiano	No ambiente institucional surgem mais questões relativas ao contexto de trabalho e às políticas organizacionais, no caso de pacientes que são funcionários de carreira da instituição; no caso dos terceirizados, as mesmas questões agravadas com as preocupações com a economia e falta de perspectivas. No ambiente particular, tais questões aparecem somente quando dizem respeito à problemática particular (projetos de vida, realização). Quando tais pacientes participam de atividades grupais, surgem temas que dizem respeito ao viver em sociedade, ao meio-ambiente, segurança, violência, às preocupações com a família.

Discussão e Conclusões

A despeito do pequeno número de terapeutas com experiência de trabalho em ambiente distinto do consultório particular, pode-se observar uma tendência a responder que não existem diferenças substanciais. Interessante, contudo, as explicações oferecidas pelos terapeutas: os temas aparecem, nos diferentes ambientes, sempre ligados à própria vida do paciente; muda a forma, porém não o conteúdo o que, segundo uma das terapeutas psicodramatistas, se deve ao fato de que as questões têm caráter intrapsíquico. Poderíamos dizer, também, que o "pano de fundo" sociopolítico tem muito de comum para todos os pacientes enquanto cidadãos, variando, evidentemente, a ênfase em uma ou outra questão ("forma" e não "conteúdo", como disse uma das terapeutas). O terapeuta reichiano distinguiu três situações: no ambiente institucional, os temas se referem ao trabalho e às políticas organizacionais, eventualmente, falta de perspectivas profissionais e salário; no ambiente particular (consultório), questões que dizem respeito à problemática pessoal (projetos de vida, realização pessoal); no grupo terapêutico surgem questões coletivas, segurança, meio-ambiente, etc. O trabalho em grupo, aqui, apareceu mais uma vez como propiciador da emergência de problemas comuns, portanto, coletivos, e daí, então, o caráter sociopolítico dos temas. É caso de se perguntar se o setting grupal não é um facilitador para a configuração mais explícita de questões de caráter sociopolítico.

Relacionando Material Político com a Idade do Paciente

12.4

Seção

As pessoas que ultrapassaram a crise da meia idade, sem falar em individuação, mas que já evoluíram, ou seja, que mergulharam profundamente no seu ser mais individual, conseguem se tornar mais abertas ao coletivo e isso aparece muito mais pelo seu processo de vida do que... pelo processo terapêutico.
(Ítalo, psicólogo analítico)

(Ao pensar em seus pacientes/clientes, você crê que os temas políticos introduzidos têm conexão com a idade do paciente?)

Resumo das Falas dos Participantes do Grupo "Questionário"

Em geral, as **psicólogas analíticas** afirmaram que percebem diferenças no material político apresentado em diferentes faixas etárias: existem preocupações típicas do universo adulto, pessoas que trabalham, pagam impostos e estão inseridas no mundo; crianças cuja vivência política se dá em contato com as figuras públicas e adolescentes, estes já com certa maturidade política. Na faixa dos 25-30 anos, apresentam questões ligadas ao poder no trabalho e, na faixa dos 40-50 anos, preocupam-se com política comunitária, nacional e internacional.

Para os **psicólogos analíticos**, pessoas mais jovens preocupam-se com o seu lugar no mundo, pessoas mais maduras demonstram sua insatisfação mas apresentam posições mais pensadas, mais engajadas; os mais velhos são mais politizados.

Para as **psicólogas psicanalíticas** não há relação entre o material político apresentado e a idade do paciente.

As **psicólogas psicodramatistas** afirmaram que identificam queixas de idosos em relação ao preconceito de idade, adultos entre os 25-50 apresentam questões relacionados ao trabalho, violência e comunidade; os jovens de 15-25, questões de gênero e, pacientes com mais de 50 anos, questões relacionadas à economia, corrupção e política nacional.

Para as psicólogas que praticam **psicoterapia breve**, os pacientes com mais de 45 anos são mais "compreensivos" (não fica claro se isto significa que eles se tornam mais tolerantes...), os jovens de 18-30 anos buscam seu lugar na ordem econômica e social, enquanto que os mais velhos trazem os conflitos de poder e a frustração com o poder instituído.

Para uma das **psicólogas gestaltistas** mulheres que chegam aos 30 trazem conflitos sobre a decisão de ter filhos e serem profissionais; jovens trazem questões sobre escolha da profissão e inserção no mercado de trabalho; pais se preocupam com violência; pessoas mais maduras desejam falar sobre temas tais como liberdade, democracia, papéis de gênero, preocupação com o mundo em que filhos e netos irão crescer, "o que estão deixando para a próxima geração".

Discussão e Conclusões

Samuels (1995), em sua pesquisa, formulou uma única questão para a influência de idade e sexo sobre o aparecimento de temas políticos. Seguindo sua recomendação, separei as questões. De fato, pode-se perceber uma diferença de tendência de resposta dos terapeutas para ambas as questões. Examinemos, nesta seção, o fator "idade".

De maneira geral, os terapeutas identificaram relação dos temas políticos apresentados no setting com o momento de vida dos pacientes e manifestaram alguma concordância quanto às especificidades de cada faixa etária, exceção feita às psicólogas de orientação psicanalítica que negaram uma clara relação entre temática e idade.

Valeria a pena explorar com maior profundidade as preocupações de pessoas mais velhas, aquelas que estão na "segunda metade da vida" (45-50-60 anos). Boa parte dos depoimentos parece indicar que estas pessoas apresentam questões diretamente ligadas à vida da cidade, talvez com um certo sentido de responsabilidade pelo mundo que estarão deixando para seus filhos e netos, como diz uma das terapeutas. Talvez o amadurecimento vital tenha algo do processo "espontâneo" de individuação que conduza a pessoa às questões mais abrangentes da *pólis*. Como disse Ítalo, psicólogo analítico, participante do grupo focal: "As pessoas que ultrapassaram a crise da meia idade, sem falar em individuação, mas que já evoluíram, ou seja, que mergulharam profundamente no seu ser mais individual, conseguem se tornar mais abertas ao coletivo e isso aparece muito mais pelo seu processo de vida do que... pelo processo terapêutico".

Cabe, então, a pergunta sobre o que fazer com as pessoas que se encontram nesse momento do ciclo vital. Em civilizações tradicionais, os mais velhos sempre foram considerados referência dos valores sociais e éticos da comunidade, portadores de uma sabedoria vital que os qualificava para orientar e esclarecer os mais jovens, e opinar sobre os destinos da comunidade. De toda forma, não parece ser este o caso de nossa sociedade. Talvez

no setting terapêutico dos nossos pacientes mais velhos esteja emergindo algo desse papel sociopolítico perdido.

Quanto à negativa das psicólogas psicanalíticas, caberia perguntar se isto resulta de características da própria abordagem. Em sua pesquisa, Samuels (1995), ao constatar que os psicanalistas britânicos haviam dado o maior número de respostas "sem diferença", concluiu que isto reflete a lógica de uma abordagem clínica que lida com material político no nível intrapsíquico, simbólico ou transferencial, o que é corroborado pelas informações analisadas na Seção 13.6 - Lidando com Temas Políticos na Situação Terapêutica. Nesta perspectiva, as diferenças de sexo e idade passam a ser vistas como tendo menos significação. Comparemos os resultados desta análise com a que vem a seguir, sobre a influência do sexo na apresentação de material político.

Relacionando Material Político com o Sexo do Paciente **12.5** Seção

(Ao pensar em seus pacientes/clientes, você crê que os temas políticos introduzidos têm conexão com o sexo do paciente?)

Resumo das Falas dos Participantes do Grupo "Questionário"

As **psicólogas analíticas** manifestaram-se negativamente sobre a existência de relação entre sexo do paciente e emergência de material político. Resultado curioso, pois as terapeutas junguianas, em suas respostas sobre a relação idade do paciente - material político indicaram percepção clara e discriminada sobre diferenças entre jovens, adultos e pessoas mais velhas. Seria de se esperar algo semelhante em relação ao sexo.

Os **psicólogos analíticos** não souberam dizer ao certo, suspeitam que sim. Resultado igualmente interessante, pois os terapeutas também fizeram diferenciações acuradas entre as diferentes faixas etárias. Para as psicólogas de orientação psicanalítica uma única manifestação apontou que as mulheres apresentam mais freqüentemente questões de gênero.

Uma das **psicólogas psicanalíticas** afirmou que entre as mulheres há mais preocupação com as questões de gênero.

Já as **psicólogas psicodramatistas** disseram que as mulheres tendem a falar mais das questões de violência e segurança na sociedade, conflitos de gênero, discriminações diversas e raciais e questões econômicas. Os homens tendem a falar mais das questões relativas à política e conflitos nacionais, corrupção, relações de poder no trabalho e conflitos em relação à diferença de gênero.

As psicólogas que praticam **psicoterapia breve** disseram não perceber diferenças entre homens e mulheres.

Para uma das **psicólogas gestaltistas**, a mulher se confronta com um tempo determinado no ciclo vital para ter filhos, sempre colocando a decisão em perspectiva com a questão profissional, ou, então, por ocasião da separação do casal, a guarda de filhos é desejada pela mulher na maioria das vezes, ficando ela mais limitada para reconstruir a vida amorosa, enquanto que o homem fica mais disponível.

Discussão e Conclusões

Constata-se que a maior parte dos depoimentos negou a existência de diferenças entre homens e mulheres, no que diz respeito ao material político apresentado na sessão. Chama a atenção os depoimentos de uma das terapeutas psicodramatistas que apontou clara percepção de diferenças e de uma das gestaltistas que destacou as questões de gênero que envolvem a decisão de ter filhos, ser profissional, assumir a guarda de filhos e dar continuidade à vida amorosa, quando ocorre separação conjugal. Comparativamente, parece que "idade" é um fator que afeta o surgimento de material político mais do que "sexo". A questão merece estudos mais aprofundados, uma vez que as questões de gênero são tema corrente em nossa sociedade e seria esperado que tanto "sexo" quanto "idade" fizessem diferença, porque ambos afetam o relacionamento do paciente com o mundo político. Por outro lado, as vicissitudes das questões profissionais e econômicas que dizem respeito à inserção dos jovens no mercado de trabalho, bem como uma possível segregação social do idoso decorrente dos preconceitos em relação ao envelhecimento, estão diretamente ligados à faixa etária.

Lidando com Temas Políticos na Situação Terapêutica **12.6** Seção

Quando mais jovem na profissão, eu atuava mais e isso me perturbava muito; hoje não me perturba nada, mas eu faço pouco!
(Ítalo, psicólogo analítico)

Uma coisa que vem do paciente dá para você acompanhar; agora, alguma coisa que vem de mim... para colocar aí eu acho mais complicado, porque daí eu vou me sentir interferindo realmente!
(Dalva, psicóloga psicanalítica)

No trabalho realizado por Samuels (1995), ao qual faço referência no Capítulo 10, o autor definiu categorias de respostas à questão de como os terapeutas lidam com material político que surge na situação terapêutica, a saber: nível simbólico/intrapsíquico, no qual o terapeuta interpreta o material relacionando-o à dinâmica intrapsíquica do paciente; nível do significado, no qual o terapeuta busca o significado do tema para o paciente, relacionando-o com qualquer aspecto de sua vida, e um terceiro nível que Samuels denominou realidade, no qual o terapeuta discute a questão tal como apresentada pelo paciente; o autor refere-se, ainda, a um quarto nível que é o do envolvimento do terapeuta com o tema. Procurei identificar a presença dessas categorias de respostas em ambos os grupos pesquisados ("questionário" e "grupo focal"). Dado o volume de informações oriundas das interações dos participantes do grupo focal, decidi registrar o resumo das falas no Apêndice D - Maneiras de Lidar com Temas Políticos na Situação Terapêutica - Grupo Focal, mantendo nesta seção apenas a discussão e as conclusões. O resumo das respostas dos participantes do grupo "questionário" aparecem na Tabela 9, a seguir. Os números entre parênteses, após cada categoria, indicam a quantidade de respostas.

Tabela 9

Maneiras de Lidar com Material Político x Categorias de Compreensão Terapêutica

Categorias	Terapeutas	Respostas
Simbólico (5)	Psicóloga Analítica	Permaneço atenta as questões relacionadas as projeções ao Pai Estado e a Mãe Igreja.
	Psicólogas Psicanalíticas	Como qualquer outro material. Ou seja, ouço, pontuo, interpreto, fico calada diante daquilo que pode estar sendo dito (mostrado) pelo paciente... não importa o que seja. Procuro sempre articular com a queixa do indivíduo, atrelando à questão subjetiva trazida pelo paciente, evitando adesões ideológicas.

		As manifestações são entendidas enquanto material clínico. Tendo em vista a abordagem presumir o trabalho com a transferência e as manifestações do inconsciente, o material político é visto sob este enfoque, como outro qualquer, e em conexão com problemática do cliente.
	Psicóloga Psicodramatista	Procuro interpretar e compreender o material em termos psicológicos, sem questionar o que há de mais ideológico.
Simbólico mais Realidade (6)	Psicólogas Analíticas	Fazendo associações e relações com a história de vida do paciente, mas não me esquivo da troca de idéias do ponto de vista concreto e real. Contextualizo com o momento político atual e depois trabalho a questão pessoal/simbólica para o paciente.
	Psicólogos Analíticos	Sou receptivo; não impeço sua entrada em cena. Às vezes me surpreendo, admiradamente, com a delicadeza pericial de algum paciente. Outras vezes, reajo mais desconfiadamente, querendo mais associar os temas levantados com a sua especial equação pessoal, tratando-o como qualquer outro material de setting. Os assuntos da realidade política, durante uma sessão, não tomam muito tempo. Mais freqüentemente eles surgem quando possa ter havido uma questão mais urgente pululando, alguma decisão polêmica governamental, aumento do preço de algum bem.... O assunto surge e vai embora como surgiu. Normalmente eu não esquento a conversa com argumentos ou contra-argumentos. Não me proponho a ficar discutindo o que aparece, e o tema sempre está de passagem. Não aprofundamentos como discussão em si. No máximo, comentários e concordâncias, e não aprofundamentos. Encaminho como qualquer conteúdo expresso no setting. Meu olhar é eminentemente simbólico, embora muitas vezes, por bom senso, olho o conteúdo político (conforme definido) como um evento concreto do cotidiano do paciente. Da mesma forma que com qualquer outro conteúdo: busco auxiliar o cliente na compreensão do material apresentado, tanto no plano concreto quanto no seu significado simbólico.
	Psicóloga Psicanalítica	Como com qualquer outro material trazido pelo paciente, numa escuta que vise privilegiar os aspectos inconscientes que se ocultam no discurso. As questões econômicas podem assumir importância especial, dadas as dificuldades de alguns pacientes em arcar com os custos do tratamento. Neste caso, tenho especial preocupação em discutir com o paciente, uma vez abordados os aspectos inconscientes, os aspectos práticos envolvidos no tema.

Significado (5)	Psicóloga Psicodramatista	Tento entender o que está sendo abordado e se for o caso correlaciono a algum aspecto da vida particular do cliente.
	Psicóloga de Psicoterapia Breve	No consultório o material político é mais um dado a ser registrado, analisado e discutido com o cliente. O nível de envolvimento e como impacta na sua relação com a vida. Em Brasília esta questão é muito presente na vida de muitas pessoas.
	Psicólogo Reichiano	Na psicoterapia individual, procurando relacionar o material atual com o histórico, de maneira circular, jamais provocando, ou interferindo no fluxo de associações da pessoa.
	Psicólogo de Orientação Múltipla	Quando surge num contexto terapêutico, procuro lidar da mesma forma que em relação a outros conteúdos: busco identificar emoções, idéias, como o sujeito se posiciona, qual sua participação, o quanto ele/ela está satisfeito ou satisfeita com seu próprio posicionamento, se existe conflito intrapessoal, conflito interpessoal etc.
	Psicóloga Gestaltista	O que eu procuro é estar com a pessoa da forma mais isenta possível, isto é, tento num primeiro momento, ouvir o que ela está trazendo, qual é a sua opinião, seus sentimentos, etc. Tento a partir daí ver qual é o veio principal do tema: como diz meu professor "qual é a energia que o assunto traz, mais do que o conteúdo. A partir dessa perspectiva encaminho a sessão.
Significado mais Simbólico (1)	Psicóloga Psicodramatista	Procuro lidar com este material da mesma forma como com qualquer outro, isto é, buscando as interrelações entre os aspectos situacionais, relacionais e intrapsíquico do cliente em questão.
Significado mais Realidade (2)	Psicóloga Psicodramatista	Procuro sempre trabalhar os dois lados da questão: com os fatos e como o paciente pode lidar com eles externamente (em termos de ações práticas e exercício de cidadania) e também o lado individual, como a questão política externa se relaciona com sua história individual e seu modo de lidar com o mundo.
	Psicóloga Psicodramatista	No primeiro momento, escuto a angústia do cliente em relação ao tema. Avalio com ele a possibilidade de ação e de interferência (ou mudança) em relação ao tema e sua motivação em relação a isso. Se persiste a angústia, investigamos sua história de vida em relação ao tema. Analisamos como o tema interfere em sua vida pessoal, política, produtiva e nas suas relações. E, busco ajudá-lo a encontrar maneiras criativas de viver o tema.
Significado mais Envolvimento do profissional (1)	Psicóloga Analítica	As questões também me tocam, vivo na mesma cidade em que as pessoa que me procuram vivem, sendo assim me identifico com as dificuldades; em seguida procuro trabalhar buscando compreender o modo particular como aquele indivíduo, que trouxe a questão é atingido por ela.

Discussão e Conclusões

Examinemos, inicialmente as respostas dadas ao questionário. Observando a Tabela 9, constatamos que 55% das respostas (11 de 20) referem-se à categoria "simbólico", 45% (9 de 20) à categoria "significado" e 40% das respostas (8 de 20) fazem referência à categoria "realidade".

Pelos percentuais apurados, observa-se uma ligeira tendência à interpretação do tema do ponto de vista intrapsíquico, simbólico ou transferencial (10 a 15% superior às duas outras categorias). As respostas foram dadas por psicólogas e psicólogos analíticos, psicólogas de orientação psicanalítica e uma psicodramatista. Pode-se atribuir este resultado ao viés da orientação teórico-clínica desses profissionais, de caráter analítico, interpretativo e simbólico. É interessante notar, contudo, que 54% das respostas (6 de 11) da categoria "simbólico" aparecem associadas com a categoria "realidade" ("simbólico mais realidade"). Na amostra internacional com a qual Samuels (1995) trabalhou, a percentagem global foi de 71% de respostas na categoria "realidade", em suas várias combinações com as outras categorias, resultado que Samuels considerou expressivo e indicativo de que "esta é uma profissão mais 'política' do que se pensava" (Samuels, 1995, p. 266). A "amostra" do presente estudo é incomparável com a de Samuels, mas oferece um resultado (55%) sobre o qual há que se pensar.

A categoria "significado", que representa 45% das respostas, é representada por psicólogas psicodramatistas, psicoterapeuta breve, psicóloga gestaltista, psicóloga analítica, psicólogo reichiano e psicólogo de orientação múltipla. Apenas 22% das respostas (2 de 9) aparecem combinadas com a categoria "realidade". Comparativamente, "significado mais realidade" aparece menos do que "simbólico mais realidade", respectivamente 22% e 54%. Talvez isto se deva à "necessidade" dos profissionais "simbólicos" de equilibrar uma prática excessivamente interpretativa com certa atenção aos aspectos concretos da vida do paciente, enquanto que aqueles que tratam o tema em termos de relevância pessoal ou significado hermenêutico para o paciente sintam menos esta "necessidade".

A única resposta na categoria "envolvimento profissional mais significado" veio de uma das psicólogas analíticas: *"As questões também me tocam, vivo na mesma cidade em que as pessoas que me procuram vivem, sendo assim me identifico com as dificuldades"*. Isto parece algo revelador do cuidado e receio dos terapeutas de se exporem excessivamente em suas interações com os pacientes.

As considerações a seguir exploram nuances qualitativos das respostas ao questionário.

Na categoria de resposta "simbólico", encontram-se as manifestações de uma psicóloga analítica, de três das psicólogas de orientação psicanalítica e de uma psicodramatista. O foco é na interpretação, nos moldes das abordagens respectivas.

Na categoria "simbólico mais realidade" temos uma psicóloga analítica ("não me esquivo da troca de idéias do ponto de vista concreto e real"), dois psicólogos analíticos que priorizam o olhar simbólico, mas eventualmente emitem algum comentário sobre questões concretas ("não esqueto a conversa com argumentos ou contra-argumentos") e uma psicóloga psicanalítica que abre espaço para questões econômicas apenas quando dizem respeito ao contrato terapêutico.

Na categoria "significado" encontramos uma psicóloga psicodramatista, uma psicoterapeuta breve, o psicólogo reichiano e o psicólogo de orientação múltipla, todos declarando que procuram relacionar o material apresentado com aspectos da vida do paciente.

Uma psicóloga psicodramatista afirmou que lida com o material no nível do "significado" e do "simbólico". No nível "realidade mais significado" encontram-se as respostas de duas das psicólogas psicodramatistas ("procuro sempre trabalhar os dois lados... com os fatos e como o paciente pode lidar com eles externamente, em termos de ações práticas e exercício de cidadania, e também... como a questão política externa se relaciona com sua história individual e seu modo de lidar com o mundo").

No nível "realidade mais simbólico", encontram-se as respostas de uma psicóloga analítica ("contextualizo com o momento político e depois trabalho a questão simbólica") e de um psicólogo analítico.

Tentando uma generalização, podemos dizer que as psicólogas analíticas tendem a interpretar simbolicamente, abrindo algum espaço para lidar com os aspectos concretos do tema apresentado (respostas "simbólico mais realidade"). Da mesma forma, os psicólogos analíticos.

As psicólogas psicanalíticas tendem a lidar com o material político como com qualquer outro. Prepondera uma atitude interpretativa "simbólica/transferencial" com alguma abertura para questões fatuais que impactam diretamente a relação terapêutica, como é o caso, relativamente frequente, de flexibilização de honorários da terapeuta.

As psicodramatistas apresentaram uma diversidade de formas de lidar com material político: interpretam, buscam significado (com certa preponderância), iniciando o tratamento por aspectos fatuais, lidam com o concreto ("realidade mais significado"), chegando a avaliar com o paciente as possibilidades de ação sobre o material trazido.

As psicólogas que praticam psicoterapia breve informaram que lidam com material político como mais uma informação; basicamente, explorando o significado para o paciente (categoria "significado"). Uma chamou a atenção para a confusão existente entre política e filiação partidária, dando a entender, que o tema "filiação partidária" é problemático para o manejo terapêutico.

O psicólogo de orientação múltipla declarou que procura identificar como o paciente se posiciona, qual a sua participação na questão apresentada. Isto, levado a sério, daria margem para explorar posicionamentos políticos mais ideológicos e os eventuais conflitos daí resultantes.

O terapeuta reichiano disse que lida com material político da mesma forma como lida com outros materiais; não interfere, não provoca, mas sente-se "*à vontade para fazer intervenções mais diretivas e de caráter sociopolítico à medida que o paciente manifesta uma ampliação da consciência do outro e do mundo*". Curiosamente, em outro momento, o terapeuta afirmou que a intencionalidade terapêutica no sentido de contextualizar a fala do paciente num cenário sociopolítico, cabe mais na situação terapêutica de uma psicoterapia breve do que na de uma terapia profunda que, segundo o psicólogo, deve ficar mais livre de interferências do terapeuta no fluxo associativo.

Examinemos, agora, as declarações dos terapeutas participantes do grupo focal. Como informei no início desta seção, um resumo do intercâmbio entre os participantes encontra-se no Apêndice D - Maneiras de Lidar com Temas Políticos na Situação Terapêutica - Grupo Focal.

A resposta de Ítalo, psicólogo analítico, encontra-se na categoria "realidade mais simbólico". Nada muito diferente das respostas de seus colegas do grupo "questionário".

Beto, psicólogo de orientação múltipla, expressou dois tipos de resposta: "significado" e "simbólico", com preponderância da primeira categoria. Na resposta ao questionário, este terapeuta já havia manifestado interesse pelo questionamento sobre a posição e ação do paciente em relação ao tema apresentado.

Paula, terapeuta breve, apresentou dois tipos de resposta, "simbólico, mais significado, mais realidade" e "significado mais realidade", com preponderância para esta última categoria. É ela quem diz: "... em alguns momentos vem o sujeito civil que tem em mim, no terapeuta".

Igor, terapeuta reichiano, respondeu segundo duas categorias, "significado mais realidade" ("relacionar com a história a gente faz, não é, e da história pessoal para um social mais amplo?"), e "simbólico". Este terapeuta é o mesmo que na resposta ao questionário diz sentir-se à vontade para fazer intervenções mais diretivas de caráter sociopolítico.

Olga, terapeuta psicodramatista, respondeu na categoria "significado" e a resposta de outra terapeuta psicodramatista, Liza, enquadra-se na categoria "realidade" ("quando há uma necessidade de fazer... um esclarecimento... aquilo que eu tenho e que eu vivo e que eu sinto na pele... daí eu acho que eu tenho até o dever de clarear para a pessoa; a decisão é da pessoa").

A resposta de Dalva, terapeuta de orientação psicanalítica, situa-se na categoria "simbólico" ("eu sempre vou ler no nível da transferência, qual o significado daquilo dentro da história do paciente, qual o significado daquilo, independente dela ter uma conotação política ou não ter"). Fez, contudo, uma ressalva: "as coisas, elas têm que se vistas também no seu particular e há pacientes que você não consegue trabalhar analiticamente o tempo todo".

A posição de Dalva confere com a posição das psicanalistas que responderam ao questionário: uma orientação para a interpretação do material político no nível simbólico/transferencial. A terapeuta disse que acredita, contudo, que o amadurecimento emocional do paciente deverá conduzir a um estágio em que o paciente passe a olhar para além de uma perspectiva apenas pessoal. Novamente, admite-se que a abertura para aspectos sociopolíticos adviria, na melhor das hipóteses, de um amadurecimento psicológico e não se aventa a possibilidade de se dar também o inverso: elaboração de questões sociopolíticas que favoreçam a maturidade psicológica. Esta questão voltará a surgir na Seção 12.11 que discutirá a relação entre desenvolvimento psicológico e desenvolvimento político da personalidade.

Uma das psicodramatistas suscitou interessante questão sobre o "olhar" terapêutico, a "escolha" do terapeuta por alguns focos de trabalho. Os temas seriam todos igualmente bem-vindos à situação terapêutica? Religião ou política, por exemplo?

A terapeuta psicanalítica observou que as questões sociopolíticas emergem com mais frequência na situação grupal do que na individual e questionou se a "escolha" terapêutica não teria a ver com isso, uma vez que psicólogos que trabalham com grupo talvez tenham um viés para o social e para o político. A questão é interessante e caberia na pauta de futura pesquisa que explore a relação entre orientação terapêutica e emergência de temas sociopolíticos. Até onde se pode perceber, no presente estudo, trata-se de uma hipótese plausível.

Uma idéia interessante, proposta pelo psicólogo de orientação terapêutica múltipla, foi a de que o contexto grupal favoreceria a emergência de questões comuns, compartilhadas pelos pacientes integrantes do grupo, e que seriam decorrentes da própria estrutura social; sendo assim, a emergência e exigência de tratamento dos temas se precipitaria. Talvez no contexto grupal seja mais fácil visualizar a tradução de problemas individuais em problemas coletivos, como assevera Baumann (2000) na discussão que efetuamos no Capítulo 3.

Nessa mesma linha de especulação, a situação terapêutica grupal seria "mais permissiva" e até mesmo estimulante em relação à fala sobre temas políticos enquanto que a situação individual "autorizaria" uma atitude mais centrada no próprio indivíduo, afastando-o de questões do coletivo. Qual seria, então, o papel do terapeuta em ambas as situações?

O terapeuta analítico, embora reconhecendo - como os terapeutas, em geral reconhecem - que o foco do trabalho psicológico é o paciente, admitiu que ambos - paciente e terapeuta - trazem o coletivo em si e que o resultado de sua interação deve retragar sobre o coletivo.

Quando saímos das generalidades sobre a pergunta proposta e focalizamos uma questão concreta, como aquela feita pelo coordenador (como reage o terapeuta diante de um questionamento do paciente sobre a avaliação que o terapeuta faz, por exemplo, do governo Lula), é quase unânime entre os terapeutas a avaliação de que não é apropriado responder a pergunta do paciente a qual, certamente, encobre alguma outra questão; precisa, pois, ser interpretada no nível simbólico/transferencial. A fala da terapeuta de orientação psicanalítica representa um claro exemplo dessa atitude: "Por quê ele quer saber o que eu penso a respeito e que medida esse tipo de colocação naquele momento é uma fuga do material que está sendo trabalhado?" Não se admite aqui outra possibilidade, por exemplo, a de que o paciente deseje saber o posicionamento do terapeuta para considerá-la em sua própria avaliação sobre o tema. E por que não, se, em relação a tantas outras questões - sabemos - o terapeuta deixa transparecer seu sistema de valores?

Já, o psicólogo analítico, admitiu que dependendo das circunstâncias (ou seja, da avaliação que ele faz da equação psicológica do paciente), poderá responder diretamente a questão proposta.

O terapeuta reichiano levantou outra questão interessante: Em que medida o terapeuta "ensina" ao paciente o que pode ser tratado, e como são tratados os temas que são trazidos para a sessão terapêutica? Nas palavras do próprio Igor: "Quem procura um psicanalista em geral sabe o que se espera de uma psicanálise".

A terapeuta de orientação psicanalítica concordou com o enfoque, colocando-se na posição do paciente: "Nas vezes passadas em que eu trouxe esse tipo de material foi assim que ele trabalhou esse material... o quanto que isso daí me estimula ou me inibe para trazer novamente um tipo de material". E, mudando para a posição da terapeuta: "Se você trabalha dessa forma, talvez, você fique menos estimulado a trazer fatos sociais para conversar...". A psicoterapeuta breve acrescentou que esse processo de "ensino-aprendizagem" ocorre claramente com terapeutas que trabalham com forte inserção social.

De maneira geral, os terapeutas participantes do grupo focal manifestaram cautela para evitar que a sessão terapêutica se transforme em palco para uma infundável e polêmica discussão sobre questões políticas que possa não resultar em valor terapêutico. Nas palavras de Beto, terapeuta de orientação múltipla, "então seria melhor procurar realmente um grupo de debate político para discutir política em termos políticos, sem nenhuma pretensão terapêutica".

Segundo um dos psicólogos analíticos, em sua resposta ao questionário: "O assunto surge e vai embora como surgiu. Normalmente eu não esquento a conversa com argumentos ou contra-argumentos. Não me proponho a ficar discutindo o que aparece, e o tema sempre está de passagem. Não aprofundamentos, como discussão em si. No máximo, comentários e concordâncias, e não aprofundamentos". A opção deste terapeuta é a de ser receptivo, porém sem dar "trela" ao tema. Medida cautelosa que reflete o cuidado de quem não sabe exatamente o que fazer com o tema e apenas espera que ele "passe". Seja como for, ainda que superadas as dificuldades do terapeuta em se abrir para conversas sobre temas políticos, sem o constante viés interpretativo, fica ainda a questão dos limites de tal tipo de intervenção.

Para concluir, resumo as questões suscitadas por esta etapa da pesquisa, que podem estimular explorações mais aprofundadas:

- Orientações teórico-clínicas distintas oferecem abertura diferenciada para o tratamento de temas políticos?

- As abordagens grupais seriam facilitadoras da emergência de temas sociopolíticos e respectivo tratamento?
- Como se dá o processo de "aprendizagem" - na suposição de que este processo de fato ocorra - por parte do paciente sobre o que é "permitido" ou não na situação terapêutica e como se estruturam suas expectativas em relação ao tratamento que será dado ao tema?
- Qual a influência, positiva ou negativa quando se considera a eficácia terapêutica, da exposição de pontos de vista do(a) terapeuta sobre temas de caráter sociopolítico apresentados pelo paciente?
- Como dar atenção e consideração aos temas políticos que emergem na situação terapêutica sem perder de vista o locus específico do trabalho psicológico e sem perder-se, terapeuta e paciente, no emaranhado das opiniões e controvérsias sobre o tema?
- O amadurecimento emocional do paciente conduz a um estágio em que o paciente passe a olhar para além de uma perspectiva apenas pessoal, portanto mais sociopolítica?
- E o inverso, a elaboração de experiências sociopolíticas conduz a um incremento do desenvolvimento psicológico?

Estas duas últimas questões serão reiteradas nas discussões realizadas na Seção 12.11 - Relações entre Desenvolvimento Psicológico e Desenvolvimento Político da Personalidade.

O Prof. Norberto Abreu e Silva Neto, orientador deste trabalho, em comunicação pessoal, chamou-me a atenção para o fato de que a psicoterapia é política enquanto dispositivo institucional e não apenas pelo conteúdo veiculado na "conversa" terapêutica, observação com a qual concordo integralmente. O aprofundamento da discussão sobre o significado da instituição "psicoterapia", apesar de ter sido considerada nos capítulos anteriores, por sua amplitude, excederia o escopo deste estudo. Conhecer o que pensam os profissionais sobre os temas que surgem na situação terapêutica bem como a maneira como lidam com esse material, e outras questões correlatas, pareceu-me uma forma segura de iniciar investigação neste campo.

Mudando a Maneira de Lidar com Material Político

12.7

Seção

No início da profissão, apenas investigava as questões da história de vida, em relação ao tema político trazido, suas angústias pessoais. Hoje já abranjo o seu papel político na sociedade.

(Terapeuta psicodramatista)

(Ao longo de sua trajetória profissional, você notou alguma mudança no modo pelo qual você trabalha material político que surge no setting?)

Falas dos Participantes do Grupo "Questionário"

A Tabela 10 apresenta o resumo das mudanças percebidas, por sub-grupo de orientação terapêutica e de sexo dos terapeutas .

Tabela 10

Mudanças no Modo de Lidar com Material Político no Setting

Terapeutas	Mudanças
Psicólogas Analíticas	<p>Fica difícil especificar uma mudança no modo de trabalhar com o material político, acredito que ela exista já que é evidente que tive muitas mudanças na minha atuação clínica.</p> <p>Hoje me sinto mais à vontade para falar sobre estes assuntos. Atribuo isto à maior experiência.</p> <p>Ao longo de minha trajetória profissional, notei muitas mudanças em minha prática, mas acho difícil descrever a mudança no modo de trabalhar o material político que surge no setting terapêutico.</p> <p>Não.</p> <p>O passar dos anos tornou-me mais atenta a meu papel social e político.</p> <p>Sim. Atualmente há presença de conteúdos de políticas internacionais.</p> <p>Sim, como sou funcionária pública e a grande maioria dos meus pacientes sabem disto, acredito que eles trazem mais livremente o material sabendo que sou “capaz” de discutir com eles.</p>
Psicólogos Analíticos	<p>Não.</p> <p>Fui me “despolitizando”. No início posições políticas antagônicas a minha me incomodavam mais do que hoje.</p> <p>Creio que sim. Talvez hoje eu esteja mais receptivo.</p> <p>Sim, cada vez mais evitando entrar em “debate político”, principalmente nos temas referentes à política partidária. As minhas convicções não são o objeto da análise.</p>

Psicólogas Psicanalíticas	<p>Penso que mudei, principalmente depois que comecei a atentar mais para as questões da transferência/contra-transferência... como sou uma pessoa ligada nas questões políticas (cota para negro, Bush X Iraque, governo Lula, gênero) fico ligada para não falar coisas que são minhas, ou seja, antes de ir para a psicanálise, “atuava” mais do que atuo hoje, ou seja, falava coisas que talvez eram minhas e não do paciente, penso!</p> <p>Não.</p> <p>Não.</p> <p>Não.</p>
Psicólogas Psicodramatistas	<p>A medida em que vou aprofundando os conhecimentos, participo de debates e supervisões, vou aperfeiçoando como trabalhar esse tipo de material, de maneira a valorizá-lo tanto quanto as dimensões intrapsíquicas e as relações afetivas do paciente. No início da profissão, apenas investigava as questões da história de vida em relação ao tema político trazido, suas angústias pessoais. Hoje já abranjo o seu papel político na sociedade.</p> <p>Acredito que o amadurecimento pessoal e profissional nos posiciona de outra forma frente às questões de nossa prática clínica. Creio que nesta última década meu papel de psicoterapeuta sofreu mudanças significativas que, de certa forma, me auxiliaram a “ver” o paciente mais integrado em suas questões. Acho que o material político não escapou deste processo.</p> <p>Não.</p>
Psicólogas de Psicoterapia Breve	<p>Sim, várias mudanças, não só com material político, mas também com ele. A prática terapêutica amadurece o profissional e a diversidade de posições e temas que são levantados nos prepara para um trabalho mais tranquilo.</p> <p>Não.</p>
Psicólogo Reichiano	<p>Na psicoterapia de grupo estimulo as pessoas a refletirem sobre o que acontece no setting terapêutico e sua relação com outros eventos do contexto social mais amplo. Se surge algum evento de amplitude maior (terremoto, tsunami, atentados, etc...) e o grupo não se manifesta, eu me permito questionar o silêncio acerca desse tema que “deveria” afetar a todos. Tal conduta é nova – cerca de cinco anos para cá. Anteriormente eu não me permitia propor tais tipos de questionamentos.</p>
Psicólogas Gestaltistas	<p>Não. Sempre precisei fazer o exercício de não me inflamar em questões políticas. Para isso deixando o político-social de lado e trabalhando o melhor possível o político pessoal, ou seja, deixando surgir o motivo do tema para o cliente. O que mudou foi o amadurecimento da psicoterapeuta em sua trajetória como pessoa. Amadurecimento de prática psicoterápica.</p> <p>Não sei responder a essa questão. Talvez menos paixão, menos certeza das minhas opiniões serem o melhor, um pouco mais de tranquilidade, paciência e menos ilusão.</p>
Psicólogo de Orientação Múltipla	<p>O surgimento de material político é pouco freqüente, mas foi possível notar uma diferença: no início, eu tendia a aguardar, em silêncio, a retomada dos assuntos pessoais.</p>

Discussão e Conclusões

No geral, as terapeutas analíticas afirmaram ter havido mudança em sua forma de lidar com o material político. Chama atenção o fato de que uma delas sente-se mais à vontade para falar sobre o tema com seus pacientes, outra sente-se mais atenta ao papel sociopolítico da terapeuta e outra, ainda, é percebida pelos pacientes como melhor preparada para lidar com o tema. Duas das psicólogas analíticas julgam difícil explicitar a mudança que possa ter ocorrido, embora acreditem que sua forma de atuar tenha mudado. As respostas parecem indicar uma tendência no sentido de uma atuação "mais política".

A percepção de que a terapeuta está preparada para discutir temas de natureza política influiria, então, na disposição do paciente para trazer material político para a situação terapêutica?

Todos os psicólogos analíticos afirmaram ter mudado sua forma de atuar, seja tornando-se mais receptivo, incomodando-se menos com posições antagônicas às suas, seja evitando polemizar a questão trazida. Aqui, também, parece que o assunto passou a ser tratado com mais naturalidade, mas ainda com uma certa preocupação de não entrar na "armadilha" da polêmica.

As psicólogas psicanalíticas, em geral, não percebem mudança, mas uma delas enfatiza que "atua" (no sentido psicanalítico) menos do que antes. A posição das terapeutas parece obedecer estritamente o cânone psicanalítico de preocupação com os aspectos contratransferenciais e os riscos da "atuação" (psicanalítica).

Ambas as psicólogas psicodramatistas têm clara percepção das mudanças pelas quais passaram, no sentido de uma consideração mais acurada do material político. Na fala de uma delas: "À medida que vou aprofundando os conhecimentos, participo de debates e supervisões, vou aperfeiçoando como trabalhar esse tipo de material, de maneira a valorizá-lo tanto quanto as dimensões intrapsíquicas e as relações afetivas do paciente. No início da profissão, apenas investigava as questões da história de vida em relação ao tema político trazido, suas angústias pessoais. Hoje já abranjo o seu papel político (do paciente) na sociedade". Estes foram os depoimentos mais diretos em relação à atitude atual das terapeutas em relação ao manejo de material político na situação terapêutica.

A psicoterapeuta breve também afirmou que percebe mudanças gerais na sua forma de atuar, incluindo aí o trabalho com material político. O reichiano disse ter percebido uma mudança acentuada na sua forma de avaliar a pertinência do tema e propor questionamentos ao grupo: *"Se surge algum evento de amplitude maior (terremoto, tsunami, atentados, etc...) e*

o grupo não se manifesta, eu me permito questionar o silêncio acerca desse tema que “deveria” afetar a todos. Tal conduta é nova – cerca de cinco anos para cá...”. O terapeuta parece ter ampliado sua percepção sobre a dimensão sociopolítica das experiências de seus pacientes.

Uma das terapeutas gestaltistas informou que não percebe nenhuma mudança em sua forma de atuar; acredita que hoje, mais do que nunca deixa o político-social de lado e se concentra nos aspectos pessoais do paciente. A opção clara da terapeuta é de restringir-se ao que ela chama de aspectos "pessoais" do paciente, como se a dimensão pessoal não pudesse dar guarida à perspectiva sociopolítica. Sua colega, outra gestaltista, tem certa dúvida sobre as mudanças que possam ter ocorrido: "Talvez menos paixão, menos certeza das minhas opiniões serem o melhor, um pouco mais de tranquilidade, paciência e menos ilusão".

Já o terapeuta de orientação múltipla disse ter percebido alguma diferença: "eu tendia a aguardar, em silêncio, a retomada dos assuntos pessoais". Pode-se supor que, agora, diminuiu sua ansiedade em relação ao tema político?

Observa-se, nos depoimentos, certa tendência a valorizar a experiência profissional como algo que levaria o terapeuta a lidar melhor com a temática política que o paciente traz. Dentre todos, as psicanalistas e a terapeuta gestáltica, são as que menos reportaram mudanças na forma de lidar com material político na situação terapêutica, e as psicodramatistas as que mais contundentemente afirmaram ter experimentado mudanças. Aqui, talvez, estejamos diante de algumas determinações originárias da orientação teórico-clínica das abordagens.

Recebendo Formação Política **12.8** Seção

(Os assuntos levantados por este questionário foram abordados em sua formação (seja em sua graduação, seja em sua especialização?)

Falas dos Participantes do Grupo "Questionário"

As respostas a esta questão complementam aquelas relativas às influências sobre a formação de atitudes políticas do terapeuta. Agrupei as respostas por sub-grupos de orientação terapêutica e sexo dos profissionais, resultando na Tabela 11.

Tabela 11

Formação Política Recebida pelos Terapeutas

Terapeutas	Formação
Psicólogas Analíticas	<p>Sim.</p> <p>Especialização e formação de analistas.</p> <p>Nunca em aulas. Sim em um Simpósio (através de Andrew Samuels) e muito em minha análise individual.</p> <p>Às vezes.</p> <p>Em todos acima descritos.</p> <p>Sim. Na graduação temas relacionados a pobreza e conflitos raciais. Na especialização e na formação de analista todos os temas são discutidos.</p> <p>Não.</p>
Psicólogos Analíticos	<p>Não. Há uma tendência acentuada em abstrair esses temas ou a encará-los de um ponto de vista mais projetivo.</p> <p>Não.</p> <p>Foram abordados em pós graduação de psicologia social. Raramente na graduação ou outros cursos de psicologia clínica.</p> <p>Muito superficialmente na graduação; de forma restrita no estágio clínico; e bastante aprofundada em meu curso de formação em Psicoterapia Junguiana.</p>
Psicólogas Psicanalistas	<p>Na pós-graduação. Temas: gênero, drogas, como da ordem do sofrimento. Doenças psicológicas contemporâneas (anorexia, o ser "estrangeiro")</p> <p>Não, em nenhum momento. Não.</p> <p>Não.</p> <p>Não, em nenhum momento.</p>

Psicólogas Psicodramatistas	Foram trabalhados muito pouco na graduação, na especialização eram tratados nas supervisões e na pós-graduação, em algumas disciplinas voltadas para a área psicossocial. Desde a graduação até hoje. Não considero que estiveram fora de minha formação profissional, até porque não acho isto possível. Na pós-graduação.
Psicólogas de Psicoterapia Breve	Sim, com outra formatação, na cadeira de desenvolvimento da personalidade na pós-graduação. Por motivos históricos minha formação esteve mergulhada em conflitos políticos, Minhas atitudes como psicóloga e terapeuta foram permeadas por fortes sentimentos de solidariedade, liberdade e justiça social.
Psicólogo Reichiano	Na especialização em Psicoterapia de Grupo e na formação em Vegetoterapia Caracter-Analítica.
Psicólogas Gestaltistas	O assunto política não. É como se precisasse saber o assunto (o quê). Na especialização nós abordamos o que se refere à relação psicoterapeuta-cliente e neste sentido ao COMO. Desta forma integramos raciocínios. Sim, em todas as instâncias. Acho que esta influência está disponível e a gente procura por ela.
Psicólogo de Orientação Múltipla	Não.

Discussão e Conclusões

Das psicólogas analíticas, apenas uma afirmou não ter discutido temas políticos em sua formação. As demais tiveram algum tipo de oportunidade de discutir essas questões. Uma delas fez menção a um simpósio conduzido por Andrew Samuels, psicólogo analítico estudioso do assunto ao qual tenho me reportado neste trabalho. Denota um indício de preocupação dos institutos de formação terapêutica junguiana em relação ao tema.

Para os psicólogos analíticos não há uma resposta padrão. Dois negaram qualquer tipo de ação formativa sobre o tema, outro remeteu à pós-graduação em psicologia social e apenas um informou ter tido uma formação aprofundada durante a formação especializada como psicólogo analítico.

As psicólogas psicanalíticas negaram ter tido algum tipo de formação, com exceção de uma que informou experiência formativa na pós-graduação. Da mesma forma, o psicólogo de orientação múltipla.

Já as psicólogas psicodramatistas afirmaram ter tido formação sobre o tema na graduação, na especialização e na pós-graduação.

As psicólogas que trabalham com psicoterapia breve informaram ter tido formação política, seja na formação de psicóloga, seja na pós-graduação (cadeira de desenvolvimento da personalidade). O psicólogo reichiano, na especialização como terapeuta. Uma das terapeutas gestaltistas recebeu formação em todos os níveis de formação, enfatizando que procura se informar, e o psicólogo de orientação múltipla não recebeu nenhuma formação.

Pode-se perceber uma ligeira tendência a uma resposta positiva no que se refere à discussão de temas políticos, nos diversos níveis de formação. No nível de especialização terapêutica, 6 dos 24 terapeutas - 25% - declararam ter tido formação sobre temas políticos (4 terapeutas analíticos, 1 reichiano e 1 gestaltista). É de se especular se, aqui, a orientação teórico-clínica não teria alguma influência na atenção dada ao tema.

Convém ressaltar que os achados de Samuels (1995) indicam que apenas 23% dos terapeutas de sua amostra internacional afirmaram que os temas políticos entravam no processo de formação terapêutica. Samuels, em seu estudo, desconsiderou, para efeito comparativo, as respostas de russos e brasileiros, os primeiros pela altíssima taxa de retorno dos questionários (100%) e os segundos pela menor taxa de retorno de todos os grupos (13%).

Lembremos que a amostra brasileira, constituída por psicólogos analíticos, resultou em apenas 7 respondentes (Samuels, 1995, p. 240). A taxa de resposta afirmativa dos brasileiros, apurada por Samuels - 58% - refere-se a tão somente 4 terapeutas (p. 278). Considerando-se rigorosamente as respostas dos 11 terapeutas analíticos que responderam ao questionário do meu estudo, 5 indicaram que a temática política entrou no escopo da formação terapêutica - 45,4% - inferior, portanto, ao percentual encontrado por Samuels. Se considerarmos todos os terapeutas, 16 deles fazem referência a algum tipo de formação, não apenas na especialização de terapeutas, o que resulta num percentual de 66,7%. É claro que esta comparação é precária dado o pequeno número de respondentes em ambos os grupos, o meu e o de Samuels.

Conclui-se que a temática política é discutida mais freqüentemente nos vários estágios da formação dos profissionais do que na formação terapêutica especializada. De toda a sorte, fica o desafio de se apurar mais criteriosamente a participação da temática política nos programas de formação terapêutica das diversas abordagens teórico-clínicas.

Recebendo Influências nas Atitudes Políticas

12.9

Seção

(Quais os fatores que influenciaram as suas atitudes políticas?)

Falas dos Participantes do Grupo "Questionário"

A Tabela 12 apresenta as influências informadas pelos terapeutas, por sub-grupo de orientação terapêutica e sexo dos terapeutas.

Tabela 12

Fatores que Influenciaram as Atitudes Políticas dos Terapeutas

Terapeutas	Influências
Psicólogas Analíticas	<p>Pais muito pobres, seguiam valores éticos cristãos educada dentro do pensamento de ajudar quem precisa.</p> <p>Visão política dos pais, assombro com a falta de ética reinante neste país!</p> <p>Todos os citados na pergunta (exceto valores religiosos), educação em um colégio bastante politizado e contato com amigos.</p> <p>Informações de condutas e valores de minha educação também.</p> <p>Contexto étnico/racial (filha de imigrante), interesse político de meu de pai, o fato de ser brasileira e viver em nossa situação caótica econômica e socialmente, meus valores morais, com certeza e o fato de enxergar o indivíduo sempre em relação à alma mundi.</p> <p>A questão étnica (sou da raça negra), por residir numa região onde as questões de direito à cidadania, moradia, emprego, foi no final da década de 70 e década dos anos 80, muito discutida (região do ABC-Paulista).</p>
Psicólogos Analíticos	<p>Valores psicológicos e religiosos.</p> <p>Descobertas juvenis do mundo, idealismo de busca de justiça e equidade, formação universitária e prática sindical.</p> <p>Desconfiança de discursos oficiais, discursos de fachada. Democracia como ideal que deve ser buscado, senso ético-religioso.</p> <p>Valores morais e atitude crítica da minha família (principalmente meu pai), contexto sócio-econômico-educativo, ambiente repressor e autoritário vivido na adolescência e no início da vida adulta (ditadura militar).</p>
Psicólogas Psicanalistas	<p>Atividade estudantil (secundário e universitário).</p> <p>Atitudes de meus pais e o contexto sócio-cultural em que fui educada.</p> <p>Valores morais, influências familiares, contexto político à época da faculdade, e, com grande peso, o ambiente de trabalho no Departamento de Formação do Pessoal do BB.</p> <p>Movimentos sindicais.</p> <p>Contexto socioeconômico, a formação intelectual, o que implica também contexto étnico/racial; atitude dos meus pais com os valores morais.</p>

Psicólogas Psicodramatistas	Participação ativa da vida sociopolítica de minha comunidade, tentando contribuir para o desenvolvimento social do país; experiências relacionadas a preconceitos e valores religiosos. Acho que todos estes fatores, de alguma maneira (contexto étnico/racial, atitude dos pais, contexto socioeconômico, valores morais, religiosos). Contexto étnico/racial, atitude dos meus pais, valores morais.
Psicólogas de Psicoterapia Breve	Valores morais e religiosos; contexto socioeconômico do país e o período de minha adolescência (64 a 70) e da juventude, com o período da ditadura militar. Contexto sócio, político e cultural.
Psicólogo Reichiano	Simpatizante da esquerda. Filiei-me a partido político nos últimos dez anos, para, recentemente, desfiliar-me. No meu grupo de formação haviam alguns militantes políticos (um professor anistiado, uma colega deputada, alguns sindicalistas); durante muitos anos freqüentei uma igreja protestante que tinha obras sociais.
Psicólogas Gestaltistas	Contexto regional (saída do nordeste para o centro-oeste), socioeconômico (perda de status e de renda financeira do meu pai com a vinda para Brasília); valores morais (um contexto completamente diferente, com novas possibilidades) e religiosos (o catolicismo foi questionado). Formação moral/religiosa, em especial o cristianismo, formação universitária, convívio com amigos, leitura de livros, cinema, arte de modo geral, poesia em especial.
Psicólogo de Orientação Múltipla	Participação em comícios, política estudantil.

Discussão e Conclusões

Ao formular a pergunta "Quais os fatores que influenciaram suas atitudes políticas?", eu esperava que surgisse mais claramente o posicionamento político atual dos terapeutas. A pergunta, contudo, induziu respostas bastante centradas nas influências recebidas. Uma pergunta complementar, tal como fez Samuels ("Em algumas frases, por favor diga algo sobre as suas próprias atitudes políticas"), talvez trouxesse mais informações.

A diversidade de influências declaradas pelos terapeutas é grande. Não parece haver destacadas diferenças entre as diversas orientações clínicas. Influências oriundas dos valores familiares, morais e religiosas são perfeitamente visíveis, como seria de se esperar, dada a formação cristã usualmente recebida por pessoas da faixa etária dos participantes, associada ao processo educacional.

As influências recebidas, segundo os participantes, cobre ampla gama de fatores, passando, como era de se esperar a partir dos estudos de socialização mencionados no Capítulo 8 - Individuação e Política, por influências parentais, formação religiosa, experiências decorrentes da origem étnica e racial, até experiências adultas de atividade profissional e envolvimento mais direto com movimentos políticos, como por exemplo, atividade sindical, política estudantil e participação em comícios políticos.

Um dos terapeutas analíticos e uma das terapeutas breves fazem menção explícita aos acontecimentos do período de ditadura militar vivida pelo País. Dada a faixa etária dos participantes (parte deles eram adolescentes e jovens adultos, então), eu esperava um aparecimento mais expressivo desta questão.

Nota-se uma ausência, quase que completa, de referências a influências originadas a partir de processos de formação graduada tais como, por exemplo, curso superior e especialização, o que ratifica as informações levantadas e analisadas na Seção 12.8 - Recebendo Formação Política.

Dois terapeutas se manifestaram a respeito de influências oriundas do contexto de formação e trabalho profissional: o reichiano, que recebeu influências do grupo de formação terapêutica e uma das psicanalistas que informou influências recebidas ao trabalhar com desenvolvimento profissional em uma empresa. Participação sindical foi indicada como influência por um dos terapeutas analíticos e por uma terapeuta psicanalítica. Estas referências sinalizam a importância das fontes de socialização secundária para a formação das atitudes políticas dos terapeutas.

Atuando Politicamente como Cidadão **12.10** Seção

As respostas a esta parte do questionário complementam aquelas relacionadas com as influências que modelaram as atitudes políticas dos respondentes, bem como aquelas respostas que dizem respeito à formação política recebida. Pode-se entender as experiências políticas na juventude como parte do processo de socialização política desses terapeutas. O envolvimento ativo, atual, com questões políticas pode revelar o quanto esse processo de socialização manteve-se estável ao longo dos anos.

Optei por apresentar o resumo das falas dos terapeutas, sobre seu envolvimento político, na Apêndice E - Tabela 13 - Atividade Política dos Terapeutas - Respostas, de maneira a possibilitar melhor visualização das diferenças entre a atuação política passada e presente. A Tabela apresenta as informações por sub-grupo de orientação terapêutica e sexo dos participantes. A seguir, faço a discussão das informações e apresento minhas conclusões.

Discussão e Conclusões

Psicólogas Analíticas - Quase todas mencionaram algum tipo de envolvimento político, no passado, geralmente na época estudantil. Apenas uma declarou não ter, atualmente, nenhum envolvimento político; as demais informaram alguma atividade política, no mínimo se informando, vivendo como cidadã, atuando para a "expansão da consciência das pessoas", participando de programa de saúde.

Psicólogos Analíticos - Todos manifestaram algum tipo de envolvimento político no passado, em atividade estudantil, sindical, organizacional, associativo, ou como membro de partido político. Declararam que, atualmente, se informam, lutam pela manutenção e ampliação de direitos coletivos, mas sem envolvimento com organizações ou associações.

Psicólogas Psicanalíticas - De maneira geral, declararam ter tido participação política: reuniões de condomínio, defesa do consumidor, combate à discriminação de gênero, movimento sindical, posicionamento ideológico no ambiente de trabalho e eleição de representantes, participação de grupo estudantil, representação de alunos no mestrado, envolvimento em campanha política. Atualmente, o envolvimento se dá mais pelo acompanhamento de notícias.

Psicólogos Psicodramatistas - Das quatro terapeutas consultadas, apenas duas se manifestaram como tendo sido atuantes politicamente: participação em partido político,

associações comunitárias e ongs, atuação sociocultural, econômica, educacional. Atualmente, todas se consideram, politicamente ativas: contribuindo para o desenvolvimento social e político do país, participação em movimentos de conscientização de cidadãos, envolvimento com política de saúde.

Psicólogas de Psicoterapia Breve - Declararam-se ativistas políticas, no passado e, atualmente, mantêm-se participantes de debates, encontros políticos. O **terapeuta reichiano** foi ativo no que diz respeito à participação em partido político, sindicato, assembleias, carreatas; atualmente não é ativo.

Uma das **terapeutas gestaltistas** informou que sua participação política sempre ocorreu por meio de uma "presença diferenciada", principalmente na profissão, e assim tem sido até hoje. Não fica claro como se dá essa "presença diferenciada". A outra, já participou de partido político, envolveu-se em campanha e em movimentos que promovem a cidadania, até hoje. O **terapeuta de orientação múltipla** participava de manifestações estudantis; hoje, apenas vota, reconhecendo que isto representa pouco em termos de atividade política.

Percebe-se uma ligeira tendência para um ativismo político mais intenso no passado, quando os e as terapeutas eram mais jovens, provavelmente coincidindo com uma fase da vida de maior envolvimento e de contestação política mais intensa (75% dos respondentes - 18 dos 24 - informaram atuação política no passado, enquanto que 54% - 13 dos 24 - informaram atuação política no presente). Com o passar do tempo, a tendência parece ser a de manter uma atividade política menos ostensiva, com baixo envolvimento com associações e organizações e, no limite, reduzida ao voto. As análises de Samuels, com sua amostra internacional, parecem indicar algo semelhante (cerca de 67% dos respondentes se decalaram ativos no passado e somente 33% ativos no presente), considerando-se as dificuldades de comparação entre as duas "amostras".

Não há referências explícitas a uma atividade política representada pela atuação terapêutica do profissional. Talvez a referência da terapeuta gestáltica sobre "presença diferenciada" do terapeuta queira se referir a algo da atuação na situação terapêutica. Seja como for, parece não se tratar de algo muito bem discriminado na atuação da terapeuta.

Relacionando Desenvolvimento Psicológico e Desenvolvimento Político da Personalidade

12.11

Seção

Nenhum dos processos [individuação e conscientização] pode ser reduzido ao outro, pois eles descrevem dois mundos distintos, porém relacionados: o desenvolvimento político da pessoa relaciona-se essencialmente ao mundo "externo", enquanto o desenvolvimento psicológico da pessoa relaciona-se ao mundo "interno".

(Alschuler, 2002, p. 270)

Dado o volume de informações oriundas dos questionários e do grupo focal, optei por registrá-las no Apêndice F - Desenvolvimento Psicológico e Desenvolvimento Político da Personalidade - Respostas, reservando o espaço desta seção para a discussão e apresentação das conclusões.

Discussão e Conclusões

Desenvolvimento político da personalidade, segundo as declarações dos participantes do grupo "questionário", tem a ver com: ser mais cidadão, "agir de maneira diferente", ter consciência do micro e do macro (individual e coletivo), ter visão social, ser capaz de leituras diferenciados do contexto social, assumir posturas "politicamente corretas", preocupar-se com coisas que vão além do indivíduo, perceber o ambiente e sua relação com ele, o aproximar-se e distanciar-se do mundo, assumindo o indivíduo uma presença diferenciada.

Para os participantes do grupo focal, o desenvolvimento político assume um caráter de engajamento em ações de voluntariado, envolvimento crítico com as questões coletivas, adoção de atitudes mais centradas no interesse coletivo, dentro de qualquer contexto (família, trabalho, comunidade). Implica, ainda, uma relação ética entre o eu e o outro, uma condição de sujeito, protagonista da história.

De maneira geral, os terapeutas consultados por questionário, consideraram que há relação entre as duas dimensões: desenvolvimento político e desenvolvimento psicológico da personalidade. Os psicólogos analíticos (homens e mulheres) consideraram que a transformação pessoal, a maturidade pessoal, leva a uma mudança na atitude diante do coletivo. O nexos foi explicado evocando-se a idéia de que a transformação pessoal (ampliação do campo de consciência, "*apuração da alma*", nas palavras de uma delas) leva à transformação social (ser mais cidadão, "*agir de maneira diferente*"). Duas terapeutas estabeleceram base comum para ambos os desenvolvimentos: ambos "se fundamentam na

reflexão, elaboração e consciência do micro e macro (individual e coletivo), um interfere no outro, alimentando-se reciprocamente".

Para os psicólogos analíticos, o desenvolvimento psicológico implica visão social; o indivíduo maduro tem melhores recursos para participar das questões públicas. Segundo esta visão, a transformação pessoal influencia outras pessoas e ambientes.

Opinião corroborada pelas terapeutas psicodramatistas (*"o desenvolvimento psíquico modula as experiências políticas"*) e pelo terapeuta reichiano que observou mudança em pacientes em final de processo terapêutico (melhor percepção do ambiente e de suas relações com ele).

Surgiu a idéia, com os psicólogos analíticos, de que o próprio desenvolvimento psicológico implica visão social, que encontra ressonância na colocação das psicoterapeutas breves de que "posicionar-se politicamente faz parte do ser maduro". Estariam estes terapeutas concluindo, então, que a visão social é um indicador do desenvolvimento psicológico pessoal?

Um dos psicólogos analíticos fez, contudo, uma ressalva: pessoas que apresentam alguma fixação parental têm maior necessidade de participar de grupos organizados com liderança centralizada. Uma das gestaltistas observou que o "desenvolvimento político" pode levar a uma maior intransigência com as diferenças e, conseqüentemente, a uma maior dificuldade nas relações interpessoais. Aparece aqui uma "suspeita", usual entre psicoterapeutas, de que "muito engajamento" possa ser indicativo de questões psíquicas não resolvidas. Isto nos sugere a necessidade de caracterizar melhor o que se entende por "desenvolvimento político" da personalidade. Se o "político" refere-se exatamente a este "inter-mundo" de Arendt, conforme discutimos no Capítulo 1 - A Alma Social e a Alma Política -, onde se confrontam as diferenças, num espaço de liberdade e respeito, o "desenvolvimento político da personalidade" não incluiria tais capacidades (tolerância às diferenças, contenção do individualismo e do egoísmo) desenvolvidas no mais alto grau? Ou, pelo menos, num grau "suficientemente bom"?

Das quatro psicanalistas, apenas uma admitiu a relação entre desenvolvimento político e desenvolvimento psicológico, embora de forma indireta, sem explicitar como. As outras três afirmaram que sua experiência clínica não endossa a existência de relação, embora uma delas tenha expressado o desejo de que assim fosse. Outra, mesmo não respaldando clinicamente a existência de relação, afirmou que suas experiências de vida indicam que existe sim relação. Esta terapeuta afirmou acreditar que desenvolvimento psicológico (superação de estágios

infantis, egocentrismo, narcisismo) favorece leituras diferenciadas do contexto social. Admitiu, ainda, que exigências de contextos políticos podem induzir desenvolvimento psicológico. A se levar a sério esta possibilidade, poderíamos pensar em condutas terapêuticas que incentivassem, ou apoiassem, algum tipo de engajamento político do paciente. Como isso poderia se dar, sem implicar excessiva intromissão na vida e nas decisões do paciente?

Uma quarta psicóloga psicanalista disse que acredita que pessoas "politicamente corretas" (parece referir-se a pessoas com forte engajamento político) são intolerantes com outros que não se engajam politicamente. Neste caso, o suposto "desenvolvimento político" teria uma relação inversa com o desenvolvimento psicológico.

A terapeuta gestáltica nos trouxe a idéia de que a relação destas duas dimensões correlaciona-se com *"aproximar-se e distanciar-se do mundo, equivale dizer, uma presença diferenciada do indivíduo, é a encarnação da dimensão política"*, formulação muito parecida com a de Hanna Arendt para quem

conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, [...] como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens. A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros (Arendt, 1958/2002a, p. 62).

Em contrapartida, outra terapeuta gestáltica considerou que não há uma relação necessária: "Sim e não. Para algumas pessoas o 'desenvolvimento' acontece naturalmente de forma ampla, isto é, ao crescerem psicologicamente crescem politicamente e vice-versa. Para outras pessoas o desenvolvimento político as torna mais sectárias, mais rígidas..."

A partir do grupo focal, observou-se a manifestação de unanimidade de que o desenvolvimento psicológico favorece o desenvolvimento político da personalidade. A superação das dificuldades emocionais pessoais, bem como o processo de diferenciação entre o eu e o outro, o coletivo social, possibilitaria ao indivíduo voltar-se para as questões coletivas. A sociedade torna-se melhor na medida que os indivíduos resolvam adequadamente suas dificuldades emocionais. Segundo esta perspectiva, a relação entre desenvolvimento psicológico e desenvolvimento político é algo que podemos pensar como desejável, mas não obrigatório como resultado do processo psicoterápico. Acompanhemos o argumento: o cliente chega envolvido com seus problemas pessoais, o foco é em si mesmo. Somente à medida que os resolve, vê-se livre para pensar no coletivo; mas isso não é uma regra, não é um resultado necessário do processo de terapia, ou do desenvolvimento psicológico. Parece estar mais

ligado às convicções e ideais do terapeuta. A valoração cultural afeta os ideais terapêuticos, enfatizando mais os aspectos individuais ou os aspectos coletivos. O desenvolvimento emocional está imbricado com o contexto político-cultural da sociedade, na forma de relacionar-se com o outro. O desenvolvimento político da personalidade se situaria como relação ética entre o eu e o outro.

Em outra linha de pensamento, surgiu a idéia de que ambos os desenvolvimentos podem se dar simultaneamente, com a formulação de um conceito de saúde psicológica e política: como integração construtiva das diferenças, internas e externas (no plano individual da personalidade e no plano das relações políticas), dando atenção aos aspectos contraditórios e à sua integração. Isso resultaria em saúde individual e no plano político o processo seria semelhante. A luta política teria como foco o bem-estar coletivo e não a vitória de um determinado grupo sobre outro. Aqui, parece ocorrer uma idealização de desenvolvimento político em que, à semelhança do desenvolvimento psicológico, talvez também idealizado, as diferenças possam se resolver em prol do bem-estar coletivo e não nas afirmações de poder de grupos adversários. E onde ficariam, então, os inevitáveis confrontos e conflitos de projetos políticos distintos?

Como vimos no Capítulo 8 - Individuação e Política - Alschuler (2002) chama a atenção para o fato de que os desenvolvimentos psicológico e político não se confundem, embora possam estabelecer entre si complexas relações. A consciência do poder transformador da ação individual, potencializada, eventualmente, pela articulação de ações coletivas, confere um caráter revolucionário à consciência individual, semelhante àquela produzida pelo desenvolvimento psicológico espontâneo ou induzido terapeuticamente. A retirada das projeções e a conseqüente integração da "sombra" devem conferir maior objetividade à percepção e análise das situações, favorecendo, em tese, a ação política. Isto é, mais ou menos, o que vimos nas respostas de nossos terapeutas. Porém, o inverso não parece tão evidente. O esforço de compreensão política, a percepção e vivência do destino comum, da "comunidade de destino", nas palavras de Safra (2004), com engajamentos concretos fundamentados na solidariedade dos que desejam transformar certa realidade, pode resultar em influxos de desenvolvimento psicológico, de individuação, de criação de novos valores para a sociedade, conforme Jung gostava de dizer. Não seriam estas características de um "suficientemente bom" desenvolvimento político da personalidade?

Concluindo:

É necessário aprofundar o conceito de "desenvolvimento político da personalidade". Os estudos de socialização política (ver o Capítulo 8 - Individação e Política), elaborados em países de tradição democrática, focalizam principalmente o processo pelo qual os novos integrantes da sociedade (crianças e jovens) se inserem na dinâmica das instituições políticas e no jogo de forças políticas dessa sociedade. Cada sociedade, democrática ou não, normatiza o que entende por "bom cidadão" ou "bom súdito". Princípios que podem ser adotados para caracterizar o que vem a ser um "bom" desenvolvimento político da personalidade, tais como os que discutimos com Alschuler e Freire no Capítulo 8, podem ser acusados de serem etnocêntricos, e certamente o são! Refletem uma concepção etnopsicológica de ser humano, numa perspectiva específica de sociedades democráticas.

Dependendo da definição que se adote para "desenvolvimento político da personalidade", a questão "o que decorre do quê?" pode ter uma resposta diferente. Numa visão de ser humano sócio-histórico, tenderíamos a pensar em processos correlatos, concomitantes, embora não redutíveis um ao outro, como diz Alschuler (2002). Provavelmente, o papel da educação e da aprendizagem (em diferentes níveis de socialização) serão enfatizados. Numa visão mais centrada no intrapsíquico, duas perspectivas se delineiam: uma em que o desenvolvimento psicológico conduz "naturalmente" ao desenvolvimento político (nas palavras de uma das terapeutas psicanalíticas: *"Faz parte do próprio amadurecimento emocional dele a superação daquilo lá [dificuldades pessoais] e conseguir chegar em outros estágios, capaz de olhar além do próprio umbigo"*), e outra na qual, na melhor das hipóteses, o desenvolvimento político será facilitado pelo desenvolvimento psicológico, não ocorrendo necessariamente.

O fato de que "engajamentos" políticos possam ser "sintomas" de mal-funcionamento psíquico, como de fato a clínica muitas vezes demonstra, não deve ofuscar o potencial de desenvolvimento psíquico representado por essas experiências. Os "engajamentos" retiram a pessoa de seu isolamento, desmistificando atitudes solitárias supostamente de apoio à cidadania e aos valores democráticos (como disse um dos terapeutas analíticos: "muito discurso e pouca ação..."). A questão "engajamentos neuróticos" x "engajamentos saudáveis", por outro lado, pode vir a ser um interessante vetor de pesquisa.

Avaliação do Encontro pelos Participantes do Grupo Focal **12.12** Seção

Com a palavra, os participantes:

Dalva, terapeuta de orientação psicanalítica: *"Nunca tinha me ocorrido esse tipo de pergunta, de inquietação... foi a primeira vez. Quando eu respondi o questionário aí do Roque, foi que eu parei para pensar a respeito desse tema. É claro que não se chegou a alguma conclusão... depois você me empresta a sua tese quando tiver completa para eu ler. Quem sabe eu joga mais alguma idéia a respeito. Mas eu gostei muito de participar do grupo e ter respondido o questionário, gostei de ter trazido essa inquietação para minha cabeça".*

Beto, terapeuta de orientação múltipla: *"Para mim foi uma oportunidade muito estimulante. Eu gostei muito de ouvir as várias colocações, os vários pontos de vista, as diversas visões..."*

Ítalo, terapeuta analítico: *"Agora eu não vou poder parar de pensar em algumas questões (riso). São ótimas essas oportunidades de se conhecer outras pessoas. Outras pessoas do meio, porque a gente tem uma solidão enorme no consultório..."*

Liza, terapeuta psicodramatista: *"Quando o Roque falou comigo que tinha alguma coisa a ver com político eu pensei logo no Congresso! Estou fora, que tipo de política ele quer saber?"*

Olga, terapeuta psicodramatista: *"Foi bem ecumênico. Não me passou, assim, que houvesse seitas. Produtivo para mim em termos de reflexão. Uma certa sensação de que estou indo pelo caminho certo, digamos, uma certa sensação – está indo bem, pode ir!"*

Igor, terapeuta reichiano: *"É gostoso ouvir outro jeito de falar. Vi muitas diferenças e depois vi muitas igualdades, tanta coisa... e também gostei muito. Estou saindo daqui mais enriquecido... Espero ter podido contribuir com a pesquisa e gostaria de tê-los em outros contextos, em outras oportunidades também."*

(**Paula**, psicoterapeuta breve, saiu antes do término do encontro, não tendo participado da avaliação).

Em síntese, os participantes do grupo focal apreciaram a oportunidade de discutir as questões propostas pelo pesquisador. O clima em que transcorreu o encontro ilustra bem o tipo de intercâmbio em que temas políticos, não exatamente isentos de controvérsias e

diversidades de opiniões, podem ser discutidos sem fundamentalismos teóricos ou clínicos. Um clima de "ecumenismo", como disse uma das terapeutas, que retira os profissionais de seu fazer "solitário", como disse outro, para colocá-los em intercâmbio de idéias, percepções e sentimentos sobre suas práticas psicoterápicas.

Considerações Finais sobre a Pesquisa de Campo **12.13** Seção

*No consultório se faz política o tempo todo!
(Olga, terapeuta psicodramatista)*

O treinamento profissional nos ensina a ter cuidado com o ordenamento da situação terapêutica. Elaboramos contratos de trabalho psicológico que regulam o relacionamento profissional e, ao mesmo tempo, oferecem um espaço continente e confiável para nossos clientes ou pacientes. Aprendemos a considerar todos os assuntos que são trazidos para a sessão. Mas, como os consideramos? A maioria de nós - os de formação analítica certamente - aprenderam a interpretar, do ponto de vista simbólico/intrapsíquico/transferencial, os diferentes temas. Aliás, os temas se transformam em "temas analíticos", possuidores de um significado que a exegese analítica cuidará de explicitar. Evitamos "jogar conversa fora", "esquentar o assunto", como disse um dos colegas terapeutas, a fim de que não nos afastemos do núcleo da problemática psíquica de nossos pacientes.

Neste breve estudo empírico, exploramos a hipótese de que o material político trazido para a sessão - o que é "político" comporta, de fato, diferentes entendimentos por parte dos terapeutas - não necessariamente deva ser sempre tratado do ponto de vista simbólico/interpretativo. Às vezes, trata-se do mundo querendo entrar na vida do paciente, ou o paciente querendo sair para o mundo. Às vezes, é necessário ouvir o que o mundo tem a dizer ao paciente e o que este tem a dizer para o mundo... Cabe interpretar, mas cabe, igualmente, ouvir os reclamos do mundo e dialogar com ele.

Conversar ou discutir temas políticos no setting terapêutico, às vezes, parece com "jogar conversa fora". Sugere, outras vezes, confronto de opiniões e ameaça de eventuais desacordos entre o profissional e o paciente, o que seria um elemento perturbador na aliança terapêutica. Compreende-se, então, que os terapeutas entendam que a escolha de temas políticos - principalmente daqueles mais ostensivos - é algo de natureza iminente pessoal e indiscutível, mesmo que a discussão se dê num contexto terapêutico.

A expressão "drama pessoal", freqüentemente utilizada pelos terapeutas, evoca a atuação da pessoa em um cenário que parece ter pouco a ver com o "drama" em si. Essa "insensibilidade" ao "pano de fundo" das questões sociopolíticas talvez tenha a ver com a orientação teórico-clínica ou a modalidade de atendimento terapêutico. O atendimento individual, talvez de uma forma implícita, autorize o paciente a ser "individualista", como

especula um dos terapeutas. A modalidade de atendimento grupal, em suas diversas formas, talvez facilite o surgimento e o tratamento da dimensão sociopolítica das queixas de muitos pacientes. É algo a ser estudado com maior profundidade.

Os terapeutas, de maneira geral, valorizam o amadurecimento profissional como um fator que favorece o manejo da temática política, embora não haja unanimidade em relação a isto. Talvez algumas abordagens enfatizem mais o preparo técnico do terapeuta do que o seu amadurecimento pessoal, para o tratamento das questões políticas, entre outras.

Vimos que a formação terapêutica especializada, de maneira geral, não dá atenção diferenciada para o manejo de material político. Nesta questão, parece haver também diferenças entre as abordagens terapêuticas. Os terapeutas apresentam um histórico de engajamento político, mais intenso no passado do que no presente. Alguns gostam de pensar que sua atuação terapêutica tem algum efeito de ampliação da consciência sociopolítica.

As visões apresentadas pelos terapeutas, sobre desenvolvimento psicológico e político da personalidade são duas, ambas centradas no intrapsíquico: uma em que o desenvolvimento psicológico conduz "naturalmente" ao desenvolvimento político e outra na qual o desenvolvimento político é favorecido pelo desenvolvimento psicológico, mas não ocorre necessariamente. Engajamentos políticos são vistos, por alguns, como "sintomas" de malfuncionamento psíquico, perdendo-se de vista o potencial de desenvolvimento psíquico representado por essas experiências.

A observação de Samuels (1995, p. 300) de que há uma cisão entre a "face pública" da profissão, que se apresenta apolítica, e a "face privada", representada por profissionais que têm uma história política, que vivem engajamentos, que às vezes são céticos em relação à "coisa política", outras vezes esperançosos, parece-me ser corroborada por este estudo. Vários de nossos terapeutas, à semelhança daqueles consultados por Samuels, procuram um equilíbrio entre a consideração do "mundo interior" e a do "mundo exterior" de seus pacientes. Estes, inevitavelmente, terão que rever os pressupostos de suas abordagens clínicas, de maneira a encontrar uma equação que contemple satisfatoriamente essa realidade.

Como disse o colega psicólogo que se identificou como "terapeuta de orientação múltipla", referindo-se aos tabus impostos pelas orientações das escolas terapêuticas: *"O que deveria ser um instrumento auxiliar acaba se convertendo num limitador que impede enxergar novas possibilidades"*. Trata-se de uma crítica à ortodoxia dos métodos terapêuticos.

Talvez essa ortodoxia impeça uma avaliação e tratamento adequado da experiência política em terapia.

A política dos movimentos psicoterapêuticos, com seus profissionais e suas organizações, se coloca como "pano de fundo" da experiência terapêutica, tal como muitos dos terapeutas participantes desta pesquisa se referem à dimensão política da vida de seus pacientes como um "pano de fundo" de suas questões pessoais. Talvez, em ambos os casos, o "fundo" faça parte, efetivamente, da "figura". A "tirania" do método faz eco às palavras de outra participante: *"Quando ela (a tirania) surge, acaba dificultando o diálogo entre as diversas escolas de psicoterapia"*. Isto remete a um aspecto da política dos movimentos psicoterapêuticos que se refere ao grau de tolerância entre as diversas abordagens psicológicas. Também, aqui, a psicologia e suas aplicações podem se beneficiar de uma abordagem política para lidar com suas incompreensões, suas intolerâncias e suas dificuldades de diálogo.

Psiquê na Pólis: Reflexões Finais

O que pensa que é um artista? Um idiota, que só tem olhos quando pintor, só ouvidos quando músico, ou apenas uma lira para todos os estados da alma, quando poeta, ou só músculos quando lavrador? Pelo contrário! Ele é simultaneamente um ente político que vive constantemente com a consciência dos acontecimentos mundiais destruidores, ardentes ou alegres e que se forma completamente segundo a imagem destes. Como seria possível não ter interesse pelos outros homens e afastar-se numa indiferença de marfim de uma vida que se nos apresenta tão rica? Não, a pintura não foi inventada para decorar casas. Ela é uma arma de ataque e defesa contra o inimigo
(Pablo Picasso, conforme citado por Walther, 2000).

Psiquê na Pólis, imagem-metáfora que, à semelhança das histórias gregas clássicas, remete a um personagem, seu drama e sua ação em determinado *situs*. Édipo em Tebas ou em Colona: o personagem e sua cidade. Ali, o drama se faz (continua se fazendo, perpetuamente, se lembrarmos o caráter arquetípico desse drama). O homem e sua cidade, ligados indissolivelmente.

Neste estudo, a personagem é *psiquê* e sua ação transcorre na *pólis*. As duas inextricavelmente siamesas. Uma sofre do que a outra sofre. Uma se salva somente se a outra também se salva. Cuidadores da alma que somos, temos que nos converter em cuidadores da cidade.

Fim do caminho, sabendo que de alguma forma sempre se volta ao ponto de origem. Novamente, a imagem é arquetípica, diriam meus colegas psicólogos analíticos. Retorna-se à origem, mas não para o mesmo lugar. Ao retornar, nunca se pisa o mesmo solo. Algo se transformou, produto da própria viagem empreendida; somam-se às questões iniciais outras tantas que surgiram ao longo do caminho, resultantes dos encontros virtuais com os autores que escolhi para me acompanharem, emprestando-me coragem para os questionamentos. Mas, também, e digo, principalmente, resultantes do encontro com outros terapeutas que emprestaram-me suas experiências de trabalho clínico para pensarmos juntos o *self* político.

Retorno, então, ao início para perguntar: o que estamos fazendo com a herança outorgada por Prometeu - a virtude da política -, o que estamos fazendo, como cidadãos e profissionais, para evitar o risco de a "coisa política" desaparecer, como temia Hanna Arendt?

Obviamente, não me refiro à política mesquinha, simulacro de virtude cívica, utilizada por alguns para se locupletarem, mas a política concedida por Zeus para que os homens pudessem, com "pudor e justiça", "ordenar as cidades" e aproximar-se entre si. Arendt nos ensinou que a política não está nos homens (e mulheres, para afastar qualquer suspeita sexista desta fala...), mas entre os seres humanos, algo que se dá na relação, no espaço que nos separa e que ao mesmo nos une. No processo de individuação, poderíamos dizer psicologicamente, na dinâmica do ser eu-mesmo e ser-com os outros.

A política atravessa a condição humana. Se o mundo é construído pelo nosso interesse comum em relação a ele, é aqui que se dá o embate dos interesses, das convergências e das divergências. O mundo que construímos nos adoce, ao tempo em que ele adoce junto conosco.

Um velho mestre me disse que na psicoterapia é necessário discriminar o que muda do que não muda. Muitas vezes erramos ao "malhar em ferro frio", como se ele pudesse se alterar apenas porque o "marretamos", outras vezes erramos ao não perceber as mudanças que ocorrem apesar dos aspectos "intratáveis" de nosso paciente. Este mesmo mestre dizia que o trabalho analítico consistia menos em mudar o caráter e mais em libertar a alma da tirania do caráter. Esta é apenas uma visão, mas, para mim, faz sentido. Aplicar esta perspectiva às nossas relações com o mundo, também faz sentido para mim. É necessário discriminar os aspectos "tratáveis" do mundo daqueles "intratáveis". Equivale dizer que sempre sobrarão uma boa parte de sofrimento não manejável, seja em nossa estrutura psicológica pessoal, seja em nossa estrutura sociopolítica. Mas a discriminação não é fácil. Em ambos os casos, podemos desistir cedo demais, ou insistir tempo demais...

O mundo nos adoce, é ponto pacífico nas conversas que tive com outros terapeutas ao longo da pesquisa, e nas interações do dia-a-dia profissional. Os "jornais do dia" nos lembram que o mundo é cruel, injusto, feio, moralmente e esteticamente. Nosso paciente lê os mesmos jornais, assiste os noticiários televisivos, e sente na carne este lado da verdade, assim que sai de casa...

Acreditamos que nosso trabalho, como terapeutas, é cuidar da pessoa que ali se apresenta, com suas dores e sofrimentos. Esperamos fazer o melhor possível para que ele ou ela supere as "tirantias do próprio caráter". Às vezes, "malhamos em ferro frio" por tempo demais... A pesquisa realizada no âmbito deste estudo demonstra, no limitado espectro de sua validade, que nosso paciente vive imerso no próprio "drama" pessoal em um mundo que serve de palco e cenário para sua atuação sofridora. Se o mundo também sofre, ele não se dá conta

disso. Mas, e nós, terapeutas? Damos atenção suficiente ao fato? É inevitável lembrar a fala de um dos colegas terapeutas: "... [todo mundo] andando de carro blindado e ninguém sem dizer nada!"

Não sabemos muito bem o que fazer! Conversamos com nossos pacientes sobre questões da cidade, se eles as trouxeram para a situação terapêutica. Não iniciamos conversas sobre tais temas porque acreditamos que esta iniciativa seria imprópria: cabe ao paciente expor sua questão. Temos razões teóricas e clínicas para assim proceder. Nossos terapeutas foram claros sobre isso. Privamo-nos, então, de propor outras questões. Mas sempre agimos assim? Não consideramos muitas vezes apropriado questionar certos aspectos da vida profissional, familiar ou sexual de nossos pacientes? Por que não política, os assuntos da pólis?

De toda sorte, acreditamos que o amadurecimento emocional do paciente, apoiado por análise ou psicoterapia, deverá conduzi-lo a um estágio em que seja capaz de olhar por cima do muro, para além de seu próprio quintal. O exercício de uma cidadania democrática advirá, na melhor das hipóteses, com o tempo. Advirá? Todos admitimos que as dificuldades que conduzem nossos pacientes ao nosso consultório (na verdade, qualquer *locus* de atendimento) originam-se de suas experiências de vida de alguma forma negativas ao seu desenvolvimento psicológico. Se o problema estiver no mundo, ainda assim, algo precisa ser retificado na atitude e na capacidade do paciente para lidar com esse "mundo doente". Corremos o risco, eventualmente, de nos sentirmos como os mecânicos dos carros de fórmula 1 que ficam no box, ao lado da pista, com a responsabilidade de devolver o veículo o mais rapidamente possível à competição!

Todos concordamos que é necessário compreender nosso paciente no contexto de sua vida, de toda a sua vida. Alguns de nós, contudo, pensamos que alguns aspectos devem ser observados com maior atenção. Cada qual de nós, em suas convicções (se é possível existir isso, em se tratando de trabalho com a psiquê!), acaba por dar maior atenção a algumas "paisagens da alma" do que a outras. Acredito que isto é mais ou menos inevitável. Processo similar (por que será?) ocorre com os pacientes. Atenção seletiva, é o nome. No final, olhamos para o horizonte que terapeuta e paciente, com diferentes graus de participação, apontam. Trabalhamos com o que nosso paciente nos traz e, eventualmente, sempre que pensamos ser proveitoso do ponto de vista terapêutico, chamamos a atenção para algum aspecto despercebido pelo paciente.

Somos cautelosos com nossas intervenções. Desejamos evitar que a sessão se transforme em palco para uma polêmica da qual não queremos participar, pelo menos não ali, nem na hora. Seria bom, então, como disse um de nossos terapeutas, "procurar realmente um grupo de debate político para discutir política em termos políticos, sem nenhuma pretensão terapêutica". Conselho de bom senso! Porém, não estamos certos de que a discussão política não tenha efeitos terapêuticos...

O que dizer do poder subjetivamente restaurador de experiências sociopolíticas de qualidade vividas pela pessoa, já que admitimos de maneira unânime o poder psicológico deletério de outras tantas experiências vitais?

Ao mencionar "experiências sociopolíticas de qualidade" suscito uma questão que emergiu na pesquisa de campo e que precisa ser aprofundada, seja no âmbito da educação, seja no da psicoterapia. Talvez fosse melhor dizer "experiência subjetivamente qualificadora", ou seja, um tipo de experiência na qual o sujeito assume o papel de autor da sua história política, da sua vida na cidade. Talvez, como quer Guattari (2000), a psiquê se agarre em fixações arcaicas apenas enquanto nenhum engajamento a faz projetar-se para o futuro. No fundo é isto que objetivamos com a análise ou psicoterapia: o paciente assumir o protagonismo, a condição de autor de sua existência, autoria paradoxal, dadas as multideterminações psíquicas e sociopolíticas, mas ainda assim autoria.

Este trabalho evoca imaginativamente, em um de seus capítulos, a idéia de *anima mundi*, um mundo provido de alma, que vive e sofre como os seres humanos vivem e sofrem. Assumida a metáfora, como tantas outras metáforas que perpassam nosso trabalho psicoterápico, nossos métodos de tratamento já não podem ser os mesmos. Precisamos de referências que dêem conta da complexidade representada pelas três ecologias de que nos fala Guattari (2000): as relações sociais, o meio ambiente e a subjetividade. A idéia de um mundo que não se resume em ser "palco" ou "cenário" das aventuras humanas mas, ao contrário, interage com os protagonistas humanos, estabelecendo suas condições e exigindo seus direitos, insere uma nova perspectiva de saúde e bem-estar. O mundo não deixa de ser um local onde elaboramos nossa alma - o fazer a alma como Hillman (1992) gosta de dizer - mas com o qual mantemos um intercâmbio de "experiências" telúricas, tecnológicas e humanas, algo que a mentalidade de povos ancestrais parece ter compreendido melhor do que nós.

O processo de individuação humana ganha uma dimensão na qual, ao mesmo tempo em que nos diferenciamos dos coletivos sociopolítico e arquetípico, como afirmam os junguianos, reconhecemos nossa inextrincável relação com tudo que existe, aumentando as

exigências éticas em relação aos valores que criamos para as três ecologias. Evitemos, contudo, as facilidades utópicas: poderemos nos tornar cada vez mais singularizados e cada vez mais solidários com outros humanos e com o mundo ao seu redor, mas a singularização e a solidariedade não se darão pacificamente e sim por meio de lutas, de enfrentamento de contradições e de paradoxos.

A terapia para um mundo doente não virá apenas dos profissionais *psi*. Todos aqueles que estão em posição de intervir nas instâncias subjetivas e coletivas, sejam os que atuam profissionalmente na política, na saúde, na educação, na cultura, sejam artistas, urbanistas, arquitetos, esportistas, enfim, cidadãos em geral, cada qual em seu limitado âmbito, todos se tornam terapeutas do mundo!

Nós, profissionais *psi*, temos nossa tarefa de casa: reavaliar nossos referenciais, nossos métodos e práticas, de modo a integrarmos adequadamente em nosso trabalho a dimensão política do *self*. Esta tarefa passa, necessariamente, pela articulação com outros campos do saber e do fazer humanos. O presente estudo, ainda que modesto, pretendeu ser um gesto neste sentido.

REFERÊNCIAS

- Alschuler, L. R. (2002). Jung e política. Em Polly Young-Eisendrath & Terence Dawson (Orgs.). *Manual de Cambridge para estudos Junguianos* (pp.262-272) (D. Bueno, trad.). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1997).
- Andrade, C. D., (1988). *Carlos Drumond de Andrade. Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- Arendt, H. (2002a). *A condição humana*. (R. Raposo, trad.). 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense. (Trabalho original publicado em 1958)
- Arendt, H. (2002b). *O que é política?* (U. Ludz, edit.; R. Guarany, trad.). 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Trabalho original publicado em 1993)
- Augé, M. (2001). *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. (M. L. Pereira, trad.). 2ª ed. Campinas: Papyrus.
- Azevedo, M. A. & Menin, M. S. de S. (Orgs.). (1995). *Psicologia e política: reflexões sobre possibilidades e dificuldades deste encontro*. São Paulo: Cortez; FAPESP.
- Bauman, Z. (2000). *Em busca da política*. (M. Penchel, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1999)
- Bobbio, N., Matteucci N. & Pasquino, G. (1991). *Dicionário de Política*. (Carmen C. V. e colaboradores). 3ª ed. Vol. 2. Brasília: Editora UnB: Linha Gráfica Editora (Trabalho original publicado em 1983).
- Bock, A. M. B. (1999). *Aventuras do Barão de Münchhausen na psicologia*. São Paulo: EDUC: Cortez Editora.
- Boff, L. (1999). *Saber cuidar. Ética do humano - compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes.
- Boff, L. & Muller, W. (2001). *Princípio de compaixão e cuidado*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1999)
- Boff, L. (2003). *Ethos mundial. Um consenso mínimo entre os humanos*. Rio de Janeiro: Sextante.
- Caldeira, T. P. do R. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/EDUSP.

- Camino, L. (2001). Uma nova interlocutora no campo da psicologia no Brasil: a Sociedade Brasileira de Psicologia Política. *Revista Psicologia Política*, nº 1, vol. 1, ano 1, janeiro/junho de 2001, pp. 4-6. São Paulo: Sociedade Brasileira de Psicologia Política.
- Chesneaux, J. (1996). *Modernidade-mundo*. (J. da Cruz, trad.). 2ª ed. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1989)
- Clarke, J. J. (1993). *Em busca de Jung. Indagações históricas e filosóficas*. (R. Jungmann, trad.). Rio de Janeiro: Ediouro. (Trabalho original publicado em 1992)
- Dávilla, J. M., Fouce, J. G., Gutiérrez, L., Lillo, A. & Martín, E. (1998). La psicología política contemporánea. *Revista Psicología Política*, nº 17, novembro 1998, pp. 21-43. Valencia, Espanha: Colegio Oficial de Psicólogos de Madrid (Grupo de Trabajo de Psicología Política).
- De Masi, D. (2000). *O ócio criativo*. (L. Manzi, trad.). Rio de Janeiro: Sextante.
- Deutsch, M. (1983). Qué es la "psicología política" ? *Revista Internacional de Ciencia Sociales*. Dimensiones políticas de la psicología, nº 96, janeiro 1984, pp. 239-256.
- Edinger, E. F. (1989). *Ego e arquétipo*. (A. U. Sobral, trad.). São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1972).
- Eisenck, H. J. (1964a). *Psicología de la decisión política*. Espanha-Barcelona: Ariel. (Trabalho original publicado em 1960, em inglês - *The psychology of politics*)
- Eisenck, H. J. (1964b). *Usos e abusos da psicologia*. (R. de Moraes e E. M. de Andrade, trads.). São Paulo: Ibrasa. (Trabalho original publicado em 1953)
- Elias, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. (V. Ribeiro, trad.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1987)
- Freire, P. (1980). *Pedagogia do oprimido*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1970)
- Freire, P. (2002). *Educação e mudança*. (M. Gadotti e L. L. Martin, Trads.). 26ª ed. São Paulo: Paz e Terra (Col. Educação e Comunicação, vol. I). (Trabalho original publicado em 1979)
- Freud, S. (1974). *O mal-estar na civilização*. (J. O. de A. Abreu, trad.). Rio de Janeiro: Imago (Pequena Coleção das Obras de Freud, Livro 8). (Trabalho original publicado em 1930)
- Fromm, E. (1970). *Psicanálise da Sociedade Contemporânea*. (L. A. Bahia e G. Rebuá, trads.). 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1955)

- Fromm, E. (1971). *A crise da psicanálise. Ensaios sobre Freud, Marx e a Psicologia Social*. (A. Cabral, trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores. (Trabalho original publicado em 1970)
- Furtado, O. (2000). Psicologia e compromisso social - base epistemológica de uma psicologia crítica. *PSI – Revista de Psicologia Social e Institucional*. Universidade Estadual de Londrina, Paraná, Brasil, v. 2, n. 2, pp. 217-229, dez. 2000.
- Gergen, K. J. (1992). *El yo saturado. Dilemas de identidad em el mundo contemporáneo*. Título original em inglês: *The saturated self. Dilemmas of identity in contemporary life*. (Leandro Wolfson, trad.). 1ª ed. Barcelona, Espanha: Paidós.
- González Rey, F. (1997). *Epistemología cualitativa y subjetividad*. Havana, Cuba: Editorial Pueblo y Educación.
- González Rey, F. (2004). *O social na psicologia e a psicologia social. A emergência do sujeito*. (V. L. M. Joscelyne, Trad.). Petrópolis: Vozes
- Guggenbühl-Craig, A. (1979). *O abuso do poder na psicoterapia (e na medicina, serviço social, sacerdócio e magistério)*. (R. Gambini, trad.). Rio de Janeiro: Achiamé. (Trabalho original publicado em 1978)
- Guattari, F. (1992). *Caosmose. Um novo paradigma estético*. (A. L. de Oliveira e L. C. Leão, trads.). São Paulo: Editora 34.
- Guattari, F. (2000). *As três ecologias*. (M. C. F. Bittencourt, trad.). 10ª ed. Campinas: Papirus.
- Gui, R. T. (2003). Grupo focal em pesquisa qualitativa aplicada: intesubjetividade e construção de sentido. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*. Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, v. 3, n. 1, pp. 135-159, jan/jun/2003.
- Hillman, J. (1992). *Psicologia Arquetípica*. (G. Barcellos e L. Rosemberg, trads. e orgs.). São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1983)
- Hillman, J. (1993). *Cidade & alma*. (G. Barcellos e L. Rosemberg, trads. e orgs.). São Paulo: Studio Nobel.
- Hillman, J. & Ventura, M. (1995). *Cem anos de psicoterapia ... e o mundo está cada vez pior*. (N. Telles, trad.). São Paulo: Summus. (Trabalho original publicado em 1992)
- Himmelweit, H. T. (1983). La socialización política. *Revista Internacional de Ciencia Sociales*. Dimensiones políticas de la psicología, nº 96, janeiro 1984, pp. 257-278.

- Houaiss, A. & Villar, M. de S. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Jacobi, M. (1987). *O encontro analítico. Transferência e relacionamento humano*. (C. Gerpe, trad.). São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1984).
- Jung, C. G. (1981). *O eu e o inconsciente*. (D. F. da Silva, trad.). Vol. VII das Obras Completas. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1928).
- Jung, C. G. (1988). *Psicoterapia e visão de mundo*. (M. L. Appy, trad.). Vol. XVI das Obras Completas. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1942).
- Jung, C. G. (1988). *A psicologia da transferência*. (M. L. Appy, trad.). Vol. XVI das Obras Completas. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1946).
- Jung, C. G. (1988). *Ensaio sobre a história contemporânea*. (M. de S. Cavalcante, trad.). Vol. X das Obras Completas. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1946).
- Jung, C. G. (1988). *Aion. Estudos sobre o simbolismo do si-mesmo*. (M. L. Appy, M. Makray & D. M. R. Ferreira da Silva, trads.). Vol. IX-2 das Obras Completas. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1948).
- Jung, C. G. (1988). *Prefácio ao livro de Victor White: Deus e o inconsciente*. (M. R. Rocha, trad.). Vol. XI das Obras Completas. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1952).
- Jung, C. G. (1991). *Tipos psicológicos*. (L. M. E. Orth, trad.). Vol. VI das Obras Completas. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1921).
- Jung, C. G. (1991). *A estrutura da alma*. (M. R. Rocha, trad.). Vol. VIII das Obras Completas. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1928).
- Jung, C. G. (1991). *As etapas da vida humana*. (M. R. Rocha, trad.). Vol. VIII das Obras Completas. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1930).
- Jung, C. G. (1991). *Psicologia a alquimia*. (M. L. Appy, M. Makray & D. M. R. Ferreira da Silva, trads.). Vol. XII das Obras Completas. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1944).
- Jung, C. G. (1991). *Considerações teóricas sobre a natureza do psíquico*. (M. R. Rocha, trad.). Vol. VIII das Obras Completas. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1946).

- Jung, C. G. (1993). *Alma e terra*. (L. M. E. Orth, trad.). Vol. X das Obras Completas. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1927).
- Jung, C. G. (1993). *O problema psíquico do homem moderno*. (L. M. E. Orth, trad.). Vol. X das Obras Completas. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1928).
- Jung, C. G. (1993). *A importância da psicologia para a época atual*. (L. M. E. Orth, trad.). Vol. X das Obras Completas. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1939).
- Jung, C. G. (2000). *Adaptação, individuação e coletividade*. (E. Orth, trad.). Vol. XVIII-2 das Obras Completas. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1916).
- Jung, C. G. (2003). *Comentário a "O segredo da flor de ouro"*. (D. M. R. Ferreira da Silva & M. L. Appy, trads.). Vol. XIII das Obras Completas. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1929).
- Leloup, J-Y. (1998). *Cuidar do ser. Fílon e os terapeutas de Alexandria*. (R. Fittipaldi, E. F. Alves, L. E. Orth & J. A. Clasen, trads.). 4ª ed. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1993)
- Lipovetsky, G. (2004). O caos organizador. *Folha de S. Paulo, Caderno Mais*, 14 de março, pp. 4-7.
- Marcuse, H. (1972). *Eros e civilização. Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. (A. Cabral, Trad.). 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1955)
- Maroni, A. (1998). *Jung - individuação e coletividade*. São Paulo: Moderna.
- Maroni, A. (2001). *Figuras da imaginação. Buscando compreender a psique*. São Paulo: Summus.
- Mora, J. F. (1979). *Diccionario de filosofia*. V. I. Madrid: Alianza Editorial.
- Mori Cruz, N. (2003). *Decifra-me ou te devoro! O caos urbano nas cidades contemporâneas - o caso de Brasília*. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade de Brasília - UnB, Distrito Federal, Brasil.
- Mossé, C. (2004). *Dicionário da civilização grega*. (C. Ramallete, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1998)
- Nagy, M. (2003). *Questões filosóficas na psicologia de C. G. Jung*. (A. M. Spira, trad.). Rio de Janeiro: Vozes.

- Nandy, A. (1984). Hacia una política alternativa de la psicología. *Revista Internacional de Ciencia Sociales*. Dimensiones políticas de la psicología, nº 96, janeiro 1984, pp. 351 a 367.
- Neumann, E. (1990). *História da origem da consciência*. (M. Martincic, trad.). São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1968)
- Noll, R. (1996). *O culto de Jung. Origens de um movimento carismático*. (M. Vilela, trad.). São Paulo: Ática. (Trabalho original publicado em 1994)
- Ortega y Gasset, J. O. (1967). *Meditações do Quixote*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano. (Trabalho original publicado em 1914)
- Ortega y Gasset, J. O. (1971). *O que é filosofia?* Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano. (Trabalho original publicado em 1958)
- Ortega y Gasset, J. O. (2002). *Adão no paraíso e outros ensaios de estética*. (R. Araújo, trad.). São Paulo: Cortez. (Trabalho original publicado em 1910, 1911, 1924)
- Penna, A. G. (1995). *Introdução à psicologia política*. Rio de Janeiro: Imago. (Coleção Psicologia Psicanalítica).
- Pereira, H. (2000). *A cadeira de Van Gogh. A anima mundi como caráter fisionômico*. Disponível na internet: <http://www.rubedo.psc.br/secao/artigos.html>
- Pieri, P. F. (2002). *Dicionário junguiano* (I. Storniolo, trad.). São Paulo: Paulus. (Trabalho original publicado em 2002)
- Platão (2002). *Protágoras, Górgias, Fedão*. (C. A. Nunes, trad.). 2ª ed. revisada. Belém: EDUPFPA. (Trabalho original escrito no séc. IV a.C.)
- Reich, W. (1948). *Escuta zé ninguém!* Disponível na internet em <http://www.geocities.com/projetoperiferia4/escutazeninguem1.htm>
- Rohmann, C. (2000). *O livro das idéias: pensadores, teorias e conceitos que formam nossa visão de mundo*. (J. Simões, trad.). Rio de Janeiro: Campus. (Trabalho original publicado em 1999)
- Sabucedo Cameselle, J. M. (1996). *Psicologia política*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Safra, G. (2004). *A po-ética na clínica contemporânea*. Aparecida (SP): Idéias e Letras.
- Samuels, A. (1989). *Jung e os pós-junguianos*. (E. L. Salm, trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Coleção Psicologia Psicanalítica). (Trabalho original publicado em 1985)

- Samuels, A. (1992). *A psique plural: personalidade, a moralidade e o pai*. (R. M. N. da Silva, trad.). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1989)
- Samuels, A. (1995). *A psique política* (R. Fiker & M. E. Fiker, trads.). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1993)
- Samuels, A. (2002). *A política no divã: cidadania e vida interior*. (F. J. Lindoso, trad.). São Paulo: Summus. (Trabalho original publicado em 2001)
- Samuels, A.; Shorter, B. & Plaut, F. (1988). *Dicionário crítico de análise junguiana*. (P. R. e Silva, trad.). Rio de Janeiro: Imago (Série Analytica). (Trabalho original publicado em 1986)
- Sardello, R. (1997). *No mundo com alma. Repensando a vida moderna*. (P. M. Soares, Trad.). São Paulo: Ágora. (Trabalho original publicado em 1992)
- Sautet, M. (1997). *Um café para Sócrates. Como a filosofia pode ajudar a compreender o mundo de hoje*. (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: José Olympio. (Trabalho original publicado em 1997)
- Sennet, R. (1988). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. (L. A. Watanabe, trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1974)
- Sennet, R. (1999). *A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. (M. Santarrita, trad.). Rio de Janeiro: Record. (Trabalho original publicado em 1998)
- Schopenhauer, A. (2001). *Da morte – Metafísica do amor – Do sofrimento do mundo*. (P. Nasseti, trad.). São Paulo: Martin Claret. (Trabalho original publicado em 1851)
- Sharp, D. (1993). *Léxico junguiano. Dicionário de termos e conceitos*. (R. Milanez, trad.). São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1991)
- Spranger, E. (1976). *Formas de vida: psicologia entendida como ciência do espírito e ética da personalidade*. (G. A. de Almeida, trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1921)
- Strey, M. N.; Jacques, M. da G. C.; Bernardes, M. G.; Guareschi, P. A.; Carlos, S. A. & Fonseca, T. M. G. (1998). *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Tagore, R. (1991). *Pássaros Perdidos*. (I. Storniolo, trad.). São Paulo: Paulinas.
- Tinoco, J. (2001). *Psicología Política e Identidades* (texto de apresentação e justificativa). *Sítio da Área de Investigação Psicologia Política e Identidades, Departamento de Piquê na pólis: individuação e desenvolvimento político da personalidade*

- Sociologia, División de Ciencias Sociales y Humanidades, Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, México* [on line]. Disponível:
<http://www.geocities.com/areappi/justifica.html> (atualizada em setembro de 2001)
- Vasconcelos, E. M. (2002). *Complexidade e pesquisa interdisciplinar. Epistemologia e metodologia operativa*. Petrópolis: Vozes.
- Walther, I. F. (2000). *Picasso*. (A. M. C. Kollert, trad.). Alemanha: Taschen. (Trabalho original publicado em 1995)
- Zimerman, D. E. (2001). *Vocabulário contemporâneo de psicanálise*. Porto Alegre: Artmed.

APÊNDICE A

Questionário sobre Clínica e Política

Car@ colega,

Solicito sua ajuda em um estudo que estou realizando sobre o surgimento e o tratamento de material político no *setting* psicoterapêutico.

Sou psicólogo clínico e a pesquisa em questão faz parte do meu projeto de mestrado em Psicologia Clínica, na UnB - Universidade de Brasília, sob orientação do Prof. Dr. Norberto Abreu e Silva Neto, cuja linha de pesquisa abrange História e Epistemologia da Psicologia; Psicoterapia, Psicopatologia e Linguagem.

Espero contribuir para o debate científico sobre a prática atual da psicoterapia. O estudo consistirá em pesquisa com foco na produção de conhecimento sobre o fenômeno 'clínica psicológica e política', examinando as relações entre desenvolvimento psicológico e desenvolvimento político do indivíduo. Dado o pouco conhecimento sistematizado existente sobre o assunto, o estudo assumirá caráter exploratório e descritivo, contando com a contribuição de psicoterapeutas clínicos de diferentes abordagens.

A identidade dos profissionais que responderem a este questionário ficará preservada sob total sigilo. Agradeço-lhe antecipadamente a colaboração que me for prestada. Apreciarei os comentários que você puder acrescentar ao final.

Solicito que o questionário seja respondido no prazo máximo de uma semana a partir do seu recebimento. Você poderá utilizar o formulário abaixo, remetendo-o para meu endereço eletrônico: **rgui@terra.com.br**

Atenciosamente,

Roque Tadeu Gui

Psicólogo Analítico

Mestrando em Psicologia Clínica

UnB - Universidade de Brasília

CRP - 01/5525-2

061-9966-6994

rgui@terra.com.br

DADOS DEMOGRÁFICOS

Sexo: F () M ()

Idade:

Abordagem analítica/psicoterapêutica:

Número de anos de prática analítica/psicoterapêutica:

Caso você faça parte de alguma associação profissional, indique-a:

Ambiente de trabalho (se for o caso, assinale mais de uma resposta):

- Consultório particular ()
- Instituição pública ()
- Instituição privada ()
- Outro (especifique):

QUESTIONÁRIO

Para responder as questões apresentadas abaixo, considere "material político" como sendo todo assunto que se refira às preocupações sociais, ambientais e políticas do paciente/cliente com o mundo no qual vive (bairro, comunidade, empresa/organização, país ou contexto internacional).

1. Você conversa com seus pacientes/clientes sobre questões políticas no setting analítico/psicoterapêutico?
2. Em caso afirmativo, a abordagem parte de sua própria iniciativa ou da iniciativa do cliente/paciente?
3. Caso você não converse sobre questões políticas com seus pacientes/clientes, por que não?
4. Se e quando os seus pacientes/clientes se referem a material político nas sessões, quais dos temas abaixo eles trazem? (assinale com um "X" os temas que surgem)

Política internacional	
Política nacional	
Política local comunitária	

Questões econômicas (distribuição de renda, pobreza, fome, inflação, desemprego, precarização do trabalho e do emprego, desenvolvimento econômico do país, exclusão econômica e social)	
Relações de poder no trabalho	
Segurança e violência na sociedade	
Corrupção pública	
Questões raciais ou étnicas	
Questões sobre diferenças ou conflitos de gênero	
Preocupações ambientais (urbanismo, poluição, trânsito)	
Conflitos nacionais ou internacionais	
Energia nuclear (armas, usinas, acidentes)	
Questões do terceiro mundo	
Questões relativas aos meios de comunicação de massa	
Terrorismo	
Outras questões (especifique):	

5. Ao rever a sua prática como um todo, e considerando os assinalamentos feitos na questão anterior, indique os três temas que surgem mais freqüentemente (em ordem de freqüência).
6. Caso você trabalhe em ambiente de consultório e também em ambiente institucional, você percebe diferença na manifestação do material político? Se sim, por favor, descreva.
7. Ao pensar em seus pacientes/clientes, você crê que os temas políticos introduzidos têm conexão com a **idade** do paciente? Se sim, descreva essa relação.
8. Ao pensar em seus pacientes/clientes, você crê que os temas políticos introduzidos têm conexão com o **sexo** do paciente? Se sim, descreva essa relação.
9. Você poderia descrever, de maneira geral, como você reage ou lida com material político?
10. Ao longo de sua trajetória profissional, você notou alguma mudança no modo pelo qual você trabalha material político que surge no *setting* terapêutico?
11. Os assuntos levantados por este questionário foram abordados em sua formação? Se sim, especifique os momentos (graduação, aperfeiçoamento, especialização, pós-graduação, formação de terapeutas/analistas?)

12. Em poucas frases, quais foram os fatores que influenciaram as suas atitudes políticas? (por exemplo, seu próprio contexto étnico/racial, a atitude dos seus pais, o contexto socioeconômico, valores morais, valores religiosos, ou outros eventos específicos - por favor, especifique-os)
13. Você já foi politicamente ativo? (considere "politicamente ativo" do modo que quiser). Se a resposta for sim, dê breves detalhes.
14. Você é politicamente ativo agora? Se sim, em que sentido?
15. Tomando por base sua experiência clínica, você estabeleceria alguma relação entre "desenvolvimento psicológico" e "desenvolvimento político" do indivíduo? Se sim, descreva-a.
16. Você teria interesse em participar de um encontro no qual analistas/terapeutas discutiriam as relações entre análise/psicoterapia e política (considerando o conceito de política adotado neste questionário)? Em caso afirmativo, registre seu nome, telefone e e-mail para que eu possa contatá-l@.

Nome:

Telefone:

E-mail:

Obrigado por responder a este questionário. Se você quiser fazer algum comentário sobre o questionário e/ou sobre os tópicos pesquisados, por favor, fique à vontade!

APÊNDICE B

Planejamento do Grupo Focal

Data: 09.04.2005

Horário: das 9h00 às 12h30m

Duração: 3h30m

Coordenador

Roque Tadeu Gui, mestrando em Psicologia Clínica na UnB, sob orientação do Prof. Norberto Abreu e Silva Neto.

Auxiliar

Gustavo Ribeiro Lima, psicólogo.

Participantes

1. Ítalo, psicólogo analítico
2. Igor, psicólogo reichiano
3. Beto, psicólogo de orientação múltipla
4. Dalva, psicóloga de orientação psicanalítica
5. Paula, psicóloga de psicoterapia breve
6. Olga, psicóloga psicodramatista
7. Liza, psicóloga psicodramatista

OBS.: Os nomes dos terapeutas são fictícios; as orientações teórico-clínicas são as declaradas pelos psicólogos e psicólogas quando responderam ao questionário.

Etapas

1. Apresentação do coordenador e do auxiliar e explicação dos papéis respectivos.
2. Apresentação do grupo.
3. Explicação sobre a necessidade do termo de consentimento informado.
4. Explicação sobre o objetivo do encontro: "Discutir as relações entre desenvolvimento psicológico e desenvolvimento político da personalidade".

5. Explicação sobre o funcionamento do grupo ("A palavra circulará com o gravador; quem quiser se manifestar, sinalizará para que o gravador lhe seja passado. O grupo focal não é uma simples entrevista em grupo. É importante que todos possam se manifestar, mas pode haver questionamentos, complementações, contraste de experiências. A idéia é uma conversa, razoavelmente coordenada, mas ainda assim, uma conversa.")
6. Contextualização para primeira questão ("Utilizaremos uma metáfora: a cidade é um paciente que se apresenta para a sessão, sendo representada pelo indivíduo paciente. De que sofre este "paciente", o paciente-cidade? Qual a relação entre suas doenças e as queixas de nossos pacientes-pessoas? Peço que vocês tenham essa metáfora em mente ao discutirmos os nosso tema.")
7. Primeira questão: "De que sofre esse "outro paciente" que nos traz o nosso paciente-pessoa? Como se relaciona nosso "paciente-pessoa" com o "paciente-cidade", segundo a experiência de vocês?"
8. Segunda questão: "Vocês conversam sobre assuntos da cidade com seus pacientes? Como se dá essa conversa?"
9. Terceira questão: "Como vocês lidam com essas questões que são oriundas da cidade?"
10. Quarta questão: "O que caracterizaria, para vocês, o desenvolvimento político da pessoa? E qual a relação desse aspecto particular do desenvolvimento do ser humano com o desenvolvimento psicológico?"
11. Avaliação do encontro.
12. Agradecimentos pela participação de todos.
13. Recolhimento dos termos de consentimento informado.

APÊNDICE C

Temas Políticos Identificados na Situação Terapêutica

A Tabela 5 contém a aferição da frequência dos temas informados pelos respondentes do questionário. Em seguida, constam os resumos das falas dos participantes do grupo focal sobre temas que surgem na situação terapêutica. As informações são analisadas na Seção 12.2.

Tabela 5

Frequência dos Temas Políticos na Situação Terapêutica - Questionário

Temas	Respondentes																								P	I		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24				
Política internacional						1		1																		2	2	
Política nacional				2	3		3	2	2																		12	5
Política local comunitária					3																						3	1
Questões econômicas	3	2						3	1	3	2	2	3	3			3	3		2	1	2	1	1	1	35	16	
Poder no trabalho	2	3		1	2		2	3						2					3					2		20	9	
Segurança e violência na sociedade	1	3			2				2	3	3	1	2	1	2	1	2	3		2			2			30	15	
Corrupção pública							1												2				3			6	3	
Raciais ou étnicos																	2									2	1	
Diferenças ou conflitos de gênero		2			1								1	3	3					1					3	14	7	
Ambientais (urbanismo, poluição, trânsito)				1		3			1									1	1		3					10	6	
Conflitos nacionais ou internacionais																											0	0

Energia nuclear (armas, usinas, acidentes)			0	0
Terceiro mundo			0	0
Meios de comunicação de massa	1		1	1
Terrorismo			0	0
Abuso de poder	1		1	1
Saúde do trabalhador		2	2	1
Drogas		1	1	1
Relações humanas (tratamento pela televisão, cinema, jornais, escolas)			3	3 1

Legenda:

P - Pontuação = quantidade de pontos recebidos pelo tema, ponderada a frequência (atribuiu-se valor 3 para o tema que emerge com mais frequência, valor 2 para o tema seguinte e valor 1 para o terceiro tema mais freqüente.)

I - Indicações = quantidade de vezes que o tema aparece entre os três mais freqüentes.

Resumo das Falas dos Participantes do Grupo Focal

(O coordenador propõe uma metáfora que coloca o "paciente-pessoa" como representante do "paciente-Cidade". A intenção é identificar os problemas que afligem a cidade e que aparecem nas queixas dos pacientes).

Paula, terapeuta breve, se utilizou de uma experiência de trabalho em comunidade para indicar os problemas da cidade: falta de saneamento básico, fome, violência, desemprego, preconceito racial, de origem, de gênero, de velhice para as mulheres, de perda de papel social para os homens, falta de perspectiva para os jovens.

A terapeuta psicodramatista reportou-se à sua experiência profissional em hospital público e indica a desvalorização profissional dos auxiliares de enfermagem (geralmente

mulheres) como um dos problemas oriundos da organização política da cidade: falta de reconhecimento do profissional pelo poder público, desvalorização profissional com viés de gênero, falta de recursos para aprimoramento profissional associada à pobreza dos profissionais e dos pacientes, desumanização das relações de trabalho e do atendimento hospitalar.

O terapeuta reichiano **Igor** informou que as queixas do consultório são diferentes das que ocorrem na instituição na qual trabalha (instituição pública). Qualidade de vida é o principal tema, decorrente de tercerização profissional, com redução de salários e status, sobrecarga de trabalho e pressões; desvalorização profissional.

A terapeuta breve **Paula** reforçou o caráter de desvalorização profissional de trabalhadores terceirizados, sob as mais diversas formas, estagiário, bolsista: falta de identidade profissional.

O terapeuta reichiano **Igor** continuou: na instituição em que trabalha (refere-se a uma instância pública), as queixas de terceirizados tem foco mais individual e somente quando se organizam em grupos é que emerge algo mais social, mais coletivo, inclusive das comunidades onde essas pessoas vivem. Já, o pessoal de carreira, profissionais mais valorizados e melhor remunerados, manifestam crises de pânico, depressão, ainda com foco individual. O mesmo no consultório, em psicoterapia breve. Muda alguma coisa, quando a psicoterapia é de caráter de longo prazo ("abordagem profunda") em que o trabalho começa com foco individual e, nos estágios mais avançados de trabalho psicológico, e principalmente quando os pacientes se inserem em grupo, surgem questões mais coletivas, socioambientais.

A terapeuta psicodramatista **Liza** reforçou o problema de trabalhadores precarizados: pelo mesmo serviço, pela mesma jornada de trabalho, recebem menos, e têm medo de perder o emprego.

Beto, terapeuta de orientação múltipla, corroborou as informações dos colegas, mas ressalta que raramente as questões da cidade chegam como tema principal, são sempre pano de fundo, cenário. Enfatiza que o tema principal costuma ser as queixas de caráter pessoal (afetivas, relacionamento interpessoal, amor). Mesmo quando o paciente está diretamente envolvido com política, o tema política não vem como principal assunto, mas como contexto. As queixas, então, se referem a ansiedade por sentir-se boicotado, por "puxadas de tapete", cuidados excessivos para se manifestar publicamente. Com clientes de baixa renda, aparece como pano de fundo mais nítido a precariedade do morar, a insegurança, falta de oportunidade de trabalho, falta de recursos financeiros; busca de emprego público, via

concurso, em busca de segurança e renda previsível; falta de projeto relacionado com o trabalho propriamente dito.

Dalva, terapeuta de orientação psicanalítica, afirmou que, trabalhando apenas em consultório, não constata o surgimento da questão social, como tema. Verifica que surgem apenas questões do micro-universo pessoal. A preocupação é fortemente centrada na própria pessoa: questões amorosas, marido, filho. Questões relativas à cidade não aparecem enquanto tais: segurança, discriminação (apenas como uma questão pessoal, não como uma questão coletiva, política). E finaliza: *"meus pacientes até agora nunca trouxeram uma queixa da cidade. Eles estão realmente mergulhados dentro de um drama pessoal."*

O psicólogo analítico **Ítalo** chamou atenção para a coincidência do perfil da cidade de Brasília com o seu paciente típico de consultório: cerca de 40 anos, crise da meia-idade, com acesso a bens de serviço, boa remuneração, questões políticas relacionadas com a sua inserção na estrutura de poder e não como avanço coletivo. Homens com queixa de falta de sentido existencial, discriminação com a origem. Mulheres com queixa de relacionamentos pessoais, dificuldades de estabelecer e manter vínculos. Ambos, com discurso político, mas sem ação coletiva. Envolvimento político enquanto cidadão é pano de fundo, quando aparece.

Paula, a terapeuta breve, fez referência ao fato das pessoas serem fortemente centradas em sua própria satisfação. Referiu-se, ainda, ao desmando e abuso do poder (uso de recursos públicos de forma indevida, nomeações por favoritismo e não por competência).

Olga, uma das terapeutas psicodramatistas, aprovou a metáfora proposta, chamando a atenção para o fato de que o "grupo está inserido no indivíduo". A cidade "vem" ao seu consultório por meio das instituições: família, educação, trabalho, relações de poder no trabalho, discriminação, injustiça, sobrecarga de impostos. As queixas dos pacientes variam em função da faixa etária: papel do homem e da mulher na sociedade, desestrutura familiar e novos tipos de relações familiares. Para os jovens, a questão da internet, os vínculos virtuais, o risco dos encontros daí originados. A terapeuta concluiu: *"Há um discurso muito pouco politizado no consultório, muito pouco politizado; às vezes, tem até ... motivação, o desejo, mas não tem uma ação política"*.

Beto, o terapeuta de orientação múltipla, procurou fazer uma síntese das falas e parece ter tido um insight sobre a presença da cidade na vidas dos pacientes, em função da discussão estabelecida pelo grupo. Percebe que o recorte político pode ser feito mesmo quando a pessoa não o traz de forma direta. Admitiu que muitas vezes ele, terapeuta, não faz o recorte por não ter sua atenção despertada para isso.

Olga, a partir da fala de **Beto**, questionou se os terapeutas não estariam direcionando os temas que surgem na psicoterapia. Se o enfoque não estaria muito direcionado para o indivíduo. Fez referência a outro trabalho, não de consultório, que envolve grupos e que, este sim, tem uma vertente mais coletiva: *"Aí vem o discurso do nós, do indivíduo enquanto participante e atuante politicamente"*.

Paula, a terapeuta breve, focalizou dois exemplos: em um, o indivíduo, acometido por AIDS, voltou sua atenção para aspectos mais coletivos, sociais (ajuda mútua, informações compartilhadas, engajamento em movimentos). Em outro, profissionais absorvidos por uma corporação e que precisam expressar sua fragilidade enquanto indivíduos. Ressaltou o movimento em dupla direção, do indivíduo para o coletivo e do coletivo para o individual.

Igor, terapeuta reichiano, constatou que os grupos partem das questões mais individuais e evoluem para questões de família e depois para a organização do próprio grupo; parece haver uma descentração progressiva da pessoa de aspectos mais individuais para aspectos mais coletivos.

O terapeuta reichiano continuou fazendo a comparação entre grupos que atendeu em São Paulo, Rio Grande do Norte e Brasília. Em São Paulo percebeu uma certa dessensibilização (?) em pessoas de classe média alta e alta, em relação às vicissitudes da cidade ("negação da violência, da realidade"). Estranha o fato de que mesmo sofrendo as agressões da cidade, o tema não aparece na sessão (*"andando de carro blindado e ninguém sem dizer nada!"*). Em algum momento, o grupo denuncia (o terapeuta reiterou que o ambiente de grupo propicia a emergência dessas questões "políticas"). A tônica, contudo, é de individualismo. Pessoas com 30 ou 40 anos, em Brasília, sem projetos de vida ou de futuro na cidade; carreiristas. O terapeuta se entusiasmou: *"Então, se não se politiza, se não se problematiza, se não se discute isso aí, que destino que eu vou poder ter. Então, esse finalzinho dos grupos, do meio para o final, eu achei muito interessante. Sair desse meramente individual e ir para um coletivo."*

Ítalo, o psicólogo analítico, enfatizou que a sua experiência é de percepção de muito individualismo dos pacientes. As pessoas se associam em grupos para atender às suas necessidades individuais, retirando-se quando satisfeitas. Pessoas de meia-idade, essencialmente individualistas, com discurso político, como aparência, sem atitudes e ação.

Olga, uma das psicólogas psicodramatistas, falou de como *"a cidade invadiu seu papel de terapeuta"*: precisou alugar duas vagas a mais no prédio onde trabalha por causa da preocupação com a segurança dos pacientes que são atendidos à noite. O discurso político

aparece de acordo com o que a mídia veicula (morte da estudante enterrada debaixo da escada na casa dos pais), mas fica só nisso. A terapeuta não sabe o que mais pode (ela mesma, ou o paciente, talvez ambos...) fazer com isso!

Liza, a outra terapeuta psicodramatista, manifestou sua estranheza em relação ao fato de que seu trabalho de voluntária nem sempre é valorizado: os pacientes acabam se afastando dos grupos formados.

Olga, procurou interpretar o problema: talvez o terapeuta tenha que ir às comunidades, aos pacientes (*"o artista tem que ir aonde o povo está"*).

APÊNDICE D

Maneiras de Lidar com Temas Políticos no Setting - Grupo Focal

(O coordenador propõe a segunda questão: Como se dá a conversa com os pacientes sobre as questões que foram levantadas na etapa anterior? Qual o tipo de intervenção adotada pelos terapeutas e o que eles acreditam que seja adequado ou inadequado fazer diante dos temas apresentados pelos pacientes). As palavras em parênteses, ao final de alguns dos parágrafos, referem-se às categorias de Samuels (1995).

Resumo das Falas dos Participantes do Grupo Focal

Beto, terapeuta de orientação múltipla, procurou questionar o significado da questão para o paciente, colocando-o como sujeito diante do fato ("o que você faz com isso?, "qual sua atitude?") (significado)

Paula, terapeuta breve, disse que, num primeiro momento, lida com o material trazido pelo paciente como material simbólico ("ele empresta aquele motivo para poder dizer..."). Mas, em seguida, falou do "sujeiro civil" que existe nela, que se preocupa com a questão do poder (preocupação política, portanto). Fechou com um comentário de que a formação influencia o pensamento e a prática terapêutica. E prosseguiu com um exemplo de uma situação em que sugeriu a uma paciente, que lidava com dificuldades relacionadas com o exercício do poder, uma maneira de aproveitar certa oportunidade para adquirir um medicamento necessário a uma população feminina acometida de câncer. A terapeuta utilizou um conhecimento sobre certa realidade social e, mobilizada por sua própria experiência como paciente, influenciou a paciente em sua decisão sobre como exercer o poder que estava mão. (simbólico, mais significado, mais realidade)

Igor, terapeuta reichiano, desejou saber como a colega entende a própria intervenção, em suma, se sua orientação psicoterápica dá suporte a esse tipo de intervenção (parece não desejar explicitar, mas faz referências a algum tipo de restrição de uma abordagem psicanalítica...)

Paula, admitiu ter tido conflitos por adotar uma posição "não-ortodoxa" (considerando-se os padrões de sua própria abordagem), mas que precisou adotar tal intervenção sob pena de trair sua atitude de autenticidade com o paciente. Faz questão de ressaltar que não "induziu" simplesmente a paciente à adoção de um comportamento, mas que apontou uma possibilidade de utilização positiva do poder.

Igor admitiu que pode adotar atitudes como a da colega **Paula**, principalmente quando percebe que a pessoa vai ampliando sua consciência, a consciência do outro e do mundo. Aí, o terapeuta sente-se à vontade para fazer intervenções mais diretivas e de caráter sociopolítico. (significado, mais realidade)

Liza, terapeuta psicodramatista, corroborou a experiência da colega **Paula**. Utiliza sua experiência pessoal para orientar e dar sugestões aos pacientes que vivem o mesmo problema.

Paula, por meio de outro exemplo, reiterou a necessidade de, muitas vezes, interferir diretamente no processo, fazendo confrontações.

Beto, o terapeuta de orientação múltipla, tentou elaborar uma síntese sobre a discussão que se estabeleceu sobre "intervenção diretiva". Acredita que certas situações, de caráter mais objetivo, que requerem informações, por exemplo, seriam típicas para esse tipo de abordagem.

Ítalo, psicólogo analítico, acredita que é necessário considerar a necessidade do paciente, mas também a do terapeuta - sua formação, sua experiência. A sua frase final, com certo tom de ironia, contudo, deixou algo para se pensar: "Quando mais jovem na profissão, eu atuava mais e isso me perturbava muito; hoje não me perturba nada, mas eu faço pouco!"

Dalva, terapeuta de orientação psicanalítica, afirmou que sempre procura fazer a conexão entre a fala e a história do paciente. Procura interpretar a fala no nível da transferência, seja qual for. A intervenção mais diretiva, orientadora, opinativa, fica para os casos que, por alguma razão, não são "analisáveis". Contestou a colocação do colega **Ítalo**, argumentando que a intervenção não significa necessariamente uma "atuação" do terapeuta (no sentido psicanalítico), mas uma opção consciente de intervenção diretiva, ditada pelas convicções terapêuticas. (simbólico)

Igor, o terapeuta reichiano, questionou o papel da história "mais ampla" da pessoa? Onde entra, no processo?

Dalva declarou que teme haver uma excessiva interferência do terapeuta sobre o material trazido para o setting. Atém-se ao cânone psicanalítico: tentará interpretar na transferência. (simbólico)

Olga, uma das terapeutas psicodramatistas, questionou a "escolha" feita pelo terapeuta de enxergar determinados focos de trabalho.

Paula, a terapeuta breve, falou de um grupo de mulheres "velhas" (como faz questão de chamar), que ela e outra terapeuta conduzem, e chama a atenção para o movimento do

grupo: queixas individuais, contexto de vida, retorno ao individual e finalizando no coletivo (soluções coletivas?) (significado, mais realidade)

Olga, confirmou que o mesmo movimento apontado pela colega Paula (terapeuta breve) acontece no psicodrama: indivíduo, grupo, relação da dinâmica do grupo com o social e coletivo. A terapeuta acredita que, quando jovem terapeuta, seu foco ficava mais no sujeito, na capacidade transformadora do sujeito, enquanto que agora, já mais experiente, o foco é mais no social, na organização coletiva.

(O coordenador questionou sobre a intencionalidade terapêutica no que diz respeito à necessidade de contextualização sociopolítica da fala do paciente.)

Igor, o terapeuta reichiano, admitiu que a intencionalidade terapêutica, contextualizando a fala do paciente num cenário sociopolítico, ocorre, em situação de psicoterapia breve; não em terapias prolongadas ou profundas.

Paula, a terapeuta breve, deu continuidade ao argumento apresentado por **Igor**, evocando o fato de que para participar de uma psicoterapia breve a pessoa precisa ser capaz de ter insights rápidos.

Dalva, a terapeuta de orientação psicanalítica, disse acreditar que o amadurecimento emocional conduz a outros estágios que implica o indivíduo olhar para além dele mesmo. Mas é necessário respeitar o momento em que ele ainda está mergulhado numa perspectiva mais pessoal.

A terapeuta apontou, também, que lhe chama a atenção o fato de que, pelas experiências do grupo, parece que no atendimento individual a forma de lidar com as temáticas que emergem é mais no sentido de deixar que o paciente traga o assunto, e às vezes, ele não traz. Já, na terapia de grupo, parece que surge mais frequentemente assuntos do contexto social, político. Questiona-se se isto acontece por conta do próprio terapeuta que escolhe essa modalidade de atuação porque ele já tem uma leitura que envolve contextos mais amplos - sociais e políticos.

(O coordenador consultou o grupo sobre o entendimento de que o contexto da terapia de grupo talvez seja mais permissivo para a abordagem de questões mais francamente políticas, do que a terapia individual. De outro lado, o terapeuta individual temeria assumir uma conduta que poderia ser imprópria em relação a essas questões.)

Ítalo, o psicólogo analítico, acredita que o contexto grupal é mais permissivo para essas questões, até mesmo mais coercitivo, e possibilita ao terapeuta agir de maneira mais

diretiva. Já a terapia individual (profunda ou não) "autoriza" a pessoa a ser mais individualista. O terapeuta observou, a partir de sua experiência, que pessoas que ultrapassam a crise da meia-idade se tornam mais abertas ao coletivo. Mas acredita que isso se deve muito mais à experiência de vida do que à terapia. Os mais jovens não se preocupam com isso (supõe-se que sejam mais focados em si mesmos).

Beto, o terapeuta de orientação múltipla, especulou sobre as razões pelas quais os temas sociopolíticos aparecem mais freqüentemente nos trabalhos em grupo: os problemas comuns compartilhados entre os membros do grupo devem estar relacionados com a estrutura da sociedade em que o grupo se insere. Na terapia individual a estrutura social aparece na forma de valores coletivos que podem representar uma pressão sobre a pessoa.

Olga, a terapeuta psicodramatista, afirmou que tende a ver a questão "política" trazida pelo paciente dentro da problemática da história de vida dele. Mas, acredita, também, que o trabalho terapêutico é um trabalho conjunto - terapeuta e paciente - de maneira que toda interferência do terapeuta não é neutra, mas revela o próprio terapeuta e, sendo assim, ela se permite a trazer elementos da própria história (da terapeuta), de maneira muito bem pensada para o caso em questão. Já, nos trabalhos de grupo, emergem os fenômenos da dinâmica grupal, e a terapeuta procura trabalhar levando em conta esse contexto (o de grupo), fazendo uma leitura do papel ocupado pelo paciente no grupo, etc. (significado)

Igor, o terapeuta reichiano, deu sua visão sobre o processo de grupo e a emergência dos temas sociopolíticos. De início já há uma interferência do terapeuta porque ele escolhe as pessoas que farão parte do grupo. Elege-as segundo critérios que passam por sua avaliação; depois, os temas variam de acordo com o estágio do grupo: "na medida que o grupo avança essas questões mais sociais e mais amplas, elas aparecem...". Algumas pessoas que passam por experiência de grupo passam a ter uma visão mais ampliada, mais social.

Olga, terapeuta psicodramatista, apontou o dilema entre "indivíduo" e "coletivo". O indivíduo está no coletivo e o coletivo reflete o indivíduo. É necessário escapar da visão dicotômica e, assim, fazer intervenções mais complexas (suponho, não somente no plano individual, mas no plano coletivo, simultaneamente).

(O coordenador chamou a atenção para o fato de que existe um reconhecimento consensual de que a dimensão individual e coletiva estão juntas, mas questiona se este reconhecimento se reflete na prática terapêutica.)

Para **Ítalo**, o psicólogo analítico, o paciente é o foco das atenções, mas, ambos, terapeuta e paciente trazem o coletivo para a sessão e a interação de ambos retroage sobre o coletivo. O terapeuta espera que seja uma retroação liberadora.

Para **Beto**, a sessão é um encontro de dois indivíduos diferentes e, por isso, é uma situação criativa. O encontro é uma oportunidade para o paciente encontrar uma saída para suas dúvidas e impasses. O terapeuta está preparado para trabalhar junto com o paciente (não está acima do paciente).

(Diante das manifestações genéricas sobre o tema, o coordenador decidiu propor uma questão concreta que envolve a exposição direta do terapeuta, no sentido de responder a uma questão concreta feita pelo paciente: "Em quem você votou nas eleições passadas e o que você está achando do atual governo passados já dois anos e tanto do Governo Lula, o que você acha sobre isso, gostaria de ouvir sua opinião. Você se manifesta? Que tipo de tratamento você dá a este material?")

Dalva, terapeuta de orientação psicanalítica, afirmou categoricamente que não responde. Procura entender a pergunta do paciente como uma estratégia defensiva, de evitação em relação ao material que está sendo trabalhado. Parece não admitir a hipótese de que o material a ser trabalhado seja a questão mesma. (simbólico)

Beto, terapeuta de orientação múltipla, concordou com o posicionamento da colega. Teme que uma divergência de ponto de vista gere polêmica, confronto e que a sessão se transforme em fórum de debate. (simbólico)

Igor, o terapeuta reichiano, concordou com o posicionamento dos colegas. (simbólico)

Olga, a terapeuta psicodramatista, teme que se produza desconforto necessário (talvez por manifestar um ponto de vista que seja discordante do paciente), deseja saber o porquê da curiosidade do paciente, procura relacionar com curiosidade em relação a outras pessoas. Deseja manter o foco no paciente e não em suas próprias opiniões. (significado)

Paula, terapeuta breve, se preocupa em manter a separação entre os assuntos ordinários do dia-a-dia e os assuntos da terapia. Preocupa-se com o atendimento de pessoas que fazem parte do seu círculo profissional. Trata a questão como se fosse uma intrusão de tema indevido no setting terapêutico. Procura prevenir essas "intrusões" no contrato terapêutico.

Liza, outra terapeuta psicodramatista, deu a entender que se manifesta sobre os temas que surgem; daí, procura não admitir alunos em seus grupos - preocupa-se com sua exposição. (realidade)

Dalva, terapeuta de orientação psicanalítica, avaliou que não se trata da maneira como se vê o paciente ou a maneira como o terapeuta vê a questão do individual e do coletivo; antes, trata-se da opção metodológica, técnica, do que cabe e do que não cabe no setting terapêutico. E isto, parece, é ditado pela teoria e técnica terapêutica.

Ítalo, o psicólogo analítico, parte do princípio de que a sessão terapêutica é um encontro humano e admite abrir a possibilidade de responder diretamente ao paciente em certas circunstâncias. O terapeuta não precisa ser alguém inacessível (supõe-se que se refira à questão de responder perguntas do paciente). A experiência do terapeuta ajuda a discriminar a situação e o que é adequado fazer. (realidade, mais simbólico)

O terapeuta de orientação múltipla, **Beto**, disse que não responde diretamente a questão, mas manifesta opinião sobre o que ele não acredita num político, equivalendo a uma resposta indireta. A partir daí, procura relacionar com atitudes individuais de como lidar com situações que envolvam escolha e avaliação de custos e benefícios. De certa maneira, relaciona uma questão de política eleitoral com a política das escolhas humanas do paciente. (significado)

Igor, o terapeuta reichiano, manifestou estranheza pelo fato de um assunto público, como a morte do Papa, não ter aparecido como tema no setting.

Paula, a terapeuta breve, identificou uma situação atual em que o clima político da instituição em que trabalha faz emergir o tema nas sessões e demandas para que o terapeuta se manifeste. O fato de ser uma terapeuta que trabalha com pessoas da comunidade favorece esse questionamento.

Igor propôs a idéia de que o paciente procura o terapeuta que, de alguma maneira, possa atender às suas demandas. De certo modo, sabe o que esperar do terapeuta.

A terapeuta de orientação psicanalítica, **Dalva**, levantou uma questão interessante: fala de uma aprendizagem "cultural" que ocorre no processo terapêutico: o paciente aprende a identificar o material que é "bem-vindo" à situação terapêutica.

(O coordenador assinalou a questão da "permissão" que o terapeuta dá para que certos temas sejam trazidos para a sessão.)

Paula, da psicoterapia breve, confirmou o assinalamento do coordenador e, lançando mão de uma experiência, confirmou que a "permissividade" é uma opção, claramente perceptível no caso de terapeutas que trabalham com forte inserção político-social.

APÊNDICE E

Atividade Política dos Terapeutas - Respostas ao Questionário

A Tabela 13 apresenta as respostas dos participantes às perguntas do questionário "Você já foi politicamente ativo? Você é politicamente ativo agora?"

Tabela 13

Atividade Política dos Terapeutas

Terapeutas	No passado	No presente
Psicólogas Analíticas	Não, nunca me filiei a nenhum partido, nem abracei uma causa social.	Sim.
	Sim, fui filiada a partido político e trabalhei em campanha eleitoral, mas fiquei totalmente decepcionada com o candidato e o partido.	Não.
	Já fui muito mais “idealista” e politicamente ativa no sentido de discutir muito mais questões políticas e procurar participar muito mais ativamente (inclusive de passeatas, etc.).	Sim, mas de modo muito mais individual e passivo (se é que se pode ser politicamente ativo passivamente!). Procuro estar atenta e informada quanto a todas as questões citadas no item 4 desta pesquisa. Considero minha atuação passiva no sentido de que não tomo nenhuma atitude prática quanto a questões políticas (como participar de associações de bairro, por exemplo).
	Não.	Estou sempre preocupada em transformar a consciência do indivíduo em sua relação com o outro, com o mundo, com sua cidade, com seus companheiros e isso também é ser politicamente ativo, mesmo não estando filiada a um partido.
	Sim. Na adolescência, época da ditadura.	Sim. No sentido de ser um facilitador na expansão da consciência.
	Sim. No dos anos 80 participava nas discussões da comunidade na formação do Partido dos	Sim, no grupo que discute, programa e implanta ações de Saúde.

	trabalhadores. Nos grupos de Saúde Mental na Luta Antimanicomial e atualmente nos grupos de Saúde Pública.	
	Não.	Não. Mas, sim no sentido de viver como cidadã
Psicólogos Analíticos	Particpei de diretório acadêmico, de forma secundária.	Não como forma de ação; mas me interesso e me atualizo com as questões sociais e políticas.
	Sim, participando intensamente da política estudantil (quando jovem) e da política sindical (na vida profissional). Engajamento nas lutas profissionais da categoria dos bancários. Participação nos movimentos populares que pressionaram o regime militar para reconquistar a democracia. Envolvimento nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte; eleições presidenciais e para os cargos eletivos do Distrito Federal.	Moderadamente ativo, em virtude de repetidas decepções. Como cidadão luto pela manutenção e ampliação dos direitos coletivos; mas não participo mais de nenhuma organização política.
	Sim. Seja política institucional como filiado a partido político, como dirigente em centro acadêmico de universidade, como líder em grupo de teatro, fundação de grupo de trabalho, etc. Minha primeira experiência vem do período juvenil quando um grupo fundou um grupo de teatro na AABB de São Paulo. Posteriormente, participei do grupo que coordenou o centro acadêmico na PUC-SP. Depois fui militante e filiado ao PT durante muitos anos.	Procuro participar sempre de atividades que possam trazer alguma contribuição para o grupo que participo, seja pequeno ou maior. Mesmo em política institucional, embora desligado do PT, não deixo de acompanhar a política em seus vários níveis e votar nas eleições com consciência crítica.
	Corporativamente falando, sim.	Tenho minhas posições, mas sem pertencer a qualquer frente. Sinto-me arquivado.
Psicólogas Psicanalistas	Sim. Em reuniões de condomínio, ao tentar defender meus direitos enquanto consumidora ou prestadora de serviços, nos posicionamentos quanto às diferenças de gênero, nas participações em movimentos	Excluindo as participações em movimentos sindicais, que já não acompanho, as demais circunstâncias já mencionadas permanecem.

	<p>sindicais, na defesa de posições ideológicas no ambiente de trabalho. E, é claro, ao tentar entender por onde vai esse país, o que pretendem nossos representantes políticos e ao escolhê-los.</p>	
	<p>Se ser ativo politicamente significa participar de algum sindicato, conselho etc. sim, já participei de um grupo estudantil comunista, ligado ao partidão, na época da graduação... e fui representante dos alunos no mestrado.</p>	<p>Não, se considerar que não participo de nenhuma instituição de classe. Sim, se considerar que fico atenta as notícias políticas do jornal. E levo nas discussões com a família e amigos.</p>
	<p>Sim. Participei do movimento estudantil, de movimentos ambientalistas e de campanhas políticas, em períodos antecedentes a eleições, fazendo panfletagem.</p>	<p>Não.</p>
	<p>Não.</p>	<p>Não, se como politicamente ativo estiver sendo considerado filiações partidárias, mas sim se for uma permanente atenção a tudo que se passa a minha volta. filiações.</p>
Psicólogas Psicodramatistas	<p>Sim. Já participei de partidos políticos, associações comunitárias e ongs. Tentei contribuir em programas que amenizassem as desigualdades sociais e preconceitos raciais.</p>	<p>Ao contribuir para o desenvolvimento social e de consciência política do país, sempre que tenho possibilidade, considero-me politicamente ativa.</p>
	<p>Não.</p>	<p>Sou politicamente ativa atualmente. Brigo para que a enfermagem tenha voz dentro do plenário. A saúde está um caos e o preconceito com a enfermagem é evidente.</p>
	<p>Acredito que não dê para ficar indiferente às questões consideradas neste questionário como “questões políticas”. Se o que estiver sendo perguntado é ser participante de “política partidária”, a resposta é negativa. Mas se for atuação em política sócio cultural, econômica,</p>	<p>Estou de alguma maneira ligada a movimentos que buscam conscientizar as pessoas para alguma participação mais ativa em sua especificidade, visando seu papel de cidadão.</p>

	educacional, etc. sempre estive em atuação e pretendo continuar.	
Psicólogas de Psicoterapia Breve	Sim. Sou militante ativa, sempre me manifestei publicamente.	Sim. Fora do setting terapêutico. Participo de debates, encontros políticos.
	Sempre fui politicamente ativa, sem filiação partidária.	Na manutenção de princípios.
Psicólogo Reichiano	Sim. Participando de eventos do Partido, Sindicato (voluntário em intervenções de saúde do trabalhador); freqüentando assembleias, participando de carreatas; eventos de interesse do sindicato que envolviam minha área de formação.	Atualmente, não.
Psicólogas Gestaltistas	No sentido mais comum, não. De um modo “silencioso”, sou politicamente ativa. Sou tranquila, quieta, de convicções bem definidas. Revoluciono na presença. Isso é muito sutil e é trabalho de formiguinha. Mas acho que estou, na profissão.	Sim. Estou parecendo uma revolucionária romântica, mas não é isso. Mantenho os pés no chão. Considero apenas que uma presença diferenciada é uma presença política.
	Sim, cheguei a me filiar em partido político, participando de campanhas para deputado distrital, e participo dos movimentos em prol da cidadania, no âmbito político-social (movimentos nacionais - diretas já, e locais, tipo paz no trânsito.	Não estou filiada a nenhum partido, mas é impossível não ser politicamente ativa na vida cotidiana. Mas não estou ligada a nenhum movimento em especial. Participo daqueles que julgo importantes e em momentos que acho que valem a pena.
Psicólogo de Orientação Múltipla	Sim, antes do golpe militar de 1964. Comparecia a comícios, participava da política estudantil, discutindo, atendendo às convocações das lideranças (eu não era um dos líderes). Compareci a um congresso de trabalhadores, em Caxias do Sul, onde tentamos envolver o então ministro do trabalho Franco Montoro no compromisso de regulamentar a participação nos lucros das empresas, prevista na constituição.	Somente como cidadão eleitor, o que é pouco, reconheço.

APÊNDICE F

Desenvolvimento Psicológico e Desenvolvimento Político da Personalidade - Respostas

A Tabela 14 apresenta as respostas dos participantes à pergunta do questionário "Você estabeleceria alguma relação entre 'desenvolvimento psicológico' e 'desenvolvimento político' do indivíduo?"

Tabela 14

Desenvolvimento Psicológico e Desenvolvimento Político da Personalidade - Grupo "Questionário"

Terapeutas	Relações
Psicólogas Analíticas	<p>Penso que a minha atuação política se dá um modo bastante particular, o trabalho no consultório é transformador e a pessoa que se transforma age de maneira diferente no plano social.</p> <p>Penso que existe uma relação sim, pois os dois estão relacionados ao exercício da reflexão, elaboração, e a consciência do que acontece no micro e no macrocosmo.</p> <p>Não sei responder a essa questão. Imagino que sim, mas não sei descrever de que modo. Talvez sim, se entender-se que à medida que o indivíduo “apure” a alma, possa tornar-se mais cidadão naturalmente.</p> <p>A consciência do indivíduo está em íntima conexão com a da pólis, caminham lado a lado, interferem um no outro, se alimentam, se interpenetram.</p> <p>Sim. Se um indivíduo amplia seu campo de consciência há com o decorrer do processo psicológico um desenvolvimento o qual denomino de consciência moral e o contato com a realidade se faz presente de uma forma ampla o que corrobora com o desenvolvimento político.</p> <p>Sim, acredito que o desenvolvimento psicológico está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento político, não consigo ver como “desenvolvimentos” separados.</p>
Psicólogos Analíticos	<p>Sim, o desenvolvimento psicológico implica também em visão social e preocupação com problemas que o indivíduo vive em seu tempo. Essa preocupação é política no sentido lato.</p> <p>Penso que sim; o indivíduo mais maduro psicologicamente dispõe de melhores recursos e mais acurada consciência para participar dos processos comunitários.</p>

Embora não tenha coletado dados de uma forma científica, verifico que surgem com bastante frequência duas situações distintas: a) Indivíduos com desenvolvimento psíquico consolidado (maturidade, autonomia e aceitação de seus variados aspectos de personalidade), agem como cidadãos conscientes; no entanto, sem filiação a nenhum tipo de agremiação; b) Indivíduos com estrutura adequada de personalidade e ego bem estruturado, mas ainda fixados nas figuras parentais, tem necessidade maior de participar de grupos organizados e com liderança formalizada.

Tenho certeza que sim. A pessoa que descobre em si mesmo energias que até então estavam paradas toma iniciativa de modificar sua vida para que a pressão a que se submetia não mais o bloqueie em sua expressão. Este seu trabalho se estende desde sua vida pessoal, seu ambiente conjugal e familiar até seu local de trabalho, envolvendo pessoas de seu convívio próximo e distante. Seu contágio e influência sobre outras pessoas é diretamente proporcional ao tamanho do susto que ela leva consigo mesma.

Psicólogas
Psicanalistas

A prática clínica me leva a responder que não, embora meu coração e minhas convicções políticas preferissem optar por uma resposta afirmativa.

Sim, mas de forma indireta.

A minha experiência clínica não. Mas, as experiências já vividas sim. Não sei o quanto isto pode ser válido para a sua pesquisa. Mas, creio que quando as pessoas conseguem superar estágios emocionais mais infantilizados, do tipo inveja, ciúmes, auto-referência, egocentrismo, podem surgir leituras diferentes do contexto social, ainda que sejam eles os ambientes mais próximos, como a família ou o ambiente de trabalho. Por outro lado, a integração do sujeito em ambientes que provoquem ou exijam maior “desenvolvimento político”, também é uma força que impulsiona o “desenvolvimento psicológico”. Voltamos à velha dialética. Um não decorre do outro, mas certamente um influencia o processo do outro.

Não. Vejo que pessoas politicamente corretas são, às vezes, confusas, angustiadas, de péssimo relacionamento interpessoal (são intolerantes, impacientes com aqueles que não estão nem aí para as questões políticas).

Psicólogas
Psicodramatistas

Em minha experiência clínica, ao observar que de acordo com a idade certos temas políticos são mais frequentes que outros, deduzo que o indivíduo na sociedade vai passando por diferentes necessidades sociais que o mobilizam para distintas participações políticas. Além disso, a sociedade, em determinados momentos impõe ao indivíduo, determinadas experiências políticas e ele as viverá de acordo com seu potencial criativo e desenvolvimento psíquico. Alguns de seus sofrimentos são: ter recursos psíquicos precários para enfrentar os problemas sociais e ter dificuldade de se organizar democraticamente, ao tentar participar dos grupos.

Não acredito num desenvolvimento isolado. Se há um desenvolvimento em algum aspecto, podemos ter certeza que ele se expandiu para outros. Vejo com cuidado este aspecto. Nem sempre um indivíduo que se diz politizado tem mais maturidade na vida e pode não proteger o seu povo.

Psicoterapeutas Breves	<p>Sim. Não consigo pensar um indivíduo se desenvolvendo em todos os aspectos e não ser capaz de se desenvolver politicamente. O ser maduro tem posição política, mesmo que não seja partidária.</p> <p>Reconhecendo desenvolvimento psicológico como inerente ao indivíduo, que o é político também, não há como separar tal coisa. A construção do caráter, o enfrentamento dos conflitos dão a dimensão de realidade.</p>
Psicólogo Reichiano	<p>Sim. Percebo uma abertura, dentro dos limites de cada estrutura de personalidade, para uma visão mais ampliada do mundo, para uma maior percepção do outro, do espaço relacional. Necessariamente o desenvolvimento político não significa envolvimento em atividades partidárias ou sindicais, mas uma preocupação com causas que dizem respeito ao “outro-de-si”, à percepção do meio, e de sua importância como parte desse meio. Noto especialmente em pacientes de final de processo psicoterápico, tanto individual como de grupo, mas notadamente no processo grupal.</p>
Psicólogo de Orientação Múltipla	<p>Sem pretender generalizar, tenho observado que uma participação política mais intensa costuma ser acompanhada de habilidades de ego especialmente desenvolvidas: manejo da linguagem, controle na expressão de emoções, comportamento orientado para objetivos, pensamento articulado. Não encontrei correlação, nem direta nem inversa, com o nível de individuação alcançado (integração de persona, de sombra, relação com o inconsciente).</p>
Psicóloga Gestaltista	<p>Sim. Como disse anteriormente, a presença diferenciada, e com isso quero dizer uma pessoa que exercita o acolher e o se distanciar do outro e do mundo em que vive, desenvolvida na psicoterapia é um grande exercício de humanidade (coletivo e individual). É a dimensão política encarnada.</p> <p>Sim e não. Para algumas pessoas o "desenvolvimento" acontece naturalmente de forma ampla, isto é, ao crescerem psicologicamente crescem politicamente e vice-versa. Para outras pessoas o desenvolvimento político as torna mais sectárias, mais rígidas com as próprias opiniões, o que no campo pessoal significa maior intransigência com as diferenças e portanto maior dificuldade com "o outro". Assim, a relação não é direta, nem conseqüente. O modo como as pessoas fazem essa relação é singular. Porém arriscaria dizer que "muito engajamento", seja político ou religioso, pode revelar uma tendência mais rígida da pessoa, mas o contrário também é verdadeiro. Portanto aí não há uma relação pré-estabelecida.</p>

Resumo das Falas dos Participantes do Grupo Focal

(O coordenador orientou a discussão para as relações entre desenvolvimento político e desenvolvimento psicológico. Questionou se, na opinião do grupo, o desenvolvimento político decorre do desenvolvimento psicológico. E questionou, também, o que o grupo entende por desenvolvimento político da personalidade.)

Para **Beto**, terapeuta de orientação múltipla, o desenvolvimento psicológico tenderia a conduzir ao desenvolvimento político, mas a recíproca não seria verdadeira, ou seja, o desenvolvimento psicológico parece conter certas condições que favorecem o desenvolvimento político. Que elementos seriam esses? Por outro lado, a preocupação política (confunde-se com desenvolvimento político?) frequentemente se associa com personalidades problemáticas (uso do engajamento político como defesa neurótica?)

O que se pode definir como desenvolvimento psicológico e desenvolvimento político? Não pareceu muito claro para **Igor**, o terapeuta reichiano.

O terapeuta analítico, **Ítalo**, tentou generalizar uma compreensão da relação entre desenvolvimento político e psicológico da personalidade: pessoas que manifestam uma fixação às figuras parentais, buscam associar-se a instituições com lideranças formais (caráter transferencial do engajamento político?). Definiu desenvolvimento psicológico como integração dos aspectos dúbios da personalidade, dos vários aspectos da personalidade e da persona. Estas pessoas evitariam a associação a agremiações e lideranças formais. O desenvolvimento político assumiria um caráter de engajamento em ações de voluntariado.

Liza, uma das terapeutas psicodramatistas, fez referência a uma experiência de posicionar-se criticamente a decisões administrativas de uma instituição na qual prestava trabalho voluntário. Pareceu querer reforçar a idéia de que o trabalho voluntariado confere certa autonomia que permite um posicionamento político independente.

Para **Igor** há diferentes formas de envolvimento político: envolvimento masoquista, fanático ou crítico, de acordo com o amadurecimento da pessoa.

Para **Olga**, a outra terapeuta psicodramatista, as temáticas que aparecem no setting tem a ver com o momento de vida dos pacientes e com seu estágio de desenvolvimento vital. As demandas são pessoais e, às vezes, se articulam em ações coletivas, principalmente com adultos e pessoas mais velhas.

Dalva, terapeuta de orientação psicanalítica, procurou conceituar o que pode ser desenvolvimento político da personalidade: não se confundiria com exercício de algum cargo formal nas instituições, mas com a adoção de atitudes mais centradas no interesse coletivo, dentro de qualquer contexto (família, trabalho, comunidade). Sendo assim, poderia se pensar que o processo terapêutico poderia favorecer este tipo de atitude, na medida que a pessoa iria se desvencilhando das questões pessoais (dificuldades, traumas, bloqueios, complexos) e voltando-se para o outro. Isto, em larga escala, seria o político. Aqui, parece surgir a idéia de que indivíduos melhores farão uma sociedade melhor, e que é necessário resolver os aspectos pessoais, antes de enfrentar os aspectos coletivos. É algo que podemos pensar como desejável, mas não obrigatório como resultado do processo psicoterápico. A terapeuta expandiu seu raciocínio: o cliente chega envolvido com seus problemas pessoais, o foco é em si mesmo. Somente à medida que os resolve, vê-se livre para pensar no coletivo; mas isso não é uma regra, não é um resultado necessário do processo de terapia, ou do desenvolvimento psicológico.

Olga insistiu em obter um posicionamento mais claro sobre a relação entre as duas dimensões.

Dalva reafirmou a idéia de que talvez se trate mais de um ideal (de quem?, do terapeuta, certamente).

Olga procurou estabelecer relação entre afetividade, valores culturais e política. Chamou a atenção para o fato de que certas culturas privilegiam o individual e outras o coletivo. Essa valoração afetaria os ideais terapêuticos, enfatizando mais os aspectos individuais ou os aspectos coletivos. O desenvolvimento emocional estaria imbricado com o contexto político-cultural da sociedade, na forma de relacionar-se com o outro. O desenvolvimento político da personalidade se situaria como relação ética entre o eu e o outro.

Dalva argumentou que a superação das dificuldades pessoais favorece a luta contra o ambiente opressor, permitindo um melhor posicionamento diante do coletivo.

Olga continuou interagindo com as idéias expostas pela colega psicanalista. A psicoterapia favoreceria a diferenciação entre o eu e o outro - aqui entendido como o coletivo, o social -, possibilitando a identificação das similaridades e diferenças. A condição de sujeito, protagonista da história, depende dessa diferenciação.

Beto, o terapeuta de orientação múltipla, ponderou que o desenvolvimento político e o desenvolvimento psicológico podem acontecer concomitantemente. Lembrou que, às vezes, o engajamento político se dá de maneira bastante passional, em que o outro é o inimigo a ser

derrotado. Procurou estabelecer uma analogia entre o processo de individuação psicológico e a adoção de atitudes políticas menos projetivas, o que permitiria juntar esforços e não ficar apenas no confronto. Concluiu, formulando um conceito de saúde como integração construtiva das diferenças, internas e externas (no plano individual da personalidade e no plano das relações políticas), dando atenção aos aspectos contraditórios e à sua integração. Isso resultaria em saúde individual e no plano político o processo seria semelhante. A luta política teria como foco o bem-estar coletivo e não a vitória de um determinado grupo sobre outro.